

SET-DEZ. • 2021 • V. 14

37



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

EDITORA-CHEFE

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Salvador, BA, Brasil. ancaiana@yahoo.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Breno Mendes, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. mendes.breno@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

João Rodolfo Munhoz Ohara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ohara.jrm@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lizette Jacinto, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vález Pliego", Posgrado en Historia, Puebla, México. lizettejacinto@hotmail.com

[ORCID](#)

Maria Inés Mudrovcic, Universidad Nacional del Comahue, Facultad de Humanidades, Departamento de História, Río Negro, Argentina. mmudrovcic@gmail.com

[ORCID](#)

Pablo Aravena, Universidad de Valparaíso, Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Magíster en Historia, Valparaíso, Chile. pablo.aravena@uv.cl

[ORCID](#)

Ricardo Ledesma Alonso, Universidade Nacional Autônoma do México, Facultad de Filosofía y Letras, Ciudad de México, México.
ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx

[ORCID](#)

Sanjay Seth, University of London, Department Politics and International Relations, Londres, Inglaterra. s.seth@gold.ac.uk

[ORCID](#)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian, Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, Rosário, Argentina. aeuja@live.com.ar

Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. arthurassis@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Arthur Lima de Ávila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. arthuravila@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Claudia Beltrão, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. crbeltrao@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Durval Muniz de Albuquerque, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil. durvaljr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Ewa Domanska, Adam Mickiewicz University, Department of History, Poznań, Polônia. ewa@amu.edu.pl

[ORCID](#)

Fábio Franzini, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil. fabio.ff.franzini@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fabio Wasserman, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. fwasserm@filo.uba.ar

[ORCID](#)

Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. fernando.nicolazzi@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Helena Mollo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. hmollo@bol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Julio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil. juliobentivoglio@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. luciamp@uol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luisa Rauter Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. lurauterp@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Mateus Henrique Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. matheusperreira@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Omar Acha, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. omaracha@gmail.com

[ORCID](#)

Pedro Meira Monteiro, Princeton University, Department of Spanish and Portuguese, Princeton, Estados Unidos da América. pmeira@princeton.edu

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pedro Spinola Pereira Caldas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pedro.caldas@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Raquel Glezer, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. rglezer938@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rebeca Gontijo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil. rebeca.gontijo@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rodrigoturin@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Sérgio da Mata, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. sdmata@ufop.edu.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Temístocles Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. t.cezar@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Évora, Portugal. treismiranda@yahoo.co.uk

[ORCID](#)

Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. valdei354@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

CONSELHO CONSULTIVO

Astor Diehl, Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Passo Fundo, RS, Brasil. astor@upf.br

[Currículo Lattes](#)

Carlos Fico, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. carlosficojr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Carlos Oiti, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. oitijr@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Cássio Fernandes, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. cassiofer@hotmail.com

[Currículo Lattes](#)

Chris Lorenz, University of Amsterdam, Amsterdã, Países Baixos. cfg.lorenz@gmail.com

Eliana Dutra, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. erdutra@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. echarema@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fernando Catroga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal. fcatroga@hotmail.com

Francisco Murari Pires, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. murari@usp.br

[Currículo Lattes](#)

François Hartog, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, França. francois.hartog@ehess.fr

Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, CE, Brasil. fredneve@ufc.br

[Currículo Lattes](#)

Guillermo Zermeño Padilla, Colegio do México, Cidade do México, México. gmoz@colmex.mx

Hans Ulrich Gumbrecht, Stanford University, Departments of Comparative Literature and of French & Italian, Stanford, Estados Unidos da América. sepp@stanford.edu

Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. ikantor@usp.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

José Carlos Reis, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. jkrs@uol.com.br

[Currículo Lattes](#)

Jörn Rüsen, Universität Witten/Herdecke, Fakultät für Kulturreflexion - Studium fundamentale, Witten, Alemanha. joern.ruesen@uni-wh.de

Jurandir Malerba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. jurandirmalerba1@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Keila Grinberg, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. keila.grinberg@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luiz Costa Lima, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. l18danil@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. marmorel@terra.com.br

[Currículo Lattes](#)

Marlon Salomon, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. marlonsalomon@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pascal Payen, Université de Toulouse II - Le Mirail, Toulouse, França. payen@univ-tlse2.fr

Sérgio Campos Matos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História, Lisboa, Portugal. sergiocamposmatos@gmail.com

[ORCID](#)

Silvia Petersen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. spetersen@orion.ufrgs.br

[Currículo Lattes](#)

EDITORES ASSISTENTES

Claudio Correa, Centro Celso Furtado, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Letícia Gomes do Nascimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marcos Eduardo de Sousa, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.

DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Larissa Vitória Ivo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.

SECRETARIA

Aguinaldo Medeiros Boldrini, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Giovana Faversoni
Luiz Antônio dos Prazeres.
Tikinet Edição.

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Tikinet Edição.

REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

Adriana Carina Camacho Álvarez, Lectura Traduções.

DIAGRAMAÇÃO

Letícia Gomes do Nascimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

PATROCÍNIO

Programa de Pós-graduação em História - UFRGS.

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000| Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

Abrigar, divulgar e incentivar a produção de conhecimento nos campos da teoria da história, da história da historiografia e afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisa entre investigadores dessas áreas correlatas.

FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - V. 14, n. 37 (set./dez. 2021-) . – Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2021-

v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

Bibliotecário(a) Responsável: Elton Ferreira de Mattos - CRB 6 - 2824

ARTIGOS ORIGINAIS RESEARCH ARTICLE

Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú

Lana Moraes, Carlos Carvalho, Manoel Rendeiro e Tiago Gil

17

Eliminating white spots: a dismantling of Curt Nimuendajú's indigenist cartography

Lana Moraes, Carlos Carvalho, Manoel Rendeiro e Tiago Gil

62

Um retrato político do padre Antônio Vieira: antijesuismo em João Francisco Lisboa

Gil Eduardo de Alburquerque Macedo

105

História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as "Conferências Populares da Glória"

Bruno Leal Pastor de Carvalho

135

História sob encomenda: comentários sobre a historiografia empresarial sob contrato no Brasil

Ian Kisil Marino

171

Uma "imagem repensada interminavelmente": notas em torno de *Imagens apesar de tudo*, de Georges Didi-Huberman

Oswaldo Fontes Filho

201

Entre la transcendencia y la inmanencia: análisis de la influencia de Giambattista Vico en la obra de Eric Voegelin

Sebastián Guerra

220

ARTIGO DE REVISÃO REVIEW ARTICLE

Clio no espelho: um estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil

Aryana Lima Costa

251

Continuidade e descontinuidade em História Ciência: reflexões sobre a dimensão histórica do debate

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva

282

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

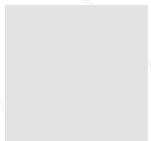
EDITORIAL GUIDELINES

315

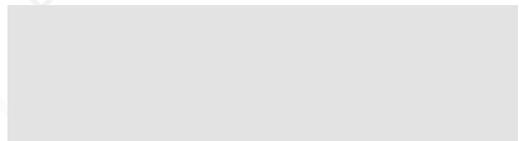
PARECERISTAS DE 2021

REFEREES OF 2021

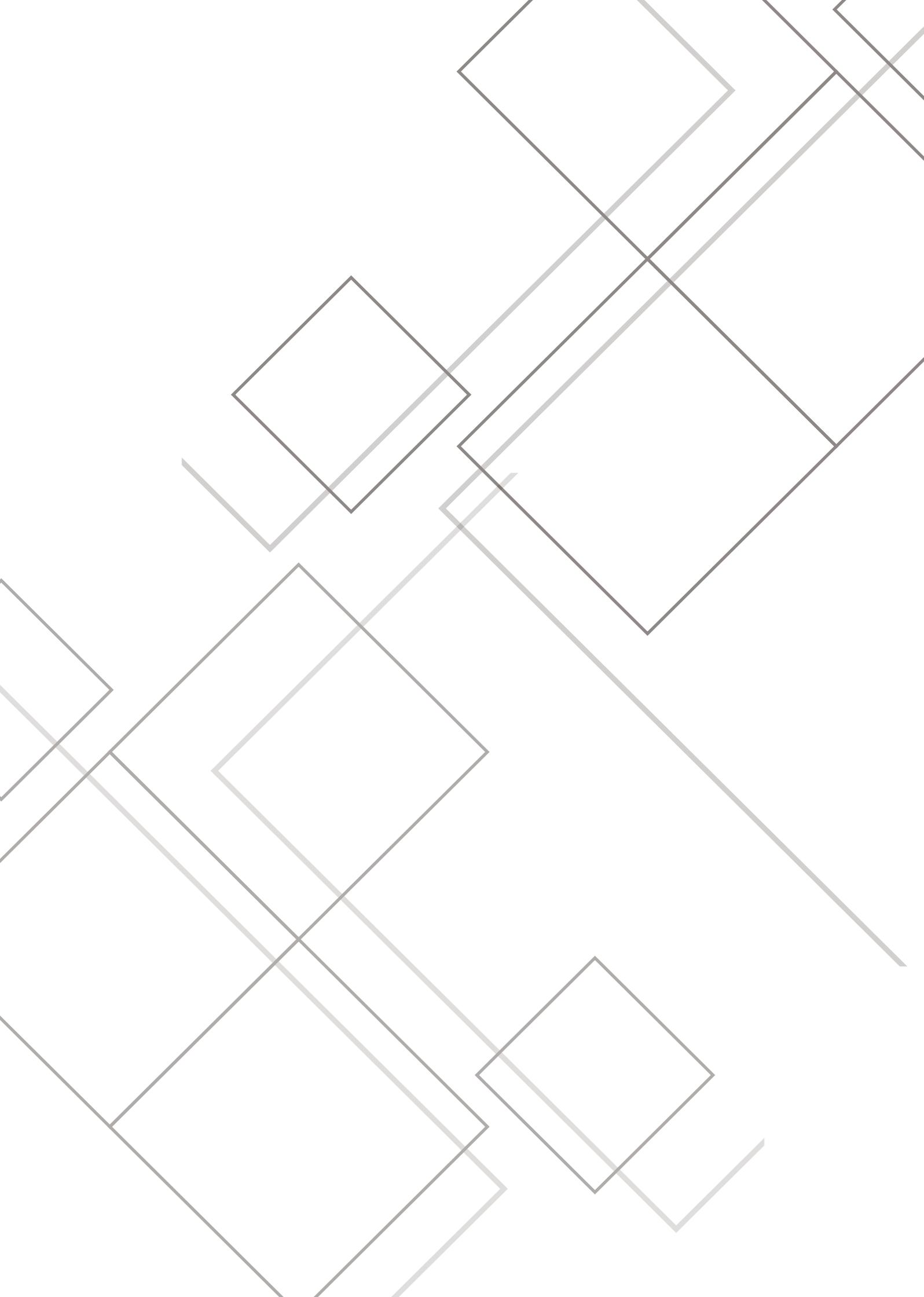
326



ARTIGO ORIGINAL



RESEARCH ARTICLE



Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú

Eliminating white spots: a disassembly of Curt Nimuendajú's indigenist cartography

Lana Moraes ^c

E-mail: lana.sato@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3558-6932> 

Carlos Carvalho ^c

E-mail: carlos.decarvalho95@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6026-6826> 

Manoel Rendeiro ^b

E-mail: mrendeironeto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9923-1113> 

Tiago Gil ^a

E-mail: tiagoluisgil@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6891-9318> 

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

^b University of California, College of Letters and Science, History Department, Davis, CA, Estados Unidos da América

^c Mestre em História, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção do “Mapa Etno-histórico” de Curt Nimuendajú, obra que buscou cartografar de modo exaustivo os grupos nativos da América do Sul. Esse estudo foi uma das representações mais utilizadas por pesquisadores desde sua criação, em 1944. Partiremos da ideia de que os mapas são constructos retóricos que devem ser lidos como textos, discutindo limites e possibilidades de um vocabulário visual adequado para entender as opções teóricas e metodológicas explícitas e implícitas na elaboração cartográfica. Vamos nos valer da reconstrução cartográfica digital do “Mapa Etno-histórico” para fazer emergir as diferenças entre o projeto enunciado pelo autor e o que foi dito em termos cartográficos. Iniciaremos com uma descrição da obra e de suas opções mais evidentes, demonstrando uma relativa seletividade nas escolhas realizadas por Nimuendajú. Na parte final, abandonaremos os procedimentos técnicos para interpretar os resultados em um diálogo com a nova cartografia crítica e com a etnogeografia.

PALAVRAS-CHAVE

Cartografia; Etnografia; Retórica.

ABSTRACT

This article reflects on the construction of Curt Nimuendajú’s “Ethno-historical map”, an exhaustive work that sought to map the native groups of South America. This map was one of the most widely-used representations by researchers since its creation in 1944. The theoretical framework adopted in this paper stresses maps as rhetorical constructs that should be read as texts. The article also discusses the limits and possibilities of a visual vocabulary to understand explicit and implicit theoretical and methodological decisions in cartography. Digital cartography will be employed to bring out the differences between what the author of the project intended and what was presented in the “Ethno-historical map”. The text starts with a description of the work and its most evident options, showing a relative selectivity in Nimuendajú’s choices. In the last part, technical procedures will be abandoned to interpret the results considering the new critical cartography and ethnogeography positions.

KEYWORDS

Cartography; Ethnography; Rhetoric.

O objetivo deste artigo é discutir a representação cartográfica de grupos indígenas, e, para tanto, vamos explorar as opções feitas por Curt Nimuendajú, autor do “Mapa Etno-histórico”, que buscou exaustivamente localizar os principais grupos nativos da América do Sul. Certamente foi uma das representações mais utilizadas por pesquisadores no Brasil desde que foi realizado, em 1944, sendo que, desde então, vem sendo (re)publicado e (re)utilizado em diferentes formas gráficas, mídias (digital ou impressa) e plataformas, mas sempre com o mesmo conteúdo.¹

Tomaremos como inspiração os trabalhos de Brian Harley (1989), que partem da noção de que os mapas são constructos retóricos os quais devem ser lidos como textos. Trabalhando em um contexto de ampla discussão sobre teorias sociais, Harley estava preocupado com a forma naturalizada como costumeiramente os mapas eram consumidos. Essa naturalização aparecia tanto no caráter técnico da cartografia, que, segundo o autor, sofria de uma “esquizofrenia ontológica”, como também na maneira de interpretá-los epistemologicamente, pois, de acordo com Harley, os mapas eram usualmente interpretados de maneira branda, com poucas críticas à composição da sua natureza epistêmica, formando assim um consenso consolidado do que era um mapa.

Tinha-se também o contexto do surgimento e da difusão dos “Sistemas de Informação Geográfica” (SIG), que reforçavam o caráter técnico da cartografia e diminuía cada vez mais sua face artística. A proposta de Harley era interrogar as agendas ocultas dos mapas, partindo de *insights* provocados por suas leituras de Foucault e Derrida (os quais ele mesmo reconhecia serem pouco compatíveis, ainda que inspiradores). Segundo ele, “Os mapas são um texto cultural. Ao aceitar sua textualidade, somos capazes de abraçar uma série de possibilidades interpretativas diferentes” (HARLEY, 1989, p. 7-8).

Seu objetivo consistia em oferecer uma alternativa de leitura, uma nova interpretação possível que contrastava com as já existentes e ia de encontro a uma crítica à noção de realidade e representação pautada pelo pensamento normativo cartográfico, o qual, sobretudo, era guiado por uma cientificização positivista, mais preocupada com as normas e técnicas da cartografia. Sua contribuição, portanto, vem com a sugestão de ir além das regras que regem o universo dos mapas, a partir de teorias sociais, e de tentar entendê-los como produtos oriundos de um contexto que

¹ Este artigo foi elaborado dentro do marco do “Atlas Digital da América Lusa” e faz parte de um esforço maior de uso dos dados organizados dentro do projeto, a partir do qual estão previstos também outros dois artigos.

se sobressai à normatização da cartografia e que é influenciada por elementos sociais. Desta maneira, Harley (1989) estava mais preocupado com a produção cultural dos mapas do que com o atendimento fiel aos pressupostos.

As ideias apresentadas por Harley (1989) entram como um contraponto à noção que se criou de como se dá a constituição de um mapa, de como seria a maneira correta de elaborá-lo e de interpretá-lo, da naturalização que se consolidou quanto a sua forma e ao seu conteúdo. Entretanto, o autor não queria e não chegou a criar um método ou técnica de “desconstrução”, salientando que essa abordagem deveria ser caracterizada por uma estratégia ampla de ações. Ao fazer isso, mencionava trabalhos que analisavam brasões e arte decorativa ao redor da carta, enquanto outras iniciativas questionavam as iconografias usadas para criar a noção de “lugares de interesse” no espaço.

Em trabalho posterior, publicado *post-mortem*, Harley (1992; 2002) destacava como os povos indígenas produziam mapas, tanto no sentido estrito do desenho, como ao fornecer informações que iriam constar em cartas europeias. Esses mapas nativos – originais ou em conjunto com os europeus – seriam usados depois para o processo de conquista, enquanto outros mapas nativos e mesmo apropriações nativas das técnicas de cartografia europeias seriam usadas para questionar os avanços do velho mundo, na busca por reestabelecer hierarquias anteriores.

Pretendemos discutir as escolhas e o vocabulário cartográfico adotados por Nimuendajú para expressar a história de grupos nativos e sua espacialidade, explorando os limites da linguagem cartográfica. Nossa abordagem, contudo, não ficará presa às propostas de Harley, utilizando também ferramentas dos chamados Sistemas de Informação Geográfica (muito criticados pelo autor, inclusive), que nos parecem válidos para esse exercício. Neste sentido, nosso artigo propõe apresentar o mapa e seu autor, fazendo um *détour* pela assim chamada cartografia crítica, em busca de elementos para refletir os aspectos culturais que caracterizam a produção de mapas.

A cartografia foi certamente um dos conhecimentos que mais contribuíram para o avanço do imperialismo ao longo da história, e é, sem dúvida, um conhecimento profundamente eurocêntrico. Isso não invalida, contudo, seu emprego para fins diversos, inclusive no sentido contrário, quando possibilita leituras críticas sobre as persistências colonialistas na produção do conhecimento histórico. Se é certo que nosso ponto de vista será determinado por nosso local de fala não-indígena, nada nos impede de desestruturar nossa própria representação gráfica do espaço utilizando outras

ideias. O desafio de cartografar os grupos nativos das Américas, tarefa pretendida por Nimuendajú, é gigantesco e pode ser resumido em dois grandes problemas: 1) os povos nativos eram diversos e tinham diferentes formas de se relacionar com os espaços; 2) as formas de que dispomos para representar o processo histórico, por meio da cartografia, acabam caindo em uma postura tendente ao eurocentrismo, e seria relevante talvez considerar outras maneiras de apreender o espaço, de preferência orientadas pelos pensamentos indígenas. Pensando nisso, o que propomos é um exercício de análise, desconstrução, reconstrução e utilização do “Mapa Etno-histórico” de Curt Nimuendajú, dada sua posição enquanto um paradigma da cartografia sobre povos nativos da América do Sul, indagando sobre as ênfases e os silêncios desse mapa.

Nossa perspectiva é imprescindivelmente interdisciplinar, pois vamos dialogar com a história, a cartografia e a antropologia de modo completamente imbricado. Desde meados dos anos 1980, a linguagem cartográfica vem sendo alvo de muitas interrogações, e a virada linguística colocou muitas dúvidas sobre o processo de produção de mapas, cada vez mais entendidos como objetos narrativos povoados de “não-ditos” e com amplas pretensões objetivistas. A nova cartografia crítica destaca o mapa como um produto plural, fruto de uma grande quantidade de decisões e contribuições (desde a coleta de campo até sua apresentação final), com notórios objetivos políticos e fundado em diferentes epistemologias.

Neste artigo, percorreremos o seguinte caminho: a apresentação de Nimuendajú e seu mapa, partindo para a descrição detalhada de sua narrativa cartográfica. Na sequência, vamos nos valer de ferramentas da cartografia digital para desmontar o mapa de Nimuendajú e tentar obter informações sobre suas escolhas, algo que nunca foi apresentado pelo autor. Por fim, vamos discutir os resultados obtidos na etapa anterior em busca de explicações mais densas sobre as opções teóricas presentes no “Mapa Etno-histórico”.

O Mapa de Curt Nimuendajú

Curt Unkel, mais conhecido como Curt Nimuendajú, nasceu na cidade de Jena, Alemanha, no ano de 1883. Veio para o Brasil em 1903 e aqui permaneceu até a sua morte, em 1945, quando se encontrava em uma aldeia Ticuna do Alto Solimões. Durante esse período, Nimuendajú produziu extenso material sobre grupos indígenas, realizou várias missões de exploração pelo território brasileiro e fez inúmeras vendas de objetos arqueológicos e etnográficos para instituições brasileiras, norte-americanas e europeias. A trajetória de vida de Nimuendajú está entrelaçada com a história e o

desenvolvimento inicial do campo etnográfico brasileiro. Roque Laraia chegou a afirmar que Nimuendajú é “uma das poucas entidades mitológicas da etnologia brasileira” (LARAIA, 1988, p. 2; WELPER, 2016, p. 575).

Nimuendajú trabalhou para órgãos públicos como a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, em que iniciou suas atividades de exploração etnográfica no sertão paulista, e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), participando de missões de pacificação e do aldeamento de diversos grupos. Welper (2002, p. 105) aponta que essa relação entre o etnólogo e o SPIILTN foi marcada por ambiguidades, já que Nimuendajú defendia a necessidade da preservação dos grupos indígenas, discordando da pauta assimilacionista, o que não se alinhava com o Serviço de Proteção aos Índios.

No mesmo período, ele produziu uma série de artigos nos quais criticou e combateu as ideias e ações propagadas por Hermann von Ihering, então diretor do Museu Paulista, de assimilação étnica de povos indígenas do interior de São Paulo, o que, segundo Nimuendajú, era um processo de violência intrínseca que levaria ao extermínio desses grupos. Curt também atacava as iniciativas pacificadoras feitas na época, afirmando que promoviam apenas o extermínio dos povos nativos a longo e médio prazo (WELPER, 2002, p. 54).

Dois fatores constantes na vida de Nimuendajú eram sua preocupação com a destruição das culturas nativas e sua busca, muitas vezes utópica, por preservá-las em sua forma “pura”. Esse essencialismo foi visível também em outros momentos, como em sua polêmica com Jorge Hurley (FIGUEIREDO, 2010). Curt visava proteger os grupos nativos diante das investidas “civilizadoras” de Hurley. O contexto do combate indigenista parece um elemento fundamental para entender o processo de construção do mapa, mas certamente não era o único: o ambiente de criação dos mapas teve o concurso de diversos fatores. A criação dos mapas para terceiros (Curt já os produzia para suas investigações) se deu por conta de suas necessidades econômicas.

Após sua transferência para Belém e sua demissão do SPIILTN, Curt encontrou um cenário favorável à produção de pesquisas etnográficas, principalmente por meio de suas relações com a comunidade científica internacional da Europa e dos Estados Unidos, baseadas principalmente na venda de coleções etnográficas, arqueológicas e mapas. Isso possibilitou a Nimuendajú o financiamento necessário para a realização de suas expedições, já que não tinha vínculos muito claros com instituições, nas quais buscava artefatos para compor essas coleções e levantava dados para suas pesquisas. Seu trabalho de campo era feito por meio da construção de relacionamentos e de identificações entre ele e os indígenas, sendo que o etnólogo participava ativamente de

rituais religiosos e contava com seus principais informantes como “amigos”, “irmãos”, “leais companheiros” (WELPER, 2002).

Curt paulatinamente criou relações com o Museu Nacional, e foi mediante a iniciativa da gestão de Heloisa Alberto Torres, no Museu, que essa interlocução se tornou mais contínua. Ela financiou diversas expedições e o terceiro e derradeiro mapa. Não se tratava de uma amizade ou relação profissional mais intensa, mas permitia ao Museu Nacional disputar com financiadores externos (WELPER, 2002). Curt Nimuendajú, apesar de ser reconhecido como um etnólogo importante na época da institucionalização do campo antropológico brasileiro, declinava as propostas de se envolver mais diretamente em atividades acadêmicas. O caráter autodidata de sua trajetória e sua predileção pelo trabalho de campo desempenhavam importante papel nessa recusa. Porém, nos anos finais de sua vida, enfrentando problemas financeiros, Nimuendajú começou a ministrar aulas no Museu Goeldi e no Museu Nacional. Aceitou também, no mesmo período, as encomendas para a produção das três versões de seu “Mapa Etno-histórico”. As atividades de pesquisa se tornaram sua principal fonte de recursos diante da dificuldade encontrada por ele na coleta de venda de novos materiais etnográficos para museus no exterior.

É recorrente nas biografias a caracterização de Curt Nimuendajú como pesquisador e artesão e a ressalva de que essas suas facetas se encontraram harmoniosamente na produção de seu “Mapa Etno-histórico”. Nimuendajú não fez apenas um trabalho de pesquisa minucioso na busca por informações sobre os grupos indígenas, como também realizou todo o trabalho manual do desenho do mapa, desde os croquis iniciais até a versão finalizada da obra.

A primeira versão foi produzida em 1942 para o *Smithsonian Institution*, com o objetivo de ser publicado no *Handbook of South American Indians*, sendo usada no capítulo “*Eastern Brazil: an introduction*”, de Robert Lowie (LOWIE, 1946). A segunda, feita em 1943, era destinada ao Museu Paraense Emílio Goeldi. A última versão, de 1944, teve como destino o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nenhuma dessas três versões é igual à outra, sendo a do Museu Nacional a mais completa.

O “Mapa Etno-histórico” foi um dos trabalhos mais extensos realizados por Curt Nimuendajú. Tal representação cartográfica é resultado da síntese de uma grande variedade de dados etnográficos, localizações, processos migratórios e troncos linguísticos de grupos indígenas no Brasil. Esse mapa, segundo o autor, distingue-se de outras produções etnogeográficas por buscar aliar as questões geográficas a uma perspectiva histórica, evitando os anacronismos relacionados às

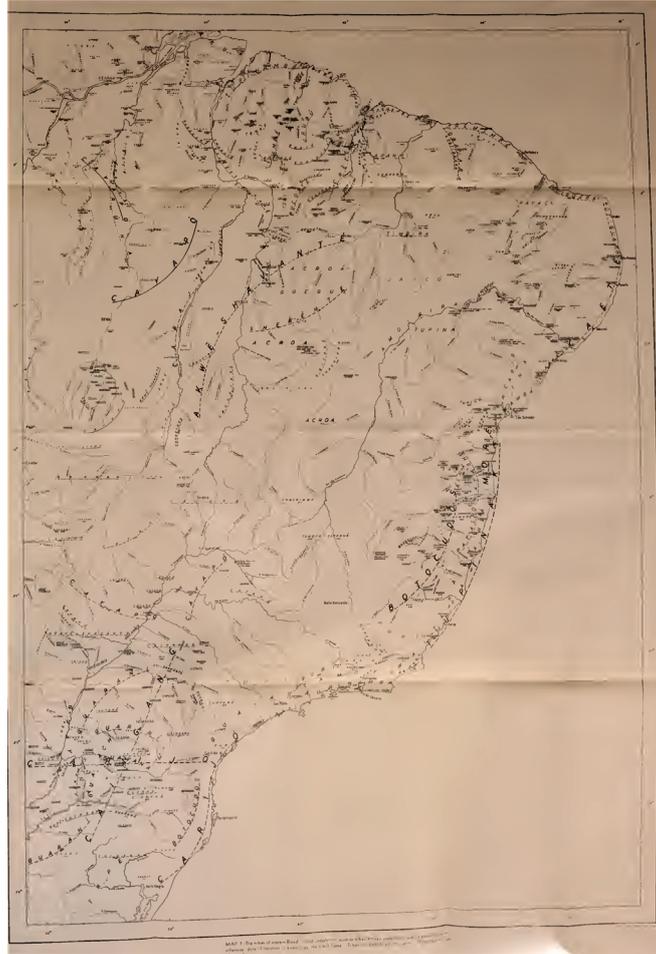
representações dos grupos nativos. Curt Nimuendajú utilizou, para a criação de seu mapa, múltiplas fontes bibliográficas, correspondências e anotações pessoais de diversos pesquisadores e indigenistas junto a suas próprias anotações, estudos e observações de campo.

A produção de uma representação cartográfica nos moldes feitos por Nimuendajú não foi tarefa fácil, especialmente considerando as restrições materiais e tecnológicas da época. O próprio autor se queixava de suas limitações técnicas, quando afirmava que desejava ter uma cor diferente para cada uma das famílias linguísticas representadas no mapa, o que não fora possível realizar. Mesmo reconhecendo que era um inconveniente, não achou uma solução viável para o problema (NIMUENDAJÚ, 1981, p. 41). Também há o claro desafio de como representar de maneira sucinta e clara o grande volume de informações acumulado durante a pesquisa, além do próprio tamanho original da obra que tinha a dimensão aproximada de 1,80m por 2,00m.

Essas características particulares do “Mapa Etno-histórico” não foram desafios enfrentados apenas por Nimuendajú durante a produção do mapa, mas também para as pessoas e instituições que tinham interesse na reprodução dessa obra. Rodolfo Barbosa (1981, p. 25) afirma que é provável que Nimuendajú não tivesse planos para publicação, já que o autor não teve cuidado com os problemas de ordem técnica para a reprodução do original, como, por exemplo, a qualidade do papel e a grande dimensão do mapa, as letras pequenas e a diversidade de cores usadas, fatores que dificultavam a reprodução do mapa.

Há uma longa história de tentativas de reproduzir o “Mapa Etno-histórico”, praticamente desde o momento em que foi produzido até os dias atuais. A primeira aconteceu com a versão encomendada pelo já citado *Smithsonian Institution*, considerado pelo editor da época, Julian H. Steward, muito detalhado, grande e cheio de cores para ser publicado na íntegra. Dessa forma, como pode ser observado na Imagem 1, a solução encontrada foi reproduzir a obra em preto e branco, dividi-la em três partes e suprimir as suas indicações linguísticas (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 30).

Imagem 1 - Primeira versão do Mapa Etno-histórico de Nimuendajú



Fonte: LOWIE, 1946, p. 382-383.

No Brasil, após a produção das versões encomendadas pelo Museu Goeldi e pelo Museu Nacional, houve consistentes tentativas de reproduzir o “Mapa Etno-histórico” para um maior número de pessoas, mas todas se depararam com os mesmos problemas enfrentados pelo *Handbook of South American Indians* (EMMERICH; LEITE 1981, p. 31). Apenas em meados de 1970, por meio da proposta do George Zarur ao Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), houve acesso a recursos que possibilitaram a publicação do mapa, culminando em 1981, por meio do trabalho conjunto do Museu Nacional e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no lançamento pela Fundação Nacional Pró-Memória da primeira edição dessa obra. Usando como base de análise para publicação os mapas do Museu Goeldi e Museu Nacional, essa edição foi reimpressa em 1987 e em 2002, tendo todas as tiragens esgotadas.

Em 2017 foi feita uma nova edição, por meio de parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o IBGE e a Universidade Federal do

Pará (UFPA). Novamente, a base do trabalho foram as versões do Museu Goeldi e do Museu Nacional, mas agora com o emprego de novas tecnologias e com proposta gráfica e editorial diferente da publicação de 1981. Note-se, por meio dessa cronologia da publicação do “Mapa Etno-histórico”, a relevância dada a esse trabalho de Nimuendajú no país, onde várias instituições públicas e estudiosos da área fizeram parceria para tornar possível a publicação dessa obra desde a produção de suas versões na década de 1940 até os dias atuais.

Nimuendajú acreditava que seu mapa deveria estar em constante estado de aperfeiçoamento. Seu trabalho não precisava ser visto como um produto final cristalizado, e, sim, como um instrumento dinâmico em constante processo de aprimoramento. Nas diferentes versões, houve a preocupação em não fazer apenas reproduções da mesma obra para diferentes instituições, mas em realizar mudanças e aprimoramentos a cada nova versão produzida, como, por exemplo, mudar uma para outra a classificação linguística de um grupo étnico diante de novas informações adquiridas, ou alterar as localizações de grupos de uma versão para outra (BARBOSA, 1981, p. 23). O índice também é um sinal do aperfeiçoamento entre as versões. O índice básico do trabalho de Nimuendajú continha aproximadamente 1.100 grupos indígenas e 818 referências bibliográficas, já no do Museu Nacional havia cerca de 1.400 grupos indígenas e 972 referências bibliográficas (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 31). Houve uma expansão considerável das referências utilizadas e da identificação de povos nativos.

Em conjunto com essa visão de mapa como algo em constante transformação, há o trabalho de pesquisa realizado por Curt. Segundo estudiosos dessa obra, Nimuendajú produzia e buscava fontes para a sua representação cartográfica dos grupos indígenas brasileiros da seguinte forma:

Baseava este seu trabalho no imenso acervo de dados coletados pessoalmente, em referências bibliográficas fidedignas e nas informações que incansavelmente solicitava a todos que realizavam estudos em tribos com as quais ele não tivera contato direto. Obtinha estes dados geralmente solicitando ou enviando aos colaboradores croquis para que aí assinalassem as localizações referidas (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 30).

Essa busca por aperfeiçoamento e por um grande volume de informações resultou em um estudo com uma vasta diversidade de informações relacionadas aos grupos indígenas até aquele momento. O trabalho de Curt Nimuendajú não era apenas

uma carta geográfica de localização. Tratava-se de um complexo de dados articulados espacialmente, o que hoje chamamos de um Sistema de Informação Geográfica (SIG). O mapa propriamente dito incluía uma diversidade de dados por meio de cores, formas e estilos. Também possuía informações cronológicas, com datas atribuídas aos grupos nativos, variando entre anos específicos e séculos, o que seria razoável, já que trabalhava com fontes históricas bastante imprecisas.

Um aspecto central que Curt Nimuendajú queria representar era a relação entre a questão geográfica e uma perspectiva histórica e linguística. Ao visualizar o “Mapa Etno-histórico”, algo que chama atenção é a grande variedade de cores utilizadas. Essa profusão de tonalidades tinha por objetivo sinalizar graficamente a classificação linguística dos grupos identificados na representação cartográfica. Nimuendajú categorizou as linguagens nativas em três tipos: línguas isoladas, línguas desconhecidas e famílias linguísticas. Na Imagem 2, fica claro esse sistema, no qual os traços laranja representam as línguas classificadas como isoladas, os nomes de grupos que não estão pintados são as línguas ditas desconhecidas, e as outras cores que aparecem são alguns dos tons usados para representar as famílias linguísticas:

Imagem 2 - Exemplo de um fragmento do “Mapa Etno-histórico”



Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, encarte.

Além de apresentar essas informações relacionadas aos troncos linguísticos, Nimuendajú procurou também representar o dinamismo das ocupações territoriais indígenas temporalmente. Ele colocou em um mesmo mapa grupos nativos que existiam no território brasileiro em épocas diferentes e tentou demonstrar isso graficamente, assinalando diferentes temporalidades de ocupação indígena no espaço. Como pode ser observado na Imagem 3, uma das formas que buscou transmitir essa perspectiva histórica foi o uso de tipografias diferentes para indicar as “localizações atuais das tribos”, localização de sedes abandonadas e “tribos extintas”.

Imagem 3 - Exemplificação dos diferentes tipos de letras utilizados no mapa

TRIBOS EXISTENTES: Sedes Atuais	WARAU
TRIBOS EXISTENTES: Sedes Abandonadas	YÚMA
TRIBOS EXTINTAS	AKROÁ

Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, encarte.

Outra ferramenta aplicada para demarcar essas diferenças temporais foi o uso de traços nos nomes dos grupos. Um traço mais grosso indicava os grupos existentes com “sedes atuais”, um traço mais fino para “sedes abandonadas”, e uma linha tracejada marcava grupos não mais existentes, além de também colocar abaixo do nome de alguns povos a data da informação que o fez marcar tal grupo em determinado local.

Anexo ao mapa estavam dois grandes índices: um de “tribos” e outro “bibliográfico”. O de “tribos” era o mais complexo de todos, pois mencionava os quadrantes onde estavam os grupos e quais obras bibliográficas haviam sido utilizadas para identificá-los. Conforme Imagem 4, os Abaeté, que ficavam no quadrante F6, foram marcados com a ajuda da obra “27”, que correspondia ao trabalho de Alfredo Moreira Pinto, “Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brazil”, constante no índice bibliográfico.

Imagem 4 - Fragmento do “Índice de Tribus” do Mapa Etno-histórico de Nimuendajú

Abaeté: F 6: 27.	
Abani: B 1: 441, 491.	
Abatihe: D 7: 400.	
Aberiana ⁽³⁾ : B 2: 441, 454, 808. [no mapa Abiriana]	
Abipón ⁽⁴⁾ : C 9, D 8, D 9: 30, 102, 284, 444, 778, 803	Guaykurú
Abira ^(2b) : C 1: 441.	Čapakura
Abitana-Wanyam: C 5: 543, 841, 842.	
Aboba: C 5: 19, 45, 46.	
Abucheta: C 7: 778, 786, 803.	
Acariana: B 2: 441, 808.	
Achagua: A 1, A 2, B 1: 14, 281, 300, 344, 441, 448, 465, 495, 545, 546, 808, 856, 925.	Aruak
Achirigoto: C 1: 441.	
Acioné: D 6: 19.	Otuké
Aconan v. Wakóna.	
Aconguaçu: C 3: 301, 906. [no mapa Aconguassú]	
Acoqua v. Akokwa.	
Acriú ⁽⁵⁾ : C 3: 389.	

Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, p. 45.

É possível reparar que, ao lado de cada grupo, havia a referência ao quadrante e a referência numérica às fontes. Ao todo, eram mais de 1.400 “tribos” (nas palavras de Nimuendajú), identificadas com 973 obras de referência (bibliografia e fontes primárias), totalizando centenas de autores. Na imagem 5, é possível ver uma amostra do formato de organização dos índices.

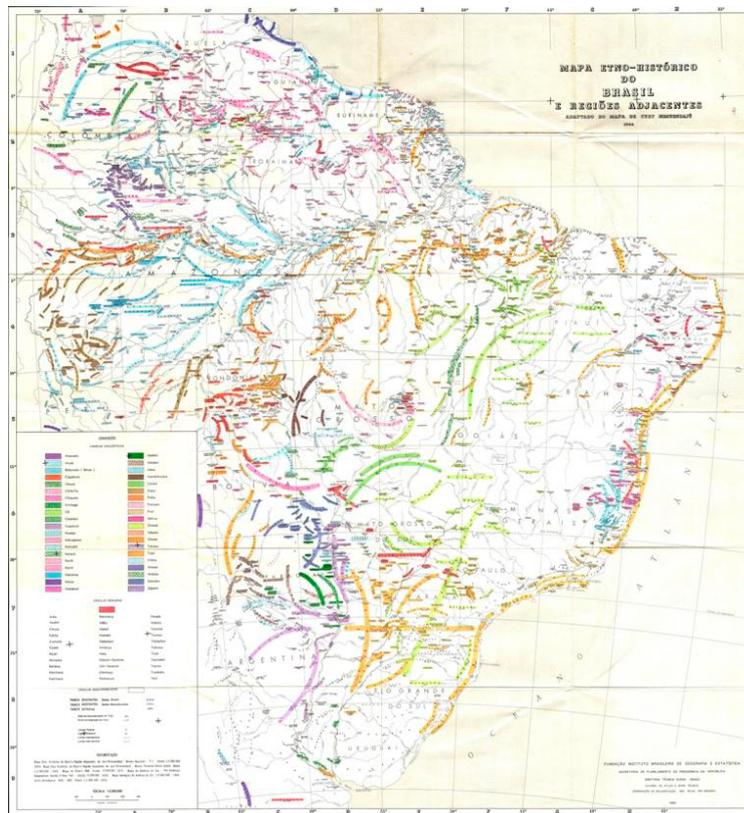
Imagem 5 - Fragmento do “Índice bibliográfico” do “Mapa Etno-histórico” de Nimuendajú

- | | |
|---|--|
| 1. <i>Fr. Vicente do Salvador</i> : Historia do Brazil. S. Paulo – Rio 1918. | 18. <i>Čestmír Loukotka</i> : La Famille linguistique Kamakan. Rev. Inst. Etn. II. Tucuman. 1931. |
| 2. <i>P. Claudio d’Abbeville</i> : Historia da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão (1613-1614). Maranhão. 1874. | 19. <i>Carl Friedr. Phil. von Martius</i> : Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig. 1867. |
| 3. <i>Pedro Carrilho de Andrade</i> : Memoria sobre os Indios do Brazil. Rev. Inst. Hist. Geogr. do Rio Grande do Norte. VII. Natal. 1912. | 20. <i>P. Martim de Nantes</i> : Histoire de la mission du – – – chez les Cariris (1671-1688). Rome. 1888. |
| 4. <i>Serviço de Protecção aos Indios</i> : Archivos das Inspectorias do Espiritu Santo, Maranhão, Amazonas e Acre. | 21. <i>Hermann Ploetz & A. Métraux</i> : La civilisation materielle et la vie sociale et religieuse des Indiens Ge du Brésil méridional et oriental. – Rev. Inst. Etn. I. Tucuman. 1930. |
| 5. <i>Iodocus Hondius</i> : Nieuwe Caerte van het wonderbaer ende goudrijke landt Guiana. – Rio Branco: Frontières. Atlas annexe au Mémoire. Paris. 1899. | 22. <i>Paul Rivet</i> : Langues Américaines. – Les Langues du Monde. Paris. 1925. |
| | 23. <i>Karl von den Steinen</i> : Durch Central-Brasi- |

Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, p. 69.

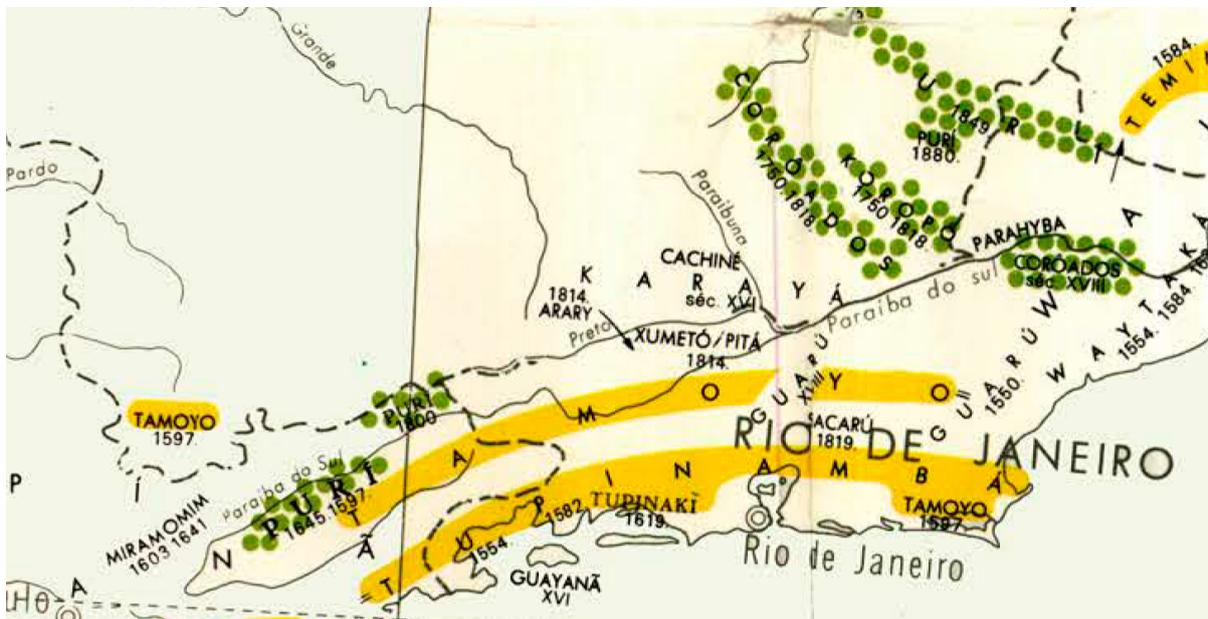
Essas tabelas, correspondentes entre si, bastavam para que pudéssemos saber onde cada grupo estava e quais as fontes utilizadas na pesquisa, ainda que certos grupos fossem identificados com diversas fontes, tornando difícil a tarefa de saber exatamente em quais obras Nimuendajú buscou informação para localizá-los no tempo e no espaço. Observa-se o mapa completo resultante deste trabalho na Imagem 6:

Imagem 6 - Mapa Etno-histórico (imagem completa)



Fonte: NIMUENAJÚ, 1981, encarte.

Vejamos um detalhe do mapa para entender sua confecção. É possível ver que os grupos são apresentados no mesmo plano, ainda que historicamente separados. No canto esquerdo (Imagem 7), temos uma referência aos Tamoyo 1597, que estariam ali naquela data segundo alguma das fontes usadas pelo autor. Bem ao centro, é possível visualizar uma seta, elemento visual usado por Curt para indicar migrações. Alguns grupos são apresentados em letras maiores e, muitas vezes, na forma de uma “faixa” transversal (com uma leve curvatura) para indicar uma ampla área de atuação dos nativos e sugerir alguma imprecisão.

Imagem 7 - Destaque para as faixas utilizadas pelo autor para representar informação

Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, encarte.

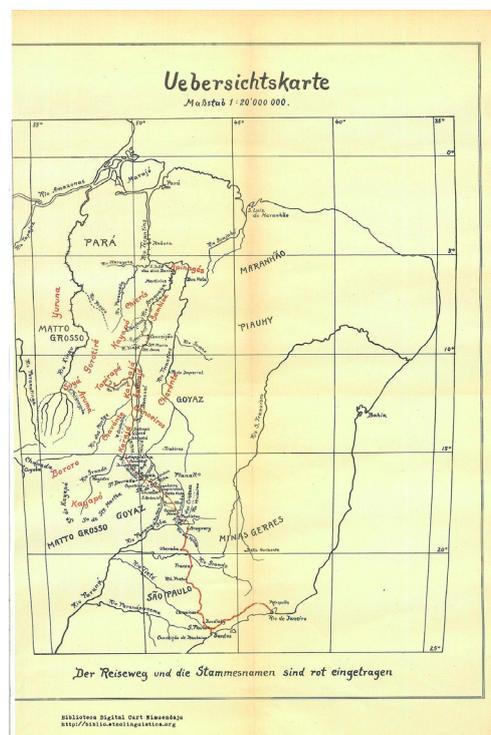
Essas foram as formas usadas pelo autor para sugerir a noção de incompletude das fontes ou a falta de exatidão geográfica e, ainda, muito provavelmente, a forma como o grupo se movia dentro de uma área maior. Nimuendajú percebia que os grupos os quais estudava se comportavam de modo diferente do que os mapas tradicionais estavam preparados para representar e tentou, ao seu modo, subverter a cartografia etnocêntrica usando esses recursos espaciais como forma de indicar essas diferenças. Ao mesmo tempo, é um mapa indigenista, no sentido de povoar o espaço com os grupos originários e contra a corrente do Estado e da conquista europeia. A ênfase é no povoamento original e corrente, sem indicar que pertenciam ao passado. Os povos nativos e o próprio mapa de Nimuendajú transcendem as fronteiras nacionais e estaduais. A base para a localização dos grupos indígenas era a hidrografia. Ressalte-se que Curt desejava (e havia marcado) os limites em uma segunda camada menos visível (BARBOSA, 1981), o que reforçava o argumento de que ele queria dar materialidade indígena ao desenho atual, e não projetar o atual ao passado indígena. Cidades (como o Rio de Janeiro do fragmento acima) e limites atuais apareciam no mapa, mas ocupando um evidente segundo plano.

É difícil estimar quais foram as influências cartográficas que orientaram a criação de Nimuendajú. A cartografia da época não aportava muitas ideias sobre o mapeamento de grupos nativos, e mesmo o *Handbook of South American Indians* não trazia grandes

inovações, sendo o mapa de Curt um dos mais interessantes da obra. As técnicas usadas por ele, indicando faixas de texto para apontar a localização “ampla” de grupos nativos, já era usada por Martius e Spix nos trabalhos apresentados em *Viagem pelo Brasil*, do início do século XIX. Sendo essa uma importante obra de referência etnográfica na obra de Curt, seria bastante provável que fosse uma inspiração também em termos cartográficos. De fato, Nimuendajú usa um sistema muito parecido ao de Martius e Spix, com grandes rótulos indicando os grupos nativos colocados de modo transversal no espaço, faltando apenas as cores.

É possível apontar outras produções contemporâneas que provavelmente serviram de inspiração ou que ao menos apontam os tipos de representações que estavam disponíveis na época. Um desses mapas é o de Fritz Krause (Imagem 8), presente na obra *In den Wildnissen Brasiliens*, de 1911, o qual descreve a viagem que Krause fez pelo Brasil com as indicações dos povos indígenas por ele visitados e consta como uma das referências utilizadas no “Mapa Etno-histórico”. Portanto, é provável que tenha servido como alguma forma de inspiração, apesar de não ter muita semelhança com o trabalho do Nimuendajú para além da maneira de situar os povos nativos nominalmente, aqui também na forma de faixas de texto sem delimitações.

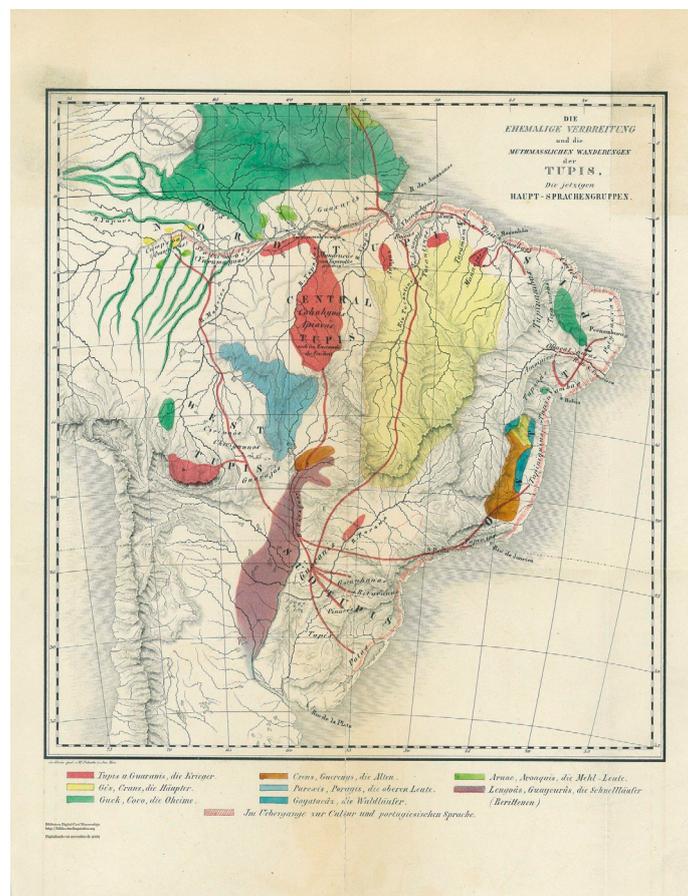
Imagem 8 - Mapa panorâmico publicado em Krause, 1911, “In den Wildnissen Brasiliens”



Fonte: KRAUSE, 1911, encarte.

Outro trabalho que pode ser observado é o Mapa etnolingüístico de Von Martius (Imagem 9), representação que acompanha o primeiro volume do *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens* (MARTIUS, 1867), uma das obras mais usadas por Nimuendajú. As semelhanças começam pelo uso de cores e se estendem à ideia de representar famílias linguísticas e à tentativa de apontar os deslocamentos dos Tupis pelo território brasileiro, sendo sua principal diferença a forma que os grupos indígenas são representados: circunscritos em “bolsões”.

Imagem 9 - Mapa etnolingüístico de Von Martius

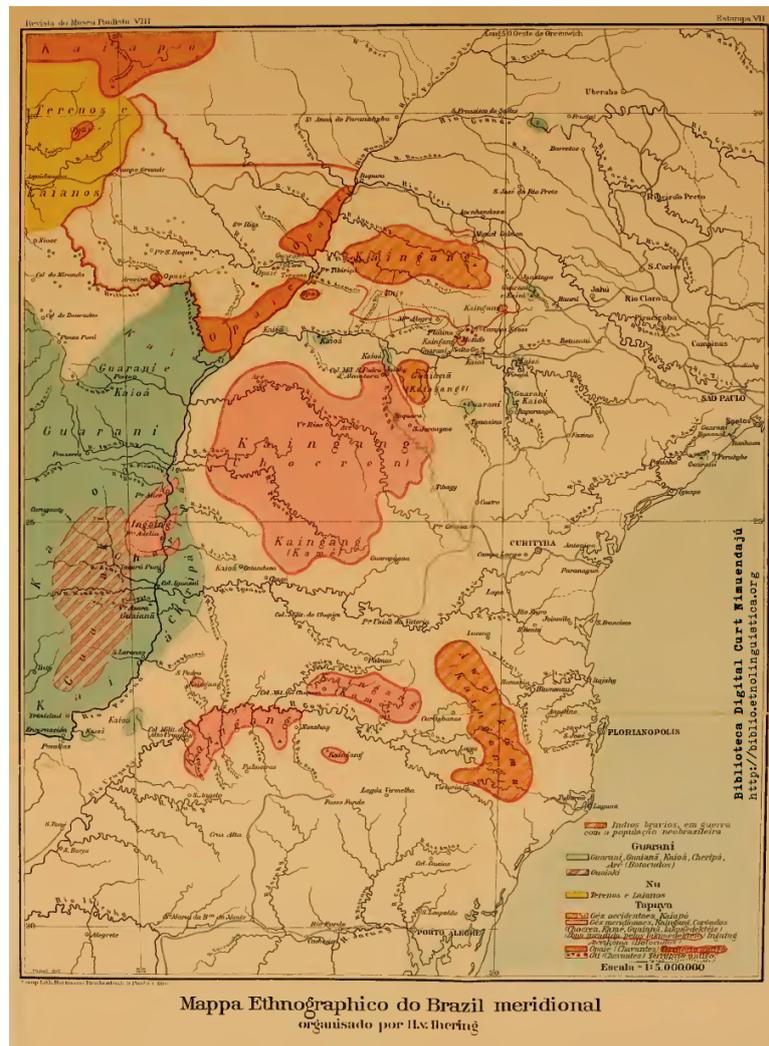


Fonte: MARTIUS, 1867, anexo.

Essa forma de representação difere da maneira escolhida por Nimuendajú de retratar os nativos em seu “Mapa Etno-histórico”, no qual são localizados com faixas de texto “abertas”, sem apontar uma delimitação territorial clara (que seria uma evidente postura eurocêntrica). Esses “bolsões”, porém, aparecem em um trabalho supostamente de autoria de Nimuendajú presente no artigo “A questão dos índios no Brasil”, de von Ihering (1911). Nimuendajú reivindica a autoria desse mapa em uma carta de 1944

(NIMUENDAJÚ, 1948, p. 216). Se for esse o caso, demonstra-se uma clara mudança nas escolhas de representação cartográfica feitas pelo etnógrafo de um mapa para o outro. Conforme observa-se na Imagem 10, ele teria passado de um estilo presente na obra madura de Von Martius (*Beiträge...*) para o estilo do jovem Martius em companhia de Spix (*Viagem pelo Brasil*).

Imagem 10 - Mappa Ethnographico do Brazil meridional



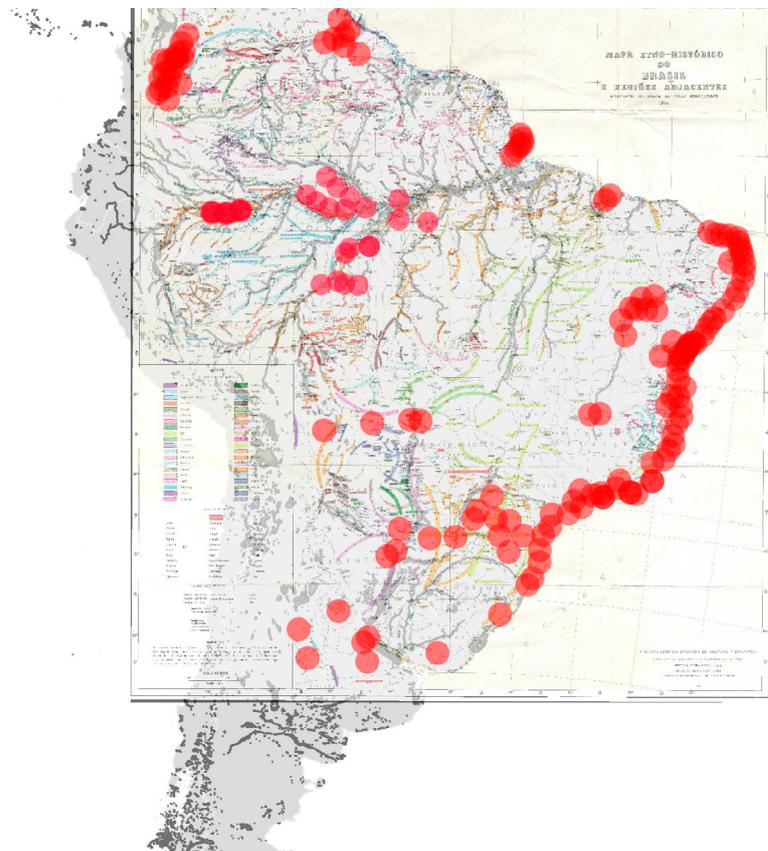
Fonte: VON IHERING, 1911, p. 141.

O desmonte e a análise do mapa de Curt Nimuendajú

“Desmontamos” o conjunto do “Mapa Etno-histórico” com o uso de procedimentos digitais. Não se trata de uma aplicação estrita das ideias de Harley, pelo contrário. O processo de desmonte conta com a ajuda fundamental de um SIG, abordagem da qual o autor era um profundo crítico. Mesmo assim, acreditamos que a prática permitida pela cartografia digital permitiu alguns avanços consideráveis na direção de “desconstruir” o mapa, tal como queria Harley.

Adotamos, até certo ponto, os procedimentos empíricos (e empiricistas) empregados por Nimuendajú. Foi criado um banco de dados para cada um dos índices, e o “Mapa Etno-histórico” foi georreferenciado. Usamos um nível de granulação de dados que tornou possível saber quais os autores mais usados no conjunto, por grupo, por período ou por todos esses critérios ao mesmo tempo, de tal modo que poderíamos avaliar o quanto Nimuendajú escolheu de cada um deles ou para que regiões. A preocupação com essas métricas tem como finalidade revelar aquilo que o mapa e sua apresentação escondem e que diz respeito às preferências do autor e à forma como ignorou certas informações, sem que isso tenha sido apresentado ou discutido. Todos os dados foram cartografados. Nossa representação cartográfica pretende fazer emergir as diferenças entre o enunciado pelo autor e o que “disse” cartograficamente (Imagem 11).

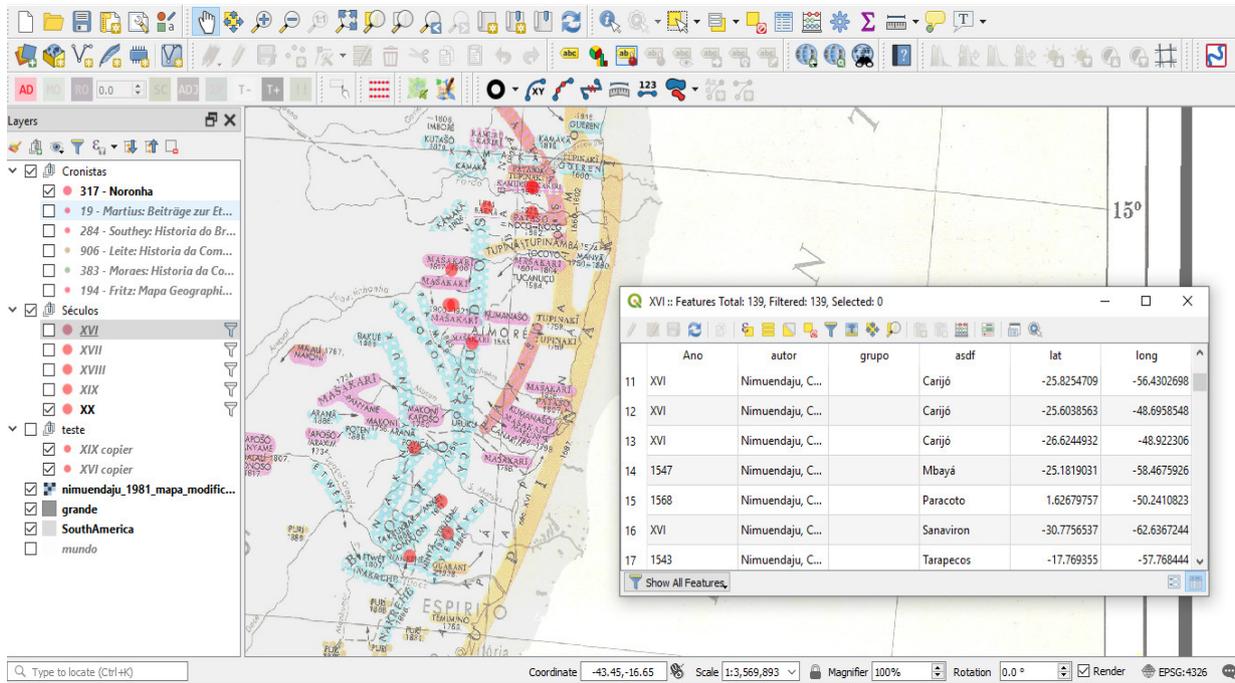
Imagem 11 - Mapa Etno-histórico georreferenciado com a sobreposição do mapa atual. Destaque para os pontos em vermelho, representando informações do século XVI filtradas do mapa original



Fonte: Autoria própria.

Como os grupos estavam relacionados a autores e bibliografias, foi possível conhecer, como pode se observar na Imagem 12, o alcance espacial de cada autor, ou seja, criar um panorama das fontes usadas por Nimuendajú, o que permitia ter conhecimento sobre algumas das limitações do mapa. Eram componentes visuais que seriam muito difíceis de se ver diretamente no original.

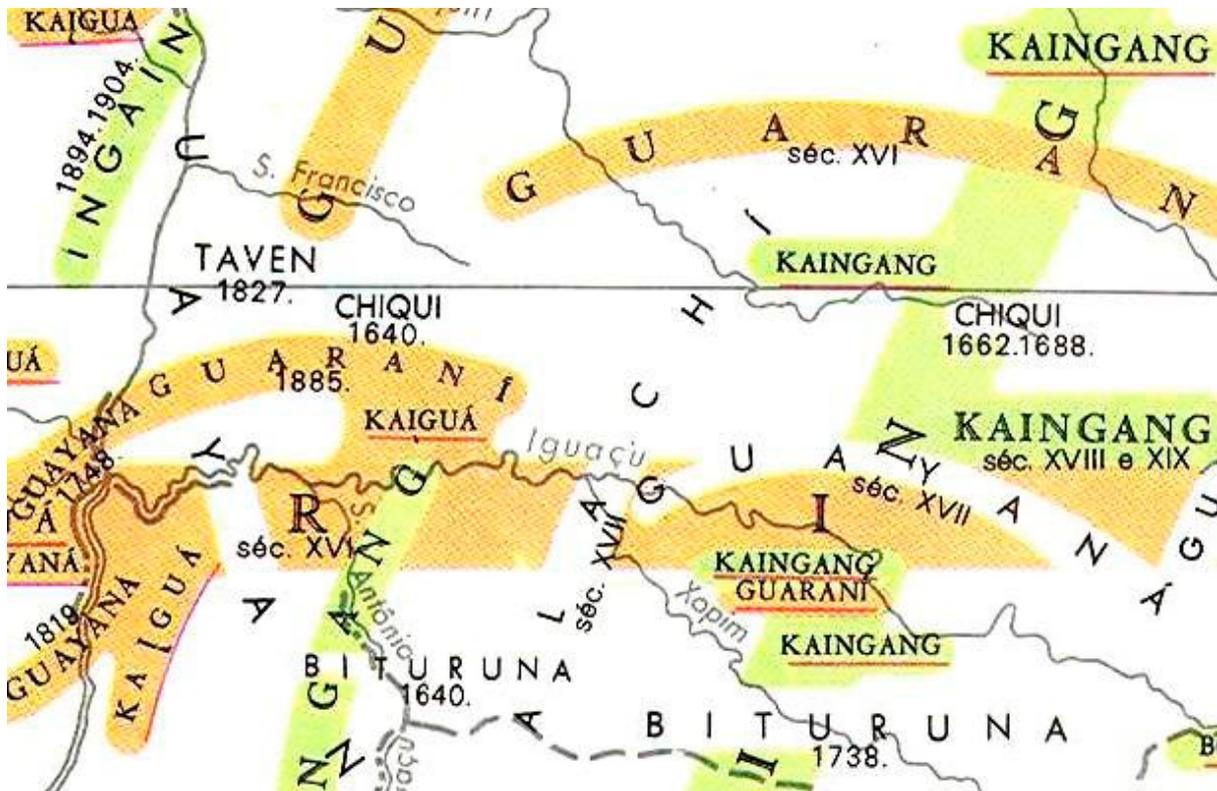
Imagem 12 - “Mapa Etno-histórico” de Nimuendajú no software de geoprocessamento, com destaque para a tabela de dados criada e organizada com os dados dos “Índices” presentes na obra original



Fonte: Autoria própria.

A forma como Nimuendajú organizou seus dados fez muita coisa se diluir. Não podemos saber, por exemplo, que fonte o autor usou para um grupo específico em dado período, ou, ainda, para que regiões. Conhecemos apenas as informações usadas para o conjunto em todo o período ou espaço. Não podemos, assim, saber como foram detectadas migrações e deslocamentos, algo destacado com setas no mapa. Ainda assim, é possível perceber diversas opções feitas por Nimuendajú em sua cartografia. Começamos com o recorte cronológico: como anteriormente dito, informações de datação aparecem tanto com anos específicos quanto com séculos inteiros. Essa parece ter sido mais do que uma opção, uma adequação do autor ao que estava disponível em seu conjunto documental. O trabalho de Nimuendajú acaba “achatando” toda a cronologia. Temos, lado a lado, períodos de tempo muito diferentes, como pode-se observar na Imagem 13:

Imagem 13 - Destaque para o sistema de datas utilizado por Nimuendajú, indicadas abaixo de cada etnônimo

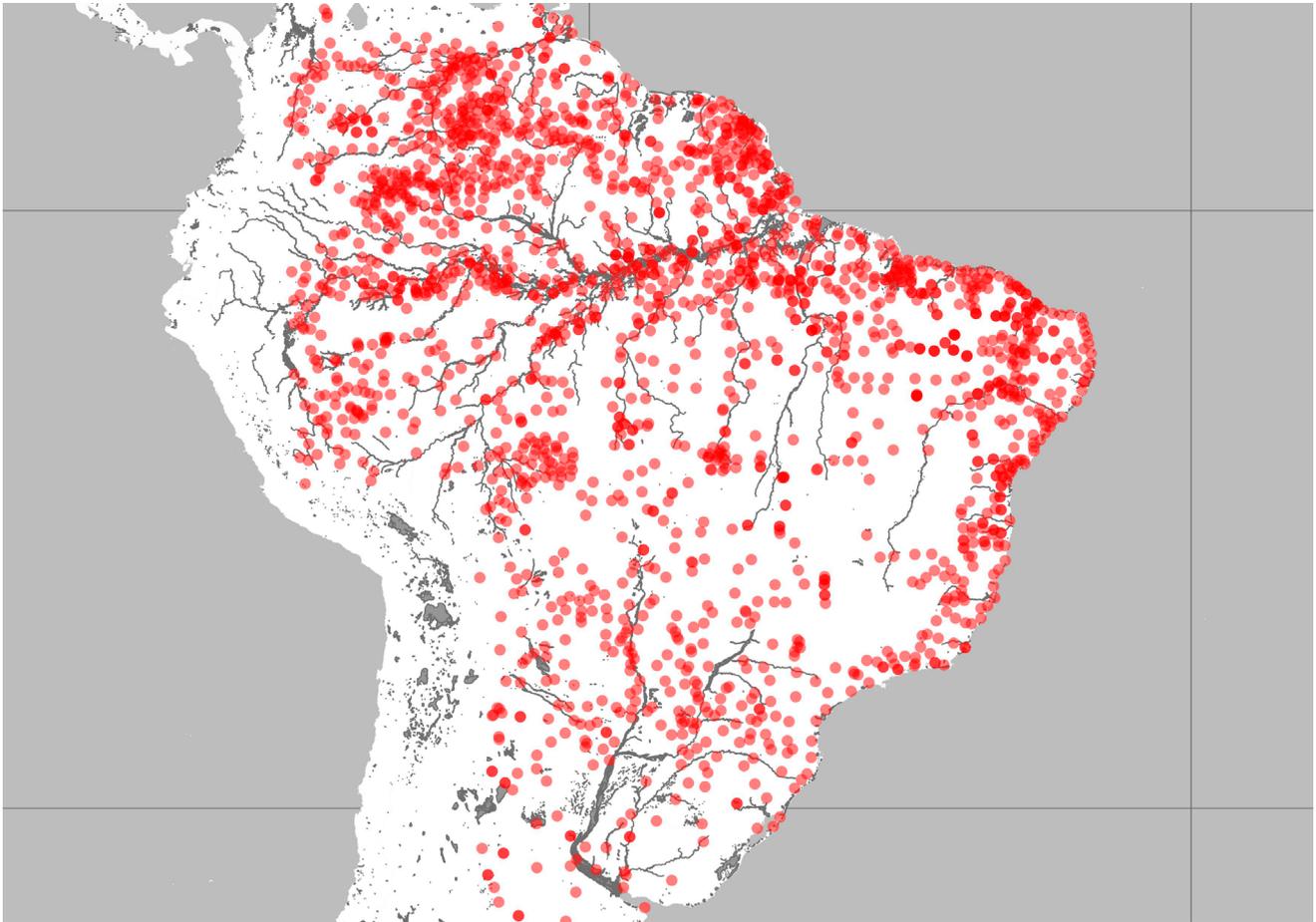


Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981, encarte.

Por conseguinte, temos muitos grupos indígenas próximos geograficamente, mas que ocuparam aquelas áreas em temporalidades (anos, décadas, séculos) distintas. Desse modo, Nimuendajú ocupava homogeneamente os espaços em branco com períodos muito discrepantes. As setas usadas para apontar as migrações davam conta apenas dos grupos em relação a eles mesmos. Tratamos de “desmontar” o mapa em camadas a partir da cronologia, em amostras de cem anos. Optamos por esse recorte pois, enquanto alguns grupos aparecem datados pelo ano específico, outros o são por século, tal como podemos ver na imagem acima, ou seja, por uma característica de nossa fonte. A divisão por século também ajudou na percepção de tendências de longo prazo que antes eram de difícil leitura dada a acumulação dos tempos no espaço.

Tomando o conjunto dos dados de Nimuendajú georreferenciado por nossa equipe, chegamos ao resultado da Imagem 14, com todos os grupos representados sincronicamente. Trata-se de uma imagem que apresenta um trabalho denso e impressionante, fruto do obstinado esforço empirista de Nimuendajú em busca de

Imagem 14 - Conjunto dos pontos georreferenciados com base no “Mapa Etno-histórico”



Fonte: Autoria própria.

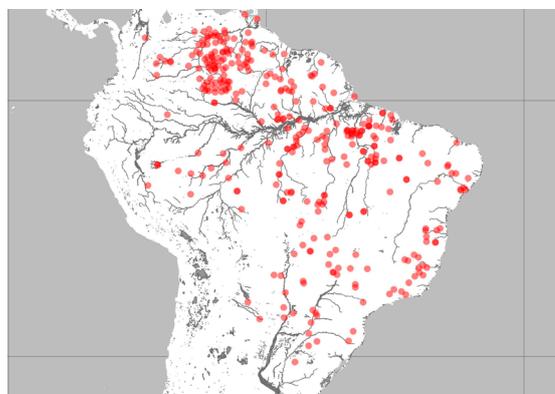
novas ferramentas. Ao separarmos por século, contudo, a imagem é surpreendente. A figura cronologicamente “achatada” produzida por Curt revela outras particularidades, adquiridas pela própria forma de trabalho do autor, como pode-se observar nas Imagem 15, Imagem 16, Imagem 17, Imagem 18 e Imagem 19.

Imagem 15 - Os pontos georreferenciados divididos por século - XVI



Fonte: Autoria própria.

Imagem 18 - Os pontos georreferenciados divididos por século - XIX



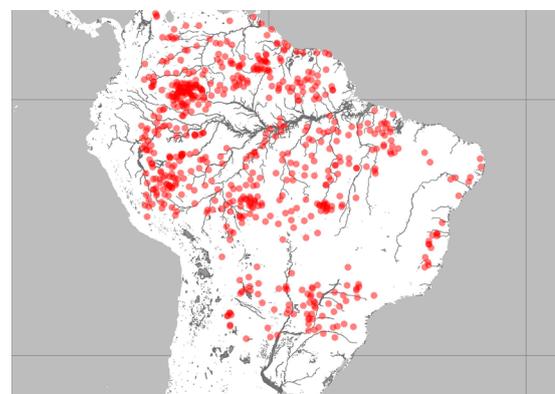
Fonte: Autoria própria.

Imagem 16 - Os pontos georreferenciados divididos por século - XVII



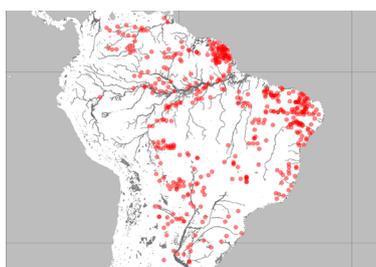
Fonte: Autoria própria.

Imagem 19 - Os pontos georreferenciados divididos por século - XX



Fonte: Autoria própria.

Imagem 17 - Os pontos georreferenciados divididos por século - XVIII



Fonte: Autoria própria.

O resultado não é um mapa da localização dos indígenas na história do Brasil, mas dos avistamentos de grupos indígenas por europeus. O trabalho de Nimuendajú fala muito mais dos observadores europeus do que dos nativos, como muito frequentemente ocorre nos estudos de alteridade (POMPA, 2003). É interessante observar o movimento gerado pela separação em camadas de cem anos. A primeira imagem (século XVI) nos mostra os grupos costeiros e faz aparecer um gigantesco vazio no interior, fruto do desconhecimento europeu daquelas áreas. O mapa do século XVII ressalta viagens feitas na Amazônia pelos europeus, enquanto o do XVIII apresenta suas primeiras tentativas de interiorização. Ainda neste, temos uma abordagem costeira, não mais oceânica, mas agora dos grandes rios do interior, como o São Francisco e o Paraná. O mapeamento do século XIX apresenta uma intensificação do contexto surgido no XVIII. O século XX é particularmente interessante, já que o mapa gerado forma uma espécie de “coroa”, indicando as cabeceiras dos afluentes do Rio Amazonas: era o momento em que os indigenistas começaram a buscar os grupos mais afastados. Desse modo, a reconstrução digital do Mapa de Curt Nimuendajú nos ajudou a buscar elementos para entender a dinâmica de sua construção, de tal modo que a técnica contribuiu na crítica. O esforço hercúleo do autor pode ser revisitado e reconsiderado a partir da constatação de seus inevitáveis limites.

Os autores usados na obra foram mais de 900, mas não são utilizados de modo homogêneo. Era notório que Curt procurava usar diversos estudos para cartografar cada grupo, ainda que em muitos casos isso não fosse possível. Portanto, um mesmo pesquisador foi usado para localizar vários grupos, assim como cada conjunto foi cartografado com a ajuda de vários nomes. O autor mais usado é Carl F. Von Martius, com suas *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Ele deu informações para a localização de 138 grupos, especialmente Tupinambás e Potiguaras. Na sequência, a *História do Brasil*, de Robert Southey apontou dados para 73 grupos, dos quais também se destacavam os Tupinambás e Potiguaras. Aqui convém fazer uma observação: não pretendemos apresentar a quantificação de autores e grupos nativos para criar uma hierarquia das referências usadas por Nimuendajú (a qual tampouco seria desprovida de validade), mas para destacar um elemento invisível ao leitor do mapa – sua seletividade – que pode nos ajudar a compreender sua construção.

As escolhas de Nimuendajú

Vejamos a relação grupos nativos/autores. Os conjuntos com maior número de referências foram os Kayapó, com 70, e os Mura, com 43, seguidos dos Tukuna, 38, e dos Bororó, 31. Só então aparecem os Tupinambás, com 29 autores, formados por Martius, Southey e outros 27. Esse tipo de informação – sobre quais grupos têm

mais fontes e quais são as mais usadas – não estava disponível na leitura do “Mapa Etno-histórico”, muito menos na análise qualitativa dos índices. Ela só foi permitida pelo desmonte do conjunto em um sistema digital que permite, entre outras coisas, saber que regiões foram descritas por quais pesquisas e, ao mesmo tempo, selecionadas ou não por Curt. No caso de Martius, por exemplo, sua narrativa cobre os grupos que, no esquema de Nimuendajú, habitavam as áreas indicadas na Imagem 20.

Imagem 20 - Localização de pontos do conjunto de grupos indicados por Martius dentro do “Mapa Etno-Histórico”



Fonte: A autoria própria.

Este mapa não se trata, contudo, das áreas consideradas por Martius, mas dos lugares ocupados pelos grupos mencionados por este. A forma como Nimuendajú construiu seu sistema não permitiria tamanha distinção geográfica. Essa debilidade não torna menos interessante a cartografia dos autores citados por ele. Se comparados entre si, podemos entender um pouco mais sobre o uso que Nimuendajú fez deles. Vejamos outros casos, Robert Southey (Imagem 21) e Samuel Fritz (Imagem 22), dois dentre os mais utilizados no “Mapa Etno-histórico”.

Imagem 21 - Localização de pontos do conjunto de grupos indicados por Southey dentro do "Mapa Etno-Histórico"



Fonte: Autoria própria.

Imagem 22 - Localização de pontos do conjunto de grupos indicados por Samuel Fritz dentro do "Mapa Etno-Histórico"



Fonte: Autoria própria.

Enquanto Southey tem um padrão semelhante ao de Martius, tratando de grupos que ocupavam diversas regiões da América, Fritz (Imagem 23 e Imagem 24) menciona conjuntos existentes nas margens do rio Amazonas. Isso é relativamente fácil de explicar: Southey e Martius, para além de suas próprias observações, fizeram compilações de dados. Fritz fez uma descrição de sua viagem ao final do século XVII, além de um mapa dos povos por ele descritos (BN. ARC.030,02,017 - Cartografia).

Imagem 23 - Mapa de Samuel Fritz e detalhe dele



Fonte: FRITZ, 1691.

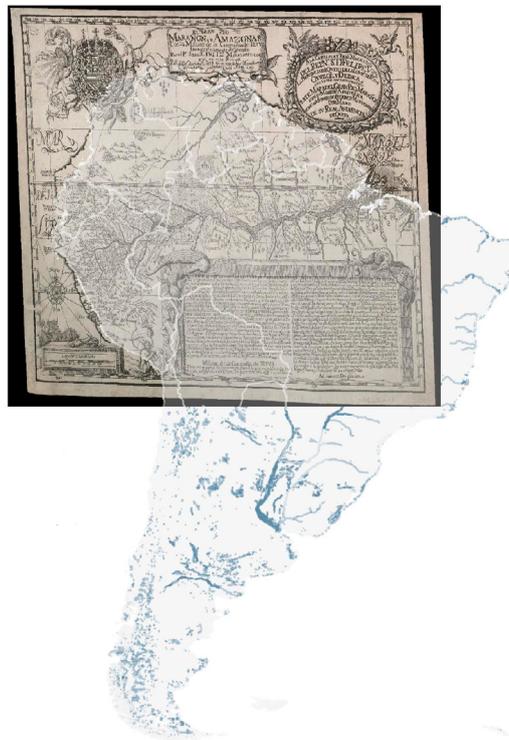
Imagem 24 - Mapa de Samuel Fritz e detalhe dele



Fonte: FRITZ, 1691.

Este trabalho, base de material usado por Nimuendajú, foi igualmente georreferenciado, tal como se vê na Imagem 25.

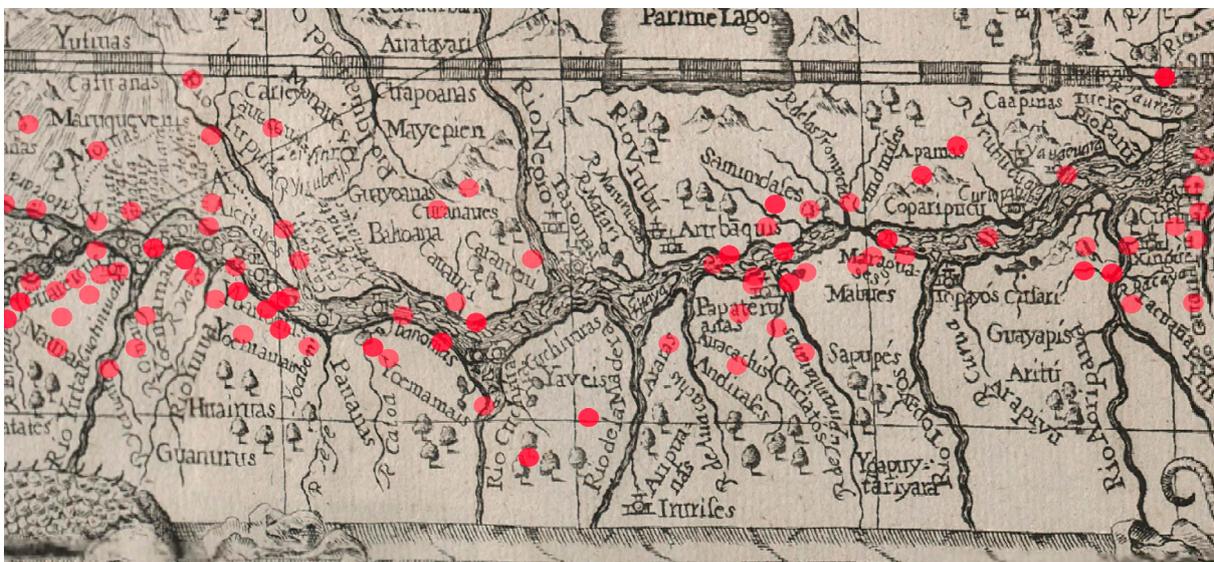
Imagem 25 - Mapa de Samuel Fritz no processo de georreferenciamento



Fonte: Autoria própria.

O geoprocessamento do mapa de Fritz foi feito para comparar os dados apresentados por ele com aquilo feito por Curt, buscando entender a forma como este último se apropriou das referências do anterior para mapear os grupos. O resultado apontou para uma grande quantidade de grupos presentes no mapa de Fritz que foram ignorados por Nimuendajú. Vejamos na Imagem 26.

Imagem 26 - Mapa de Samuel Fritz na comparação com os dados aproveitados do mesmo autor por Curt Nimuendajú em seu “Mapa Etno-histórico”



Fonte: Autoria própria.

É possível ver que Nimuendajú marcou uma grande quantidade de povos que estavam apontados no mapa de Fritz, mas acabou ignorando outros tantos, dando preferência aos mais próximos ao leito do rio, ainda que haja exceções. Com isso não queremos apontar faltas e incompletudes na obra de Curt, mas indicar sua imponderável seletividade. É difícil e mesmo improvável descobrir a causa dessa seleção, mas parece evidente que Curt deixou muitos dados de lado, e isso não somente com relação ao Padre Fritz. Tomemos outro exemplo: o relato de Padre Noronha, de 1768. Ele é a referência número 317 de Curt Nimuendajú, sendo utilizado para localizar 7 grupos no “Mapa Etno-histórico”, especialmente Mura e Tukuna, conforme se vê na Imagem 27.

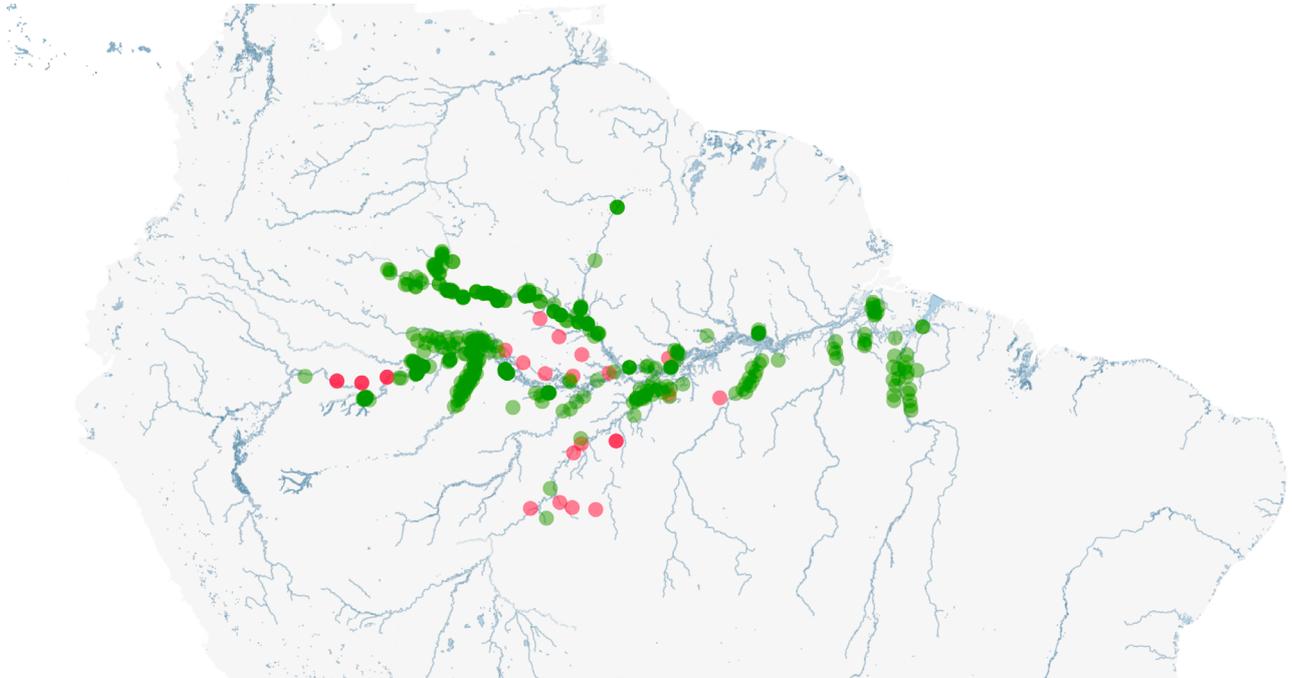
Imagem 27 - Localização de pontos do conjunto de grupos indicados por Noronha dentro do “Mapa Etno-Histórico”



Fonte: Aatoria própria.

Pesquisas recentes que usaram Padre Noronha como referência chegaram a resultados um tanto quanto diferentes, como é o caso do trabalho de Ramalho e Rendeiro Neto (2016), que salientam a riqueza da narrativa de Noronha sobre povoações, lugares, vilas e nações indígenas. A presença de citações de, no mínimo, 362 grupos nativos em seu relato ratifica a relevância do levantamento de informações sobre a diversidade ameríndia e sua identificação geográfica aos olhos coloniais. Dessa forma, temos diante de nós uma grande discrepância a respeito do tratamento e da utilização dos dados referentes ao Padre Noronha na confecção do trabalho de Nimuendajú, como pode ser observado na Imagem 28.

Imagem 28 - Contraste entre localização de pontos do conjunto de grupos indicados por Noronha dentro do “Mapa Etno-Histórico” (em vermelho) e dos pontos identificados pela pesquisa recente de Rendeiro e Ramalho (2016) (em verde)



Fonte: Autoria própria.

Imagem 29 - Comparação dos pontos referentes ao relato de Gabriel Soares de Souza do “Mapa Etno-Histórico” (em vermelho) com a leitura da mesma obra (marcada por círculos)



Fonte: Autoria própria.

Os pontos em vermelho são aqueles identificados por Nimuendajú, enquanto os círculos pretos são o resultado de nosso georreferenciamento. Há uma quantidade expressiva de dados apontados por Curt e que não aparecem na nossa leitura da obra de Soares de Souza, especialmente no Nordeste do Brasil. Esses pontos foram revisados, e a explicação se dá, muito provavelmente, por conta do efeito de “duplicação indesejada”, já que o sistema de Nimuendajú acumulava dados de vários autores para o mesmo grupo, ou seja, não temos apenas as informações de Soares de Souza, mas também de outros autores que mencionaram os mesmos povos que ele.

Mesmo no caso de sub-representação por parte dos dados obtidos por nossa equipe, há diversos conjuntos que são ignorados pelo etnógrafo, evidenciando uma expressiva seleção daquele para várias áreas, especialmente no Sul, bem como em Ilhéus e Belém.

Usando técnicas cartográficas, foi possível identificar um amplo repertório de escolhas e seletividade na leitura que Curt fez de relatos coloniais. Assim como os casos acima discutidos, o trabalho de Krause (1911) só foi usado para identificar Kayapós, ainda que mencionasse a posição de outros tantos grupos. Não foi possível encontrar uma regularidade, pois isso exigiria reler e refazer os trabalhos de todas as fontes usadas pelo autor, mas acreditamos que é relevante salientar essas diferenças nos casos apresentados, pois isso é muito saliente na leitura do “Mapa Etno-histórico”. A esperada exaustividade celebrada pelos comentaristas de Curt não era tão grande, e ele criou ausências notáveis.

A linguagem cartográfica e seus vieses

Podemos compreender a cartografia enquanto uma linguagem associada ao ato de mapear o mundo e sua complexidade. Há décadas essa técnica vem sendo analisada em diversas perspectivas, cada vez mais críticas e baseadas em questionamentos antropológicos e epistemológicos. Com base nesse espírito, vamos fazer uma análise da retórica de Curt e, por consequência, do nosso próprio trabalho de desmonte, entendendo “desmonte” e “desconstrução” como etapas diferentes de nosso *détour*. Até aqui compartilhamos o empirismo de Nimuendajú para mostrar suas opções. Agora nos resta avaliar outros aspectos.

A cartografia pode ter efeitos destrutivos para outros saberes e culturas ao buscar conceituar, produzir e disseminar mapas privilegiando sua origem majoritariamente eurocêntrica, enraizada em concepções espaciais ocidentais que silenciam outras maneiras de se conhecer e apreender o espaço. Isso não significa que essa linguagem seja privilégio dos povos europeus, mas foi por esses “domesticada” e imposta enquanto universal ao longo dos últimos séculos, dentro de um processo de cientificação, tecnicização e demanda de precisão. A prática cartográfica e seu exercício no período colonial nas Américas – e poderíamos estender até os dias de hoje – foi perpetuada através de desqualificação e inferiorização de todas as diversas possibilidades e formas de se mapear das sociedades indígenas das Américas, assim como de outros continentes e povos marcados pelo colonialismo (HARLEY, 1989, 1992; RUNDSTROM, 1995).

Ao se discutir a complicada tarefa de confeccionar mapas que respeitem concepções nativas sobre o espaço, temos a oportunidade de debater até que ponto a utilização de recursos cartográficos promove avanços e possibilidades nos estudos sobre povos indígenas em diversas áreas do conhecimento. Dois elementos são fundamentais: a possível incompatibilidade do sistema de coleta e o uso de informação geográfica entre sociedades ocidentais e os povos indígenas da América; a utilização de técnicas e tecnologias de compreensão do espaço, em contextos interculturais, serve enquanto uma nova ferramenta de assimilação e de colonização epistemológica das culturas indígenas pelas concepções cartográfica e espacial do ocidente (RUNDSTROM, 1995).

Seria possível perceber essas formas de dominação cartográfica quando falamos do mapa de Curt Nimuendajú? Para refletir sobre isso, será preciso dialogar com a antropologia da cartografia. Desde os anos 1980, há um forte debate sobre a utilização de cartografia por grupos nativos. Discussões teóricas e metodológicas apresentadas por alguns autores vêm tratando sobre os perigos na utilização dos SIG, enquanto outras perspectivas apontam para sua “reabilitação” enquanto ferramenta útil e viável, sendo que diversas iniciativas de grupos indígenas já vêm utilizando os SIG de modo intenso e muitas vezes com finalidade política, manifesto no mapeamento visando à defesa de terras ancestrais. Esse debate faz referência aos usos que grupos nativos faziam desde os anos 1950 no Canadá e desde então também nos Estados Unidos, dentro do processo de reivindicação de terras (HERLIHY; KNAPP, 2003).

Durante os anos 1990, tais experiências passaram lentamente a usar também os sistemas informatizados. Rundstrom é um dos maiores críticos do uso dessas ferramentas por grupos nativos. A crítica se baseia no fato de que o uso destas tecnologias ocidentais poderia destruir completamente a epistemologia nativa e suas formas originais de compreender o espaço. O tecnicismo que marca esses procedimentos (e que nos parece evidente) agiria como um elemento destrutivo e de dominação. Segundo ele, tais práticas se provam “[tóxicas] para os povos indígenas e seus sistemas de conhecimento” (RUNDSTROM, 1995, p. 55). Apesar da crítica, que tem forte tom essencialista, a análise do autor acaba fazendo tábula rasa das diferenças entre os povos nativos, ao apontar a existência de uma epistemologia nativa geral, indicando suas características ao longo do artigo, ou seja, desconsiderando a diversidade e as diferentes espacialidades de cada grupo.

Apesar desses pontos ecoarem como uma barreira intransponível para o desenvolvimento de novas pesquisas que entrelaçam as concepções de espaço, povos indígenas e a utilização de ferramentas cartográficas tradicionais aos ocidentais, encontramos alternativas interessantes de lidar com esse problema.

Há grande diversidade de métodos e iniciativas de mapeamento que focalizam na participação direta de grupos nativos na construção de visualizações cartográficas (MACKENZIE; SIABATO; REITSMA; CLARAMUNT, 2017), além da existência de laboratórios de SIG administrados por grupos indígenas em seus territórios (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005; HERLIHY; KNAPP, 2003).

Constatar que a operação cartográfica é vinculada à sua tradição ocidental-europeia – carregada de princípios e ferramentas significantes apenas a uma concepção espacial etnocêntrica – não impossibilita o desenvolvimento de trabalhos envolvendo o ofício cartográfico e a análise geográfica de grupos indígenas. A maioria dessas iniciativas de cartografia nativa se concentram na resolução de demandas atuais e necessárias para a sua defesa e reivindicação territorial, assim como incorporar os conhecimentos tradicionais desses povos no ato de mapear. As populações que participam dessas iniciativas deixam de ser “apenas informantes” e se destacam enquanto sujeitos negociantes e ativos sobre o processo de construção cartográfica (CARDOSO, 2014, p. 24).

Mesmo em termos de mapas “analógicos”, em papel, grupos nativos tiveram ao longo da história diversas formas de cartografia, tanto originais quanto influenciadas pelo colonizador, e isso pôde existir em paralelo com a manutenção dos valores étnicos mais fundamentais. Um caso exemplar é o estudo de Chauca Tapia (2016) sobre a cartografia chinesa e ameríndia e suas vinculações com os jesuítas, no qual ressalta, dentre outras coisas, que a produção do Mapa de Samuel Fritz (do qual falamos anteriormente) foi possível pela atuação colaborativa de diversos povos ao longo da viagem do padre, em fins do século XVII. Temos também os estudos conduzidos por Barcelos (2010) sobre a ação de guaranis na produção de mapas “jesuíticos”, sob influência dos padres na sua fase final, mas com características nativas em todas as fases de elaboração. Segundo ele, “muitos indígenas participaram ativamente destes processos. Em alguns casos, podem ter sido inclusive incentivados a uma iniciação ao fazer cartográfico” (BARCELOS, 2010, p. 2). O autor ainda ressalta o uso estratégico da cartografia por indígenas, diante de cenários de incerteza e luta pelas terras. Como disse Perkins: “Em alguns contextos, as práticas de mapeamento podem ser usadas para subverter [...], enquanto em outros, é o potencial polifônico do mapa que é invocado, com a mesma imagem representando muitas visualizações diferentes e usada para muitos propósitos diferentes” (PERKINS, 2003, p. 345).

Em suas últimas publicações e trabalhos, Harley já começava a destacar a necessidade da história da cartografia em assumir dois compromissos na inclusão de grupos nativos das Américas enquanto agentes produtores dessa

forma de conhecimento: aceitar a existência de cartografias indígenas que continuaram a ser praticadas antes e após a chegada de colonizadores europeus; o exercício de pesquisa histórica focada em reconstruir as contribuições indígenas na feitura de mapas “europeus” (HARLEY, 2002, p. 171). Tal compromisso vem mostrando a significativa presença nativa na escrita de novas pesquisas sobre cartografia das Américas, em que colonizadores europeus estão deixando de serem vistos como os únicos cartógrafos deste não-tão-Novo Mundo, já mapeado por grupos indígenas.

Os diálogos entre história indígena e história da cartografia têm revelado a importância da análise cartográfica no aprofundamento das relações coloniais, nas quais mapas eram operados dentro do espectro de ferramenta imperial à resiliência nativa. Desde a constituição de práticas cartográficas mistas no México central, passando pelas incertas e parciais informações geográficas sobre o Oeste norte-americano compiladas por impérios europeus, até a emergência de expedições científicas iluministas na América do Sul que prometiam verdadeiro e preciso mapeamento do Novo Mundo, recentes trabalhos enfatizam a centralidade nativa na construção das possibilidades do ato de mapear, anteriormente classificado apenas enquanto europeu (GRUZINSKI, 1991; MUNDY, 1996; SAFIER, 2008; MAPP, 2011). Mesmo com tais avanços, a historiografia dos mapas e da cartografia ainda enfrenta desafios como a inclusão crítica de perspectivas nativas nos séculos tardios de domínio colonial nas Américas, sem mencionar a ausência de percepções Africanas ou afro-americanas sobre o mapeamento do espaço.

A busca e inclusão indígena na cartografia também instiga questionamentos sobre o seu histórico de impactos sociais e políticos na desapropriação de terras nativas desde o início da colonização. Harley salienta como “mapas fornecem um roteiro para estudar processos territoriais aonde indígenas foram progressivamente empurrados para fora de suas terras” (HARLEY, 2002, p. 170). Mapas baseados em preceitos de alta precisão podem reforçar com sua retórica visual e simbólica o apagamento ou marginalização de grupos étnicos, raciais, e sociais. Dessa forma, Harley critica ideais de precisão técnica e avanços tecnológicos no campo cartográfico que não estejam dispostos a refletir seu comprometimento ético. Assim, precisão e tecnicidade devem vir em segundo plano, pois primeiro devemos considerar eticamente o impacto da cartografia na resolução ou agravação de questões de justiça social (HARLEY, 2002, p. 206-207). Levando isso em conta, acreditamos que a construção de cartografias digitais e que fazem uso de SIG pode e deve estar em diálogo com problemas de justiça social frutos do impacto de processos históricos em nossa sociedade. Tal análise também pode ser feita sobre o mapa de Nimuendajú, ao nos perguntarmos sobre sua intencionalidade,

seu comprometimento ético e seu impacto na construção de uma presença territorial indígena não limitada ou baseada no território brasileiro ou de qualquer estado-nação, mas onde a hidrografia sul-americana tem grande peso em sua composição ao explicar a disponibilidade das nações ameríndias do continente.

As reflexões desses autores nos ajudam a pensar algumas questões que são fundamentais para compreender o trabalho de Nimuendajú. O primeiro problema é que um mapa nunca é produto do cartógrafo que o desenha, mas de um longo processo de coleta de dados (em campo), de notas de informantes, de logística para os trabalhos, de preparação de croquis, de desenho e de decoração. Em alguns casos, quando o mapa é impresso, há outras preocupações que dizem respeito ao processo de reprodução gráfica e a seus limites, os quais também têm sua história.

Começamos pelo “campo” e as notas de informantes. É aqui que nos conectamos com a parte anterior. Vimos que o mapa de Nimuendajú foi produzido por centenas de “informantes” (além de suas próprias observações de campo), autores de obras de natureza muito diversa, produzidas em circunstâncias muito diferentes, ainda que Curt tenha tratado todos como se fossem etnógrafos. O informante mais importante, como já vimos, foi Karl Friedrich Philip von Martius, com a obra *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Von Martius foi um importante cientista alemão, reconhecido principalmente por suas contribuições ao campo da botânica, mas realizou também uma vasta investigação acerca das línguas e dos povos indígenas do Brasil.

Von Martius recebeu o convite para integrar a expedição científica austríaco-bávara que acompanhou a chegada de Maria Leopoldina ao Brasil, e, entre os anos de 1817 e 1820, em companhia do zoólogo Johann Baptist von Spix, percorreu grande parte do território brasileiro. O resultado direto dessa expedição, além da catalogação e extração de espécimes, foi a publicação da obra *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, sendo também a base de trabalhos posteriores como *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Neste, Von Martius utiliza as observações diretas feitas por ele e por Spix durante sua expedição em conjunto com informações de outros viajantes para fazer uma análise etnográfica e linguística dos grupos indígenas do lugar (DIENER, 2014).

Nos seus escritos, encontramos, em meio a fortes juízos de valor sobre os nativos não-assimilados, referências à presença indígena na travessia e no processo de coleta de informações, algo que fica mitigado quando vemos o trabalho geral. O mapa “descritivo”

de Martius, feito por sua narrativa e “cartografado” por Curt, continha, na verdade, uma grande carga de trabalho de campo “nativo”. Muitas vezes, Martius e Spix estavam “não informados nem a respeito do caminho a tomar, nem acerca das águas navegáveis e outras circunstâncias importantes, numa viagem tão prolongada e arriscada, entregues inteiramente ao alvitre de um índio, nosso piloto” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 63). Esse trecho de *Viagem pelo Brasil* antecede a entrada dos viajantes no rio Amazonas e mostra claramente a participação ativa de indígenas nos caminhos escolhidos para a realização da expedição e conseqüentemente no próprio processo de coleta de informações. É nítida a importância do conhecimento indígena para a realização da viagem de Spix e Martius na região amazônica e para os produtos posteriores resultantes dessa expedição. Ainda que possamos apontar problemas de interpretação etno-geográfica, o produto de Curt é também um mapa das centenas de grupos que participaram da coleta de campo, tal como aconteceu com o de Fritz, igualmente utilizado. Porém, o elemento mais interessante, quando pensamos na “coleta” de informações de Curt, é que o resultado da organização de todos os dados foi um registro cartográfico com milhares de inscrições no mapa da América do Sul ao longo dos anos. A questão do tempo é importante não apenas porque Nimuendajú situou historicamente suas localizações, mas porque, ao separarmos cronologicamente por século, como fizemos anteriormente, temos o “negativo” daquelas milhares de inscrições no mapa: grandes ausências, representadas por espaços em branco, que foram ocultadas por diferentes camadas temporais com as quais o mapa foi elaborado. É como se os dados das épocas posteriores fossem encobrindo os “vazios” das passadas, fazendo opaca uma informação fundamental: não era um mapa etno-histórico, mas dos avistamentos feitos por europeus, como apontamos anteriormente. Trata-se de uma retórica baseada em ausências, pois tampouco isso foi discutido nas partes textuais que antecedem o mapa.

Essa retórica das ausências deve ter relação com as posições teóricas de Curt, e muito provavelmente isso era muito consciente. Defensor da preservação dos indígenas em suas comunidades, Nimuendajú esperava conservar uma essência nativa. Essa posição era muito justificável em um contexto no qual a alternativa era sua “civilização” e invisibilidade, tal como propostas por Hurley nos anos 1910 e 1920, mas acabava impedindo o reconhecimento da identidade indígena em povos que haviam tido forte contato e miscigenação. Suas posições sempre acentuadamente indigenistas fizeram com que seu desenho fosse politicamente indigenista e que os espaços ocupados do continente fossem todos associados aos grupos nativos. Era preciso povoar o continente com informações indígenas, as quais têm amplo predomínio no desenho. No mapa de Curt, visto de longe, é fácil ignorar o Estado nacional que se estabeleceria nas terras dos povos originários. As fronteiras atuais aparecem, e muitas cidades de grande porte

são indicadas, mas de um modo muito discreto, ocupando um evidente segundo plano, quase que para indicar sua inconveniência em um continente indígena. Há um elemento adicional que nos permite pensar nas preocupações de Curt com o preenchimento dos espaços vazios. Em carta de 1935, para Carlos Estevão, Diretor do Museu Nacional, Nimuendajú escrevia que “Snethlage me deixou também os dados necessários para o nosso mapa etnográfico *do qual ficou eliminada uma das manchas brancas mais sensíveis*”. Não era apenas uma preocupação empirista. Era preciso atribuir espaço aos nativos (WELPER, 2002, p. 94, rodapé 108). Outros elementos merecem ser discutidos, os quais dizem respeito à forma de visualização escolhida por Curt. Por um lado, todos os grupos foram representados com a mesma legenda cartográfica: faixas longitudinais para áreas maiores e pontos, representados por um apartado com o nome do grupo e uma data, para avistamentos específicos. Não temos qualquer espaço para diferentes formas de se relacionar com o espaço, de acordo com os saberes nativos. Pode ser uma crítica forte, considerando o contexto em que a obra foi produzida, mas, na verdade, o que Nimuendajú fez foi homogeneizar as experiências nativas com um código de cartografia moderna, dispondo grupos no espaço como se fossem estáticos, mesmo diante de conjuntos para os quais o movimento sazonal fosse fundamental.

A questão da dinâmica do movimento é certamente um elemento central. É correto que Curt inseriu setas no meio dos grupos para indicar seu movimento. Contudo, elas acabam indicando mormente os deslocamentos fruto da fuga para o interior (provocada pela chegada dos europeus) do que pelas dinâmicas nativas. Estas foram cristalizadas nas manchas e faixas usadas para representá-las, determinando territórios de cada tribo de modo tendencialmente estático. Como afirma Ingold, quando nos referimos ao trabalho cartográfico, privilegiamos a criação de uma representação estática de uma determinada realidade. Conseqüentemente, informações relativas à mobilidade e à dinamicidade da ocupação do espaço acabam sendo negligenciadas em prol de uma ilusão fixa (INGOLD, 2007). Esse aspecto, quase que geral na cartografia, torna-se um problema ao lidarmos com a questão do movimento, da migração e da ocupação espacial, que seguem uma lógica diversa das balizas tradicionais impostas.

Conclusão

Ao longo deste texto, procuramos apresentar o “Mapa Etno-histórico” de Curt Nimuendajú e a forma como esse produto cartográfico foi “desmontado” por meio do uso de um SIG que nos fez perceber diversas marcas da produção do famoso mapa. Há um grande debate sobre o tecnicismo presentes nessas ferramentas, e mesmo o mapa de Nimuendajú poderia ser acusado nessa direção, já que fazia, analogicamente,

o mesmo que se faz nos dias atuais: cruzar dados de diversas fontes em diferentes camadas de informação em um contexto espacial definido (no caso, o continente da América do Sul). Ao analisar seu trabalho, acabamos fazendo algo similar e podemos, sem qualquer dúvida, receber a mesma crítica de tecnicismo alheio às especificidades da experiência indígena. Ocorre, contudo, que elas são múltiplas, e resta como desafio pensá-las em termos cartográficos. O etnógrafo sabia disso.

Ao utilizar os sistemas de informação geográficas para reconstruir digitalmente o “Mapa Etno-histórico”, acabamos tendo a possibilidade de perceber algumas das escolhas do autor, dentre as quais destacamos uma notória seletividade na representação de certos grupos por “informantes”. Esse elemento não foi explicado e talvez seja muito difícil encontrar uma justificativa para ele. O ponto mais importante, contudo, não é esse: é o que chamamos de “retórica das ausências”, quando revelamos grandes espaços vazios encobertos por camadas de dados de épocas posteriores. Essa retórica seria fruto de um processo de transformação das descrições europeias sobre os indígenas em informação positivista sobre a correta posição dos grupos nativos no tempo, como procuramos demonstrar ao longo destas páginas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú. *In*: IBGE/Fundação Pró-memória. **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 23–27.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. A cartografia indígena no Rio da Prata colonial. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, X, 2010, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010.

CARDOSO, Thiago Mota. Malhas cartográficas: técnicas, conhecimento e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2014, p. 1-28.

CHAPIN, Mac; LAMB, Zachary; THRELKELD, Bill. Mapping indigenous lands. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 34, p. 619–638, 2005.

DIENER, P. Martius e as línguas indígenas do Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 353-376, ago. 2014.

EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne. A ortografia dos nomes tribais no mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú. *In: IBGE/Fundação Pró-memória. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 29-35.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 41, p. 315-336, ago./dez. 2010.

FRITZ, Samuel. **Mapa Geographica del Río Marañón o Amazonas**. Biblioteca Nacional. ARC.030,02,017 - Cartografia, 1691.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario: Sociedades indígenas y occidentalización en el México Español S.XVI-XVIII**. Fondo de Cultura Económica, México D.F., 1991.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. **Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization**, Toronto, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.

HARLEY, John Brian. Rereading the maps of the Columbian encounter. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 82, n. 3, p. 522-542, 1992.

HARLEY, John Brian. **The new nature of maps: essays in the history of cartography**. Baltimore: JHU Press, 2002.

HERLIHY, Peter H, KNAPP, Gregory. Maps of, by, and for the peoples of Latin America. **Human Organization**, Oklahoma City, v. 62, n. 4, p. 303-314, 2003.

INGOLD, Tim. **Lines: a brief history**. Routledge, 2007.

KRAUSE, Fritz. **In den wildnissen Brasiliens: bericht und ergebnisse der Leipziger Araguay-expedition, 1908**. Leipzig: R. Voigtländer, 1911.

LARAIA, Roque. A morte e as mortes de Curt Nimuendajú. **Série Antropológica**, Brasília, n. 64, p. 01-09, 1988.

LOWIE, Robert Harry. **Eastern Brazil**: an introduction. Handbook of South American Indians: The Marginal tribes, Washington, v. 143, p. 381, 1946.

MACKENZIE, Kierin; SIABATO, Willington; REITSMA, Femke; CLARAMUNT, Christophe. Spatio-temporal Visualisation and Data Exploration of Traditional Ecological Knowledge/ Indigenous Knowledge. **Conservation & Society**, New Delhi v. 15, n. 1, p. 41-58, 2017.

MAPP, Paul W. **The Elusive West and the Contest for Empire, 1713 – 1763**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde **Amerika's zumal Brasiliens**: Wörtersammlung brasilianischer Sprachen. vol. 2. F. Fleischer, 1867.

MUNDY, Barbara E. **The Mapping of New Spain**: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

NIMUENDAJÚ, Curt; R. F. Mansur Guérios. Cartas etnolingüísticas. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 2, p. 207-241, 1948.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)**, Vol. 1, EdUSP, 2006.

PERKINS, Chris. Cartography: Mapping Theory. **Progress in Human Geography**, London, v. 27, n. 3, p. 341–351, 2003.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003.

RAMALHO, João Pedro Galvão; RENDEIRO NETO, Manoel. Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha. *In*: VILA, Carlos Valencia; GIL, Tiago Luís (org.). **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 165–198.

RUNDSTROM, Robert A. GIS, indigenous peoples, and epistemological diversity. Cartography and geographic information systems. **Bethesda** v. 22, n. 1, p. 45–57, 1995.

SAFIER, Neil. **Measuring the New World: Enlightenment Science and South America**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Lana Sato de Moraes é Mestre em História pela Universidade de Brasília (2018), mesma instituição onde cursou graduação em bacharelado e em licenciatura em História (2016). Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Colonial, focando principalmente em temáticas relacionadas a gênero e economia e geoprocessamento.

Carlos Antonio Pereira de Carvalho é Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB). Atua em pesquisas no campo de História do Brasil Colônia, com foco em História Social a partir de elementos da História Digital. Atualmente trabalha e possui interesse em pesquisas sobre a História dos escravizados na América Portuguesa, assim como, o uso do Sistema de Informações Geográficas.

Manoel Domingos Farias Rendeiro Neto é Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de Brasília (2013-2017). Doutorando em História pela Universidade da Califórnia, Davis (2018-). Sua pesquisa privilegia a História da América Latina, com foco na História da Amazônia, nas dinâmicas do colonialismo, nas configurações das fronteiras e nas nações indígenas nos séculos XVIII e XIX.

Tiago Gil possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), graduação em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professor Associado da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia colonial, história digital, contrabando, fronteira, história espacial, geoprocessamento em história e bancos de dados.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Tiago Luís Gil, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70910-900, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA CRediT

Conceituação: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago.

Curadoria de dados: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago.

Investigação: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago.

Escrita – rascunho original: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago.

Escrita – revisão e edição da versão final: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITOR RESPONSÁVEL

Temístocles Cezar - Editor-Chefe

DIREITOS AUTORAIS

Lana Moraes; Carlos Carvalho; Manoel Rendeiro; Tiago Gil.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 4 de agosto de 2020.

Alterado em: 25 de novembro de 2020.

Alterado em: 12 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 19 de janeiro de 2021.

Eliminating white spots: a dismantling of Curt Nimuendajú's indigenist cartography

Lana Moraes ^c

E-mail: lana.sato@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3558-6932> 

Carlos Carvalho ^c

E-mail: carlos.decarvalho95@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6026-6826> 

Manoel Rendeiro ^b

E-mail: mrendeironeto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9923-1113> 

Tiago Gil ^a

E-mail: tiagoluisgil@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6891-9318> 

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

^b University of California, College of Letters and Science, History
Department, Davis, CA, Estados Unidos da América

^c Mestre em História, Universidade de Brasília, Instituto de
Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

ABSTRACT

This article reflects on the construction of Curt Nimuendajú's "Ethno-historical map", an exhaustive work that sought to map the native groups of South America. This map was one of the most widely-used representations by researchers since its creation in 1944. The theoretical framework adopted in this paper stresses maps as rhetorical constructs that should be read as texts. The article also discusses the limits and possibilities of a visual vocabulary to understand explicit and implicit theoretical and methodological decisions in cartography. Digital cartography will be employed to bring out the differences between what the author of the project intended and what was presented in the "Ethno-historical map". The text starts with a description of the work and its most evident options, showing a relative selectivity in Nimuendajú's choices. In the last part, technical procedures will be abandoned to interpret the results considering the new critical cartography and ethno-geography positions.

KEYWORDS

Cartography; Ethnography; Rhetoric.

The purpose of this article is to discuss the cartographic representation of indigenous groups, and to do so, we will explore the choices made by Curt Nimuendajú, author of the “Ethno-historical Map”, who exhaustively sought to locate the main native groups in South America. It was undoubtedly one of the most used representations by researchers in Brazil since it was made in 1944, and following it, this map has been (re)published and (re)used in different graphic forms, media (digital or printed), and platforms, but always with the same content.

We will take as inspiration the work of Brian Harley (1989), who starts from the notion that maps are rhetorical constructs which should be read as texts. Harley was concerned with the naturalized way maps were usually consumed in a context of widespread discussion of social theories. This naturalization appeared both in the technical character of cartography, which, according to the author, suffered from an “ontological schizophrenia” and in the way maps were interpreted epistemologically, since maps were usually interpreted in a mild way, with few criticisms of the composition of their epistemic nature, thus forming a consolidated consensus of what a map was.

There was also the context of the emergence and diffusion of “Geographic Information Systems” (GIS), which reinforced the technical character of cartography and increasingly diminished its artistic face. Harley proposed to interrogate the hidden agendas of maps, starting from insights provoked by his readings of Foucault and Derrida (which he acknowledged were hardly compatible, although inspiring). According to him, “Maps are a cultural text. By accepting their textuality, we are able to embrace a number of different interpretive possibilities” (HARLEY, 1989, p. 7-8).

His goal was to offer an alternative reading to the maps. This new possible interpretation contrasted with existing ones and embraced a criticism towards the notion of reality and representation guided by normative cartographic thinking, guided by a positivist scientification, more concerned with the norms and techniques of cartography. His contribution, therefore, comes with the suggestion of going beyond the rules that govern the universe of maps, based on social theories, and trying to understand them as products arising from a context that overrides the normalization of cartography and social elements that influence that. In this way, Harley (1989) was more concerned with the cultural production of maps than with their faithful adherence to assumptions.

The ideas presented by Harley (1989) come as a counterpoint to the notion that has been created of how a map is constituted, of how it would be the correct way to prepare and interpret it and of the naturalization that has been consolidated

as to its form and content. However, the author did not want and did not create a “deconstruction” method or technique, emphasizing that a broad strategy of actions should characterize this approach. In doing so, he mentioned works that analyzed coats of arms and decorative art around the letter, while other initiatives questioned the iconographies used to create the notion of “places of interest” in space.

In later work, published *post-mortem*, Harley (1992; 2002) highlighted how indigenous peoples produced maps, both in the strict sense of drawing, and in providing information that would appear on European charts. These native maps – original or in conjunction with European ones – would later be used for the conquest process, while other native maps and even native appropriations of European cartographic techniques would be used to question the advances of the old world, in the quest to reestablish previous hierarchies.

We intend to discuss the cartographic choices and vocabulary adopted by Nimuendajú to express the history of native groups and their spatiality, exploring the limits of cartographic language. Our approach, however, will not be stuck to Harley’s proposals, also using tools from the so-called Geographic Information Systems (much criticized by the author, indeed), which seem to us valid for this exercise. In this sense, our article proposes to present the map and its author, making a *détour* through the so-called critical cartography, in search of elements to reflect the cultural aspects that characterize the production of maps.

Cartography was certainly one knowledge that contributed most to the advance of imperialism throughout history, and is undoubtedly a deeply Eurocentric knowledge. However, this does not invalidate its use for different purposes, even in the opposite direction, when it enables critical readings about colonialist persistence in the production of historical knowledge. While it is certain that our non-indigenous place of speech will determine our point of view, nothing prevents us from de-structuring our own graphic representation of space using other ideas.

The challenge of mapping the native groups of the Americas, a task intended by Nimuendajú, is gigantic and can be summarized in two major problems: 1) native peoples were diverse and had different ways of relating to space; 2) the methods we use to represent the historical process, through cartography, end up falling into a posture tending to Eurocentrism, and it would be relevant to consider other ways of apprehending space, preferably guided by indigenous thoughts. With this in mind, we propose an exercise of analysis, deconstruction, reconstruction, and use of

Curt Nimuendajú's "Ethno-historical Map," given its position as a paradigm of cartography native peoples of South America, inquiring about the emphases and silences of this map.

Our perspective is essentially interdisciplinary, as we will dialogue with history, cartography, and anthropology in a completely imbricated way. Since the mid-1980s, cartographic language has been the target of many interrogations, and the linguistic turn has cast many doubts on the process of map production, increasingly understood as narrative objects populated with "non-sayings" and with broad objectivist pretensions. The new critical cartography highlights the map as a plural product, the result of a multitude of decisions and contributions (from field collection to its final presentation), with notorious political goals and founded on different epistemologies.

In this article, we will take the following path: the presentation of Nimuendajú and his map, starting with a detailed description of his cartographic narrative. Next, we will use digital cartography tools to dismantle Nimuendajú's map and obtain information about his choices, which the author never presented. Finally, we will discuss the results obtained in the previous step, searching for more dense explanations about the theoretical options present in the "Ethno-historical Map".

Curt Nimuendajú's Map

Curt Unkel, better known as Curt Nimuendajú, was born in the city of Jena, Germany, in 1883. He came to Brazil in 1903 and remained in the latter until his death in 1945, when he was in a Ticuna village in Alto Solimões. During this period, Nimuendajú produced extensive material on indigenous groups, carried out several exploration missions throughout Brazilian territory, and made numerous sales of archaeological and ethnographic objects to Brazilian, North American, and European institutions. Nimuendajú's life trajectory is intertwined with the history and early development of the Brazilian ethnographic field. Roque Laraia even stated that Nimuendajú is "one of the few mythological entities of Brazilian ethnology" (LARAIA, 1988, p. 2; WELPER, 2016, p. 575).

Nimuendajú worked for public agencies such as the Geographic and Geological Commission of São Paulo (Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo), where he began his ethnographic exploration activities in the backlands of São Paulo state, and the Service for the Protection of Indians and Location of National Workers

(Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais), taking part in pacification missions and in the “indigenous village” of several groups. Welper (2002, p. 105) points out that this relationship between the ethnologist and the Service for the Protection of Indians and Location of National Workers was marked by ambiguities, since Nimuendajú defended the necessity of indigenous groups’ preservation, disagreeing with the assimilationist agenda, which was not in line with the Indian Protection Service.

In the same period, he produced a series of articles in which he criticized and opposed the ideas and actions propagated by Hermann von Ihering, who was then the director of the Museu Paulista, on ethnic assimilation of indigenous peoples from the interior of São Paulo, which, according to Nimuendajú, was a process of intrinsic violence that would lead to the extermination of these groups. Nimuendajú also attacked the pacifying initiatives made at the time, claiming that they only promoted the extermination of native peoples in the long and medium-term (WELPER, 2002, p. 54).

Nimuendajú’s concern with the destruction of native cultures and his search, often utopian, to preserve them in their “pure” form, were two constant factors in his life. This essentialism was also visible in other moments, such as in his controversy with Jorge Hurley (FIGUEIREDO, 2010). Nimuendajú aimed to protect native groups from Hurley’s “civilizing” advances. The context of the indigenist combat seems a key element to understand the process of building the map, but it was certainly not the only one: the environment in which the maps were created was supported by several factors. The creation of maps for third parties (Nimuendajú was already producing them for his investigations) was due to his economic needs.

After his transfer to Belém and his resignation from the Service for the Protection of Indians and Location of National Workers, Nimuendajú found a favorable scenario for the production of ethnographic research, mainly through his relations with the international scientific community in Europe and in the United States, based mainly on the sale of ethnographic and archaeological collections and maps. This enabled Nimuendajú to obtain the necessary funding for his expeditions, since he did not have very clear links with institutions, where he sought artifacts to compose these collections and collect data for his research. His fieldwork was done by building relationships and identifications between him and the indigenous people, with the ethnologist actively participating in religious rituals and relying on his main informants as “friends,” “brothers,” “loyal companions” (WELPER, 2002).

Nimuendajú gradually created relationships with the National Museum (Museu Nacional) and, through the initiative of Heloisa Alberto Torres' management at the museum, this interlocution became continuous. She financed several expeditions and the third and last map. This interlocution was not a friendship, nor a more intense professional relationship and only allowed the National Museum to compete with external funders (WELPER, 2002). Curt Nimuendajú, despite being recognized as an important ethnologist at the time of the institutionalization of the Brazilian anthropological field, declined proposals to become more directly involved in scholar activities. The self-taught character of his career and his predilection for fieldwork played a significant role in this refusal. However, in the final years of his life, facing financial problems, Nimuendajú began teaching at the Goeldi Museum (Museu Goeldi) and at the National Museum. He also accepted commissions to produce the three versions of his "Ethno-historical Map" in the same period. The research activities became his main source of income due to his difficulty collecting and selling new ethnographic materials to museums abroad.

Curt Nimuendajú is often characterized in biographies as both a researcher and a craftsman. It is important to note that these facets came together harmoniously in producing his "Ethno-historical Map. Nimuendajú not only carried out a thorough research work in the search for information about the indigenous groups, but also did all the manual work of drawing the map, from the initial sketches to the final version of the work.

The first version was produced in 1942 for the *Smithsonian Institution*, with the aim of being published in the *Handbook of South American Indians*, and was used in the chapter "*Eastern Brazil: an introduction*", by Robert Lowie (LOWIE, 1946). The second, made in 1943, was intended for the Emílio Goeldi Museum. The last version, from 1944, was destined for the National Museum in Rio de Janeiro. None of these three versions is the same as the others, and the National Museum's version is the most complete.

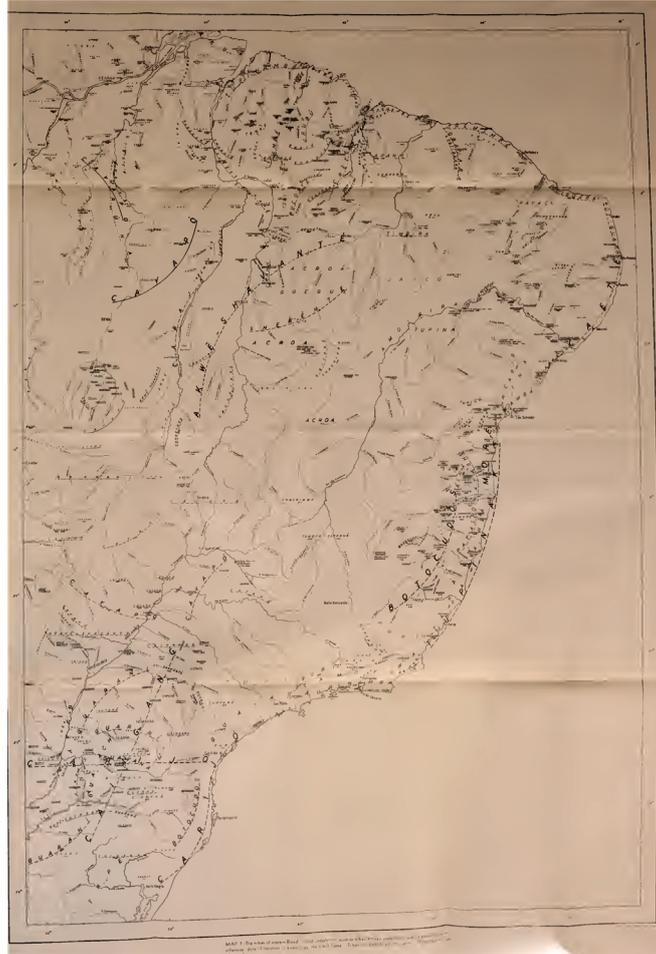
The "Ethno-historical Map" was one of the most extensive works carried out by Curt Nimuendajú. This cartographic representation results from the synthesis of a great variety of ethnographic data, locations, migratory processes, and linguistic trunks of indigenous groups in Brazil. According to the author, this map differs from other ethnogeographic productions in that it seeks to combine geographical issues with a historical perspective, avoiding anachronisms related to the representations of native groups. Curt Nimuendajú used multiple bibliographic sources, correspondence, and personal notes from various researchers and indigenous people together with his own notes, studies, and field observations to create his map.

Nimuendajú had a hard task, since he faced the material and technological restrictions of the time for cartographic production and representation. The author himself complained about his technical limitations when he stated that he wanted to have a different color for each of the language families represented on the map, which was not possible. Even though he recognized that this was an inconvenience, he did not find a viable solution to the problem (NIMUENDAJÚ, 1981, p. 41). There is also the clear challenge of how to represent succinctly and clearly the large volume of information accumulated during the research, in addition to the original size of the work, which was approximately 1.80m by 2.00m.

These particular characteristics of the “Ethno-historical Map” were challenges faced by Nimuendajú during the production of the map and for the people and institutions interested in the reproduction of this work. Rodolfo Barbosa (1981, p. 25) states that it is likely that Nimuendajú had no plans for publication, since the author was not careful with the technical problems of reproducing the original, such as the quality of the paper and the large size of the map, the small letters, and the diversity of colors used, factors that made it difficult to reproduce the map.

There is a long history of attempts to reproduce the “Ethnohistoric Map”, practically from its first production to the present day. The first one was the aforementioned version commissioned by the *Smithsonian Institute*, considered by the editor at the time, Julian H. Steward, to be excessively detailed, large and full of color to be published in its entirety. Thus, as can be seen in Figure 1, the solution was to reproduce the work in black and white, divide it into three parts and suppress its linguistic indications (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 30).

Figure 1 - First version of Nimuendajú's Ethno-historic Map



Source: LOWIE, 1946, p. 382-383.

In Brazil, after the production of the versions commissioned by the Goeldi Museum and the National Museum, there were consistent attempts to reproduce the “Ethno-historic Map” for a larger number of people, but they all encountered the same problems faced by the *Handbook of South American Indians* (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 31). Only in the mid-1970s, through George Zarur’s proposal to the National Center for Cultural Reference (Centro Nacional de Referência Cultural), resources were made available and enabled the publication of the map, culminating in 1981, through the joint work of the National Museum and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), in the release by the National Pro-Memoria Foundation (Fundação Nacional Pró-Memória) of the first edition of this work. Using the Goeldi Museum and the National Museum maps as the basis for publication, this edition was reprinted in 1987 and in 2002, and all prints run were sold out.

A new edition was produced in 2017, through a partnership between the National Historical and Artistic Heritage Institute (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Brazilian Institute of Geography and Statistics, and the Federal University of Pará (Universidade Federal do Pará). Again, the basis of the work were the versions of the Goeldi Museum and the National Museum, but now with the use of new technologies and with a graphic and editorial proposal different from the 1981 publication. This chronology of the “Ethno-historical Map” publication shows the relevance given to Nimuendajú’s work in Brazil, where several public institutions and scholars have partnered to make possible the publication of this work since the production of its versions in the 1940s to the present day.

Nimuendajú believed that his map should be in a constant state of improvement. His work should not be seen as a crystallized final product, but rather as a dynamic instrument in a constant process of enhancement. In the different versions, there was a concern not only to make reproductions of the same work for different institutions, but to make changes and improvements to each new version produced, such as, for example, changing from one to another the linguistic classification of an ethnic group due to new information acquired, or changing the locations of groups from one version to another (BARBOSA, 1981, p. 23). The index is also a sign of improvement between versions. The basic index of Nimuendajú’s work contained approximately 1,100 indigenous groups and 818 bibliographic references, whereas the index of the National Museum contained approximately 1,400 indigenous groups and 972 bibliographic references (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 31). There was a considerable expansion of the references used and the identification of native peoples.

Along with this perception of the map as something in constant transformation, there is the research work carried out by Curt Nimuendajú. According to scholars of this work, Nimuendajú produced and sought sources for his cartographic representation of Brazilian indigenous groups in the following way:

He based his work on a huge personally gathered data collection, on trustworthy bibliographical references, and in information that he relentlessly requested from all who carried out studies in tribes with which he had no direct contact. He usually obtained this data by requesting or sending sketches to his collaborators so that they would mark the referred locations there (EMMERICH; LEITE, 1981, p. 30).

This search for improvement and a large volume of information resulted in a study with a vast diversity of information related to the indigenous groups up to that time. Curt Nimuendajú's work was not just a geographical map: it was a complex of spatially articulated data, which today we call a Geographic Information System (GIS). The map itself included a diversity of data in terms of colors, shapes and styles. It also had chronological information, with dates assigned to the native groups, ranging from specific years and centuries, which would be reasonable, since it worked with rather imprecise historical sources.

A central aspect that Curt Nimuendajú wanted to represent was the relationship between the geographical issue and a historical and linguistic perspective. When visualizing the "Ethno-historical Map," something that calls attention is the wide variety of colors used. This profusion of shades was intended to graphically signal the linguistic classification of the groups identified in the cartographic representation. Nimuendajú categorized native languages into three types: isolated languages, unknown languages, and language families. In the Figure 2, this system is clear, in which the orange lines represent the languages classified as isolated, the non painted group names are the so-called unknown languages, and the other colors that appear are some of the shades used to represent the families linguistic:

Figure 2 - Example of a fragment of the "Ethno-historical Map"



Source: NIMUENDAJÚ, 1981, booklet.

In addition to presenting this information related to linguistic trunks, Nimuendajú also tried to represent the dynamism of indigenous territorial occupations over time. He placed on the same map native groups that existed in Brazilian territory at different times and tried to demonstrate this graphically, pointing out different temporalities of indigenous occupation in space. As can be seen in Figure 3 below, one of the ways that he tried to convey this historical perspective was the use of different typographies to indicate the “current locations of tribes”, “abandoned locations”, and “extinct tribes”.

Figure 3 - Exemplification of the different types of letters used on the map

TRIBOS EXISTENTES:	Sedes Atuais	WARAU
TRIBOS EXISTENTES:	Sedes Abandonadas	YÚMA
TRIBOS EXTINTAS		AKROÁ

Source: NIMUENDAJÚ, 1981, booklet.

Another tool applied to mark these temporal differences was the use of dashes in the group names. A thicker line indicated existing groups with “current location”, a thinner line for “abandoned location”, and a dashed line marked groups that no longer existed, and also placed below the name of some peoples the date of the information that made him mark such a group in a certain place.

Attached to the map were two large indexes: one for “tribes” and one for “bibliographic”. The “tribes” was the most complex of all, because it mentioned the quadrants where the groups were and which bibliographic works had been used to identify them. As shown in Image 4, the Abaeté, who was in quadrant F6, were marked with the help of the work “27”, which corresponded to the work of Alfredo Moreira Pinto, “Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brasil”, in the bibliographic index.

Figure 4 - Fragment of the “Index of Tribes” from Nimuendajú’s Ethno-historical Map

Abaeté: F 6: 27.	
Abani: B 1: 441, 491.	
Abatihe: D 7: 400.	
Aberiana ⁽³⁾ : B 2: 441, 454, 808. [no mapa Abiriana]	
Abipón ⁽⁴⁾ : C 9, D 8, D 9: 30, 102, 284, 444, 778, 803	Guaykurú
Abira ^(2b) : C 1: 441.	Čapakura
Abitana-Wanyam: C 5: 543, 841, 842.	
Aboba: C 5: 19, 45, 46.	
Abucheta: C 7: 778, 786, 803.	
Acariana: B 2: 441, 808.	
Achagua: A 1, A 2, B 1: 14, 281, 300, 344, 441, 448, 465, 495, 545, 546, 808, 856, 925.	Aruak
Achirigoto: C 1: 441.	
Acioné: D 6: 19.	Otuké
Aconan v. Wakóna.	
Aconguaçú: G 3: 301, 906. [no mapa Aconguassú]	
Acoqua v. Akokwa.	
Acriú ⁽⁵⁾ : G 3: 389.	

Source: NIMUENDAJÚ, 1981, p. 45.

One can notice that there was a reference to the quadrant and the numerical reference to the sources next to each group. In all, there were more than 1,400 “tribes” (in Nimuendajú’s words), identified with 973 reference works (bibliography and primary sources), totaling hundreds of authors. In Image 5, it is possible to see a sample of the organization format of the indexes.

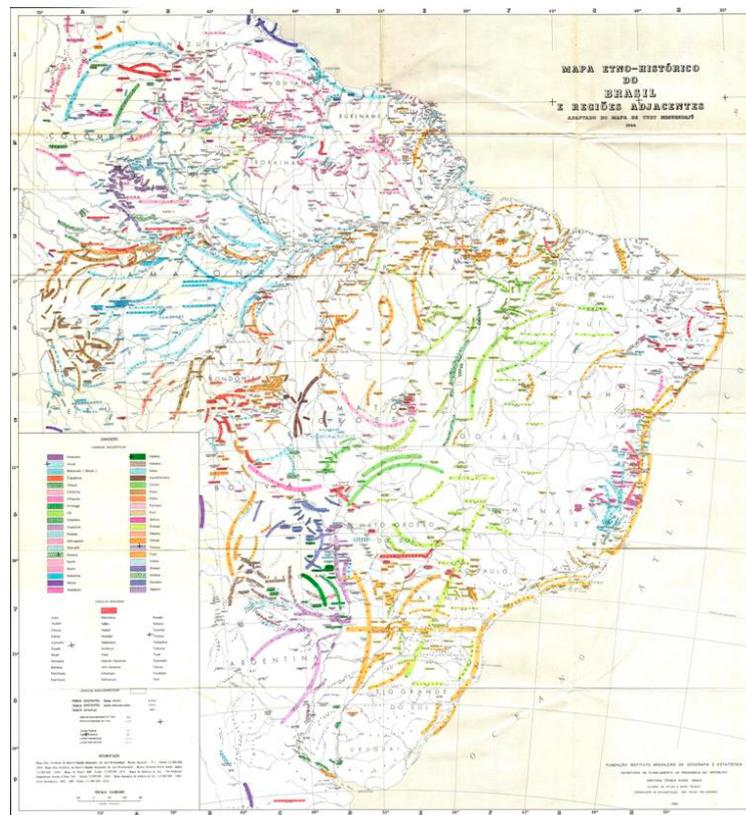
Figure 5 - Fragment of the “Bibliographic Index” from Nimuendajú’s “Ethno-historical Map”

- | | |
|---|--|
| 1. <i>Fr. Vicente do Salvador</i> : Historia do Brazil. S. Paulo – Rio 1918. | 18. <i>Čestmír Loukotka</i> : La Famille linguistique Kamakan. Rev. Inst. Etn. II. Tucuman. 1931. |
| 2. <i>P. Claudio d’Abbeville</i> : Historia da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão (1613-1614). Maranhão. 1874. | 19. <i>Carl Friedr. Phil. von Martius</i> : Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I. Zur Ethnographie. Leipzig. 1867. |
| 3. <i>Pedro Carrilho de Andrade</i> : Memoria sobre os Indios do Brazil. Rev. Inst. Hist. Geogr. do Rio Grande do Norte. VII. Natal. 1912. | 20. <i>P. Martim de Nantes</i> : Histoire de la mission du — — — chez les Cariris (1671-1688). Rome. 1888. |
| 4. <i>Serviço de Protecção aos Indios</i> : Archivos das Inspectorias do Espiritu Santo, Maranhão, Amazonas e Acre. | 21. <i>Hermann Ploetz & A. Métraux</i> : La civilisation materielle et la vie sociale et religieuse des Indiens Ge du Brésil méridional et oriental. — Rev. Inst. Etn. I. Tucuman. 1930. |
| 5. <i>Iodocus Hondius</i> : Nieuwe Caerte van het wonderbaer ende goudrijke landt Guiana. — Rio Branco: Frontières. Atlas annexe au Mémoire. Paris. 1899. | 22. <i>Paul Rivet</i> : Langues Américaines. — Les Langues du Monde. Paris. 1925. |
| | 23. <i>Karl von den Steinen</i> : Durch Central-Brasi- |

Source: NIMUENDAJÚ, 1981, p. 69.

These tables, corresponding to each other, were enough for us to know where each group was and which sources were used in the research, even though certain groups were identified with different sources, making it difficult to know exactly in which works Nimuendajú looked for information to locate them in time and space. The complete map resulting from this work can be seen in Figure 6, below:

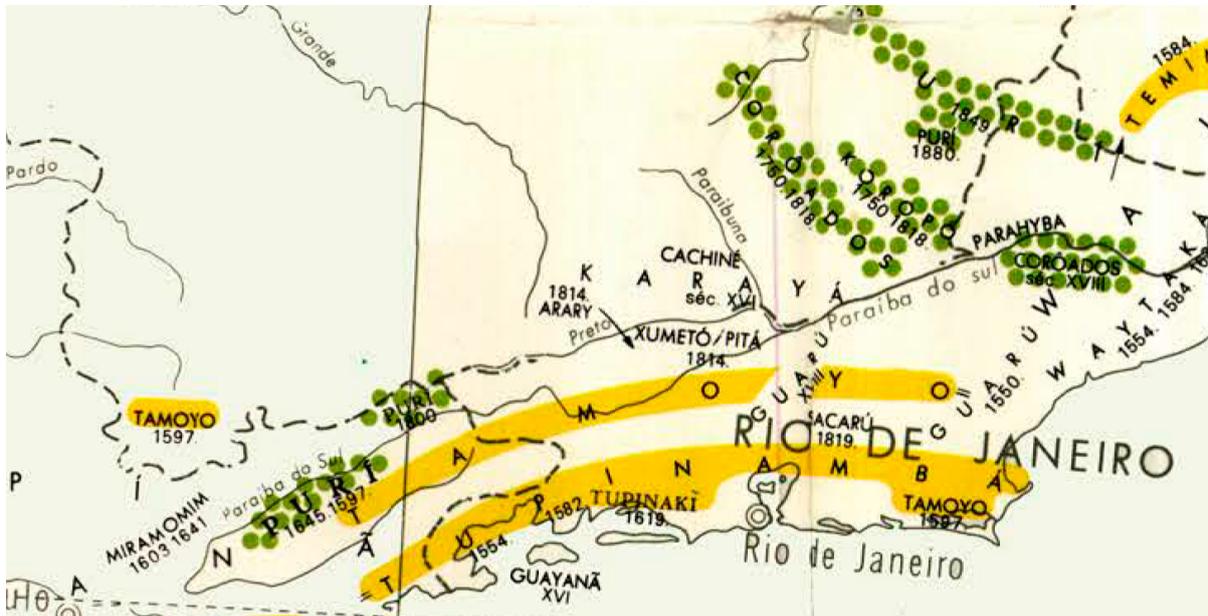
Figure 6 - Ethno-historical Map (full image)



Source: NIMUENDAJÚ, 1981, booklet.

Let's look at a detail of the map to understand its making. It is possible to see that the groups are presented on the same plane, albeit historically separated. In the left corner (Image 7) we have a reference to the Tamoyo 1597, which would have been there at that date according to some of the sources used by the author. It is possible to see an arrow at the very center, a visual element used by Nimuendajú to indicate migrations. Some groups are presented in larger letters and often in the form of a transverse "banner" (with a slight curvature) to indicate a wide area of activity for the natives and to suggest some inaccuracy.

Figure 7 - Highlighting the banners used by the author to represent information



Source: NIMUENDAJÚ, 1981, booklet.

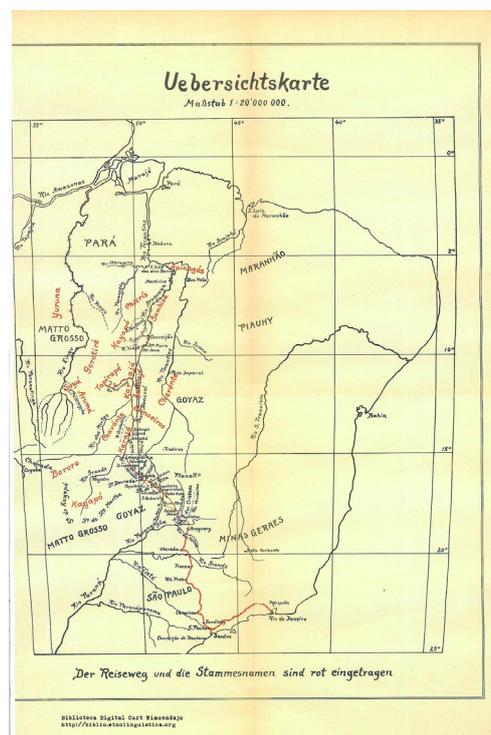
These were the author's ways to suggest the notion of the incompleteness of the sources or the lack of geographic accuracy and, most likely, the way the group moved within a larger area. Nimuendajú realized that the groups he studied behaved differently from what traditional maps were prepared to represent, and he tried, in his way, to subvert ethnocentric cartography by using these spatial resources as a way to indicate these differences. At the same time, it is an indigenist map, in the sense of populating the space with original groups and against the current State or the European conquest. The emphasis is on original and current indigenous villages, without indicating that they belonged to the past. Native peoples and the Nimuendajú map itself transcend national and state borders. The basis for locating indigenous groups was hydrography. It should be noted that Nimuendajú wanted (and had marked) the boundaries in a second, less visible layer (BARBOSA, 1981), which reinforced the argument that he wanted to give indigenous materiality to the current design, and not project the current onto the indigenous past. Cities (such as Rio de Janeiro in the fragment above) and current boundaries appeared on the map, but occupied an obvious background.

It is difficult to estimate what cartographic influences guided Nimuendajú's creation. The cartography of the time did not provide many ideas about mapping native groups, and even the *Handbook of South American Indians* did not bring great innovations, with Nimuendajú's map being one of the most interesting in this work. The techniques used by him, indicating text banners to point out the "broad" location of native groups,

were already used by Martius and Spix in the works presented in “Viagem pelo Brasil”, from the beginning of the 19th century. Since this was an important ethnographic reference in Nimuendajú’s work, it would be quite likely that it was an inspiration also in cartographic terms. In fact, Nimuendajú uses a system very similar to that of Martius and Spix, with large labels indicating the native groups placed transversally in space, lacking only the colors.

It is possible to point out other contemporary productions that probably inspired him or at least pointed to the types of available representations. One of these maps is that of Fritz Krause (Figure 8), present in the work “*In den Wildnissen Brasiliens*”, 1911, which describes Krause’s trip through Brazil with indications of the indigenous peoples he visited, and appears as one of the references used in the “Ethno-historical Map”. Therefore, it is likely to have served as some form of inspiration. However, it does not bear much resemblance to Nimuendajú’s work beyond the manner of situating native peoples by name, here also in the form of banners of text without boundaries.

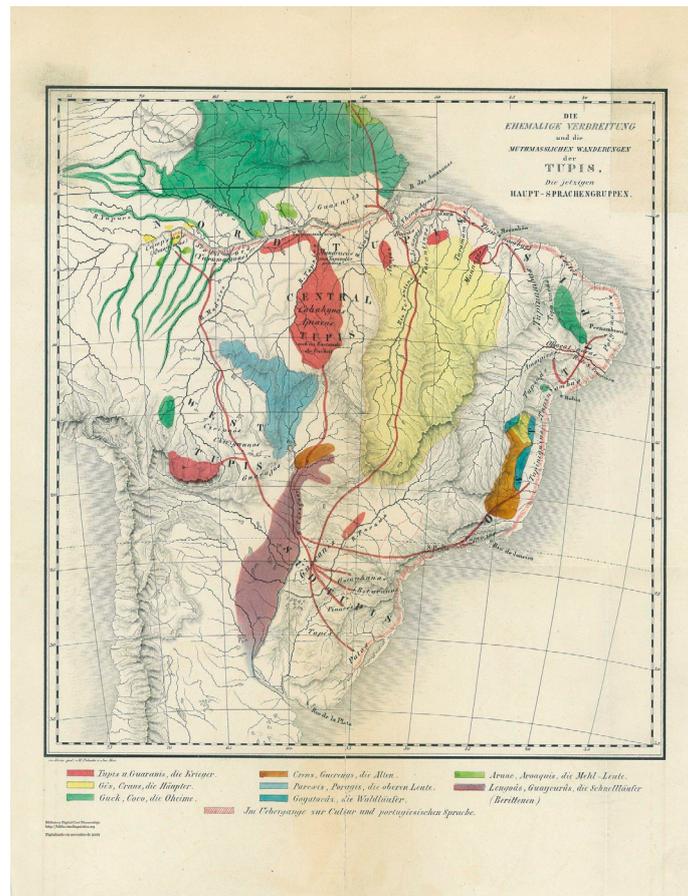
Figure 8 - Panoramic map published in Krause, 1911, “*In den Wildnissen Brasiliens*”



Source: KRAUSE, 1911, booklet.

Another work that can be observed is Von Martius' Ethnolinguistic Map (Figure 9), a representation that accompanies the first volume of "*Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*" (MARTIUS, 1867), one of the most used works by Nimuendajú. The similarities begin with the use of colors and extend to the idea of representing linguistic families and the attempt to point out the displacements of the Tupi throughout the Brazilian territory, the main difference being the way that indigenous groups are represented: circumscribed in clusters.

Figure 9 - Von Martius' ethnolinguistic map

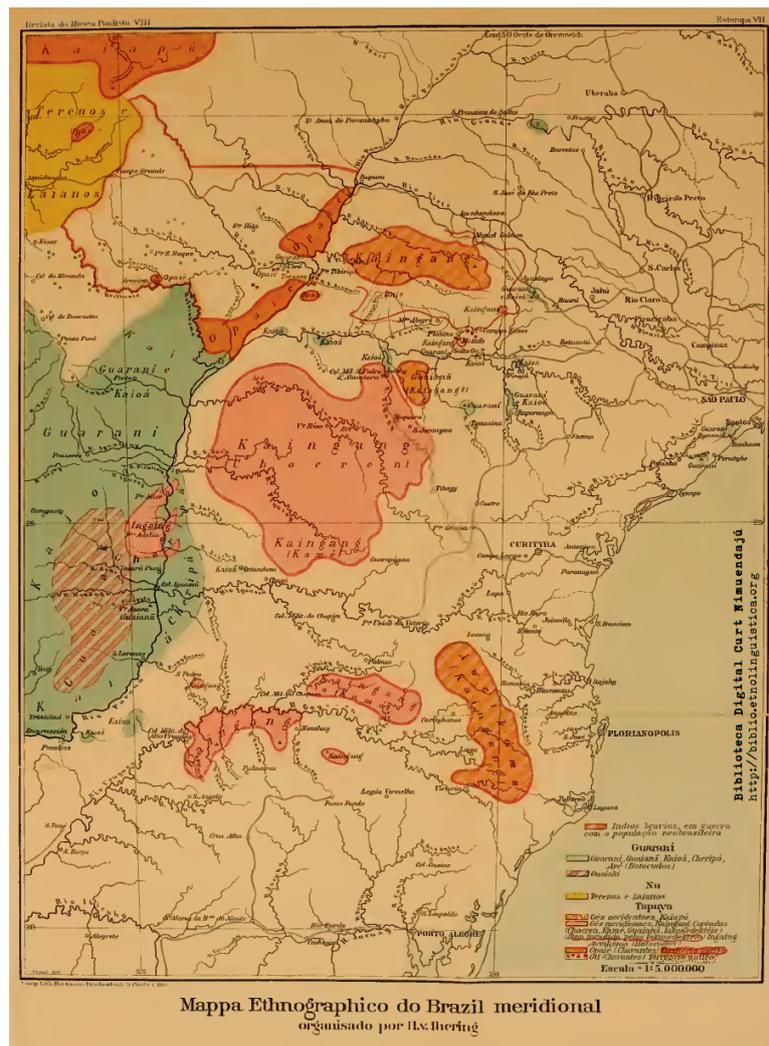


Source: MARTIUS, 1867, annex.

This form of representation differs from the way chosen by Nimuendajú to portray the natives in his "Ethno-historical Map," in which they are located with "open" text banners, without pointing out a clear territorial delimitation (which would be an evident Eurocentric posture). These clusters, however, appear in work supposedly authored by Nimuendajú present in the article "A questão dos índios no Brasil", by von Ihering (1911). Nimuendajú claims authorship of this map in a letter of 1944 (NIMUENDAJÚ, 1948, p. 216). If this is the case, it demonstrates a clear shift in the

cartographic representation made by the ethnographer from one map to another. As can be seen in Figure 10, he would have moved from a style present in the mature work of Von Martius (*"Beiträge..."*) to the style of the young Martius in company with Spix (*"Viagem pelo Brasil"*).

Figure 10 - "Mappa Ethnographico" of southern Brazil



Source: VON IHERING, 1911, p. 141.

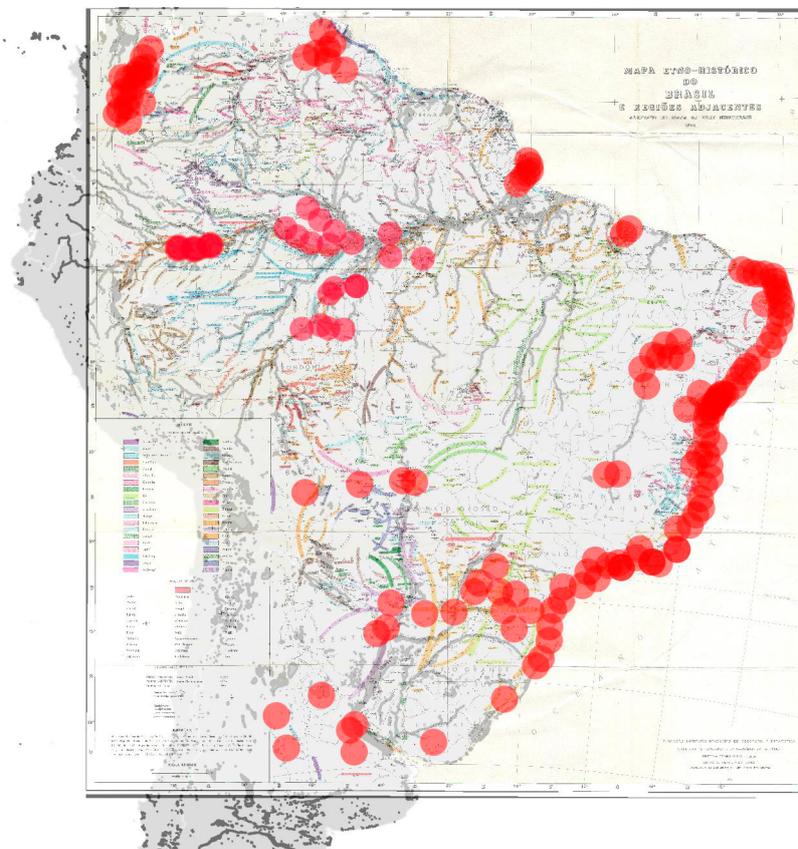
The dismantling and analysis of Curt Nimuendajú's map

"We dismantled" the set of the "Ethno-Historical Map" using digital procedures. This is not a strict application of Harley's ideas, on the contrary: the dismantling process

has the fundamental help of a GIS, an approach of which the author was a profound critic. Even so, we believe that the practice allowed by digital cartography has allowed some considerable advances in the direction of “deconstructing” the map, as Harley wanted.

We have adopted, to some extent, the empirical (and empiricist) procedures employed by Nimuendajú. A database was created for each of the indexes, and the “Ethno-historical Map” was georeferenced. We used a level of data granulation that made it possible to know which authors were most used in the set, by group, by period, or by all these criteria at the same time, in such a way that we could evaluate how much Nimuendajú chose from each one of them or for which regions. The concern with these metrics is intended to reveal what the map and its presentation hide, which concerns the author’s preferences and the way he ignored certain information, without this being presented or discussed. All the data have been mapped. Our cartographic representation intends to bring out the differences between what the author stated and what he “said” cartographically (Figure 11).

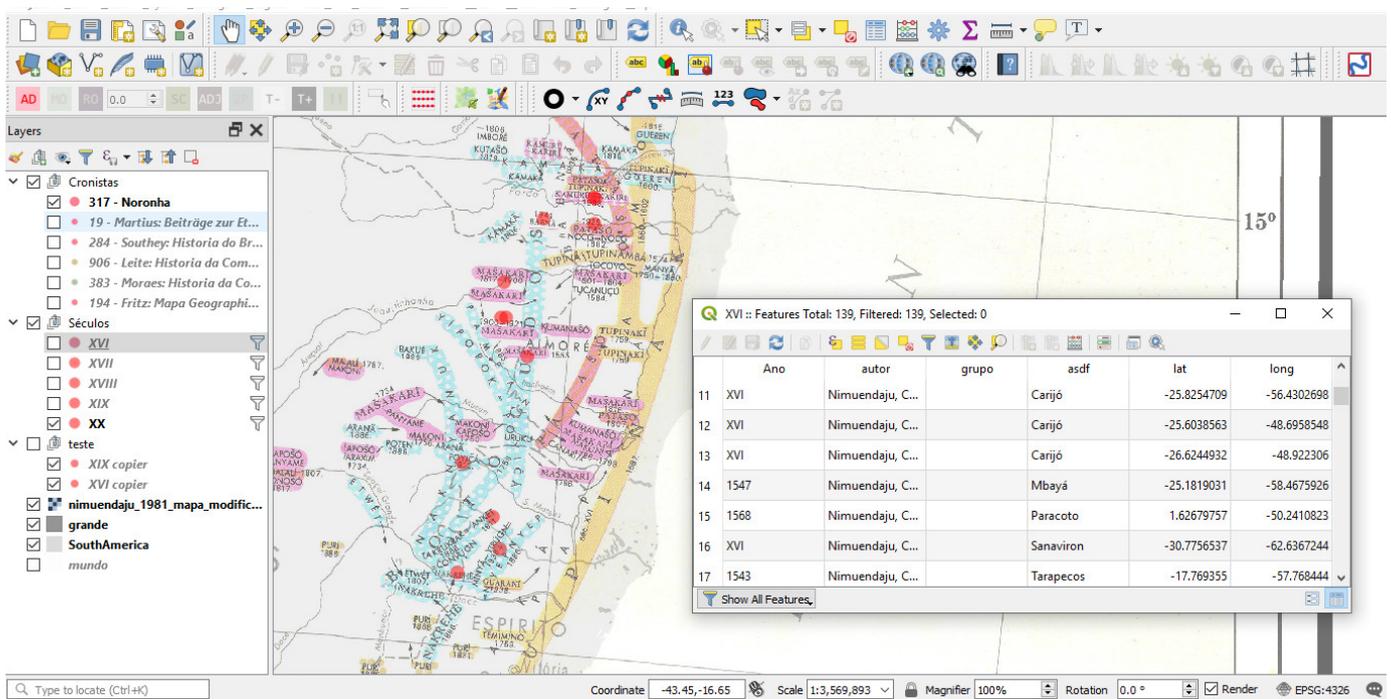
Figure 11- Georeferenced Ethno-historical map with current map overlay. The highlight for the dots in red, representing 16th-century information filtered from the original map



Source: Own authorship.

As the groups were related to authors and bibliographies, it was possible to know, as can be seen in Figure 12, the spatial scope of each author, that is, to create an overview of the sources used by Nimuendajú, which allowed to observe some limitations of the map. These were visual components that would be very difficult to see directly in the original.

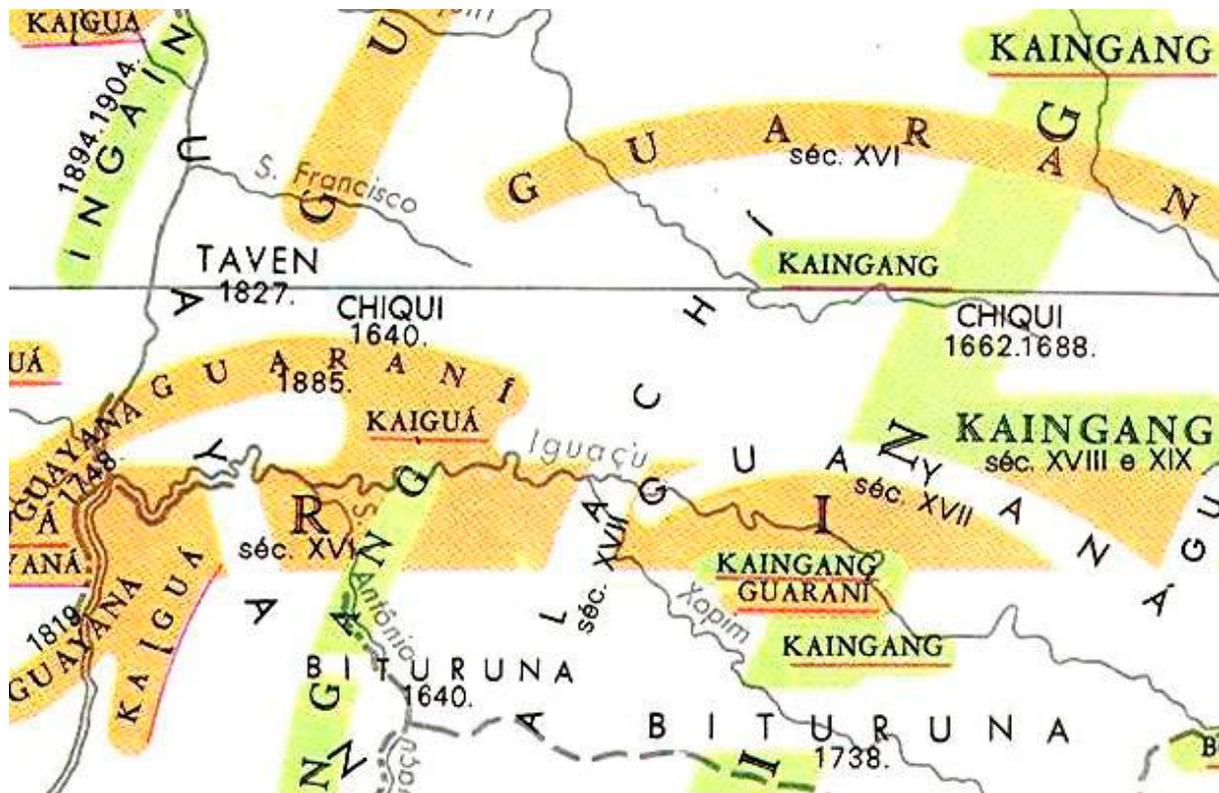
Figure 12 - "Ethno-historical map" of Nimuendajú in the geoprocessing software, highlighting the data table created and organized with the data from the "Indexes" present in the original work



Source: Own authorship.

The way Nimuendajú organized his data made much of it diluted. We cannot know, for example, which source the author used for a specific group in a given period, or even for which regions. We only know the information used for the set across the entire period or space. Therefore, we cannot know how migrations and displacements were detected, something highlighted with arrows on the map. Still, it is possible to notice several choices made by Nimuendajú in his cartography. Let's start with the chronological cut: as previously mentioned, dating information appears both with specific years and whole centuries. This seems to have been more than an option, an adaptation of the author to what was available in his documentary repertoire. Nimuendajú's work ends up "flattening" the entire chronology. We have, side by side, very different time periods, as can be seen in Figure 13:

Figure 13 - Highlighting the system of dates used by Nimuendajú, indicated below each ethnonym

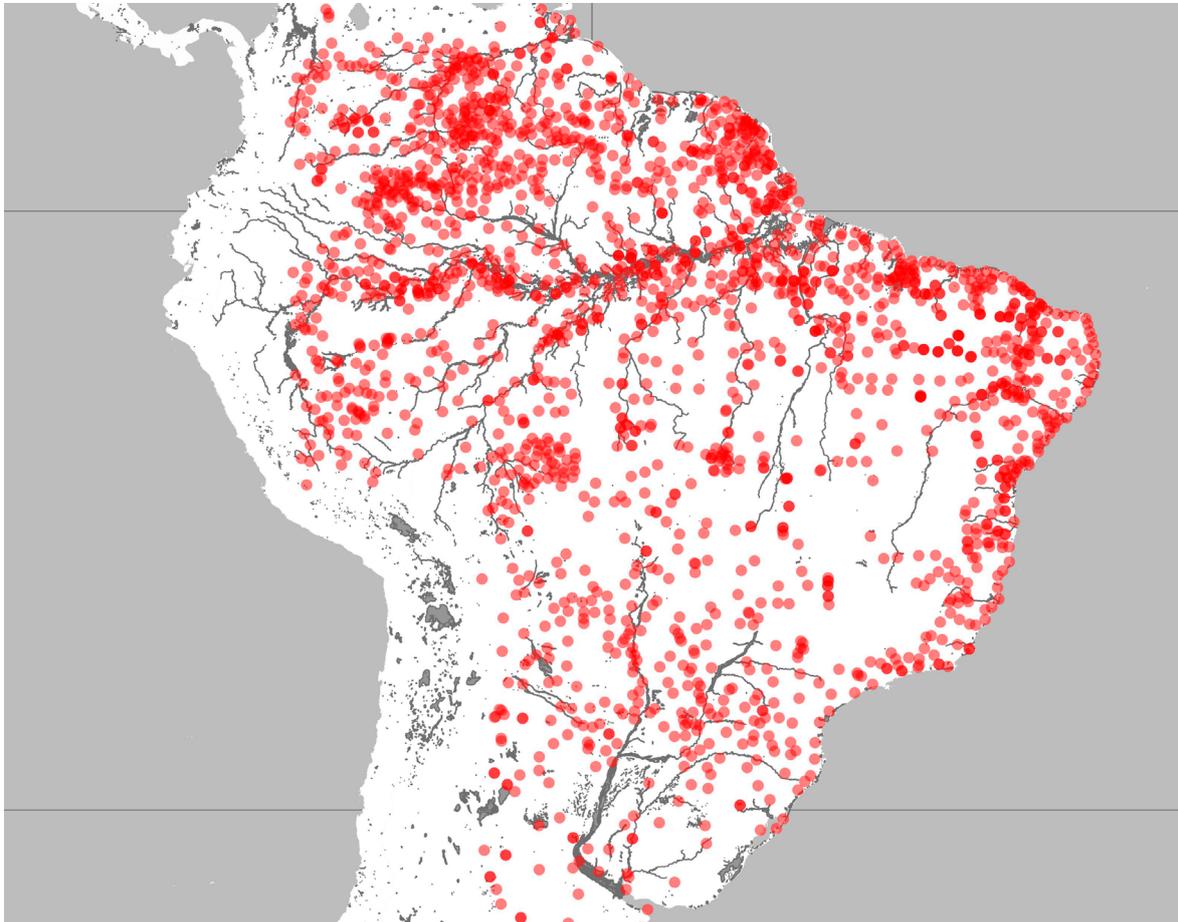


Source: NIMUENDAJÚ, 1981, booklet.

Therefore, we have many indigenous groups that are geographically close to each other, but that occupied those areas in different temporalities (years, decades, centuries). Thus, Nimuendajú homogeneously occupied the blank spaces with very discrepant periods. The arrows used to point out migrations only accounted for the groups in relation to themselves. We tried to “dismantle” the map in layers starting from the chronology, in samples of a century. We chose this cutout because, while some groups appear dated by specific year, others are dated by century, as we can see in the image above, that is, by a characteristic of our source. The division by century also helped in the perception of long-term trends that were previously difficult to read given the accumulation of time in space.

Taking Nimuendajú’s dataset georeferenced by our team, we arrive at the result of Figure 14, with all groups represented synchronously.

Figure 14 - Set of georeferenced points based on the "Ethno-historical Map



Source: Own authorship.

This image presents a dense and impressive work, the fruit of Nimuendajú's obstinate empiricist efforts in search of new tools. When separated by century, however, the image is surprising. The chronologically "flattened" figure produced by Curt Nimuendajú reveals other particularities, acquired by the author's own way of working, as shown in Figure 15, Figure 16, Figure 17, Figure 18 and Figure 19.

Figure 15 - The georeferenced points divided by century – XVI



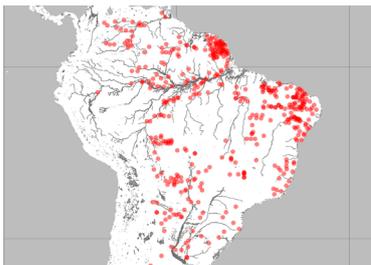
Source: Own authorship.

Figure 16 - The georeferenced points divided by century – XVII



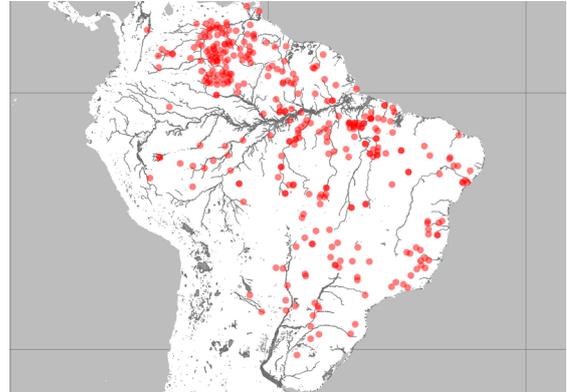
Source: Own authorship.

Figure 17 - The georeferenced points divided by century – XVIII



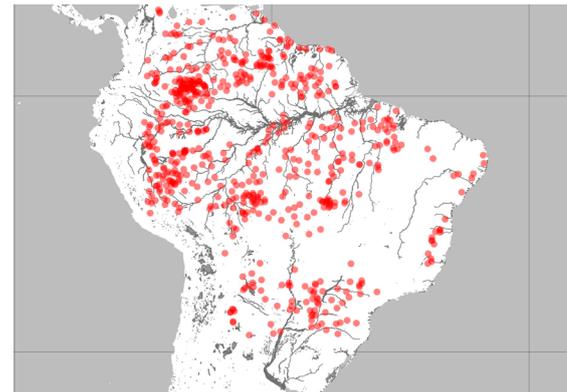
Source: Own authorship.

Figure 18 - The georeferenced points divided by century – XIX



Source: Own authorship.

Figure 19 - The georeferenced points divided by century – XX



Source: Own authorship.

The result is not a map of the location of indigenous people in Brazilian history, but of sightings of indigenous groups by Europeans. Nimuendajú's work speaks much more of European observers than of natives, as very often occurs in studies of alterity (POMPA, 2003). It is interesting to note the movement generated by the layered separation of a hundred years. The first image (16th century) shows us the coastal groups and makes a gigantic void appear in the backlands, the result of European ignorance of those areas. The 17th-century map highlights trips made in the Amazon by Europeans, while the 18th-century map shows their first attempts at interiorization. Still in this one, we have a coastal approach, no longer oceanic, but now from the great inland rivers, such as the São Francisco and the Paraná. The mapping of the 19th century presents an intensification of the context that emerged in the 18th. The 20th century is particularly interesting, since the generated map forms a kind of "crown", indicating the headwaters of the tributaries of the Amazon River: it was the moment when the indigenists began to search for the most distant groups. In this way, the digital reconstruction of Curt Nimuendajú's map helped us to seek elements to understand the dynamics of its construction, in such a way that the technique contributed to the critique. The author's Herculean effort can be revisited and reconsidered based on the realization of its inevitable limits.

The authors used in the work were more than 900, but they are not used in a homogeneous way. It was noticeable that Curt Nimuendajú sought to use several studies to map each group, even though in many cases this was not possible. Therefore, the same researcher had been used to locate several groups, just as each group was mapped with the help of several names. The most used author is Carl F. Von Martius, with his "*Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*". He gave information for the location of 138 groups, especially Tupinambás and Potiguaras. Following this, Robert Southey's *História do Brasil* pointed data to 73 groups, among which the Tupinambás and Potiguaras also stood out. Here it is worth making an observation: we do not intend to present the quantification of authors and native groups in order to create a hierarchy of references used by Nimuendajú (which would not be invalid either), but to highlight an element invisible to the reader of the map - its selectivity - that can help us understand its construction.

Nimuendajú's choices

Let's look at the native groups/authors relationship. The groups with the largest number of references were the Kayap , with 70, and the Mura, with 43, followed by the

Tukuna, 38, and the Bororó, 31. Only then appear the Tupinambás, with 29 authors, formed by Martius, Southey and others 27. This kind of information - about which groups have more sources and which are the most used - was not available in reading the "Ethno-historical Map", much less in the qualitative analysis of the indexes. It was only enabled by dismantling the set in a digital system which allows, among other things, to know which regions were described by which research and, at the same time, selected or not by Curt Nimuendajú. In the case of Martius, for example, his narrative covers the groups that, in Nimuendajú's scheme, inhabited the areas indicated in Figure 20.

Figure 20 - Location of points of the set of groups indicated by Martius within the "Ethno-Historical Map"



Source: Own authorship.

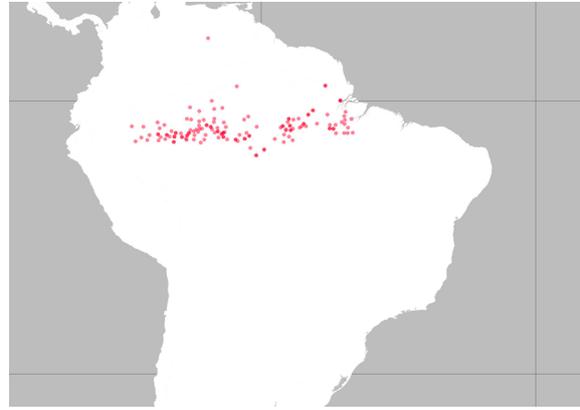
However, this map does not deal with the areas considered by Martius, but with the places occupied by the groups mentioned by him. The way Nimuendajú constructed his system would not allow such geographical distinction. This weakness does not make the cartography of the authors mentioned by him less interesting. If compared to each other, we can understand a little more about Nimuendajú's use of them. Let's look at other cases, Robert Southey (Figure 21) and Samuel Fritz (Figure 22), two among the most used in the "Ethno-historical Map".

Figure 21 - Location of points of the group set indicated by Southey within the "Ethno-Historical Map"



Source: Own authorship.

Figure 22 - Location of points of the group set indicated by Samuel Fritz within the "Ethno-Historical Map"



Source: Own authorship.

While Southey has a similar pattern to Martius, dealing with groups that occupied various regions of America, Fritz (Figure 23 and 24) mentions groups existing on the banks of the Amazon River. This is relatively easy to explain: Southey and Martius made compilations of data in addition to their own observations. Fritz made a description of his trip at the end of the 17th century, as well as a map of the peoples he described (BN. ARC.030,02,017 - Cartography).

Figure 23 - Samuel Fritz's map and detail of it



Source: FRITZ, 1691.

Figure 24 - Samuel Fritz's map and detail of it



Fonte: FRITZ, 1691.

This work, based on the material used by Nimuendajú, was also georeferenced, as shown in Figure 25.

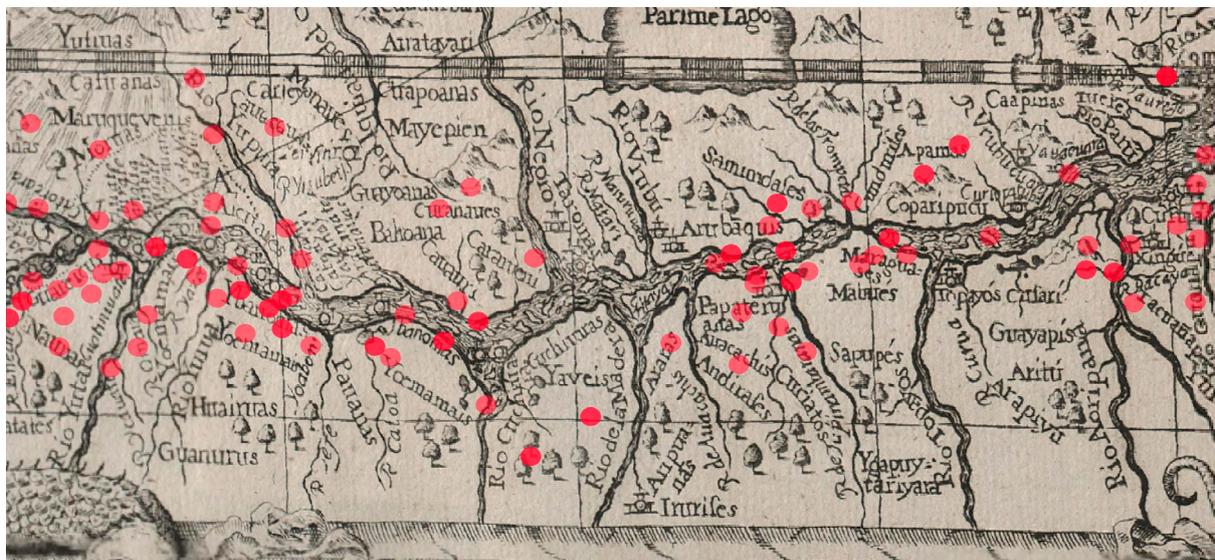
Image 25 - Map of Samuel Fritz in the georeferencing process



Source: Own authorship.

The geoprocessing of Fritz's map was done to compare the data presented by him with that made by Curt Nimuendajú, seeking to understand how the latter appropriated the references of the former to map the groups. The result pointed to a large number of groups present on Fritz's map that Nimuendajú ignored. Let us see in Figure 26.

Figure 26 - Samuel Fritz's map in comparison with Curt Nimuendajú's use of Fritz's data in the "Ethno-historical Map"



Source: Own authorship.

It is possible to see that Nimuendajú marked a large number of peoples that were identified on Fritz's map, but ended up ignoring many others, giving preference to those closest to the riverbed, although there are exceptions. With this, we do not wish to point out faults and incompleteness in Nimuendajú work, but rather to indicate its imponderable selectivity. It is difficult and even unlikely to discover the cause of this selection, but it seems evident that Nimuendajú left out a lot of data, not only concerning Father Fritz. Take another example: Father Noronha's report of 1768. Curt Nimuendajú's reference number 317 was used to locate 7 groups on the "Ethno-historical Map", especially the Mura and Tukuna, as seen in Figure 27.

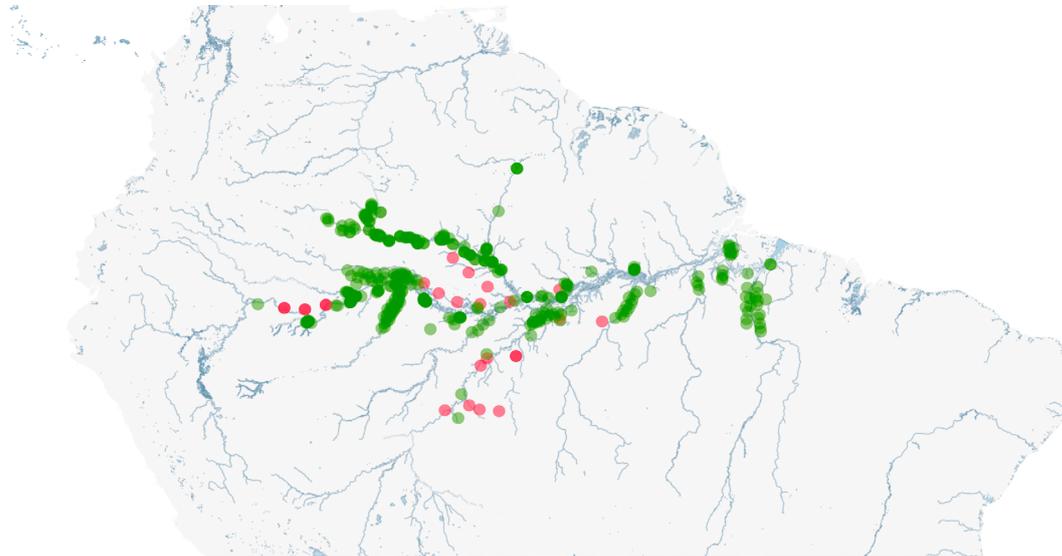
Figure 27 - Location of points of the set of groups indicated by Noronha within the "Ethno-Historical Map".



Source: Own authorship.

Recent research that used Father Noronha as a reference reached somewhat different results, such as Ramalho and Rendeiro Neto (2016) work, which highlight the richness of Noronha's narrative about indigenous peoples' places, villages and indigenous nations. The presence of mentions to at least 362 native groups in his report confirms the relevance of gathering information on Amerindian diversity and its geographical identification by colonial eyes. Thus, we have before us a great discrepancy regarding the treatment and use of data referring to Father Noronha in the preparation of Nimuendajú's work, as can be seen in figure 28 below.

Figure 28 - Contrast between the location of points from the set of groups indicated by Noronha within the "Ethno-Historical Map" (in red) and the points identified by the recent survey by Rendeiro and Ramalho (2016) (in green)



Source: Own authorship.

Some of the chroniclers mentioned in the bibliography were consulted by us and georeferenced directly from their report. This work allowed us to identify sensitive absences in Curt Nimuendajú work, sources used partially and without any explanation. Gabriel Soares de Souza, identified with the number 68 in the Index, was georeferenced in detail by our team and juxtaposed to what was used by Nimuendajú (Figure 29).

Figure 29 - Comparison of points referring to Gabriel Soares de Souza's account of the "Ethno-Historical Map" (in red) with the reading of the same work (marked by circles on the map) by the authors



Source: Own authorship.

The red dots are those identified by Nimuendajú, while the black circles result from our georeferencing. There is a significant amount of data pointed out by Nimuendajú that does not appear in our reading of Soares de Souza's work, especially in Northeastern Brazil. These points were reviewed, and the explanation is most likely due to the effect of "unwanted duplication", since Nimuendajú's system accumulated data from various authors for the same group, i.e., we do not have only Soares de Souza's information, but also that of other authors who mentioned the same peoples as him. Even in the case of under-representation on the part of the data obtained by our team, several sets are ignored by the ethnographer, evidencing an expressive selection by him for various areas, especially in the South, as well as in Ilhéus and Belém.

Through cartographic techniques, it was possible to identify a wide repertoire of choices and selectivity in Nimuendajú's reading of colonial accounts. Like the cases discussed above, Krause's (1911) work was only used to identify Kayapós, even though it mentioned the position of many other groups. It was not possible to find a regularity, as this would require rereading and redoing the works from all the sources used by the author. However, we believe it is relevant to highlight these differences in the cases presented, as this is very salient in reading the "Ethno-historical Map." The expected exhaustiveness celebrated by Nimuendajú's commentators was not so great as they imagine, and he created notable absences.

Cartographic language and its biases

We can understand cartography as a language associated with the act of mapping the world and its complexity. For decades this technique has been analyzed from various perspectives, increasingly critical and based on anthropological and epistemological questions. Based on this spirit, we will analyze Nimuendajú's rhetoric and, consequently, our own dismantling work, understanding "dismantling" and "deconstruction" as different stages of our *détour*. So far we have shared Nimuendajú's empiricism to show his options. Now it remains for us to evaluate other aspects.

Cartography can have destructive effects on other knowledge and cultures by seeking to conceptualize, produce and disseminate maps privileging its mostly Eurocentric origin, rooted in Western spatial conceptions that silence other ways of knowing and apprehending space. This destructive power does not mean that this language is a privilege of the European peoples. However, it was "domesticated" by them and imposed as universal over the past centuries, within a process of scientificization, technicization and demand for accuracy. Cartographic practice and its exercise in the colonial period in the Americas - and we could extend it to the present day - was perpetuated through the disqualification and inferiorization of all the diverse possibilities and ways of mapping of the indigenous societies of the Americas, as well as in other continents and peoples marked by colonialism (HARLEY, 1989; 1992; RUNDSTROM, 1995).

In discussing the complicated task of making maps that respect native conceptions of space, we have the opportunity to discuss to what extent the use of cartographic resources promotes advances and possibilities in studies about indigenous peoples in various areas of knowledge. Two elements are fundamental: the possible incompatibility

of the system for collecting and using geographic information between Western societies and the indigenous peoples of America; the use of techniques and technologies for understanding space, in intercultural contexts, serves as a new tool for assimilation and epistemological colonization of indigenous cultures by Western cartographic and spatial conceptions (RUNDSTROM, 1995).

Would it be possible to perceive these forms of cartographic domination when we talk about Curt Nimuendajú's map? To reflect on this, it will be necessary to dialogue with the anthropology of cartography. Since the 1980s, there has been a strong debate about the use of cartography by native groups. Theoretical and methodological discussions presented by some authors have been dealing with the dangers of GIS use. At the same time, other perspectives point to its "rehabilitation" as a useful and viable tool. Several initiatives by indigenous groups have already been using GIS intensively and often with political purpose, manifested in the mapping aimed at the defense of ancestral lands. This debate refers to the uses that native groups have made since the 1950s in Canada and since then also in the United States, within land claims (HERLIHY; KNAPP, 2003).

During the 1990s, such experiments slowly began to use computerized systems as well. Rundstrom is one of the biggest critics of the use of these tools by native groups. The criticism is based on the fact that the use of these Western technologies could completely destroy native epistemology and their original ways of understanding space. The technicism that marks these procedures (and which seems obvious to us) would act as a destructive and domineering element. According to him, such practices prove "[toxic] to indigenous peoples and their knowledge systems" (RUNDSTROM, 1995, p. 55). Despite the criticism, which has a strong essentialist tone, the author's analysis ignores the differences between native peoples by pointing to the existence of a general native epistemology, indicating its characteristics throughout the article, that is, disregarding the diversity in different spatialities of each group.

Despite these points echoing as an insurmountable barrier to the development of new research that intertwines conceptions of space, indigenous peoples, and the use of traditional to Western cartographic tools, we have found interesting alternatives for dealing with this problem. There is a great diversity of mapping methods and initiatives that focus on the direct participation of native groups in the construction of cartographic visualizations (MACKENZIE; SIABATO; REITSMA; CLARAMUNT, 2017), in addition to the existence of GIS laboratories run by indigenous groups in their territories (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005; HERLIHY; KNAPP, 2003).

Realizing that the cartographic operation is tied to its Western-European tradition - loaded with principles and tools significant only to an ethnocentric spatial conception - does not preclude the development of works involving the cartographic craft and geographic analysis of indigenous groups. Most of these native cartography initiatives focus on solving current and necessary demands for their defense, on territorial claims and incorporating the traditional knowledge of these peoples in the act of mapping. The populations that participate in these initiatives are no longer "mere informants", but stand out as negotiating subjects and active in the cartographic construction process (CARDOSO, 2014, p. 24).

Even in terms of "analog" maps on paper, native groups throughout history have had various forms of cartography, both original and influenced by the colonizer, and this could exist in parallel with the maintenance of the most fundamental ethnic values. An exemplary case is the study by Chauca Tapia (2016) on Chinese and Amerindian cartography and their links with the Jesuits, in which he emphasizes, among other things, that the production of Samuel Fritz's map (which we talked about earlier) was made possible by collaborative action of various peoples along the priest's journey in the late seventeenth century. We also have the studies conducted by Barcelos (2010) on the action of Guaranis in the production of "Jesuit" maps, under the influence of priests in their final phase, but with native characteristics in all phases of elaboration. According to him, "many indigenous people actively participated in these processes. In some cases, they may have even been encouraged to initiate cartography" (BARCELOS, 2010, p. 2). The author also emphasizes the strategic use of cartography by indigenous people in the face of scenarios of uncertainty and struggle for land. As Perkins says: "In some contexts, mapping practices may be used to subvert [...], while in others, it is the polyphonic potential of the map that is teased apart, with the same image representing many different views and used for many different purposes" (PERKINS, 2003, p. 345).

In his latest publications, Harley was already beginning to highlight the need for the history of cartography to make two commitments in including native groups in the Americas as agents producing this form of knowledge: accepting the existence of indigenous cartographies that continued to be practiced before and after the arrival of European colonizers; the exercise of historical research focused on reconstructing indigenous contributions in the making of "European" maps." (HARLEY, 2002, p. 171). Such an engagement has been showing the significant Native presence in the writing of new research on cartography of the Americas,

in which European colonizers are no longer seen as the only cartographers of this not-so-New World, already mapped by indigenous groups.

Dialogues between indigenous history and the history of cartography have revealed the importance of cartographic analysis in delving into colonial relations, in which maps were operated within the spectrum of imperial tools to native resilience. From the constitution of mixed cartographic practices in central Mexico, through the uncertain and partial geographic information about the North American West compiled by European empires, to the emergence of Enlightenment scientific expeditions in South America that promised true and accurate mapping of the New World, recent work emphasizes native centrality in constructing the possibilities of the act of mapping, previously classified only as European (GRUZINSKI, 1991; MUNDY, 1996; SAFIER, 2008; MAPP, 2011). Even with such advances, the historiography of maps and cartography still faces challenges such as the critical inclusion of native perspectives on the late centuries of colonial rule in the Americas, not to mention the absence of African or African American perceptions of spatial mapping.

The inclusion of indigenous peoples in cartography also instigates questions about their history of social and political impacts in the dispossession of native lands since the beginning of colonization. Harley points out how “maps provide a roadmap for studying territorial processes where indigenous people have been progressively pushed off their lands” (HARLEY, 2002, p. 170). Maps based on precepts of high precision can reinforce with their visual and symbolic rhetoric the erasure or marginalization of ethnic, racial, and social groups. Thus, Harley criticizes ideals of technical precision and technological advances in the cartographic field that are unwilling to reflect their ethical commitment. Thus, precision and technicality should come second, for we must first ethically consider the impact of cartography in resolving or exacerbating issues of social justice (HARLEY, 2002, p. 206-207). Taking this into account, we believe that the construction of digital cartographies that make use of GIS can and should be in dialogue with social justice issues resulting from the impact of historical processes in our society. Such an analysis can also be made on the Nimuendajú map, when we ask ourselves about its intentionality, its ethical commitment, and its impact on the construction of an indigenous territorial presence that is not limited to or based on the Brazilian territory or any nation-state, but where South American hydrography has great weight in its composition when explaining the availability of Amerindian nations on the continent.

The reflections of these authors help us think about some fundamental issues to understand Nimuendajú's work. The first problem is that a map is never the product

of the cartographer who draws it, but of a long process of data collection (in the field), informant notes, logistics for the work, preparation of sketches, drawing, and decoration. In some cases, when the map is printed, there are other concerns regarding the graphic reproduction process and its limits, which also have their history.

Let's start with the "field" and the informants' notes. This is where we connect with the previous part. We have seen that Nimuendajú's map was produced by hundreds of "informants" (in addition to his own field observations), authors of works of a very diverse nature, produced under very different circumstances, even though Nimuendajú treated them all as if they were ethnographers. The most important informant, as we have seen, was Karl Friedrich Philip von Martius, with the work "*Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*". Von Martius was an important German scientist, recognized mainly for his contributions to the field of botany. However, he also conducted extensive research on the languages and indigenous peoples of Brazil.

Von Martius received an invitation to join the Austrian-Bavarian scientific expedition that accompanied the arrival of Maria Leopoldina to Brazil, and between the years 1817 and 1820, in the company of zoologist Johann Baptist von Spix, he traveled much of the Brazilian territory. The direct result of this expedition, besides the cataloging and extracting specimens, was the publication of the work "*Viagem pelo Brasil, 1817-1820*" (*Journey Through Brazil*), which was also the basis for later works such as "*Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*". In this, Von Martius uses the direct observations made by him and Spix during their expedition together with information from other travelers to make an ethnographic and linguistic analysis of the indigenous groups in the place (DIENER, 2014).

In his writings, we find, amid strong value judgments about non-assimilated natives, references to the indigenous presence in the crossing and in the information gathering process, something that is mitigated when we see the overall work. Martius' "descriptive" map, made by his narrative and "cartographed" by Nimuendajú, actually contained a great deal of "native" fieldwork. Often Martius and Spix were "neither informed about the path to take, nor about the navigable waters and other important circumstances, in such a long and risky voyage, entirely at the mercy of an Indian, our pilot" (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 63). This excerpt from *Journey Through Brazil* precedes the travelers' entry into the Amazon River and clearly shows the active participation of indigenous people in the paths chosen for the expedition and consequently in the process of collecting information; and the importance of indigenous knowledge for Spix

and Martius' trip to the Amazon region and for the subsequent products resulting from this expedition.

Although we can point out problems of ethno-geographic interpretation, Nimuendajú's product is also a map of the hundreds of groups that participated in the field collection, as happened with Fritz's, which was also used. However, when we think about Curt's "collection" of information, the most interesting element is that the result of the organization of all the data was a cartographic record with thousands of inscriptions on the map of South America over the years. The issue of time is important not only because Nimuendajú has historically located their locations, but because when we separate them chronologically by century, as we did earlier, we have the "negative" of those thousands of inscriptions on the map: large absences, represented by blank spaces, which were hidden by the different temporal layers with which the map was made. It is as if the data from later epochs were covering up the "voids" of the past, making a fundamental piece of information opaque: it was not an ethno-historical map, but one of sightings made by Europeans, as we pointed out earlier. It is a rhetoric based on absences, since this was not discussed in the textual parts preceding the map either.

This rhetoric of absences must be related to Nimuendajú's theoretical positions, and most likely this was very conscious. An advocate of preserving indigenous people in their communities, Nimuendajú hoped to preserve a native essence. This position was very justifiable in a context in which the alternative was their "civilization" and invisibility, as proposed by Hurley in the 1910s and 1920s, but it ended up preventing the recognition of indigenous identity in peoples who had had strong contact and miscegenation. His always strongly indigenist positions meant that his design was politically indigenist and that the occupied spaces of the continent were all associated with native groups. It was necessary to populate the continent with indigenous information, which has ample predominance in drawing. On Nimuendajú's map, seen from afar, it is easy to ignore the national state that would be established on the lands of the native peoples. Today's borders appear, and many large cities are indicated, but in a very discreet way, occupying an obvious background, almost to indicate their inconvenience on an indigenous continent. An additional element allows us to think about Nimuendajú's concerns with filling the empty spaces. In a 1935 letter to Carlos Estevão, Director of the National Museum, Nimuendajú wrote that "Snethlage also left me the necessary data for our ethnographic map from which one of the most sensitive white spots was eliminated." This was not just an empiricist concern. It was necessary to give space to the natives (WELPER, 2002, p. 94, footnote 108).

Other elements worth discussing concern the way of visualization chosen by Nimuendajú. All groups were represented with the same cartographic legend: longitudinal banners for larger areas and points, represented by a section with the group's name and a date, for specific sightings. No room for different ways of relating to space, according to native knowledge. It may be a strong criticism, considering the context in which the work was produced, but in fact, what Nimuendajú did was to homogenize the native experiences with a modern cartographic code, arranging groups in space as if they were static, even in the face of sets for which seasonal movement was fundamental.

The question of the dynamics of movement is certainly a central element. It is correct that Nimuendajú inserted arrows in the middle of the groups to indicate their movement. However, they end up indicating more displacements resulting from the flight to the interior (caused by the arrival of Europeans) than the native dynamics. These were crystallized in the spots and banners used to represent them, determining territories for each tribe in a tendentially static way. As Ingold states, when we refer to cartographic work, we privilege the creation of a static representation of a given reality. Consequently, information regarding mobility and the dynamics of space occupation ends up being neglected in favor of a fixed illusion (INGOLD, 2007). This aspect, almost general in cartography, becomes a problem when dealing with the issue of movement, migration, and spatial occupation, which follow a different logic from the imposed traditional markers.

Conclusion

Throughout this text, we seek to present Curt Nimuendajú's "Ethno-historical Map" and the way in which this cartographic product was "dismantled" through the use of a GIS, that made us realize several marks of the production of the famous map. There is a great debate about the technicism present in these tools, and even Nimuendajú's map could be accused in this direction, since it did, analogically, the same thing that is done nowadays: cross data from various sources in different layers of information in a defined spatial context (in this case, the South American continent). In analyzing his work, we ended up doing something similar and can, without any doubt, receive the same criticism of technicality alien to the specificities of indigenous experience. However, these are multiple, and the challenge is to think about them in cartographic terms. The ethnographer knew this.

By using geographic information systems to digitally reconstruct the “Ethno-historical Map”, we ended up having the possibility to perceive some of the author’s choices, among which we highlight a notorious selectivity in the representation of certain groups by “informants”. This element was not explained, and it may be very difficult to find a justification for it. However, the most important point is not this one: it is what we call the “rhetoric of absences”, when we reveal large empty spaces covered up by layers of data from later times. This rhetoric would be the result of transforming European descriptions about the natives into positivist information about the correct position of native groups in time, as we have tried to demonstrate throughout these pages.

REFERENCES

BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú. *In: IBGE/Fundação Pró-memória. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 23–27.

BARCELOS, Artur Henrique Franco. A cartografia indígena no Rio da Prata colonial. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, X, 2010, Santa Maria. Anais [...]*. Santa Maria: UFSM/UNIFRA, 2010.

CARDOSO, Thiago Mota. Malhas cartográficas: técnicas, conhecimento e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas. *In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Anais [...]*. Campinas: UNICAMP, 2014, p. 1-28.

CHAPIN, Mac; LAMB, Zachary; THRELKELD, Bill. Mapping indigenous lands. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 34, p. 619–638, 2005.

DIENER, P. Martius e as línguas indígenas do Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 353-376, ago. 2014.

EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne. A ortografia dos nomes tribais no mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú. *In: IBGE/Fundação Pró-memória. Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 29-35.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 41, p. 315-336, ago./dez. 2010.

FRITZ, Samuel. **Mapa Geographica del Río Marañón o Amazonas**. Biblioteca Nacional. ARC.030,02,017 - Cartografia, 1691.

GRUZINSKI, Serge. **La colonización de lo imaginario: Sociedades indígenas y occidentalización en el México Español S.XVI-XVIII**. Fondo de Cultura Económica, México D.F., 1991.

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. **Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization**, Toronto, v. 26, n. 2, p. 1–20, 1989.

HARLEY, John Brian. Rereading the maps of the Columbian encounter. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 82, n. 3, p. 522-542, 1992.

HARLEY, John Brian. **The new nature of maps: essays in the history of cartography**. Baltimore: JHU Press, 2002.

HERLIHY, Peter H, KNAPP, Gregory. Maps of, by, and for the peoples of Latin America. **Human Organization**, Oklahoma City, v. 62, n. 4, p. 303–314, 2003.

INGOLD, Tim. **Lines: a brief history**. Routledge, 2007.

KRAUSE, Fritz. **In den wildnissen Brasiliens: bericht und ergebnisse der Leipziger Araguay-expedition, 1908**. Leipzig: R. Voigtländer, 1911.

LARAIA, Roque. A morte e as mortes de Curt Nimuendajú. **Série Antropológica**, Brasília, n. 64, p. 01-09, 1988.

LOWIE, Robert Harry. **Eastern Brazil: an introduction**. Handbook of South American Indians: The Marginal tribes, Washington, v. 143, p. 381, 1946.

MACKENZIE, Kierin; SIABATO, Willington; REITSMA, Femke; CLARAMUNT, Christophe. Spatio-temporal Visualisation and Data Exploration of Traditional Ecological Knowledge/ Indigenous Knowledge. **Conservation & Society**, New Delhi v. 15, n. 1, p. 41-58, 2017.

MAPP, Paul W. **The Elusive West and the Contest for Empire, 1713 – 1763**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde **Amerika's zumal Brasiliens**: Wörtersammlung brasilianischer Sprachen. vol. 2. F. Fleischer, 1867.

MUNDY, Barbara E. **The Mapping of New Spain**: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

NIMUENDAJÚ, Curt; R. F. Mansur Guérios. Cartas etnolingüísticas. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 2, p. 207-241, 1948.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etno-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)**, Vol. 1, EdUSP, 2006.

PERKINS, Chris. Cartography: Mapping Theory. **Progress in Human Geography**, London, v. 27, n. 3, p. 341–351, 2003.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2003.

RAMALHO, João Pedro Galvão; RENDEIRO NETO, Manoel. Quando o roteiro é mais que o caminho: espacializando a narrativa de viagem do Vigário Noronha. *In*: VILA, Carlos Valencia; GIL, Tiago Luís (org.). **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016. p. 165–198.

RUNDSTROM, Robert A. GIS, indigenous peoples, and epistemological diversity. Cartography and geographic information systems. **Bethesda** v. 22, n. 1, p. 45–57, 1995.

SAFIER, Neil. **Measuring the New World**: Enlightenment Science and South America. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

ADDITIONAL INFORMATION

ACADEMIC BIOGRAPHY

Lana Sato de Moraes has a Master's Degree in History from the University of Brasília (2018), the same institution where she attended a Bachelor's Degree in History (2016). She develops research in the area of History of Colonial Brazil, focusing mainly on themes related to gender and economics, and geoprocessing.

Carlos Antonio Pereira de Carvalho holds a Bachelor's Degree and a Master's Degree in History from the University of Brasília - UnB. He works on Colonial Brazilian History, focusing on Social History based on elements of Digital History. He is currently working and is interested in researching the history of enslaved people in Portuguese America, as well as the use of the Geographic Information Systems.

Manoel Domingos Farias Rendeiro Neto holds a Bachelor's Degree in History from the University of Brasília (2013 - 2017) and currently is a Doctoral candidate in History at the University of California, Davis (2018 -). His research privileges the History of Latin America, focusing on the History of the Amazon, the dynamics of colonialism, the configurations of borders and indigenous nations in the 18th and 19th centuries.

Tiago Gil holds a BA in History from the Federal University of Rio Grande do Sul (2000), a master's degree in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro (2003) and Ph.D. in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro (2009). He is currently an Associate Professor at the University of Brasília. He has experience in the field of History, with an emphasis on Brazilian Colonial History, working mainly on the following topics: colonial economy, digital history, smuggling, borderlands, spatial history, geoprocessing in history and databases.

CORRESPONDENCE ADDRESS

Tiago Luís Gil, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70910-900, Brasil.

FUNDING

Not applicable.

CRediT AUTHORSHIP CONTRIBUTION STATEMENT

Conceptualization: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago

Data curation: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago

Investigation: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago

Writing – original draft: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago

Writing – review & editing: MORAES, Lana; CARVALHO, Carlos; RENDEIRO, Manoel; GIL, Tiago

COMPETING INTERESTS

No declared conflict of interest.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

EVALUATION METHOD

Double-Blind Peer Review.

ASSOCIATE EDITOR

Temístocles Cezar – Editor in chief

COPYRIGHT

Lana Moraes; Carlos Carvalho; Manoel Rendeiro; Tiago Gil.

LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



PEER REVIEW HISTORY

Received in: August 4, 2020.

Approved in: January 19, 2021.

Um retrato político do padre Antônio Vieira: antijesuitismo em João Francisco Lisboa

A political representation of father Vieira: anti-jesuitism in João Francisco Lisboa

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo ^a

E-mail: gileduardo7@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9867-2889> 

^a Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza,
CE, Brasil

RESUMO

O historiador e jornalista João Francisco Lisboa escreveu, entre 1858 e 1863, a biografia *Vida do Padre Antônio Vieira*. A escrita sobre o padre esteve imersa em uma série de aproximações com as teorias do complô jesuítico, uma narrativa enredada em uma clara proposta de denúncia histórica. Como resultado de nossa pesquisa, entendemos que Lisboa criou a imagem de Vieira enquanto um personagem político, abordagem que pretendia questionar a legitimidade histórica do padre e de sua ordem. Para tratar de tal questão, procuramos: refletir sobre o modelo de escrita biográfica; investigar as conexões com a historiografia do século XIX; e analisar conceitualmente o antijesuitismo e seus desdobramentos no discurso de Lisboa. São esses os procedimentos da abordagem historiográfica de nosso estudo, com a qual colocamos em perspectiva uma escrita sobre Vieira na cultura histórica oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Biografia; Historiografia do século XIX; Nação.

ABSTRACT

Between 1858 and 1863, the historian and journalist João Francisco Lisboa wrote the biography *Vida do Padre Antônio Vieira*, a clear proposal of historical denunciation through a narrative wrapped in a series of approximations with theories of Jesuit plot. Understanding that Lisboa depicted Vieira as a political character in an attempt to question the priest historical legitimacy and his order, this study aims to reflect on the model of biographical writing, to investigate connections with 19th century historiography, and to analyze anti-Jesuitism and its consequences in the discourse of the author. From a historiographical approach, such a discussion put into perspective a writing about Vieira in the 19th-century historical culture.

KEYWORDS

Biography; 19th century historiography; Nation.

De maneira que o Judas do Brasil, autor do *Papel Forte*, que preconizava a entrega de Pernambuco aos Estados Gerais da Holanda, sabia muito bem que a entrega seria, como o afirmava, a retroaberto; porque, ao mesmo tempo que elaborava o escrito famoso, tentava a aliança naval com a França e a Suécia para a ruína do comércio holandês, congeminava a utopia do Quinto Império, que à própria Holanda e Espanha poria sob o centro de Portugal – e punha em marcha a organização da Companhia do Comércio, pela qual se conseguiria, não só a recuperação de Pernambuco, senão também da resistência da Metrópole (CIDADE, s/d, p. 83-84).

A citação que inaugura nosso texto é do historiador português novecentista Hernâni Cidade (1887-1975). Em sua biografia sobre Antônio Vieira, o jesuíta é personificado enquanto “Judas do Brasil”. A forte imagem lançada sobre o padre seiscentista não é uma operação isolada. O *Papel Forte* aguçou e gerou polêmica sobre a imagem de Vieira. Para João Francisco Lisboa (1812-1863), as concessões do padre para a entrega de parte da colônia “eram em verdade enormes” (LISBOA, 1964, p. 67). Tratava-se de uma clara traição e covardia:

Estas longas negociações diplomáticas, tratadas até então com sumo segredo, mas enfim aventadas, produziram no público a mais viva indignação. Não havia classe ou cidadão que não clamasse contra a cobardia ou traição com que se entregavam à Holanda tão magníficos domínios (LISBOA, 1964, p. 67).

O teor de denúncia foi tingido com palavras fortes. Afinal, além de entregar o território, o padre pretendia pagar a “usurpação com grossas quantias; com que, sobretudo eram abandonados tantos vassallos fiéis, que pelo rei e pela religião haviam tomado as armas, sacrificando vidas, liberdade e fazenda” (LISBOA, 1964, p. 67-68). Com relação à figura do jesuíta seiscentista, o objetivo foi gerar o antagonismo nacional com João Fernandes Vieira, aquele que remediaria os danos da traição ao liderar a batalha dos Guararapes. Para Alcir Pécora, com a biografia de Lisboa, a imagem de Vieira enquanto “Judas do Brasil” foi criada (PÉCORA, 2008, p. 42).

Segundo Temístocles Cezar, ao historiador é conferida a condição divina de criar sua própria providência. Com isso, o heroísmo pode ser considerado um recurso narrativo dentro de uma trama, afinal “resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói” (CEZAR, 2004, p. 18). Em linhas gerais, a noção de herói que circulou em meio à historiografia brasileira do século XIX é uma reafirmação do dever

cívico. Isto é, o herói é aquele que transborda a condição comum do homem ordinário, “afirma a sua própria vida como sacrifício no altar da pátria” (KHALED JR, 2010, p. 150). Partindo dessa compreensão, o padre Vieira não poderia ocupar o lugar de herói na escrita de Lisboa, de outro modo, serviria como instrumento de denúncia histórica.

Entendemos que o episódio do *Papel Forte* é sintomático de uma aversão à Companhia de Jesus. No entanto, a categorização de Lisboa como antijesuíta é insuficiente, se não for compreendida dentro das suas articulações com a cultura histórica oitocentista. Estabelecemos, portanto, quatro etapas de análise. Na primeira, entendemos como necessário um estudo preliminar sobre o tipo de escrita de que estamos tratando: a biografia histórica, reflexão que nos permitiu dimensionar a importância e as funções que esse modelo de narrativa ocupou nas produções oitocentistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em seguida, procuramos abordar as especificidades da produção biográfica de Lisboa. Para tanto, foi necessário diferenciá-la das suas demais produções. Entendemos que a experiência de Lisboa em Portugal demarcou uma mudança de sua postura enquanto historiador, além de aproximá-lo da historiografia portuguesa. Com isso, nos encaminhamos para o terceiro momento de nossa investigação, quando investigamos as aproximações de Lisboa com o antijesuitismo português, isto é, com quais elementos das teorias do complô jesuítico o historiador dialogou. Por fim, dedicamos nosso último tópico para tratar das estratégias discursivas que compuseram a sua denúncia histórica, na qual Vieira foi configurado enquanto um personagem político, exemplo da contradição jesuítica entre a religiosidade e a política.

A escrita biográfica de João Francisco Lisboa

Indicado por Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa ingressou como sócio no IHGB em 1855, integrando uma comissão encarregada de pesquisar documentos sobre o Brasil em Portugal. Em terras lusitanas, Lisboa seguiu publicando o seu polêmico *Jornal de Timon*,¹ assim como a biografia de Odorico Mendes. Antes de falecer, em 26 de abril de 1863, esteve centrado na escrita da *Vida do Padre Antônio Vieira*. Antônio Henriques Leal, seu biógrafo e amigo, organizou e publicou os seus textos, reunindo-os em uma obra completa (JANOTTI, 1977, p. 29-31). Nela, encontra-se a escrita sobre o padre Antônio Vieira.

Ao produzir uma biografia, João Francisco Lisboa optou por um modelo de escrita difundido amplamente no século XIX. Procurando dar unidade de sentido à vida do biografado, o gênero narrativo parte de uma lógica prospectiva e retrospectiva.

¹ O *Jornal de Timon* foi um periódico escrito unicamente por Lisboa a partir de 1852. O então jornalista se valia do pseudônimo Timon como recurso de autoria.

(BOURDIEU, 2007a, p. 18) Com isso, as tensões são resolvidas em desfechos narrativos, responsáveis por dar unicidade às contradições sob uma perspectiva fatídica. Se pensarmos que a biografia cria uma ilusão de unicidade, entenderemos que o Vieira biografado é um personagem cujo sentido pode ser extraído e apresentado de forma linear, absoluta e lógica – “assim ia crescendo de dia para dia, no meio destes esplêndidos triunfos oratórios, a reputação do P. Antônio Vieira, e com ela, e na mesma proporção, devia medrar a sua inata ambição” (LISBOA, 1964, p. 18). Com essas palavras, o historiador projeta a linha narrativa do seu biografado que, para todos os efeitos, é movida pela “inata ambição”.

No entanto, a ideia de ilusão biográfica sugerida por Bourdieu (2007b) é, em certo sentido, insuficiente para o nosso estudo se não forem contextualizadas em suas conjugações históricas. Alexandre de Sá Avelar trata do problema das produções biográficas, apresentando suas diversas renovações, as quais sugerem que não podemos tratar a biografia como uma modalidade rígida de escrita (AVELAR, 2011). Certamente, as biografias, sintomáticas de uma epistemologia moderna, manifestam o desejo de racionalizar a complexidade da vida. A tentativa de produção de unicidade biográfica é, nesse aspecto, um problema correlato à modernidade, o que, por sua vez, também gera ambiguidades. Por isso, será necessário historicizar brevemente os modelos de biografia difundidos no século XIX.

Maria da Glória de Oliveira afirma que a biografia se tornou um gênero de produção historiográfico, legitimado e regulado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1839 – “Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos”. (BARBOSA, 1839, p. 14) Lido na sessão inaugural do IHGB, em 1838, o discurso de Januário da Cunha Barbosa já manifestava as bases das formulações teóricas do instituto, que, como podemos ver, incorporava, da *historia magistra vitae, a exempla*,² com a qual poderia “conferir imortalidade à vida das histórias instrutivas” (KOSELLECK, 2006, p. 43).

A ideia colocada de “grande homem”, em certa medida, é diferente da formulação clássica do herói plutarquiano. Construção iluminista, o “grande homem” estava sedimentado no tempo moderno, imbuído pela dinâmica da aceleração – “contiguidade entre passado, presente e futuro, remetendo à ideia de perfectibilidade do gênero humano” (OLIVEIRA, 2015, p. 277). Era, portanto, o indivíduo modelar de uma coletividade. A referência a Plutarco pode ser entendida como uma tentativa de legitimação cultural e de incorporação da biografia

² François Hartog entende que o uso da *exempla* possui função argumentativa, é utilizada como instrumento de persuasão. Foi por meio do relato dos homens notáveis, célebres, que se constituíram os modelos de imitação (HARTOG, 2013).

no escopo das diretrizes de pesquisa e de escrita nacional. Não se trata de tão somente um exercício de erudição. Segundo Temístocles Cezar, a biografia dos grandes homens é um projeto historiográfico, com o qual se pode compreender o movimento do tempo por meio das transformações geradas pelos homens notáveis (CEZAR, 2004, p. 25).

Até o ano de 1899, o IHGB lançou 154 textos com a denominação de biografia ou de apontamentos biográficos.³ Mais do que uma produção isolada do indivíduo, ou um gênero avulso, a biografia esteve incorporada ao projeto de escrita da história nacional (CEZAR, 2003, p. 74). A regularidade de publicação e o interesse na sua produção, manifestado pelos sócios da instituição, indicam a dimensão que o gênero possuía na historiografia oitocentista. A biografia surgia como modalidade de escrita que se submetia aos procedimentos da crítica metodológica, se converteria, portanto, no ofício do historiador (OLIVEIRA, 2007, p. 162). Muitos escritores manifestaram interesse pelo gênero, já que os textos carregavam suas assinaturas, tornando-se capital simbólico: “propiciavam certa visibilidade aos membros da instituição” (OLIVEIRA, 2007, p. 163).

Tristão de Alencar Araripe, sócio do IHGB, ao argumentar sobre a função do historiador, afirma que um dos seus deveres é “apresentar a veneração dos posteriores a memória dos varões beneméritos, que engrandeceram essa pátria com proezas generosas, invenções úteis, e obras excelentes” (ARARIPE, 1894, p. 273). Ao biografar os distintos homens, o que estava sendo feito era imortalizar as vidas de figuras notáveis, tornando-as resistentes ao tempo para que servissem de exemplo aos homens da nação. Para o presidente do IHGB, São Leopoldo, o instituto pretendia cooperar “desta arte para ressurgirem à nova vida escritores, que com direito a imortalidade jaziam, ou por modéstia ou maliciosidade, sepultados no esquecimento” (SÃO LEOPOLDO, 1839, p. 64-68).

A fórmula das biografias na seção da revista do instituto era a de eternizar a vida dos homens distintos, colocando-os como modelo de vida no presente, pressuposto em consonância com os valores da civilidade moderna. As biografias de José de Anchieta e de Manoel da Nóbrega, escritas por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, o mesmo autor que escreveu *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, são exemplos de escritos biográficos produzidos sobre jesuítas notáveis. Diferentemente do que foi feito por Ignácio Accioly, o homem biografado por Lisboa também foi notável historicamente, mas não serviu de exemplo para o presente. Não é nossa pretensão estabelecer os limites de sua moralidade. Preferimos pensar que sua escrita se inseria em uma forma de reflexão moral, com a qual Lisboa poderia estabelecer pontes entre o passado e

³ Até 1849, a seção manteve-se fecunda com 72 notícias biográficas. A partir de 1850 até 1860, é possível notar 16 publicações. Entre 1861-70, o número sobe para 26. Na década de 1870, 27. A partir de 1883, o declínio tornou-se mais evidente.

o presente (TURIN, 2018, p. 78). Para isso, entendemos ser necessário investigar os elementos que caracterizam a operação historiográfica de Lisboa.

Antes de se assumir enquanto historiador, o escritor maranhense possuía passagens em jornais locais e significativa atividade político-partidária. Foi eleito deputado provincial para a legislatura da Assembleia Provincial (1835-1837 e 1838-1841) e, em 1835, assumiu o cargo de Secretário do Governo Provincial na gestão do presidente Francisco Bibiano de Castro. Lisboa fundia sua atividade jornalística com a defesa de uma política liberal. A experiência como jornalista do *Eco do Norte*, entre 1834 e 1836, foi um período decisivo “para que alcançasse a proeminência no partido liberal maranhense” (JANOTTI, 1977, p. 24). Entre 1838-1840, tornou-se jornalista da *Crônica Maranhense*, utilizando-se desse jornal para escrever artigos inflamados contra o governo. O distanciamento da política ocorreu quando foi acusado de participar da Balaiada (SILVA, 2017, p. 33-37).

Embora considerável, a carreira política de João Francisco Lisboa foi marcada por desilusões, o que motivaria a escrita do *Jornal de Timon*, texto em que o jornalista assumiria a função de historiador (JANOTTI, 1977, p. 26). A partir de então, já não se trata do mesmo homem de partido e de ideologia que escrevia para a *Crônica Maranhense* (SOARES, 2009, p. 212). O estudo da história foi uma ferramenta que Lisboa optou para superar as “contradições entre os seus ideais liberais e a realidade nacional” (JANOTTI, 1977, p. 234). Segundo Jussara Silva, “Francisco Lisboa metamorfoseia-se primeiro em Timon para depois transformar-se em historiador” (SILVA, 2017, p. 33). Isto é, a função de historiador, assumida por Lisboa, se deu em transversalidade com a função de jornalista, movimento comum no século XIX.

O fluxo existente entre campos do saber deve ser entendido enquanto possibilidade e condição permitidas na historiografia oitocentista (CEZAR, 2003, p. 73). O ofício do historiador não se situa em uma posição rígida de reconhecimento, de outro modo, transita em um campo social flexível que classifica seus pares por meio de jogos e de negociações simbólicas (BOURDIEU, 2007a, p. 422-460). A própria figura de historiador oitocentista dialogou com outras imagens, como publicista, naturalista e poeta (TURIN, 2009, p. 14). O caso de Lisboa é exemplo das porosidades entre os campos de produção de saber que constituem a cultura da história do século XIX. Contemporâneos de Lisboa, como Joaquim Machado de Oliveira e Justiniano José da Rocha, são exemplos de letrados que assumiram a voz do historiado mas que não se identificavam prioritariamente como historiadores (TURIN, 2018, p. 69). Com isso, é importante assinalarmos que a pluralidade de gêneros históricos não garantia uma unidade discursiva estável para a figura do historiador.

Em nosso caso de estudo, parte do reconhecimento ocorreu quando Varnhagen elogiou a escrita do *Jornal de Timon* e convidou o então jornalista maranhense para compor o quadro de historiadores do IHGB. Para que se evite uma associação genérica entre historiador e instituição, devemos pensar sobre a relação de Lisboa com o IHGB. Ainda que possua preocupação com o nacional, a biografia compõe uma diversidade de cultura de história do século XIX. Para Valdeci Lopes de Araujo, a construção do discurso histórico moderno “revela movimentos intencionais e não-intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual” (ARAUJO, 2015, p. 367). As distintas abordagens e as complexas relações que os historiadores do século XIX traçaram não nos permite a dedução de um projeto sistematicamente perseguido.

Dentro da pluralidade de cenários historiográficos oitocentistas, podemos identificar algumas das características que compõem o discurso combativo de Lisboa. Em *Apontamentos para Servirem à História do Maranhão*,⁴ textos que integram o *Jornal de Timon*, fica clara a proposta de evidenciar os modos e os costumes grosseiros da sociedade maranhense. Para isso, o historiador aplica sistematicamente a desqualificação enquanto topoi, depreciando ora o personagem, ora o seu argumento. Todavia, esse recurso discursivo não é usado como fim em si mesmo. Por meio do jornal, Lisboa pretendia promover uma transformação no curso da história. A insatisfação do historiador com o estado da realidade em que vivia revela a posição, por vezes antagônica, assumida contra o Estado e a política oitocentista. Afinal, Lisboa fazia parte de uma geração romântica preocupada com a formação da nação e que produziu diferentes projetos civilizacionais e críticas ao recém-instaurado Estado nacional (SILVA, 2017, p. 25). É nesse sentido que a relação entre escrita e nação se alinham.

As estratégias discursivas de Lisboa transitavam entre uma abordagem satírica e irônica. Segundo Alfredo Bosi, a sátira é uma prática política, estabelece pontes entre temporalidades, uma ferramenta de intervenção política sobre a realidade (BOSI, 1977, p. 172). Entretanto, é importante diferenciar a finalidade política empregada na biografia e no *Jornal de Timon*. No periódico, Lisboa procurava interceder diretamente no curso do tempo, realizando uma crítica direcionada aos seus contemporâneos maranhenses. Na biografia, trata-se de outro regime de autonomia, cuja ação política é indireta (ARAUJO, 2015, p. 393), tema que abordaremos adiante.

A ironia presente na escrita de Lisboa é sintomática de uma crise da consciência histórica. O recurso estilístico surge quando se avultam críticas sobre as estruturas fundamentais da sociedade moderna, como as instituições políticas, a religião e os costumes (WHITE, 1995, p. 25). Em Lisboa, a ironia pode ser explicada pela presença

⁴ Entre 1852 e 1853, foram publicados os primeiros dez números do jornal. Os dois últimos números foram publicados em 1858 e referem-se à segunda parte dos Apontamentos.

do ceticismo, modo de enxergar o ser social como um agente fraturado, constituído por duplicidades, permeado por interesses e dissimulações (SILVA, 2017, p. 72).

Para Flávio Soares, as desilusões de Lisboa com a política o fizeram compreender que os partidos eram movidos por razões práticas e não por princípios ideológicos (SOARES, 2008, p. 212). Tal postura o tornaria um “historiador pragmático” (SOARES, 2008, p. 213), isto é, um intelectual que procurava revelar os males e as inconsistências do mundo. Segundo Janotti, Lisboa possuía dúvida sobre o sentido da história, alguém menos convicto do que Varnhagen (JANOTTI, 1977, p. 233). A escrita biográfica sobre Vieira, por essa lógica, serve para descortinar interesses e revelar as dissimulações históricas. Portanto, é possível considerar certo valor pedagógico associado à biografia sobre o jesuíta. Nesse caso, tratava-se de uma alteridade a ser evitada: Antônio Vieira, exemplo avesso de nacionalidade.

Entre o Maranhão e a nação

Não existe, no conjunto dos textos de Lisboa, uma unidade de pensamento linear e coeso sobre Vieira. Por mais que tenhamos apontado os elementos que caracterizam uma escrita combativa, há de se notar as diferenças entre o personagem apresentado no *Jornal de Timon* e o jesuíta ilustrado na narrativa biográfica. A diferença pode ser explicada, em parte, pelo desenvolvimento de Lisboa enquanto historiador profissional.

Segundo Maria de Lourdes Janotti, a dificuldade em caracterizar a relação entre o IHGB e Lisboa deve-se, em grande medida, às críticas que o historiador dirigiu à instituição sobre o caso dos indígenas (JANOTTI, 1977, p. 150-153). Dentre as querelas, destacamos o imbróglio com Varnhagen. Varnhagen, a princípio, nutria grande admiração pelos trabalhos de Lisboa, a quem agradece pelos “subsídios” fornecidos à primeira edição da História Geral do Brasil (VARNHAGEN, 1857, p. 557). Um dos pontos de convergência foi a crítica comum de ambos ao que Varnhagen denunciava como “perigoso brasileiro caboclo” (VARNHAGEN, 1961, p. 235). Em publicação de 1849, o historiador denunciava os que apontavam o indígena enquanto legítimo representante da nação (SANTOS, 2014, p. 87-88). Em consonância com Varnhagen, Lisboa destilou sua crítica com notável ironia àqueles que se debruçaram sobre o indígena nas investigações históricas do IHGB (LISBOA, 1865a, p. 201-202).

Retribuindo o apoio indireto, Varnhagen revela grande satisfação ao “ver corroboradas as nossas conjecturas acerca da escassez da antiga população indígena no nosso país por um benemérito escritor do Maranhão” (VARNHAGEN, 1854, p. 483). Os dois historiadores estreitaram laços quando João Francisco Lisboa viajou para

Portugal, por meio do IHGB, para fazer pesquisa documental. Nessa empreitada, diversas correspondências foram trocadas. Nelas, Lisboa solicitava conselhos para lidar com a crítica às fontes e chegou a considerar o seu colega historiador como “mestre” (VARNHAGEN, 1961, p. 69).

Segundo Janotti, nas correspondências trocadas entre tais historiadores, Varnhagen passou a questionar o uso do método que Lisboa aplicava sobre as fontes, alertando-o sobre o pouco rigor na crítica documental (JANOTTI, 1977, p. 158). A relação, antes amistosa, passava a outro patamar. A querela foi aguçada quando Lisboa, ao mudar de postura, manifestou-se de forma contundente sobre o tema da escravidão: “que a escravidão africana, como foi entre nós organizada, é ímpia, cruel, atroz em si mesma, e imoral, corruptora, embrutecedora, anticivilizadora e summa nos seus resultados” (LISBOA, 1965b, p. 473).

Em 1858, os números 11 e 15 do *Jornal de Timon* foram publicados em Portugal. Ao chegarem no exterior, os textos receberam elogios e refutações. A partir delas, uma revisão historiográfica transformaria algumas das perspectivas assumidas pelo historiador. Assim, Lisboa promoveu uma série de modificações em ideias que antes defendia. Por isso, podemos perceber incongruências com os textos escritos pós-1858 (SILVA, 2017, p. 54). Entre tais mudanças, é possível identificar a aproximação com as ideias defendidas por Gonçalves Dias no tocante à legislação sobre a escravidão indígena e africana (SILVA, 2017).

Com isso, o historiador maranhense assumia claramente sua mudança de postura em relação à questão, concluindo que a *História Geral do Brasil* legitimou historicamente todo o emprego de violência (LISBOA, 1865b, p. 466). Também com acusações de plágio, o embate foi prolongado mesmo após a morte de Lisboa, contando com o envolvimento de outros intelectuais da época, tal como Antônio Henriques Leal. A respeito do imbróglio, Evandro dos Santos o analisa com maiores detalhes (SANTOS, 2014, p. 87-100).

O processo de transformação de Lisboa, enquanto historiador em missão de pesquisa, se desdobraria sobre temas correlatos, como o padre Vieira e sua ordem religiosa. Em *Apontamentos para servirem à História do Maranhão*, nas publicações entre os anos de 1852-1853, o historiador já manifestava traços do antijesuitismo ao afirmar que a ordem possuía “grande ambição coletiva” (LISBOA, 1865a, p. 404). No entanto, são as “virtudes individuais” (LISBOA, 1865a, p. 403) que sobressaem quando é narrada a participação dos inacianos no Maranhão, sobretudo da figura do padre Antônio Vieira. Em *Apontamentos*, quando comparado à biografia, percebemos nitidamente uma leitura positiva sobre Vieira. O ilustre jesuíta foi um grande

representante da colônia, “cujo nome, associado ao seu, fez ressoar na Europa” (LISBOA, 1865a, p. 417). No texto, o padre é aquele que participa do processo civilizatório dos costumes indígenas, além de escancarar a degeneração moral dos colonos maranhenses.

É possível afirmar que, no primeiro momento, João Francisco Lisboa teve relativa proximidade com uma perspectiva preponderante nas publicações do IHGB entre os anos de 1839 e 1849, sob a coordenação do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Como aborda Simone Tiago Domingos, as publicações defendiam que o atraso brasileiro se devia, em grande medida, à escravidão e à presença dos africanos, o que explicaria o atraso da agricultura, da civilização dos indígenas e da sociedade (DOMINGOS, 2014, p. 341). Por meio dessa interpretação, há uma distinção entre a atuação dos jesuítas, fundamentada nos princípios religiosos de catequização e de desenvolvimento da fé, e a do restante dos colonos, motivada pelo insaciável desejo de violência e de escravidão.

Sobre o tema da Companhia de Jesus na colonização, é importante mencionar a obra do historiador britânico Robert Southey, escrita entre 1810-1819, publicada no Brasil em 1861. Em *History of Brazil*, a Companhia de Jesus surge como possibilidade “concreta de retirada do nativo tanto do estágio selvagem, [...] quanto do estágio caçador e coletor, através da introdução de um sistema religioso organizado” (VARELLA, 2015, p. 217). As discussões em torno da Companhia no processo colonial desdobraram-se em diversos embates, tema que retomaremos em nosso próximo tópico. O que nos importa considerar é a existência de uma cena discursiva que, desde o início do século XIX, esteve repensando o papel dos inacianos no processo de colonização.

Em *Apontamentos*, por mais reticências que Lisboa já manifestasse sobre Loyola e sua ordem (LISBOA, 1865a, p. 340-352), a instituição cumpriria um importante desígnio no Maranhão. Com isso, Vieira servia a duas funções: impedir a degeneração dos indígenas e criar antagonismo com os nefastos colonos do Maranhão. Com a ironia que lhe foi de costume, a citação de Lisboa sintetiza nosso argumento: “e o famoso padre Antônio Vieira, zombando a seu modo, e usando dos costumados trocadilhos disse que o Maranhão, não queria significar outra coisa, senão maranha-grande” (LISBOA, 1865b, p. 30).

Isto é, o historiador maranhense, ao expor a história do Maranhão, estaria apontando, historicamente, sua degeneração moral (SILVA, 2017, p. 72).

Segundo Borralho, tratava-se de uma sátira a *Athenas Brasileira*, construção identitária elaborada por uma elite de São Luís que explicaria o surgimento de grandes

figuras e de notáveis intelectuais (BORRALHO, 2010, p. 30-35). Ao satirizar a herança reclamada por tal grupo social, Lisboa criticava moralmente o passado dos colonos no Maranhão (BORRALHO, 2010, p. 32), expondo seus hábitos nefastos. Nesse sentido, a condição selvagem dos indígenas possui relação com a impossibilidade dos colonos, decorrida de sua decadência, em promover a civilidade em sua região.

Similar ao que é feito em *Apontamentos*, o jesuíta biografado assume, no arco narrativo sobre as missões no Maranhão, a função de expor a condição do local. Tratava-se de um espaço despossuído de moralidade, sem qualquer senso de civilidade entre os colonos. Lisboa afirma que “a mesma imoralidade que S. Francisco Xavier encontrou na Índia, e os primeiros missionários do Brasil na Bahia, encontrou Vieira no Estado do Maranhão” (LISBOA, 1964, p. 289). O Maranhão padecia de uma presença religiosa, afinal, a própria “Belém esteve muitos anos sem matriz”, onde eram abundantes “as intrigas, os ódios, os falsos testemunhos, os roubos, e os adultérios mais escandalosos” (LISBOA, 1964, p. 289-290). Os próprios indígenas domesticados sofriam a ausência de doutrina, já que seus senhores estavam em condição desajustada (LISBOA, 1964, p. 290).

Na biografia sobre Vieira, Lisboa reafirma a crítica aos colonos maranhenses. No entanto, a figura do padre jesuíta não serve de antagonismo aos colonos, aspecto presente em *Apontamentos*, texto em que a imagem do jesuíta serve para criar um antagonismo com a ideia idílica do Maranhão. De um lado, a corrupção e a imoralidade dos colonos maranhenses e de outro, a figura do jesuíta que combateria toda a degeneração. Tal antagonismo não é usual na trama biográfica. Nela, a jornada missionária também foi alvo de críticas. Os propósitos do jesuíta na missão tinham por finalidade a obtenção de poder político e temporal, afinal, “mais que muito evidente, era o crescimento progressivo das pretensões ambiciosas da Companhia e de seu ilustre representante” (LISBOA, 1964, p. 305). Em outros termos, toda a defesa aos indígenas empreendida pelos jesuítas é, senão, uma estratégia para tomada de poder.

Devemos considerar a afirmação de Flávio Soares ao concluir que “foi na segunda etapa, escrita em Portugal, que o historiador pragmático alcançaria sua maturidade” (SOARES, 2008, p. 213). É nesse momento que Lisboa, um intelectual que já se distanciava do romantismo de sua época (JANOTTI, 1977, p. 197), assume uma postura ainda mais cética sobre a colonização brasileira.

Partindo das considerações feitas por Valdei Lopes de Araujo, a respeito dos confrontos entre regimes de autonomia com a criação do IHGB (ARAUJO, 2015, p. 393-396), é possível considerar que os textos escritos antes de 1858, entre os quais se encontra *Apontamentos*, estivessem mais próximo do “regime

compilatório”, feitos para um público menos especializado e que compreende características como: “demandas locais/regionais de identidade e justificação política”; “maior presença de padrões/referências clássicas”; e “escrita como ação política direta”. No que se refere à biografia sobre Vieira e aos textos escritos em Portugal, há uma proximidade com o “regime disciplinar”, que engloba elementos como: “centralidade da História Geral Nacional”, “separação entre documento e relato” e “escrita como formação/informação (ação política indireta)” (ARAUJO, 2015, p. 395). Partindo dessa compreensão, é possível delinear o fluxo das produções de Lisboa entre os dois regimes de autonomia.

Por isso, há de se considerar as cenas de produção discursiva presentes na escrita dos dois textos. Os exemplares de *Apontamentos para a História do Maranhão* de que estamos tratando, publicados em 1852-1853, fazem parte de uma crítica dirigida à elite intelectual maranhense, que buscava legitimar-se historicamente. Já na escrita biográfica, as demandas caminharam para outras conexões. Lisboa esteve imerso na atividade acadêmica, em uma rotina de erudição moderna e de empiria documental. Cada vez mais distante das querelas políticas de antes, as interlocuções presentes no texto biográfico revelam disputas de outra ordem. Tratava-se de repensar a figura de um personagem histórico que excedia os limites do Maranhão, afinal, Lisboa entendia que Vieira era emblemático para a história luso-brasileira, uma figura central da nação.

As aproximações com o antijesuitismo luso-brasileiro

Apesar de esforços como o do senador Cândido Mendes (DOMINGOS, 2009, p. 259-261), que buscava esclarecer a polêmica em torno da morte de João Bolés⁵, a partir da década de 1850, abordagens antijesuíticas tornaram-se preponderantes nas publicações do IHGB (DOMINGOS, 2014, p. 342). Destacam-se dois artigos de J. C. Fernandes Pinheiro (PINHEIRO, 1855; PINHEIRO, 1856), cuja argumentação trata da formação da Companhia e do seu projeto pela tomada do poder absoluto. Segundo o sócio do IHGB, os soldados da Igreja eram formados tal como um *machinismo*, sistema centralizado na figura de um chefe que incorpora todos à hierarquia da instituição. Nesse caso, a história da Companhia de Jesus passou a ser explicada em dois estágios de desenvolvimento. O primeiro deles é o que ficou conhecido como a era dos santos, liderada por Inácio de Loyola e Francisco de Borgia. No segundo, chamado de fase de degeneração moral, as práticas eram incompatíveis com uma instituição de natureza religiosa.

⁵ Mendes queria inocentar o padre Anchieta pela morte de João Bolés. Procurando redefinir a versão comum do fato, o senador recorre à obra *Informação do Brasil e de suas capitâneas*, esclarecendo que o calvinista, após ser feito prisioneiro, foi levado à Portugal e à Índia.

Aldrin Figueiredo chama a atenção para as discussões em torno da ordem na historiografia sobre a Amazônia, produções encomendadas pelos Conselhos Gerais das Províncias, e depois pelas Assembleias Provinciais. Nesse cenário, destacamos duas abordagens. Se, por um lado, Ignacio Accyoli entendia que a ordem cumpriria importante função no processo de transformação moral, por outro, Antonio Ladislau Monteiro Baena, autor de *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (1839), ilustrava a figura do jesuíta como “um falso clérigo, que usa a batina para ganhar dinheiro, utilizando-se das benesses do Estado e suas prerrogativas” (FIGUEIREDO, 2000, p. 82).

Dentro das abordagens antijesuíticas na historiografia brasileira, uma aproximação entre Antônio Henriques Leal e Lisboa é, para nós, a mais evidente. Leal, amigo e biógrafo de Lisboa, defendia abertamente a expulsão dos inicianos como ação atrelada à transformação política brasileira por meio dos princípios formadores do estado liberal. Para o autor, a Companhia, que gozava de certo poder e de economia na Igreja Católica, não caberia em um Estado que procurava afirmar sua soberania. É nesse ponto que o autor afirma que a ordem se tornou um “Estado dentro do Estado” (LEAL, 1871, p. 52).

Em meio ao crescimento da jesuitofobia, existe um processo de desgaste do padroado no Brasil, que também pode nos explicar o fortalecimento de abordagens laicizantes na historiografia oitocentista. Com o Segundo Reinado, o comportamento da burocracia imperial e de suas elites iluministas em suas relações hierárquicas causava o abafamento e a frieza da Igreja (ROMANO, 1979, p. 83). Para Valeriano Altoé, o fortalecimento do Estado e da burguesia liberal ameaçava a Igreja, uma tentativa de marginalização. Na década de 1840, temáticas como a autonomia e a separação da Igreja do Estado, distinção entre poder espiritual e temporal e a satelização da Igreja brasileira à Roma tornaram-se pautas de discussão política (ALTOÉ, 1993, p. 66). Tratava-se de um movimento de independência da Igreja em relação ao Estado, a fim de torná-la mais “católica romana” e menos “nacional” (FRAGOSO, 1985, p. 143).

É evidente que as discussões em torno dos jesuítas no instituto e os debates acerca da Igreja no Estado foram elementos que atravessaram o antijesuitismo de Lisboa. No entanto, ainda é necessário matizar outro conjunto de discursos que interceptaria a sua escrita. Afirmamos, anteriormente, que o texto biográfico foi escrito em Portugal, onde Lisboa circulou pelos arquivos e estabeleceu contatos com intelectuais da época (JANOTTI, 1977, p. 29-31). Não é coincidência o fato de que as referências presentes na escrita de Lisboa são, em maioria, obras de letrados portugueses. Por isso, entendemos que o diálogo com o antijesuitismo português pode explicar melhor as interlocuções presentes em sua escrita biográfica.

O autor mais citado por João Francisco Lisboa em sua biografia sobre Vieira não é Varnhagen ou qualquer outro historiador brasileiro que tenha escrito sobre o padre, mas o jesuíta português André de Barros, autor de *Vida do Apostólico Padre António Vieira da Companhia de Jesus* (1746). Na maioria das passagens em que o escritor português é citado, uma relação de dicotomia é gerada. Lisboa faz questão de evidenciar o incômodo com a hagiografia de Barros.

A exemplo do que estamos afirmando, é importante notar que André de Barros é citado 34 vezes no texto biográfico. Em linhas gerais, é preponderante o recurso da refutação ao texto proselitista do escritor setecentista, crítica que se desdobra em dois segmentos: (1) suposta imprecisão das informações fornecidas por Barros; (2) comentários de teor irônico quanto ao apologismo denunciado por Lisboa. Pela extensa quantidade de citações sobre o “panegirista” jesuíta, optamos por selecionar o momento em que Lisboa sintetiza sua crítica:

É difícil atinar com a verdade neste ponto, como em alguns outros da vida do nosso jesuíta; as suas obras são mudas a tal respeito, e André de Barros jesuíta como ele, e antes panegirista que historiador, tendo de atender igualmente à glória do seu herói, e aos interesses da sua ordem, omite, falsifica, atenua, obscurece e enreda em palavras túrgidas e sibilinas todos os pontos espinhosos e delicados (LISBOA, 1964, p. 273).

Diferentemente da biografia, que trata da trajetória singular de uma existência, uma escrita hagiográfica narra uma série de atos exemplares. A finalidade desse tipo de escrita não é explicar o que um homem se tornou, traçando suas fases da vida, nem contar o que ele fez, mas apresentá-lo como modelo sob o ponto de vista da moralidade cristã, cujo efeito esperado é provocar no leitor uma transformação espiritual (BORBOLLA, 2002, p. 92). O estranhamento de Lisboa com o texto de Barros nos revela duas formas de escrita fundamentalmente distintas. Elas estão amparadas em estruturas culturais e em experiências com o tempo estranhas entre si. As comparações entre tais escritas estão envolvidas em outras complexidades que não serão abordadas em nosso texto. O que nos importa considerar é que, para além dessa evidente diferença, a crítica provocada por Lisboa está inserida em um plano de disputa pela representação histórica da Companhia.

É interessante notarmos que a hagiografia de Barros foi produzida 13 anos antes da expulsão dos jesuítas em Portugal. Nesse cenário, o texto já representa os últimos esforços para legitimar a presença dos jesuítas no cenário político português, uma vez

que a influência da ordem já vinha sendo enfraquecida desde o começo do século XVIII (FRANCO; REIS, 1997, p. 25). A narrativa de Barros situava-se em uma relação de dicotomia com as produções patrocinadas por Pombal.

O texto, elaborado por José de Seabra da Silva a pedido do Marquês de Pombal, *Dedução Cronológica e Analítica*, escrito em 1767, formaliza uma escrita de denúncia contra a Companhia de Jesus, fazendo uso de uma já existente cultura de aversão aos inacianos, a qual Michel Leroy considerou como mito jesuíta, ideia que alimentava o medo de um inimigo despersonalizado (LEROY, 1992). O conceito cunhado por Leroy, que tem como recorte a Restauração de Bourbons, sobretudo atrelado à luta de políticos liberais franceses pela laicização do Estado (LEROY, 1992, p. 92), possui derivações que devem ser contextualizadas.

A respeito da atualização da jesuitofobia no universo letrado português, José Eduardo Franco entende que a ordem religiosa foi projetada como “bode expiatória de todo um passado político decadente que se queria corrigir” (FRANCO; REIS, 1997, p. 53). Pedro Calafate afirma que o discurso iluminista português do século XVIII, ao introduzir o tema da decadência, criou sobre a Companhia de Jesus o estigma da queda e, conseqüentemente, projetou a regeneração portuguesa no século XVIII, ou seja, “a recuperação das glórias do nosso século XVI, depois obscurecida pela malícia dos jesuítas” (CALAFATE *apud* FRANCO; REIS, 1997, p. 39).

*Maquinações de Antônio Vieira Jesuíta*⁶ foi um texto complementar de *Deduções*, elencando Vieira como uma das figuras centrais na teoria do complô jesuítico. Com o claro propósito de pejorar a imagem do padre, no documento elaborado a pedido do Marquês de Pombal, destacam-se duas teses. A primeira delas foi a de que o jesuíta, por sua descendência e filiação hebraica, foi escritor de profecias falsas⁷. Tratava-se de uma estratégia com o propósito de circunscrever Vieira em uma posição herética, um recurso para deslegitimá-lo não só politicamente, mas religiosamente (FRANCO; REIS 1997, p. 46-47). A tese se desdobraria em *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, 1772, texto em que Pombal associa Vieira à imagem de feiticeiro.

A segunda denúncia, cuja finalidade foi a de apontar a suposta tentativa dos inacianos em construir um Estado dentro do Estado,⁸ diz respeito às missões no Maranhão e no Grão-Pará. Essa última tese tangenciou com maior efetividade a historiografia brasileira e, de algum modo, reverberaria em Francisco Lisboa.

⁶ *Maquinações de antônio vieira jesuíta*. Biblioteca nacional de lisboa, códices ms. N. 2673-2679.

⁷ Ideia defendida no primeiro tomo, que recebeu o título de *Contém as intrigas praticadas por ele no Reinado do Senhor Rei Dom João IV para surpreender a sua real confiança*.

⁸ Tese defendida no quinto tomo de *Maquinações de Antônio Vieira*, tomo que recebeu o título de *Contém duas Cartas sobre as Missões, ou antes conquistas do Rio dos Paros, do Maranhão etc.*

É certo que o despotismo esclarecido defendido por Pombal se arregimentava em pressupostos políticos estranhos aos praticados por inicianos. Com o ideal de Estado laico, pressupunham-se como incompatíveis as leis divinas com um Estado humano, invariavelmente decaído em sua natureza (SKINNER, 1996, p. 444). A segregação entre política e religião, amplamente apropriada pelos déspotas oitocentistas, tornou-se elementar na formação de um pensamento político moderno. Como parte de um discurso estratégico, foi fundamental elencar personagens, alvos centrais da denúncia histórica. O mesmo Vieira, que havia sido apropriado por André de Barros em uma escrita apologética, tornou-se exemplar para a denúncia iluminista em Portugal do século XVIII.

É interessante notarmos a seguinte ambiguidade: ao mesmo tempo que se evocam os aspectos heréticos do padre jesuíta, a ideia sebastianista que sustentava o mito da nacionalidade portuguesa, que tinha em Vieira um dos seus entusiastas, não foi suspensa. Para Besselaar, “os inimigos que Pombal visava eliminar efetivamente não eram os sebastianistas, mas os jesuítas. Entre eles se achava, paradoxalmente, o Padre Antônio Vieira” (BESSELAAR, 1987, p. 157).

Conforme José Eduardo Franco, o antijesuitismo não é uma forma acabada e cristalizada. O mito do jesuitismo atravessou o despotismo esclarecido e o laicismo, contando com diversas releituras (FRANCO; REIS, 1997, p. 23-37). Em meados do século XIX, a geração de autores portugueses como Alexandre Herculano, Almeida Garret e Rebelo da Silva apropriou-se do mito do jesuitismo em articulações bem distintas. Herculano é um caso emblemático e pode sintetizar nosso raciocínio. O historiador português, que já havia expressado seu antijesuitismo em *História das Origens e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, apropriou-se do complô jesuítico para tratar da decadência portuguesa em *A Supressão das Conferências do Casino*, afirmando que o comando da Igreja era exercido pelo Geral da Companhia de Jesus (HERCULANO, 1983, p. 168).

Paradoxalmente, Herculano afirma que o padre jesuíta foi um dos que sofreram um intenso desgaste, reconhecendo como injusto o ataque panfletário de Pombal. Conforme José Eduardo Franco e Bruno Reis, essa aparente contradição pode ser explicada pela “identificação com um gênio das letras perseguido, levando-o a ignorar a sua qualidade de jesuíta e a valorizar, ao invés, a sua grandeza literária” (FRANCO; REIS, 1997, p. 68).

João Francisco Lisboa, por maior oposição que faça à hagiografia de André de Barros, não incorpora a jesuitofobia como Pombal idealizou para Antônio Vieira. O historiador maranhense conviveu com Alexandre Herculano, com quem conversava

sobre o trabalho historiográfico e a quem admirava pelo seu “talento, muito conforme a meu modo de pensar” (PEREGRINO JÚNIOR, 1948, p. 22). Tal proximidade nos sugere que o antijesuitismo português foi adaptado por Lisboa com certas ressalvas.

Defendemos a hipótese de que Lisboa não adotou o antijesuitismo de modo integral, como pode parecer à primeira vista. O historiador brasileiro tece ressalvas ao Marquês de Pombal, por meio da leitura que faz de *Deduções Cronológicas e Analíticas*, considerando que “seu espírito de difamação sistemática contra os jesuítas levava este escritor a excessos e aberrações incríveis, que quase atingem a mania e ao furor” (LISBOA, 1964, p. 148-149).

A passagem em que Lisboa critica as *Deduções Cronológicas* se refere à missão diplomática de Vieira em Roma com a finalidade de propor o casamento de D. Teodósio com D. Maria Teresa de Áustria, filha do rei espanhol, resultando em diversos inconvenientes. Em *Deduções*, foi construída a teoria de que a querela foi uma manobra de Vieira para enfraquecer o rei de Portugal, favorecendo o fortalecimento da Companhia de Jesus. Nesse caso, Lisboa apresenta suas considerações em relação à teoria do complô jesuítico, afirmando, inclusive, que as difamações beiravam a aberração.

Lisboa não chega a ilustrar Vieira como um profeta herético, assim como não reiterava a ideia pombalina de que as tramas diplomáticas do padre tinham o objetivo de iniciar um golpe político orquestrado pela Companhia de Jesus. Mais do que estabelecer uma distância com o antijesuitismo de Pombal, Lisboa tinha uma opinião coesa durante o texto biográfico de que a fidelidade de Vieira era para com “o patriotismo português, paixão dominante, que sempre ocupou o seu coração” (LISBOA, 1964, p. 9). Nessa linha argumentativa, Vieira se colocou acima até de sua própria ordem, afinal, as ambições do padre eram de natureza política: “em todo o curso da vida de Vieira sempre o acharemos mais português, que jesuíta, mais amigo da pátria, da corte, e dos grandes, que da sua ordem [...] e antes como objeto e fim principal de seus desvelos” (LISBOA, 1964, p. 273).

Em torno da contradição

Em 1854, Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, foi encarregado pelo IHGB de provar a nacionalidade de Antônio Vieira, tema envolto em muita paixão. O arcebispo concluiu, por meio de uma pesquisa documental, que Antônio Vieira teria nascido na cidade de Lisboa, em 6 de fevereiro de 1608. Para isso, Seixas recorreu a importantes referências, tais como Rocha Pitta e André de Barros, além de notas contidas nas mais importantes enciclopédias e manuais biográficos da época, como a

Biographie Universelle Ancienne et Moderne (1827), *Nouveau Dictionnaire Historique et Critique de Jacques George Cheauffapiê* (1756) e o *Dictionnaire Historique de Abbé de Feller* (1842). Todos os escritos referenciados pelo arcebispo são unânimes em cravar o nascimento de Vieira em 6 de fevereiro de 1608 na cidade de Lisboa.

No entanto, Romualdo Seixas destaca o orgulho que tem do jesuíta, indivíduo que, com o Brasil, possui uma relação de segundo nascimento, citando a carta que o padre escreveu ao Marquês de Minas e da qual surgiu a emblemática frase “que pelo segundo nascimento devia ao Brasil as obrigações de pátria”,⁹ citação reproduzida por Varnhagen em *História Geral do Brasil* (VARNHAGEN, 1877, p. 726). Somado a isso, alguns anos antes, em 1847, Varnhagen havia publicado o *Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil*. Nele, o historiador, em uma breve passagem, projeta sobre Vieira a figura de um grande literato que fez ecoar a imagem da obscura colônia na Europa (VARNHAGEN, 1877, p. 726). O historiador brasileiro entende Vieira como propulsor de uma atividade literária, estimulando, inclusive, o aparecimento de escritores como Eusébio de Matos e Antônio de Sá. Alguns dos sermões do padre são exemplos dessa eloquência admirável, objetos de comparação com Félix Lope de Vega y Carpio (1562-1635), um dos mais saudados dramaturgos de seu tempo.

Em linhas gerais, até meados do século XIX, a imagem de Vieira na historiografia brasileira esteve imbuída por um sentimento de nacionalidade. Por mais que fosse atestada sua nacionalidade portuguesa, a figura do padre servia como reafirmação de uma herança lusitana, elemento constitutivo do projeto nacional promovido pelo IHGB (GUIMARÃES, 1988, p. 6).

Tanto a obra de Lisboa quanto a de seus contemporâneos estiveram em articulação com a experiência do tempo moderno, fenômeno que se iniciou entre as décadas de 1820 e de 1830, gerando uma crise conceitual, responsável por reações colaterais diversas e ambíguas (ARAUJO, 2011, p. 184). Desse modo, apesar de serem operações modernas, as escritas de Lisboa e Varnhagen sobre Vieira fazem uso de racionalidades distintas. Segundo o biógrafo maranhense, não era possível considerar o jesuíta um exemplo de nacionalidade. Para demonstrar isso, seria necessário evidenciar a contradição elementar do padre: a incongruente relação entre política e religiosidade.

É importante destacarmos uma das razões que explica tal abordagem. Defendemos a hipótese de que o historiador projetou sobre Vieira a ideia de “indivíduo do Iluminismo”, concepção abstrata de indivíduo centrado, unificado e dotado de capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior (HALL, 2005, p. 13-15). Com isso, ao operar com noções estranhas à cultura ibérica

⁹ Ver BREVE..., 1856, especialmente p. 25.

do século XVII, o personagem biografado por Lisboa escapou às suas projeções de indivíduo e de civilidade.

Em Portugal, o tema da contradição de Vieira esteve articulado ao conceito de barroco. Segundo Paulo Fernando de Oliveira, as escritas de Almeida Garrett e de Pinheiro Chagas são exemplos do estado de ambivalência das narrativas em torno do jesuíta (OLIVEIRA, 1999).

Para João Adolfo Hansen, o conceito de barroco foi inventado entre os séculos XVIII e XIX, momento em que as escritas e produções artísticas setecentistas recebiam duras críticas, em linhas gerais, associadas a ideia de imperfeição. Disso se desdobraram as seguintes generalidades: pictórico, fusionismo, contraste, desproporção, deformação, acúmulo, excesso, entre outras. Como salienta Hansen, nas escritas oitocentistas, a classificação de um dado tempo como barroco segue “o pressuposto teleológico de que as mudanças estéticas se alinham como superações que expressam o nacional, ‘barroco’ é etapa” (HANSEN, 2003, p. 14-15). Nesse sentido, a designação de Vieira como um autor barroco obedecia a uma lógica que fizesse sentido para a teleologia moderna, que pressupõe o barroco como um estágio de evolução. Ao operar com essa matriz de conceituação barroca, toda a complexidade histórica, que envolvia as relações do jesuíta seiscentista, é reduzida à ideia de contradição e de irracionalidade. Segundo Pécora, a historiografia e a literatura moderna operaram com conceitos de política e de religiosidade estranhos aos praticados no século XVII (PÉCORA, 2008, p. 33-60).

Curiosamente, as escritas de João Francisco Lisboa não se referiam ao jesuíta como um autor barroco, o que inviabiliza um estudo mais aprofundado sobre a questão. Mesmo que não haja o uso da terminologia, é comum ao historiador brasileiro o fato de enxergar Vieira como um indivíduo contraditório. Logo, a lógica da nossa argumentação se mantém ao apontar uma condição presente na cultura moderna: a dissociação histórica entre a política e a religiosidade. Daí surgia o núcleo de sua crítica: considerar Vieira essencialmente um indivíduo político; por esse raciocínio, uma prática incompatível com sua vida eclesiástica.

Lisboa, por meio de seu pragmatismo, compreendia que a política era movida por interesses e por razões práticas (SOARES, 2008, p. 212). Desse modo, Vieira deveria ser considerado um grande orador, característica de um político nato. Talvez essa seja a maior qualidade do padre que se evidencie no texto de Lisboa: a capacidade que o jesuíta possuía de articulação e de mobilização pela palavra. Para Lisboa, os discursos proferidos por Vieira eram parte de sua ambição por notoriedade e por poder:

[...] já naquele tempo, afectava derramava sua muita erudição, em frequentes citações, exemplos e digressões, que sem a ornar ou iluminar, serviam só de empecer e enfraquecer o ardor impetuoso desta magnífica oração. [...] A sede de glória e de poder que o abrasava, já se não podia aplacar na pequena metrópole de uma colônia; e a imagem grandiosa de Lisboa, sua primeira pátria, e a dos louros que nela colhiam tantos rivais de eloquência, devia aparecer-lhe incessante, e perturbar-lhe o sono. (LISBOA, 1964, p. 18-19)

Como podemos observar, todos os sermões pregados na colônia, com os quais faziam crescer sua reputação, eram partes de um plano: projetar sua carreira na Europa. O instrumento discursivo da oratória é compreendido como recurso de manipulação, falseia interesses e ambições.

A ideia de que a retórica é um exercício de dissimulação da verdade é um fenômeno amplamente difundido com a modernidade. Trata-se, para Ricoeur, de uma dissociação formulada no século XIX entre filosofia e retórica, cuja premissa partia da ideia de que a retórica era instrumento de manipulação política, por isso, um campo de conhecimento fútil. A concepção transformada, que se difundiu no século XIX, responsável por afastar a retórica da filosofia, é nada mais que uma simplificação da retórica clássica, que pressupunha não só a teoria da eloquência, mas também a teoria da argumentação e a da composição do discurso (RICOEUR, 2000, p.17). Desse modo, o exercício retórico da oratória passou a ser considerado como uma prática de falseamento da realidade, recurso comum aos homens da política, entendimento bastante difundido na cultura intelectual oitocentista (RICOEUR, 2000, p. 53-60).

Para o historiador maranhense, Vieira, desde muito cedo, já demonstrava sua obstinação e suas qualidades oratórias, afinal, quando garoto mostrava-se “assíduo e fervoroso nos estudos, e lidava deveras por avantajá-lo aos demais seus discípulos” (LISBOA, 1964, p. 5). Com isso, Lisboa parte de um ponto de vista prospectivo, articulando a aptidão retórica à obstinação do jovem Vieira.

Para compor o perfil do padre Inácio, a característica mais ressaltada é a da ambição: “O sr. António Vieira era em verdade um grande ambicioso, que para fazer o seu caminho, nem sempre olhava ao meio: mas com sê-lo, não era homem para postergar abertamente as leis da honra, e todos os deveres do seu estado” (LISBOA, 1964, p. 161). Nesse trecho, Lisboa atribui a contradição em Vieira, apontando que sua ambição política convivia ao lado do seu dever e decoro. Produto de uma falsa posição, a condição social do padre gerou as excitações de um homem fadado a uma

trama ardilosa e às tergiversações que se impunham entre o aparente religioso e o político frustrado (LISBOA, 1964, p. 161).

O destaque e as conquistas do padre, em grande medida, se devem à sua capacidade de “amoldar-se ao gosto e a necessidade do tempo” (LISBOA, 1964, p. 22-23). O biógrafo segue afirmando que a receptividade alcançada com o rei D. João IV, na restauração política portuguesa da década de 1640, deve-se ao “desejo antecipado de agradar que já o padre trazia em si, e que o tornaria muito esmerado no emprego dos recursos que ostentava”, além da “sua conversação fácil, amena, insinuante e variável” (LISBOA, 1964, p. 22).

Com isso, o historiador maranhense perfila Vieira como um político dissimulado. Tratava-se, portanto, de um improvisado diplomata:

É verdade que arrebatado pelo ardor de seu caráter, e pelos hábitos irresistíveis da verdadeira profissão, o improvisado diplomata deixava entrever a roupeta mal dissimulada, e cedendo lugar ao jesuíta, e ao teólogo, travava nas mesmas largas e ardentes controversas com hereges e judeus (LISBOA, 1964, p. 123).

Para Lisboa, as atividades de natureza política eram “hábitos irresistíveis”. Para construir tal retrato, uma compreensão de política é projetada sobre Vieira – noção iluminista que entende como incongruente a práxis política e a atividade religiosa. Com isso, podemos inferir com tais formulações a tentativa de Lisboa em descortinar a face de um emblemático personagem histórico.

Mais do que um simples jesuíta, Vieira, no olhar de João Francisco Lisboa, era o maior expoente da ordem, o jesuíta que modelou as práticas históricas de sua instituição. Ao mesmo tempo que é feita tal asseveração, Lisboa afirma que o vínculo de Vieira com a Companhia se deve, em grande medida, à influência e ao poder que ela poderia eventualmente lhe oferecer (LISBOA, 1964, p. 160). Em outros termos, a devoção que, em tantos trechos, é ironizada por Lisboa, é senão uma prática vazia e dissimulada do jesuíta. Trata-se de um homem que, além de tudo, é apaixonado por si – “de todas as paixões do P. Antônio Vieira a mais forte e preponderante, a que talvez absorvia todas as outras, era a de sua personalidade, ou amor e admiração exagerados de si mesmo” (LISBOA, 1964, p. 192-193).

A ambiguidade do padre reside em sua dissimulação, um jogo de personalidades que obscurece sua verdadeira face. Ao que parece, o propósito de Lisboa era esvaziar da Companhia de Jesus todo o sentido religioso, expondo um dos seus baluartes. Afinal, o

padre era membro “de uma das ordens regulares mais ricas e poderosas, em um tempo em que o clero sustentava sem reboço que a igreja devia ao estado as suas orações, não os seus bens” (LISBOA, 1964, p. 34).

Lisboa não projetou sobre o padre jesuíta um modelo exemplar de nacionalidade, quer fosse português (mesmo reconhecendo o patriotismo lusitano), quer brasileiro. Por outro lado, o Vieira biografado também está no âmbito da afirmação da identidade nacional, na medida em que as condições de existência de um “traidor da pátria” acontecem no próprio funcionamento do nacionalismo. Ao mesmo tempo, recusou alguns dos exageros pombalinos. Talvez um dos grandes propósitos do historiador fosse revelar a contradição elementar do padre: um político vestido de religioso. A biografia de João Francisco Lisboa é, nesses termos, uma denúncia histórica, a revelação de uma traição nacional.

Considerações finais

João Francisco Lisboa, ao fazer uso da linguagem biográfica, procurou dar unidade de sentido à vida de um personagem histórico, uma narrativa que pudesse ser compreendida prospectivamente. A ilusão biográfica, uma prática discursiva moderna, foi incorporada ao projeto identitário do IHGB. Tratava-se de uma escrita sobre a nação. Nesse cenário, há de se observar a pluralidade de abordagens possíveis. Assim, devemos compreender a escrita de Lisboa como um discurso que procura tensionar disputas, marcado por um tom combativo. A ironia e o ceticismo foram elementos constituintes de sua abordagem historiográfica.

Em nosso segundo tópico, procuramos diferenciar as representações sobre o padre no texto biográfico e em *Apontamentos*. A diferença entre elas demarca, inclusive, uma mudança na postura historiográfica de Lisboa. Por mais que o tom combativo permaneça, o Vieira que surge na biografia deve ser pensado em uma teia de relações e de interlocuções distintas. A biografia já não está inserida nos embates políticos maranhenses que Lisboa vivenciou com muito vigor. O jesuíta foi articulado a uma narrativa, cuja preocupação era repensar um emblemático personagem da história luso-brasileira.

Para isso, Lisboa tomou o antijesuitismo como importante ponte de diálogo, contrapondo-se a autores como André de Barros, um dos mais conhecidos escritores sobre Vieira. Resultado de iniciativas laicizantes e iluministas, a jesuitofobia circulou na historiografia brasileira e portuguesa, partindo de pressupostos modernos que defendiam a segmentação entre política e religiosidade. Apesar desse elemento comum,

as abordagens antijesuíticas contam com diversas reatualizações. Nesse espectro de possibilidades, Lisboa fez certas aproximações e distanciamentos com a teoria do complô jesuítico, rejeitando a ideia pombalina de um Vieira herético, por exemplo.

Entendemos, portanto, que o antijesuitismo de Lisboa deve ser matizado junto às suas experiências com a cultura histórica e política oitocentista. A proposta da biografia não foi tão somente depreciar a imagem do jesuíta seiscentista. Para todos os efeitos, o personagem narrado na biografia é um indivíduo, cuja ambição é de natureza política. O ceticismo de Lisboa, advindo de suas desilusões com a política, resvalou sobre Vieira. O historiador entendia que a oratória sacra, assim como toda prática eclesiástica do padre, era via para uma carreira política. Operando de forma avessa, a exemplaridade de Vieira possuía valor de negação. No âmbito das indagações nacionais, o personagem biografado contrastava com o elaborado por Varnhagen, um brasileiro por devoção. Para Lisboa, o compromisso do padre jesuíta não era com o Brasil, nem mesmo com sua ordem religiosa, era consigo, um indivíduo apaixonado por si.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 57, pt. 2, p. 259-290, 1894.

ALTOÉ, Valeriano. **O Altar e o Trono: um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos no Brasil (1840-1889)**. 1993. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. *In*: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Aprender com a história?** o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.138-139.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, ago. 2015.

AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, 2011.

- BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 9-17, 1839.
- BARROS. André de. **Vida do apostólico padre António Vieira da Companhia de Jesus**. Lisboa: Na Nova Officina Sylviana, 1746.
- BASSELAAR, José van den. **O Sebastianismo**: história sumária. Lisboa: ICLP, 1987.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: Edfunc, 2010.
- BORBOLLA, Ángeles García de la. La leyenda hagiográfica medieval: una especial biografía? **Memoria y civilización**, Navarra, n. 5, p. 77-99, 2002.
- BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da razão. Campinas: Papiрус, 2007. p. 74-82.
- BREVE memória acerca da naturalidade do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do mesmo instituto e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 5-32, 1856.
- CIDADE, Hernâni. **Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Editora Arcádia, s/d.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, 2003.
- DOMINGOS, Simone Tiago. O retorno da Companhia de Jesus no Segundo Reinado: representações dos jesuítas nas páginas da Revista do IHGB (1839-1886). **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 338-355, 2014.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e Memória:** a polêmica sobre os jesuítas na Revista do IHGB e a política imperial (1839-1886). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2009.

FRAGOSO, Hugo. Quinto período: A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). *In:* HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, Oscar; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (org.). **História da Igreja no Brasil:** Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 141-253.

FRANCO, José Eduardo; REIS, Bruno Cardoso. **Vieira na literatura anti-jesuítica.** Lisboa: Roma Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Aldrin. Teias da memória, a Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 23, p. 77-96, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-27, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, Neobarroco e outras ruínas. **Estudos Portugueses**, Salamanca, n. 3, p. 171-217, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERCULANO, Alexandre. A supressão das conferências no Casino. *In:* HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos.** Lisboa: Presença, 1983. v. 1, p. 253-297.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **João Francisco Lisboa:** jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977.

KHALED JR., Salah. **Horizontes identitários:** a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed.: PUC-Rio, 2006.

LEAL, Antonio Henriques. Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 34, p. 47-53, 1871.

LEROY, Michel. **Le Mythe Jésuite**: de Béranger à Michelet. Paris: PUF, 1992.

LISBOA, João Francisco. **Vida do Padre Antônio Vieira**. Clássicos Jackson. v. XIX. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1964.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865a. v. 2.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. São Luís: Typographia de Belarmino Matos, 1865b. v. 3.

MAQUINAÇÕES de Antônio Vieira Jesuíta. **Códices ms.** n. 2673-2679. (Biblioteca Nacional de Lisboa).

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Biografia e historia magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, 2015.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta. Aspectos da recepção de Vieira por escritores portugueses oitocentistas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA, Lisboa. **Actas [...]**. Braga: U.C.P.; P.P.C.J., 1999. v. 3, p. 1973-1988.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp, 2008.

PEREGRINO JÚNIOR. Prefácio: significação e importância da obra de João Francisco Lisboa. *In*: LISBOA, João Francisco. **Vida do padre Antônio Vieira**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Clássicos Jackson, 1948. p. 5-23.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Ensaio sobre os jesuitas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 18, p. 71- 164, 1855.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Breves reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuitas no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 19, p. 379-397, 1856.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979.

SÃO LEOPOLDO, Visconde de. O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das ideias de Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 61-76, 1839.

SANTOS, Evandro. **Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista**: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Jussara Rodrigues da. **Reformar os costumes pela história**: a historiografia de Francisco Lisboa no Jornal de Timon. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TURIN, Rodrigo. João Francisco Lisboa. *In*: RODRIGUES, Henrique Estrada; PARADA, Maurício (org.). **Os Historiadores**. Clássicos da História do Brasil. Dos Primeiros Relatos a José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2018. v. 4, p. 66-82.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12-28, mar. 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em: 1 nov. 2021.

VARELLA, Flávia Florentina. **Reunindo o passado**: contextos discursivos e linguagens historiográficas na History of Brazil de Robert Southey. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1854. t. 1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Madrid: Imprensa de J. Del Rio, 1857. t. 2.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal**. 2. ed. aum. e melh. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. t. 1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência Ativa**. Coligida e anotada por Clado Lessa. Rio de Janeiro: INL/NEC, 1961.

WHITE, Hayden. Meta-História. **A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1995.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo é doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduado em História pela mesma instituição, onde exerce no momento a função de Técnico Administrativo em Educação. Atualmente tem se dedicado à abordagem historiográfica sobre o padre Antônio Vieira na cultura histórica oitocentista. Possui experiência com pesquisa em história da Companhia de Jesus e historiografia brasileira e portuguesa nos séculos XVIII e XIX, além de nutrir interesses nas áreas de teoria da história e de história da historiografia.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Sen. Salgado Filho, n. 3000, Natal, RN, CEP 59078-970, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao professor Dr. Francisco Régis Lopes Ramos e à professora Dr^a Maria Emília Monteiro Porto por todas as orientações e sugestões, sem as quais não seria possível a pesquisa deste artigo. Os possíveis equívocos são de minha total responsabilidade.

CONTEXTO DE PESQUISA

O artigo deriva da tese "As vidas do padre Antônio Vieira: a fabricação do personagem histórico nas escritas da Nação em Francisco Adolfo Varnhagen e João Francisco Lisboa", orientada por o Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos, na Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2020 - <http://www.repositorio.ufc.br/handle/>

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Temístocles Cezar – Editor-chefe

Flávia Varella – Editora-chefe

DIREITOS AUTORAIS

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 15 de outubro de 2020.

Alterado em: 17 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 22 de março de 2021.

Aprovado em: 18 de maio de 2021.

História e historiadores na vulgarização científica do Brasil oitocentista: as “Conferências Populares da Glória”

History and historians in the Science Popularization of Nineteenth-Century Brazil: the “Gloria Popular Conferences”

Bruno Leal Pastor de Carvalho ^a

E-mail: bruno.leal@unb.br

<https://orcid.org/0000-0002-1158-5708> 

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas,
Departamento de História, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender que lugar a história e os “historiadores” ocuparam nas Conferências Populares da Glória, considerada pela literatura especializada como um marco da “vulgarização científica” do Brasil oitocentista. Para esse fim, serão examinados os perfis dos principais “conferencistas de história”, as temáticas dessas conferências e o teor de algumas dessas falas. Considera-se neste estudo o período 1873-1880, e o corpus documental é formado por resumos e transcrições das conferências publicadas em jornais e revistas do Rio de Janeiro. A análise evidenciou que um dos mais importantes eventos de vulgarização científica do Brasil no século XIX reservou um lugar expressivo para temas históricos e que os “historiadores” e a “história” aí representados estavam alinhados com as perspectivas históricas predominantes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estando a história, a exemplo de outras humanidades e ciências da natureza, a serviço do projeto de instrução pública que orientou, desde o início, as Conferências Populares da Glória.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia; Conhecimento histórico; Campo científico.

ABSTRACT

This paper aims to understand the place of History and historians in the Gloria Popular Conferences – considered by the historiography as one of the most important and ambitious Science Communication projects in Brazil during the 19th century. For that, the profiles, themes, and approaches of History lecturers held between 1873-1880 were analyzed, indicating that historical themes played an expressive role on the Gloria Popular Conferences. Moreover, the results show that historians and the represented History were aligned with the historiographic purposes of Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), whereby History, as well as other humanities and natural sciences, met the public education criteria that guided the project from its beginning.

KEYWORDS

Historiography; Historical knowledge; Scientific field.

A maneira de nomear a comunicação da ciência para amplas parcelas da sociedade tem sido objeto de intenso debate na literatura especializada (VERGARA, 2008). No Brasil, o termo “divulgação científica” já era utilizado na última década do século XIX, para se referir a atividades de popularização do saber científico para o público leigo (REVISTA..., 1894, p. 212). Essa expressão, contudo, ainda era pouco empregada. Desde os anos 1870, a nomenclatura era outra: “vulgarização científica” (quase sempre escrita com “s”), tradução direta da expressão francesa *vulgarisation scientifique*, utilizada com a mesma intenção que no Brasil: difundir os conhecimentos e as novidades científicas para a nova “sociedade de massas”, isto é, aquela sociedade surgida de uma segunda fase do processo de industrialização, caracterizada pela concentração populacional nas cidades e informada pelos novos meios de comunicação de massa.

Esse tipo particular de comunicação pública assumiu contornos mais nítidos a partir da segunda metade do século XIX, quando cientistas, jornalistas e mediadores culturais na Europa e em outros pontos do Ocidente engajam-se na tarefa civilizacional de “instruir” e “iluminar” suas respectivas nações com os novíssimos saberes científicos. Acreditava-se que, quanto mais o corpo social da nação estivesse a par das realizações científicas de seu país, maior seria o sentimento de pertencimento a ele. A aceitação de um Estado no concerto das nações no século XIX dependerá, dentre outras variáveis, do seu grau de avanço científico e do engajamento da sociedade com a ciência.

As *conferências científicas* foram uma das principais formas de vulgarização da ciência no século XIX. O formato surgiu na Europa em princípios do século XVIII. Segundo Antoni Malet (2002), de início, essas conferências eram agrupadas em séries ou cursos de 10 ou 12 aulas no formato *master class*, podendo se estender por dois meses ou mais. Eram ministradas por professores universitários ou acadêmicos destacados, quase sempre membros de academias ou sociedades científicas. As atividades, segundo Malet, podiam ser realizadas em diferentes espaços: desde as próprias casas dos palestrantes até espaços palacianos. Muitos, descreve o autor, adotavam um circuito itinerante e usavam cafeterias para fazer as conferências, falando para um público urbano e heterogêneo.

Um modelo derivado das conferências públicas europeias, as *popular lectures*, fizeram sucesso semelhante nos Estados Unidos. Diferentes dos sermões, da oratória e dos discursos públicos convencionais, essas formas de comunicação popular visavam, segundo Donald M. Scott (1980), instruir a população, levando-lhe “conhecimentos úteis”. Na cidade de Nova York, entre 1840 e 1860, conforme aponta levantamento de Scott, havia anúncios de mais de 3 mil dessas palestras. A maioria desses encontros acontecia dentro de liceus escolares, já que os seus amplos auditórios eram ideais para

receber grupos numerosos, além de bem acomodar os palestrantes. O uso de instalações escolares fez com que o movimento se ramificasse por todo o país e se tornasse conhecido como *lyceum movement*.

O liceu em Belfast, no Maine, no período 1851-1852, patrocinou palestras sobre astronomia, biologia e fisiologia, os princípios da geologia, conversação, leitura, cultivo da memória, delírios populares sobre a Idade Média, Islândia, a igualdade da condição humana, a verdadeira missão das mulheres, a vida doméstica dos turcos, o problema da idade, a origem da carta, entre outros assuntos (SCOTT, 1980, p. 791, tradução nossa).

É nesse contexto de grande efervescência para a vulgarização científica e de consagração do modelo de conferências que devemos entender a realização das Conferências Populares da Glória. No Brasil, os valores científicos que mobilizavam europeus e norte-americanos também eram vistos como um modelo civilizacional e de esclarecimento, cuja completa realização só seria factível, caso fosse tomado como empreendimento de ampla conscientização científica, capaz de englobar especialistas, homens públicos, governantes, organizações da sociedade civil e setores populares.

As Conferências Populares da Glória

Entre 1873 e 1898, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, foram realizadas centenas de conferências sobre os mais variados e atuais tópicos científicos, educacionais e culturais do momento. As chamadas Conferências Populares da Glória aconteceram, inicialmente, em escolas da freguesia da Glória, e contaram com o entusiasmo da Coroa e a cobertura da imprensa local. Os conferencistas (quase todos homens) eram majoritariamente brasileiros, em geral professores, acadêmicos ou intelectuais.

Embebidas de espírito iluminista, essas conferências tinham a missão de levar às massas populares informações científicas e educacionais de forma acessível e esclarecedora, algo que, como veremos, não foi plenamente alcançado. A ideia de seus organizadores era “civilizar” a sociedade por meio do conhecimento. Em um contexto mais amplo, as conferências devem ser vistas como parte do projeto de “instrução pública” do Brasil Imperial. Segundo explica Alessandra F. Martinez de Schueler (1999, s. p.), “desde meados do século XIX, a educação das crianças, jovens e adultos das camadas populares livres, nacionais e estrangeiras, e libertas, constituiu um dos

projetos de reforma insistentemente discutido pelos dirigentes do Estado e por outros setores da sociedade imperial”.

O projeto das Conferências Populares da Glória foi idealizado e coordenado durante um longo período pelo conselheiro Manuel Francisco Corrêa (1831-1905). Filho do comendador homônimo e de Francisca Corrêa, Manuel se formara em Letras pelo Colégio Pedro II e estudou direito na Faculdade de São Paulo, formando-se em 1854. Na política, fez uma carreira de sucesso. Recebeu o título de conselheiro extraordinário da Coroa, foi senador do Império, deputado geral pelo Paraná e presidente da província de Pernambuco. No meio intelectual, Corrêa também se destacou. Além de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, foi um dos criadores da Associação Promotora da Instrução e fundou a primeira escola normal da corte (CARULA, 2009). Nas Conferências Populares da Glória, Corrêa cuidava praticamente de tudo. Era ele quem escolhia e convidava os palestrantes. Quando um orador faltava, era o conselheiro quem o substituíria (CARULA, 2009).

As Conferências Populares da Glória tiveram início em 23 novembro de 1873 e neste primeiro ano foram realizadas nove conferências. No ano seguinte, já com organização da Sociedade Promotora da Instrução Pública, as conferências se tornaram uma constante na vida política e cultural da cidade. Segundo Maria Helena Camara Bastos (2002), a Sociedade Promotora da Instrução Pública tinha um papel de relevo nas questões educacionais do município. Seus estatutos “previam a fundação de classes de ensino primário, de classes de ensino secundário, de cursos de ensino profissional e superior, de publicações úteis, de conferências e de leituras públicas, de uma biblioteca, de museus, de laboratórios e de gabinetes de ciências naturais; de uma exposição de objetos” (BASTOS, 2002, p. 3).

As Conferências Populares da Glória ocorriam aos domingos, às 11h, e às quintas-feiras, às 18h (CARULA, 2009). Alguns jornais do Rio de Janeiro promoviam e comentavam a atuação dos conferencistas. *Diário do Rio de Janeiro*, *Gazeta de Notícias*, *A Reforma*, *O Globo* e *O Apostolo* foram alguns dos veículos que cobriram a programação, publicando avisos e resumos de conferências. Em 1876, o projeto passou a publicar transcrições de algumas conferências na íntegra em um veículo intitulado *Conferências Populares*. Contudo, nem todas as conferências foram registradas, de forma que o conteúdo de muitos encontros se perdeu para sempre (CARULA, 2009).

História e historiadores nas conferências

Para fins de análise, levei em consideração um conjunto de 355 conferências realizadas entre 1873 e 1880. Esse recorte é o mesmo utilizado por Karoline Carula (2009) e por Maria Rachel Fróes da Fonseca (1996), duas das principais pesquisadoras das Conferências da Glória. Conforme apontam as duas historiadoras, esse é o período mais intenso e significativo do projeto.

O primeiro desafio com o qual me deparei neste trabalho foi determinar quais conferências poderiam ser classificadas como “conferências de História”. Nesse exercício de sistematização, levei em conta conferências que abordam questões relativas à escrita da história, aos acontecimentos, aos períodos e a personagens históricos. É o caso, por exemplo, de conferências como “A civilização na história”, de José de Oliveira Campos; “O estudo da história pátria”, de Tristão de Araripe; “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”, de José Martins da Cruz Jobim; e “Influência da mulher nas guerras modernas”, de Joaquim Monteiro Caminhoá.

Também levei em consideração conferências de outros campos do conhecimento, mas nas quais o tempo passado se sobressai, caso de “Estado geral da geografia nas três épocas históricas”, de Theophilo das Neves Leão, e daquelas conferências que examinam autores clássicos da literatura ocidental, o que inclui, por exemplo, a conferência de Joaquim José Teixeira sobre La Fontaine e outras, de vários diferentes autores, que buscaram discutir a vida e a obra de figuras como Homero, Virgílio, Dante, Mme. de Staël e Camões. Dessa forma, cheguei ao número de 69 “conferências de história”, montante que equivale a 19,44% do total das apresentações no período aqui recortado.

Essa seleção de critérios procura dar conta da idiosincrasia do campo historiográfico brasileiro no período em tela. História e Literatura estavam em vias de se separar nos últimos anos do século XIX, conforme avançava o processo de institucionalização da disciplina. Mas na década de 1870, esse era um processo ainda incompleto. Nesse século, literatura, história e nação formavam uma força intelectual de difícil decupagem. Segundo explica Temístocles Cezar (2003, p. 74), “poetas e literatos em geral compartilhavam a mesma casa, não sendo raro o exercício de atividades duplas; nem sempre ser poeta ou romancista era incompatível com ser historiador; e ir de um gênero a outro era uma opção, não uma impossibilidade intelectual”. Vale ressaltar, ainda, que, não havendo cursos de ensino superior em História no Brasil, o estudo do passado era feito por eruditos, intelectuais e profissionais com diferentes formações.

Era muito comum encontrar literatos, jornalistas, bacharéis em Direito e médicos escrevendo obras de natureza histórica, como se pode ver na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - As 69 “conferências de história” de 1873 a 1880

#	Data	Número	Conferencista	Assunto ou título
1	14/12/1873	6	João Manuel Pereira da Silva	Considerações sobre a história e a literatura pátria
2	17/12/1873	7	Theophilo das Neves Leão	Estado geral da geografia nas três grandes épocas históricas
3	21/12/1873	8	João Manuel Pereira da Silva	História e literatura pátria
4	04/01/1874	10	Joaquim José Teixeira	La Fontaine, o fabulista
5	08/02/1874	20	João Manuel Pereira da Silva	História e literatura pátria
6	05/03/1874	27	Barão de Tautphoeus	História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça
7	12/03/1874	29	José de Oliveira Campos	A civilização na história
8	26/03/1874	33	Barão de Tautphoeus	História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça
9	16/04/1874	37	Barão de Tautphoeus	Colonização
10	26/04/1874	40	João Manuel Pereira da Silva	Sacrifícios que suportou a Europa com o descobrimento, posse e colonização da América
11	03/05/1874	42	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Prometheo, de Eschylo
12	31/05/1874	49	Manuel Francisco Corrêa	Invasões no território do Brasil
13	07/06/1874	51	Antonio Ferreira Viana	Henrique F. d'Aguesseau
14	21/06/1874	55	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Prometheo, de Eschylo
15	12/07/1874	61	Pedro Meirelles	A Antigone de Sophocles
16	30/07/1874	66	Joaquim Monteiro Caminhoá	Influência da mulher nas guerras modernas
17	09/08/1874	69	Luiz de Albuquerque Araújo Cavalcanti	O providencialismo perante a história
18	23/08/1874	73	João Manuel Pereira da Silva	Exame dos escritos e documentos históricos sobre as colônias americanas publicados na Europa durante os séculos XI, XII e XIII

19	30/08/1874	75	João Manuel Pereira da Silva	Exame dos escritos e documentos históricos sobre as colônias americanas publicados na Europa durante os séculos XI, XII e XIII
20	06/09/1874	77	Luiz Alves Leite de Oliveira Bello	América e sua civilização
21	13/09/1874	79	Thomaz Alves Junior	Mme. de Staël
22	20/09/1874	81	João Manuel Pereira da Silva	Homero e Virgílio
23	02/10/1874	85	Francisco José de Freitas	Batalha do Riachuelo
24	04/10/1874	86	João Manuel Pereira da Silva	Dante Alighieri e Luís de Camões
25	11/10/1874	88	João Manuel Pereira da Silva	Torquato Tasso e João Milton
26	18/10/1874	90	João Manuel Pereira da Silva	Milton: Paraíso Perdido
27	08/11/1874	96	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Dante
28	03/01/1875	107	Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	Dante e Goethe
29	14/03/1875	117	João da Costa Lima e Castro Filho	O século XVIII, sua civilização, suas tendências
30	30/05/1875	126	João Manuel Pereira da Silva	Estudos sobre os processos da literatura, artes e ciências na América Independente, iniciando pela República do Norte
31	13/06/1875	127	João Manuel Pereira da Silva	Seus estudos históricos sobre as Américas: México e Colômbia.
32	27/06/1875	129	João Manuel Pereira da Silva	Colômbia
33	18/07/1875	132	João Manuel Pereira da Silva	Peru, Chile e Bolívia
34	12/09/1875	141	João Manuel Pereira da Silva	O rio da Prata e as missões jesuíticas no Paraguai
35	05/12/1875	153	João Manuel Pereira da Silva	Rio da Prata
36	06/02/1876	162	Tristão de Alencar Araripe	O estudo da história pátria
37	12/03/1876	167	Tristão de Alencar Araripe	Os patriarcas da Independência
38	14/05/1876	176	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática I. Sua origem e desenvolvimento
39	23/05/1876	178	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática II. Teatro Grego
40	11/06/1876	180	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática III. Poesia dramática em Roma
41	02/07/1876	183	João Manuel Pereira da Silva	A Idade Média e os mistérios

42	16/07/1876	185	José Martins da Cruz Jobim	Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante
43	23/07/1876	186	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática V. Poesia dramática nas Espanhas
44	06/08/1876	188	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática VI. O drama de Calderón de La Barca
45	27/08/1876	192	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática VII. Poesia dramática em Inglaterra
46	17/09/1876	199	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal I, os quatro primeiros reinados
47	01/10/1876	203	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal II
48	12/11/1876	215	João Manuel Pereira da Silva	Poesia dramática: Shakespeare
49	26/11/1876	218	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal III
50	03/12/1876	220	João Manuel Pereira da Silva	As principais composições dramáticas de Shakespeare
51	17/12/1876	223	José Martins da Cruz Jobim	História de Portugal IV
52	07/01/1877	227	Francisco Antonio de Carvalho	O teatro através da história, escolas literárias
53	31/03/1878	230	Feliciano Pinheiro de Bittencourt	A Guerra das Investiduras
54	14/04/1878	232	Tristão de Alencar Araripe	Ideias dos antigos sobre a geografia e seu conhecimento das terras e dos mares
55	16/06/1878	242	João Manuel Pereira da Silva	Língua Portuguesa, origem, modificação e como acompanha-nos a nação
56	11/08/1878	250	José Maria Velho da Silva	Formação da língua portuguesa, épocas de seu desenvolvimento
57	01/12/1878	266	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII
58	15/12/1878	268	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII
59	29/12/1878	269	José Maria Velho da Silva	Literatura Portuguesa no século XVIII

60	03/08/1879	288	João Manuel Pereira da Silva	Considerações sobre o crescimento e progresso gradual de nacionalidade, língua e literatura portuguesa, períodos felizes e desgraçados, evoluções e fases.
61	17/08/1879	290	João Manuel Pereira da Silva	Nação, língua e literatura portuguesa no século XV
62	14/09/1879	294	João Manuel Pereira da Silva	Literatura e nacionalidade, Portugal nos séculos XV e XVI, a Inquisição e os jesuítas
63	01/11/1879	299	João Manuel Pereira da Silva	A época de D. Manuel (Língua e Nacionalidade IV)
64	30/11/1879	304	João Manuel Pereira da Silva	Língua e nacionalidade V
65	14/12/1879	306	João Manuel Pereira da Silva	Língua e nacionalidade VI, período da União Ibérica
66	30/05/1880	315	João Manuel Pereira da Silva	Estudos históricos sobre a nacionalidade, língua e literatura portuguesas
67	20/06/1880	318	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira
68	04/07/1880	320	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira
69	25/07/1880	324	João Manuel Pereira da Silva	Sobre o grande vulto do padre Antonio Vieira

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de FONSECA (1996)

Essas 69 “conferências de história” indicadas foram proferidas por 15 conferencistas diferentes. Na tabela 2, adiante, é possível ver quem são essas 15 pessoas, o número de conferências que cada uma proferiu no projeto, o local de nascimento e um resumo de suas principais ocupações políticas, profissionais e intelectuais. Apenas um indivíduo era estrangeiro, Jacob José Herman, mais conhecido como “Barão de Tautphoeus”, nascido na Alemanha. Em alguns casos, não foi possível descobrir informações mais detalhadas sobre os conferencistas.

Tabela 2 - Os “conferencistas de História” das Conferências Populares da Glória

Conferencista	Número de conferências de história	Vida	Nascimento	Principais ocupações e atividades profissionais
João Manuel Pereira da Silva	36	1817-1898	Nova Iguaçu, Rio de Janeiro	Advogado, historiador, escritor de ficção histórica, fundador da cadeira 34 da ABL e senador. Membro do IHGB (CARULA, 2009)
José Martins da Cruz Jobim	5	1802-1878	Rio Pardo, Rio Grande do Sul	Médico, professor de medicina, pioneiro da psiquiatria no Brasil, deputado e senador (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.)
José Maria Velho da Silva	4	1811-1901	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Romancista, poeta, membro do IHGB, mordomo da Casa Imperial (ALMANAQUE..., 1903; REVISTA..., 1901)
Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira	4	1836-1884	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Vice-presidente da Associação Promotora da Instrução de Meninos, deputado fluminense, membro do Partido Conservador, diretor da revista “A Escola – Revista de Educação e Ensino” (SACRAMENTO BLAKE, 1970; LEITÃO, 2016)
Jacob José Herman (“Barão de Tauphoeus”)	3	1812-1890	Arredores de Munique, Alemanha	Professor de alemão, grego e história no Colégio Pedro II; colaborador da revista “Minerva Brasileira” (PATROCLO et al., 2015)
Tristão de Alencar Araripe	3	1821-1908	Icó, Ceará	Advogado, magistrado, heraldista, deputado, membro do IGHB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, ministro do STJ e do STF (LAGO; MATTOSO, 2001)
José de Oliveira Campos	1	1851-1926	Bahia	Advogado pela faculdade do Recife, membro do Partido Conservador, deputado provincial e federal durante o Império. Foi diretor da biblioteca pública do Recife e redator no jornal Estado da Bahia (SOARES et al., 2012).

Theophilo das Neves Leão	1	1832-1906	Bahia	Foi professor de Estatística, História e Geografia. Lecionou no Colégio São Francisco de Paula, na Escola Normal e no Colégio Pedro II. Foi sócio da Imperial Sociedade Amante da Instrução, da Sociedade Literária Auxiliadora de Instrução Popular e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Exerceu o cargo de Secretário Geral da Instrução Pública na década de 1860. Pertenceu à várias instituições religiosas da cidade do Rio de Janeiro e desenvolveu diversas atividades ligadas ao universo topográfico e livreiro do Rio de Janeiro no século XIX (ARQUIVO NACIONAL, 1992; SANTOS, 2011)
Joaquim José Teixeira	1	1811-1885	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Advogado, poeta, dramaturgo, tradutor, sócio fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e sócio do IHGB. Formado em Letras pela Universidade de Paris e em Direito pela Academia de São Paulo (SACRAMENTO BLAKE, 1970)
Pedro Meirelles	1	??	??	??
Thomaz Alves Junior	1	1830-1895	Sergipe	Advogado, jurista e consultor. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e em Letras pelo Imperial Colégio Pedro II. Foi presidente da província de Sergipe (1860-1861). Autor do livro "Anotações theoricas e praticas ao Código Criminal" (1864). Foi promotor público no Rio de Janeiro, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. Conselheiro do Imperador. Colaborador na Revista Mensal do Ensaio Philosophico (SANTANA, 2015; SILVA, 2013)
Manuel Francisco Corrêa	1	1831-1905	Paranaguá, Paraná	Advogado, deputado, presidente da província de Pernambuco, membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do IHGB (vice-presidente) (SACRAMENTO BLAKE, 1970)
Antonio Ferreira Viana	1	1833-1903	Pelotas, Rio Grande do Sul	Advogado, jornalista, Ministro da Justiça do Império, filantropo na área de educação e saúde, autor do projeto de lei da abolição. Foi deputado do Partido Conservador pelo Rio de Janeiro e recebeu o título de conselheiro do Império (PORTO-ALEGRE, 1917)

Joaquim Monteiro Caminhoá	1	1836-1896	Salvador, Bahia	Médico, botânico, professor de medicina, membro do Conselho do Imperador D. Pedro II, professor do Colégio Pedro II (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.)
Luiz de Albuquerque Araújo Cavalcanti	1	??	??	??
Luiz Alves Leite de Oliveira Belo	1	1849-1915	Niterói, Rio de Janeiro	Advogado, deputado provincial no Rio de Janeiro, presidente de províncias e deputados federal. Integrou a integrou o Conselho de Instrução Pública em Niterói (PINHEIRO, s. d.).
Francisco José de Freitas	1	1840-1880	Bahia	Capitão-Tenente, combatente na Batalha do Riachuelo pela Marinha Brasileira (DANTAS, 2000).
João da Costa Lima e Castro Filho	1	1851-1920	Macaé, Rio de Janeiro	Médico, professor de medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, redator de revista médica. Membro da Real Academia de Ciências de Lisboa (ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA, s.d.).
Francisco Antonio de Carvalho	1	1855-1879	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Advogado, poeta, colaborador do jornal A República. Promotor público em Angra dos Reis, Rio de Janeiro (CARVALHO, 2016)
Feliciano Pinheiro de Bittencourt	1	1854-?		Médico, professor do Colégio Pedro II (CARULA, 2009).

Fonte: Elaboração do autor

Sobressai-se, neste conjunto, o nome de João Manuel Pereira da Silva, que realizou 36 “conferências de História” no período, mais da metade do número total das conferências de história (52,94%) e número muito maior que o do segundo conferencista de história mais presente, José Martins da Cruz Jobim, que conferenciou cinco vezes. Silva se destaca também no conjunto geral das Conferências Populares da Glória. Ele é o segundo maior conferencista no período aqui analisado (10,14%), estando atrás apenas de Manuel Francisco Corrêa, que soma 41 conferências no mesmo período (CARULA, 2007).

João Manuel Pereira da Silva

Filho do negociante português Miguel Joaquim Pereira da Silva e de Joaquina Rosa de Jesus, João Manuel Pereira da Silva nasceu em Iguaçú, atual Nova Iguaçú, no Rio de Janeiro, no dia 30 de agosto de 1817. Ainda jovem, aos 17 anos, transferiu-se

para Paris, a fim de estudar direito, formando-se em 1838 (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s. d.). Na capital francesa, sua relação com a literatura, a história brasileira e o pensamento nacionalista se sobressaiu frente aos estudos jurídicos. Contribuiu com títulos literários e históricos importantes da época, como a *Nitheroy – Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, espaço onde floresceu a crítica romântica do período, fundada e redigida por grandes nomes associados ao romantismo, como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem (TEIXEIRENSE, 2006).

De volta ao Brasil, Pereira da Silva exerceu, pelo Partido Conservador, mandatos de deputado provincial, deputado geral e de senador. Foi titular do Conselho do Império, membro honorário do IHGB e da Academia Real de Ciências de Lisboa. No romance, ele estreou em 1838 com o livro *Uma paixão de artista*. Mas, a despeito da paixão pela ficção, Pereira da Silva ocupou-se bastante com os estudos históricos, tendo esse interesse se materializado nas diversas frentes em que atuou. Uma de suas principais ocupações no campo histórico foi a escrita biográfica. Pereira da Silva narrou a vida de mais de uma dezena de personagens da história política e literária brasileira, como Padre José de Anchieta, Alexandre de Gusmão, José Bonifácio de Andrada e Silva e Gregório de Matos.

Pereira da Silva também escreveu obras de ficção ambientadas em cenários históricos. São de sua autoria folhetins ou novelas como *Religião, Amor e Pátria* (1828) e *O Aniversário de D. Miguel em 1828* (1839), ambos publicados pelo *Jornal do Commercio*, além de *Jerônimo Corte Real* (1840). Em 1843, por encomenda da casa editorial Laemmert, passou a organizar uma coletânea de poemas do período colonial e romântico, publicada naquele ano e que traz um ensaio de sua autoria, intitulado *Uma introdução histórica e biográfica da Literatura Brasileira*. Escreveu, ainda, a monumental *História da Fundação do Império Brasileiro*, dividida em sete volumes publicados entre 1864 e 1868. A obra foi seguida por *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil*, de 1871, e *História do Brasil de 1831 a 1840*, publicada em 1879 (TASINAFO, 2003; ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, s. d.). Mesmo no palanque da Assembleia Geral Legislativa do Império, quando exerceu mandatos de deputado, Pereira da Silva encontrou meios e formas de falar sobre história. Em 1870, a livraria Garnier publicou um livro que reunia vários de seus discursos parlamentares. Ao abrir o livro, o editor avisa quanto ao propósito da obra:

Quando para mais não sirvam, os discursos parlamentares do Sr. Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, deputado pela província do Rio de Janeiro, durante muitas legislaturas, prestam esclarecimentos importantes à história do governo representativo no Brasil. Tratou o Sr. Conselheiro das questões mais árduas, que se suscitaram, sociais, políticas, financeiras e administrativas. Aí encontrará de certo o futuro historiador do Brasil materiais excelentes, que lhe facilitem a empresa de sumariar os acontecimentos do país (SILVA, 1870).

Aos 80 anos, Pereira da Silva ainda se tornou um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 34. Faleceu um ano depois, aos 81 anos, em Paris, em 14 de junho de 1898, tendo o Barão do Rio Branco lhe sucedido na ABL.

A concepção de história e de historiador do maior conferencista de história das Conferências Populares da Glória pode ser encontrada em um trabalho publicado por ele em 1847. Trata-se da antologia de biografias *Plutarco Brasileiro*, a qual, segundo Cezar (2003), foi revista e aumentada em 1858 com o nome de *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. De acordo com Pereira da Silva nesta obra, haveria duas “escolas de historiadores”. Uma teria Heródoto à sua frente e nomes como Bouquet, Mabillon e Froissard como seguidores – esses historiadores narrariam os acontecimentos sem comentá-los, sem fazer observações sobre eles, sendo esta História a “ata fiel e verdadeira dos tempos”. A outra escola reuniria nomes como Herder, Boussuet e Hegel, e entenderia a História como a força de um curso regular, profundamente marcado pelo destino. Nela, o historiador “pesquisa e relata os grandes acontecimentos do mundo, apresentando-os como efeitos de um fatalismo, cuja marcha é inevitável” (SILVA, 1847, p. 73). Pereira da Silva não se identifica nem com uma e nem com outra:

A verdadeira e única escola histórica não é nem a descritiva nem a fatalista. A verdadeira e única escola histórica é a de Tácito e de Tucídides; é a de Gibbon e a de Niebuhr; é a de Machiavelli e de Muller; é a de Plutarco e a de Thierry; é a de Políbio e de Lingard. A verdadeira e única escola histórica exige qualidades morais, e qualidades intelectuais em grau eminente. O amor da verdade, e só da verdade, deve caracterizar o historiador; para consegui-la, torna-se necessário um zelo de exatidão, um escrúpulo de paciência a toda a prova; os túmulos, os monumentos, os epitáfios, tudo lhe serve; decifrará com o mesmo cuidado os velhos e estragados arquivos, os torturados documentos, e os livros limpos e asseados; procurará a verdade no meio do pó dos manuscritos, e a custa de vigílias e dobrados trabalhos; e conseguida a verdade, necessita de todo o sangue frio de seu juízo,

para distribuir justiça, e analisar com imparcialidade. Examinada e conhecida a verdade dos acontecimentos, ouvida a voz dos séculos passados, – a voz própria e verdadeira, – cumpre ao historiador ainda narrar e descrever, e de par com a narração e a descrição, julgar e moralizar. [...] A história é uma missão nobre e elevada, que aperfeiçoa a inteligência, purifica o espírito, esclarece a consciência, e adorna o coração. A descrição e a moralização, a pintura e o juízo, a narração e o raciocínio, são elementos indispensáveis para traçar-se o grande quadro dos acontecimentos humanos, indagar-lhes as causas, descobrir-lhes os resultados, ligar a vida do indivíduo à vida da sociedade, reunir o homem à espécie, e formar assim essa grande lição, para que foi instituída a história (SILVA, 1847, p. 73).

Os jornais não pouparam elogios à Pereira da Silva após sua primeira apresentação nas Conferências Populares da Glória, a sexta do projeto, em 7 de dezembro de 1873, intitulada *Considerações sobre a História e a Literatura Pátria*. Ao fazer o registro da conferência, o *Diário do Rio de Janeiro* sublinhou que, apesar da manhã de domingo chuvosa e da “ameaçadora tempestade” que pairava na cidade, o auditório esteve cheio.

Assistiram suas majestades imperiais, acompanhados de seus camaristas, o presidente do conselho, damas e cavalheiros da primeira sociedade, professores, homens de letras, estudantes das escolas superiores, representantes da imprensa periódica, enfim, um concurso escolhido e ainda mais numeroso que os das precedentes (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2).

Segundo ainda o jornal, “todos desejavam ouvir a palavra autorizada do antigo parlamentar, escritor notável e orador distinto, cuja autoridade em assuntos de história nacional é reconhecida e incontestável” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2). E o público não teria se decepcionado. “O hábil historiador foi na tribuna o que é no gabinete” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2). Quanto ao conteúdo, apresentara uma espécie de “história-síntese”:

A sua palavra foi correta e fluente e o seu pensamento elevado e grandioso! Fazendo exposição da doutrina de que ia tratar, não foi além do programa que se propôs seguir na defesa da sua tese. Como, porém, esse programa é vasto! Ele abrange as raças indígenas antes e depois da descoberta. Ele estuda a ocupação europeia nesse belo país da América, e nesse estudo terá

que apreciar portugueses, franceses, espanhóis e holandeses. Ele enfim abarca toda a época das independências até aos nossos dias, comparando instituições, costumes, leis, progressos e aspirações! A tese enfim consubstancia-se nesta frase do orador: estudar o que fomos, o que somos e o que seremos; em uma palavra: o presente, o passado e o futuro do Brasil (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873b, p. 2).

Pereira da Silva, como se pode ver, levou para a tribuna das Conferências Populares da Glória uma história bem conhecida naquela segunda metade dos oitocentos: uma história marcadamente nacionalista, pautada por um tempo histórico linear, cumulativo e que, sobretudo no caso brasileiro, ao elucidar as contribuições das diferentes “raças” para a constituição da “nação”, permitiria vislumbrar, como diz o autor, “o que somos e o que seremos”, mobilizando, assim, referenciais identitários. É importante notar desde já que, apesar dos elogios feitos pela imprensa ao orador, a conferência do historiador não foi desfrutada pelas camadas populares, apenas por uma elite do Império. A despeito dos esforços dos organizadores do evento, a fim de vulgarizar a ciência, os mais pobres e menos escolarizados pareciam ausentes da tribuna das Conferências Populares da Glória.

Outros conferencistas-vulgarizadores de história

Depois de João Manuel Pereira da Silva, os conferencistas de história mais assíduos no projeto foram José Martins da Cruz Jobim (cinco conferências), José Maria Velho da Silva (quatro conferências), Jacob José Hermann (o “Barão de Tautphoeus”), Tristão de Alencar Araripe e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (cada um com três conferências). Todos os demais fizeram apenas uma conferência de “teor histórico” cada.

José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) era médico. Sua formação começou em 1821, quando mudou-se para a França, a fim de ingressar na Faculdade de Medicina de Montpellier, tendo se transferido posteriormente para a Faculdade de Medicina de Paris, instituição na qual se diplomou como bacharel em ciências físicas e doutor em medicina. Em 1828, de volta ao Brasil, foi nomeado médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde chefiou uma de suas enfermarias. Deixou a função apenas em 1859, recebendo, no ano seguinte, o título de primeiro e único médico honorário do Hospital da Santa Casa. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (depois Academia Imperial de Medicina) e redator da *Revista Médica Fluminense*. Foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a fiadora do IHGB (CORADINI, 1996).

Jobim foi também professor e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Entre os anos 1850 e 1870, envolveu-se com a política, sendo deputado geral pela província do Rio Grande do Sul e senador do Império pela província do Espírito Santo (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930], s. d.). Nas Conferências Populares da Glória, o médico fez quatro apresentações sobre a “História de Portugal” e uma quinta intitulada “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”.

José Maria Velho da Silva (1811-1901) era também médico, mas dedicou-se intensamente ao campo das Letras. Foi crítico literário, proferiu discursos, produziu prosa e poesia. Escreveu obras históricas de grande repercussão, caso de *Homens e fatos da história pátria: estudos biográficos* (1895), utilizada no programa de diversas escolas primárias. *Lições de retórica* (1882), outro título de sua autoria, foi obra de referência no Colégio Pedro II, onde ensinou literatura entre 1878 e 1890 (ALMANAQUE..., 1903, p. 288). Silva foi ainda membro do IHGB, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade de Geografia (REVISTA..., 1901, p. 472). *Gabriella* (1875), de sua autoria, seu único romance, foi um “romance histórico” ambientado nos tempos coloniais.

Em *Homens e Fatos da História Pátria*, Silva tece vários elogios ao gênero biográfico – nas suas palavras, “um dos ramos mais interessantes da história, e por isso cultivada e aceita desde tempos remotos”. No livro, ele narra a vida de “varões ilustres” que realizaram “feitos gloriosos” que podem servir de exemplo para as novas gerações. Estão na obra: Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Salvador Corrêa de Sá, D. Pedro II, Padre Manuel da Nóbrega, Marechal Deodoro da Fonseca e Visconde do Rio Branco, dentre outras dezenas de homens. Não há nenhuma mulher. Nas Conferências Populares da Glória, ele proferiu três conferências sobre “Literatura Portuguesa no século XVIII” e uma chamada “Formação da língua portuguesa, épocas de seu desenvolvimento”.

Jacob José Hermann, o “Barão de Tautphoeus” (1812-1890), nasceu na Alemanha, mas viveu por mais de meio século no Brasil. Foi professor do Colégio Pedro II, lecionando as disciplinas de alemão, grego e história. Foi também responsável pela direção de diversas instituições de ensino de prestígio, como o Colégio dos Meninos, em Petrópolis (PATROCLO et al., 2015). Em *Minha formação*, Joaquim Nabuco dedica um capítulo inteiro a Hermann, segundo ele, pessoa que lhe causou maior influência singular. “Com sua imaginação toda tomada pela história, ele costumava nos anos de meu ardente liberalismo chamar-me Alcibíades” (NABUCO, 1900, p. 229). Nas Conferências Populares, o Barão deu duas conferências com o título “História da economia política e relação desta ciência com os princípios da moral e da justiça” e outra chamada “Colonização”.

Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) estudou o curso de humanidades em Icó, província do Ceará, e no Seminário São José, no Rio de Janeiro. Começou o curso de direito na Faculdade de Olinda e o terminou na de São Paulo. Tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais em 4 de novembro de 1845. Foi juiz, chefe de polícia e desembargador. Atuou como Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e, quando criado o Supremo Tribunal Federal, foi nomeado um de seus ministros. Na carreira política, foi deputado em várias legislaturas, comandou a pasta da Fazenda no 2º Ministério do Governo Provisório e foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul (LAGO; MATTOSO, 2001).

Araripe escreveu bastante sobre a área jurídica e sobre história. Ele é autor de *História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850* (1867), "Memória acompanhada de documentos" (1881), "Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais" (1892), "Independência do Maranhão" (1885), "Movimento Colonial da América" (1893), "Primeiro navio francês no Brasil" (1886), entre outros livros, discursos, artigos e conferências. Araripe foi membro do IHGB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Nas Conferências Populares da Glória, apresentou "O estudo da história pátria" (1876), "Os patriarcas da independência" (1876) e "Ideias dos antigos sobre a geografia e seu conhecimento das terras e dos mares" (1878).

Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884) formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Atuou como advogado e foi filiado ao Partido Conservador. Foi juiz de paz de sua freguesia, a da Glória, entre 1864 e 1878, deputado provincial mais de uma vez e deputado geral em quatro legislaturas. Escreveu para a *Revista do Atheneu Paulistano e Escola: revista brasileira de educação* (SACRAMENTO BLAKE, 1970, p.422). Foi vice-presidente da Associação Promotora da Instrução de Meninos. Seu pai, Joaquim José Teixeira, foi sócio-fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e do IHGB (LEITÃO, 2016, p. 13). Teixeira proferiu duas conferências sobre "Prometheo, de Eschylo", ambas em 1874, e uma sobre "Dante e Goethe", em 1875.

Esse breve mapeamento ajuda-nos a conhecer um pouco mais o perfil dos principais "historiadores das Conferências Populares da Glória". Eram quase todos brasileiros, muitos formados em direito e alguns em medicina. A maioria nasceu no Rio de Janeiro ou vivia na cidade. Muitos tinham contato direto com a família real brasileira. Há predomínio de professores e de pessoas ligadas ao debate da instrução pública. No plano historiográfico, torna-se evidente a ligação de vários conferencistas com o IHGB. Os quatro membros identificados como sócios do IHGB proferiram 48 das 69 "conferências de história". O próprio idealizador do projeto,

Manuel Francisco Corrêa, também era sócio do IHGB, tendo ocupado a vice-presidência da instituição. O IHGB, dessa forma, representado nas Conferências Populares da Glória por meio de seus membros, encontrou uma forma de levar sua visão do passado para lugares extrainstitucionais.

Os temas e as abordagens das conferências de história

No que pese a diversidade de temas, é possível organizar as conferências de história em dois grupos. O primeiro reúne conferências que abordam acontecimentos, períodos e processos históricos. São apresentações sobre guerras, a era medieval, as missões jesuítas, a formação de “civilizações” e o processo de colonização. Sobre Idade Média, por exemplo, João Manuel Pereira da Silva proferiu a conferência “A Idade Média e os mistérios”; enquanto José Martins da Cruz Jobim apresentou a conferência “Fatos históricos da Idade Média relativos à invasão dos bárbaros, ao feudalismo e à cavalaria errante”. No que tange aos conflitos armados e guerras, Manuel Francisco Corrêa examinou invasões ao território brasileiro; Joaquim Monteiro Caminhoá, por sua vez, discutiu a influência da mulher nas guerras modernas; Francisco José de Freitas propôs uma análise da Batalha de Riachuelo, uma das mais importantes da Guerra do Paraguai; enquanto Feliciano Pinheiro Bittencourt escolheu a “Guerra das Investiduras”.

A perspectiva histórica é marcadamente eurocêntrica nessas conferências. João da Costa Lima e Castro Filho apresentou uma conferência intitulada “O século XVIII, sua civilização, suas tendências”, centrado num século XVIII exclusivamente europeu. José Martins da Cruz Jobim, por sua vez, apresentou a História de Portugal em quatro conferências diferentes. João Manuel Pereira da Silva falou sobre “A época de D. Manuel” e apresentou a conferência “Sacrifícios que suportou a Europa com o descobrimento, posse e colonização da América”, na qual o colonizador é tomado do ponto de vista do herói que supera os desafios do empreendimento colonial – uma inversão na lógica da colonização: aqui, é o agente colonizador quem padece do infortúnio e não o sujeito colonizado. O *Jornal do Commercio* resumiu a performance do conferencista da seguinte forma:

Mostrou o distinto orador os contratemplos que os conquistadores suportaram nos mares, e os sofrimentos porque passaram em terra, onde muitos foram vítimas dos indígenas. Falou dos prejuízos por corsários

e piratas aos navios que viajavam entre as metrópoles e as colônias. Levou as lutas dessas que entre si travaram os próprios conquistadores (JORNAL DO COMMERCIO, 1874, p. 4).

Mas a elite intelectual brasileira que falou sobre história nas Conferências Populares da Glória não ignorava o lugar de onde falava: uma vez que o modelo de ciência e de instrução pública aqui em voga baseava-se em projetos exclusivamente europeus, seria preciso justificar a empresa das Américas no concerto das nações civilizadas. A conexão entre passado e presente, mostrando os laços entre América e Europa, apareceu, assim, em várias apresentações. Ao falar da poesia de Dante e Camões, João Manuel Pereira da Silva traçou uma relação de continuidade entre brasileiros e portugueses:

Temos a mesma origem, a mesma ascendência, o mesmo berço, somos da mesma raça: unidos tomamos a mesma nação; separados, cada um de nós constitui um povo independente; mas somos irmãos, participamos do mesmo passado, mútuas são as venturas pretéritas, mútuas as venturas e glórias antes da emancipação do Brasil (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876b).

O segundo grupo é aquele em que os conferencistas analisam a biografia e as obras de grandes personagens. Há conferências sobre Padre Antônio Vieira, Ésquilo, Sófocles, Homero, Virgílio, Dante Alighieri, Luís de Camões, Torquato Tasso, John Milton, Johann Wolfgang von Goethe, William Shakespeare, Jean de La Fontaine e Mme. de Staël. A vida dos escritores serve como um meio de exploração do passado. Torquato Tasso permite a João Manuel Pereira da Silva examinar a questão das cruzadas, assim como Shakespeare o permite explorar a história da sociedade inglesa. Mas é o gênero biográfico, eivado em nacionalismo, que mais se destaca nessas apresentações. A biografia desses homens eruditos é apresentada como parâmetro para o indivíduo no presente. Essas conferências reverenciam não só autores, mas os “vultos históricos” da política e da cultura; cultuam a genialidade de suas obras, destacam o seu patriotismo e a sua erudição; suas vidas são examinadas como vidas exemplares.

Na conferência sobre Torquato Tasso, João Manuel Pereira da Silva destaca a vida acidentada do poeta italiano. Embora lhe faltasse a “melancolia de Camões”

ou a “sublimidade de Homero”, Tasso seria, segundo Pereira da Silva, um gênio da imaginação. “Predomina nele a imaginação. Nenhum poeta o igualava nessa faculdade de espírito”, escreve o historiador do IHGB. (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876e, p. 38). Com Shakespeare ocorre o mesmo. “Nenhum poeta foi mimoseado pela Providência com imaginação mais rica, robusta, opulenta, poderosa e brilhante” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876d, p. 7). Pereira da Silva sugere ver o dramaturgo como “patriota” e “historiador”:

E acima de todos estes predicados um orna o poeta que merece particularmente nossa admiração e simpatia. Shakespeare é um excelente patriota. Estudou a história de Inglaterra até o seu tempo; extasiou-se diante das qualidades viris da raça anglo-saxônica; encheu-se de prazer e de entusiasmo pelos feitos de alguns dos seus varões ilustres. Com a instrução segura de historiador, burilou os acontecimentos gloriosos do povo inglês em alguns dramas de primor, que por si só bastariam para assegurar-lhe nas letras o mais elevado lugar de poeta patriota. Estas qualidades todas reunidas em um homem lhe formaram e o caracterizaram o gênio superior, o gênio sublime (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876c, p. 13).

Esse projeto está em consonância com o espírito do seu tempo. O século XIX vai marcar o fortalecimento do gênero biográfico. A história de uma nação será contada por meio da trajetória de vida de um conjunto de eleitos que se destacam pela pujança de seus atos, ou ainda, pela notabilidade de seus esforços altruístas no heroico ato de construção da Nação. Conforme explica Manoel Salgado (2008, p. 21), “suas vidas narradas se entrelaçam com a vida dessa mesma comunidade em formação, dando-lhes projeção para trás num passado distante, como forma de legitimar organizações tão recentes”. Mas o que é interessante constatar no caso das Conferências Populares da Glória é que nessas conferências de cunho biográfico, embora os “heróis do panteão nacional” estejam contemplados, mais atenção será dedicada à trajetória de indivíduos e obras de outros países. É da vida e da obra de sujeitos históricos da Europa que também serão retiradas lições. Vale dizer, ainda, que esse tipo de conferência era pertinente a um evento de vulgarização científica, mas não porque a história fosse já considerada uma ciência, e sim porque a vulgarização científica nos oitocentos era orientada pelo ideal de instrução pública, que abria a porta para saberes ainda não completamente institucionalizados no circuito da ciência, caso da história.

As conferências desse segundo grupo, tal qual as conferências do grupo anterior, articulam história e literatura, língua e nacionalidade, na conformação de um espírito patriótico indispensável ao Brasil na sua tarefa de se incluir no *hall* das nações civilizadas. Algumas ocupam-se com a escrita da história. Dois nomes se destacam, ambos dos quadros do IHGB: Pereira da Silva, com conferências sobre história e literatura pátria, língua e nacionalidade, e Tristão de Alencar Araripe, autor das conferências “História Pátria – como cumpre escrevê-la” (1876) e “Os patriarcas da independência” (1876).

“História Pátria – como cumpre escrevê-la” é talvez o exemplo mais bem-acabado desse esforço. Na conferência, o futuro ministro do Supremo Tribunal Federal conjuga a escrita da história pátria com a função principal da instrução pública de levar luz ao povo. “Os povos sem luzes”, ele escreve, “em vez de conterem o poder social por atos de prudência e sabedoria, quando vítimas de alguma injustiça, rompem, por assomos de irreflexão, em lamentáveis catástrofes” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 50). A história, assim, como ele a denomina, é “mestra da vida” e “luz da verdade”, uma história, que, conforme ressalta, “não constitui uma ciência de mero deleite e recreação, mas uma escola de proveitosa lição para o homem e a sociedade” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 48). Sua conferência, da qual o subtítulo é explicativo, é um guia para os historiadores que desejam escrever a história do Brasil. Esses historiadores, preconiza Araripe, podem ser “benfeitores da pátria”, desde que tenham em mente duas coisas:

Premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano, aos quais a prudência dos séculos denomina heróis, e exercitar nobres estímulos de imitação dos grandes modelos de patriotismo, desse sentimento sublimado e generoso, que dignifica o homem ante a própria consciência e infunde-lhe valor para as mais altas empresas, que o homem pode cometer. Se o historiador não tiver nos seus intuitos conseguir esses dois fins supremos da lição da história, não compreenderá por certo o destino da mesma história, nem poderá, portanto, ser o seu fiel intérprete. O escritor brasileiro, pois, que pretender escrever a história da nossa pátria, terá em consideração desenhar a figura respeitável dos nossos homens beneméritos, de maneira que excitem em nossos corações o amor para com a suas veneradas sombras, e nos persuadirão do quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade. [...] Se o pintarmos com perfeição, e se ao retrato dermos os traços característicos do verdadeiro herói, oferecendo à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio, teremos exibido modelos capazes de excitar os mais santos desejos de imitação.

[...] Pode o historiador ser benfeitor da pátria se souber no manejo da pena escolher assuntos e figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 50).

Araripe desenvolve seu argumento empregando a retórica da “querela dos antigos e modernos”, termo comumente designado para descrever o debate desencadeado por eruditos franceses e ingleses entre o fim do século XVII e meados do XVIII quanto à superioridade ou não dos autores da Antiguidade Clássica frente àqueles da Era Moderna (SÁ JÚNIOR, 2016; NORMAN, 2011). Araripe não vacila e, como quase todo “moderno oitocentista”, ele considera que os historiadores modernos (como ele) levam vantagem em praticamente todos os aspectos, quando comparados aos historiadores antigos.

No seu estratagema de oposições simples, os antigos celebravam as proezas bélicas, a cultura da guerra e do horror, faltando-lhes os elementos cruciais da crítica; aquela cultura histórica enfatizaria apenas os feitos dos grandes indivíduos e, no que diz respeito à história das sociedades, exaltava-se tão somente os fatos nos quais tomavam parte aqueles homens notáveis; já os historiadores modernos, segundo Araripe, contariam uma história contraparte da antiga: mais abundante, mais diversa, a história dos povos; seus heróis são os heróis da paz e não da guerra, aqueles homens “que no silêncio dos gabinetes regem com sabedoria os povos, e aqueles que nos milagres da indústria melhorarão a condição dos homens, santificando assim os esforços do trabalho e da moral” (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 53). Segundo explica ainda Araripe, os historiadores modernos querem analisar todos os tipos de fatos, interessando-lhes desde a vida dos reis até as ações do simples operário. A vitória da modernidade seria incontestável.

Araripe reconhece, não obstante, uma virtude dos historiadores da Antiguidade: a capacidade de biografar. “A antiguidade oferece-nos neste ponto insigne modelo de forma, cujo estudo é digno do escritor sincero”, ele diz. (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 5). E sua maior referência é dada a conhecer: Plutarco. De acordo com Araripe, assumir o método do grego permitirá ao historiador brasileiro aquilo que deve ser um dos seus mais “sagrados deveres”: venerar a memória dos “varões beneméritos”.

Este biógrafo dos grandes homens gregos e romanos dá-nos com pincel magistral o retrato de seus heróis por tal forma delineados, que impossível é ao leitor não achar aí uma escola de moral e patriotismo, que enobrece

o coração, o encha da inabalável convicção, de que *pátria* é entidade real, a que devemos sacrifícios, e não artificiosa invenção para ilegítimas especulações. Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens célebres da Grécia e Roma, e estou certo que conseguirá fazer relevantíssimo serviço ao seu país, a quem dará patriotas sinceros e verdadeiros (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 59).

A diferença, deste modo, entre a biografia produzida pelos antigos e a biografia dos modernos é fundamentalmente o biografado, conforme sugere o magistrado:

Não são heróis somente aqueles a quem as proezas estrondosas deram celebridade; não, também o são aqueles que no silêncio dos gabinetes descobrem as leis da gravitação; aqueles que nos laboratórios químicos acham as combinações da matéria; aqueles que no assíduo labor da indústria inventam os teares, aplicam a força motriz do vapor, e sujeitam a faísca elétrica à vontade e ao serviço do homem (CONFERÊNCIAS POPULARES, 1876a, p. 60).

Araripe deixa claro, portanto, que a vitória dos modernos frente aos antigos é a vitória, também e sobretudo, da indústria, das novas fontes de energia, das novas máquinas, da capacidade que a ciência e a tecnologia modernas deram ao homem de controlar a natureza e de sujeitá-la às suas vontades. Essa é uma sociedade, na visão do autor, que se destaca não por forças centrípetas de destruição do outro, da submissão de um povo a outro, no que se justificava, na antiguidade, a biografia dos grandes líderes guerreiros, mas pela sinergia promovida pela industrialização, pelo entendimento, pela palavra do progresso e do desenvolvimento. A ciência é a chave para se construir a civilização.

Também merece algum destaque a recomendação de Araripe em conciliar a história do povo com a história dos heróis, ainda que não os heróis dos historiadores da Antiguidade, e sim os “heróis modernos”, indo desde políticos ilustres, “operários da paz e do desenvolvimento humano”, até os grandes cientistas e inventores, igualmente arautos deste novo tempo da ciência e da racionalidade que guiam e projetam as nações modernas. Aqui, fica ainda mais evidente a centralidade da escrita biográfica, mas uma centralidade que, conforme sublinha Maria da Glória de Oliveira (2012), renova-se no século XIX. O ato de biografar e de encontrar personagens modulares para os homens do presente certamente não era uma prática nova, mas, dentro dos

quadros das transformações da disciplina histórica, a biografia vai precisar se adequar. Os biografáveis ganham estatuto de personagens históricos, inscritos no estatuto da gênese nacional, e cujas ações são não apenas narradas, mas também devidamente documentadas (OLIVEIRA, 2012, p. 21).

Considerações finais

Embora a historiografia da divulgação científica no Brasil tenha se desenvolvido de forma significativa nas últimas duas décadas, ainda são poucos os trabalhos que investigam o lugar da história e dos historiadores em atividades e projetos do gênero. Teria a história coabitado com as ciências naturais espaços considerados de vulgarização científica? Quando olhamos para as Conferências Populares da Glória, podemos dizer que sim.

De um ponto de vista programático, isso foi possível porque, nas Conferências Populares da Glória, a vulgarização do saber científico estava submetida ao ideal de instrução popular, de modo que o repertório de conhecimentos não se restringia às áreas que já haviam completado o seu processo de cientificização. Porém, é preciso reconhecer que as características do período na esfera científica também contribuíram para a presença da história em meio às demais áreas do conhecimento.

Elisabeth Badinter (2007) esclarece que até meados do século XVIII não havia distinção entre “homens de ciência” e “homens de letras”. Essas duas culturas, explica, não estavam rigidamente separadas, como hoje, entre “científica” e “literária”, mas formavam uma única, a chamada “República das Letras”. No século XIX, esse cenário começa a se transformar mediante o processo de especialização das ciências; à medida que esse processo avança, maior será a oposição entre as ciências naturais e as sociais e humanas – embora muitos historiadores tenham feito, ao longo do século XIX, um grande esforço para que a história fosse vista como ciência, rigorosamente distinta da literatura e das artes. Porém, esse processo só se consolida no século XX.

Nesse sentido, o século XIX figura como um espaço de transição, onde, apesar do avanço da disciplinarização e da compartimentação das ciências, saberes distintos ainda ocupam os mesmos espaços. Eventos e projetos de vulgarização científica no oitocentos costumavam ser flexíveis no que diz respeito à inclusão das humanidades, sendo estas disciplinas vistas como fundamentais para a realização dos projetos civilizatórios da época. Como bem sublinhou *O Vulgarizador*, “o jornal dos conhecimentos úteis”, em seu número de estreia, em 1877, “todos os conhecimentos úteis nos servirão,

portanto, nesta viagem. As ciências sociais e políticas, bem como as ciências naturais nos levantarão a cada momento um ponto do véu em que se nos ocultam os grandes segredos da natureza” (O VULGARIZADOR, 1877, p. 2).

Cabe observar que um dos entraves enfrentados por muitos projetos de vulgarização científica no século XIX foi o da sua efetiva capacidade de levar a ciência para as parcelas mais populares da sociedade. Muitos projetos não serão efetivamente populares. Foi o que aconteceu com as Conferências Populares da Glória. Embora os idealizadores do projeto visassem a um público formado também por setores “populares”, as Conferências Populares da Glória foram acessíveis apenas a uma elite letrada e bem relacionada do Segundo Reinado. Segundo Carula (2009, p. 37), “para assistir às Conferências era necessária a aquisição de um cartão de entrada; estes bilhetes, para aqueles que não os haviam recebido previamente, eram distribuídos no dia da conferência, antes do seu início. Um ingresso permitia o acesso a todas as pessoas de uma mesma família”. A autora ressalta ainda que havia uma seleção do público. Tanto a distribuição das conferências quanto a dos bilhetes eram feitas pelo próprio conselheiro Corrêa e conferencistas.

Desde cedo a imprensa carioca esteve atenta ao problema. Em dezembro de 1873, o *Diário do Rio de Janeiro* não poupou elogios a Pereira da Silva, que falara sobre “História e Literatura pátria”, mas ressaltou que a sua apresentação, a exemplo de outras, que antecederam a dele na Glória, não fora assim tão *popular*. “Foi uma conferência não *popular*, mas *científica*, elevada na forma e na essência; na tese e na demonstração; na doutrina e na palavra” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.). E o problema não era do conferencista, que teria sabido ocupar bem o papel que lhe concederam, mas da organização. “As conferências literárias e científicas”, procurou explicar o jornal em tom didático, “serão para os homens ilustrados; as populares serão para o povo, que precisa educar-se e instruir-se” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.). O problema das Conferências da Glória, resumiu o jornal, é que nela “se quiseram amalgamar as duas ideias, prejudicando-se ambas com esse duplo pensamento” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2.).

Nestas os preletores devem ser professores práticos, habituados ao ensino das escolas; naquelas só talentos provados, que tenham o dom sublime da palavra, podem ocupar a tribuna, que não deve descer nunca ao nível das mediocridades, porque a ostentação dos talentos nesses certames públicos da palavra não satisfaz uma vaidade pessoal, mas convém ao nome, à honra, à glória da nação! Neste sentido aplaudimos a conferência do

Sr. Conselheiro Pereira da Silva, mas não deixaremos de pedir ao mesmo tempo, que, já que se fazem conferências para os sábios, se façam também conferências para o povo. É o povo que precisa de luz; prometeram-lhes, é-lhes devida. Por fim, ainda instamos para que as conferências tomem um caráter público (...) Abri as portas das conferências e convide o povo a tomar parte nesse primeiro banquete da civilização (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873c, p. 2).

Não era a primeira vez que o jornal fazia esse tipo de crítica. Alguns dias antes, após a conferência de Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira sobre “a moralidade e o bem-estar das classes laboriosas”, o jornal salientou que não via o povo no auditório das conferências populares. “E como havia de ser de outro modo, se a entrada se fazia por bilhetes, distribuídos previamente entre pessoas de elevada posição social”? (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873a, p. 4.) Ironicamente, destacou a crítica, em uma palestra sobre classes trabalhadoras, não havia representantes da referida classe no auditório da conferência.

Ora, desde que as conferências se fazem à porta fechada e com exclusão das classes laboriosas, as únicas que delas podiam tirar algum proveito, têm forçosamente errado o título; serão científicas, literária, administrativas e aristocráticas, o que quiserem, menos conferências populares (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1873a, p. 4).

Segundo Fonseca (1996), Corrêa havia idealizado o projeto, de modo que as conferências fossem “franqueadas a todos”, tendo em vista o seu principal objetivo, isto é, a “instrução do povo”, mas, conforme pontua a autora, sua plateia acabou sendo, em geral, segundo relatos da época, como os do *Diário do Rio de Janeiro*, constituída por um público bastante elitizado, formado por membros da família imperial, da aristocracia da corte, estudantes e profissionais liberais. O fato de não haver ainda no Brasil uma classe média certamente contribuiu para inviabilizar o projeto de popularização das Conferências da Glória. Aqueles que podiam consumir produtos culturais com tal nível de sofisticação e erudição faziam parte de uma pequena camada privilegiada. Uma das conferências, a do jornalista francês Felix Baelly, em 1874, por exemplo, foi feita na língua nativa do orador, o que mostra os enormes entraves à popularização do evento. A falta de acesso dos mais pobres às conferências populares era tão evidente que foi usada como ironia por jornais da cidade. Em 1875, ao falar dos problemas urbanos da

Rua Paissandu, no Rio de Janeiro, *O Globo* pedia que o leitor imaginasse por ali andando, “um pobre filho do povo, desses que não podem penetrar as Conferências *Populares* da Glória” (O GLOBO, 1875, p. 3).

Os indicadores socioeconômicos do período ajudam a explicar o cenário brasileiro. De acordo com Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow (2004), a taxa de analfabetismo para o conjunto do país, segundo o Censo de 1872, era de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais, situação que se manteve inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. No Rio de Janeiro, capital, a taxa era de 77,2% em 1872 e foi para 66,8% em 1890. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, projetos de vulgarização científica poderiam, de fato, alcançar parcelas mais pobres da sociedade, valendo-se do número cada vez maior de pessoas alfabetizadas e escolarizadas, mas no Brasil isso ainda era uma realidade distante.

À guisa de conclusão, é importante voltar ainda a outro elemento que se destaca ao se analisar a história e os historiadores das Conferências Populares da Glória: a marcante presença de indivíduos ligados ao IHGB, de modo que estudar as *Conferências* nos permite notar como a concepção histórica dos membros desta entidade não se limitava ao mundo dos artigos e dos livros. O projeto historiográfico da instituição era expansivo, deslocando-se por onde seus membros atuavam. Esse deslocamento era tributário de suas redes de sociabilidade e de sua capacidade de inserção política. O fato de o conselheiro Manuel Francisco Corrêa, grande idealizador do projeto, ter sido um alto membro na estrutura do IHGB não parece fortuito. Foi desse seu lugar que vieram os mais assíduos, influentes e propositivos conferencistas de história das Conferências Populares da Glória. Examinar essas conferências, a partir desse ponto de vista, nos permite também, como vimos, perceber o imbricamento entre história e literatura em um momento fulcral para a escrita da história, a saber, o da institucionalização da disciplina.

Entre 1913 e 1915, o IHGB organizou uma série de conferências visando à vulgarização da história que parece inspirada na experiência da Glória (MELO, 2019). Mas por que, então, atividades do gênero, isto é, voltadas para um público mais amplo, não se tornaram uma dimensão tão ativa no fazer dos historiadores brasileiros do século XX, na mesma medida que o ensino e a pesquisa histórica? Eis o que o mapeamento das atividades e debates sobre a divulgação da história, nos séculos XIX e XX, incluindo a sua relação com a divulgação científica propriamente dita, deve ainda, no futuro, nos ajudar a entender.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia** [João Manuel Pereira da Silva]. Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>. Acesso em: 4 mar. 2020.
- ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA. **João da Costa Lima e Castro**. s. d. Disponível em: <https://www.anm.org.br/joao-da-costa-lima-e-castro>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- ALMANAQUE **Garnier**, Rio de Janeiro, ed. 1, 1903.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Guerra civil no Rio Grande do Sul**: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Historico e Geographico do Brazil. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1881.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1867.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Independência no Maranhão. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 48, v. 71, p. 159-171, 1885.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da América. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t.56, v. 88, p. 91-115, 1893.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 55, v. 86, pt. 2, p. 15-23, 1892
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Primeiro navio francês no Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, t. 49, v. 73, p. 315-360, 1886.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos Privados. Teófilo das Neves Leão. *In*: ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Inventário das coleções**. Rio de Janeiro, 2005. p. 599-603. dig. (AN/SCO/SDP 064, v. 2) - Não impressos.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Inventário das coleções da Seção de Documentos Privados**. Rio de Janeiro, 1992. v.1, p. 134-135, dat. - Não impressos.
- BADINTER, Elisabeth. **As paixões intelectuais**: desejo de glória (1735-1751). Rio de Janeiro: Record, 2007.
- BASTOS, Maria Helena Camara. **Conferências Populares da Freguesia da Glória**. Rio de Janeiro: SBHE, 2002.

CARULA, Karoline. **A tribuna da ciência:** as Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). São Paulo: Annablume, 2009.

CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880).** Campinas: UNICAMP, 2007.

CARVALHO Júnior. Francisco Antônio de Carvalho Júnior. *In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.* São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21753/carvalho-junior>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CEZAR, Temístocles. **Livros de Plutarco:** biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura, Caxias do Sul*, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 10, 1876d.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 14, 1876e.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 2, 1876a.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 3, 1876b.

CONFERÊNCIAS POPULARES, Rio de Janeiro, n. 4, 1876c.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 425-466, 1996.

DANTAS, Ney. **A História da Sinalização Náutica Brasileira e breves memórias.** Rio de Janeiro: Ed. FEMAR, 2000.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 15 dez. 1873b.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 16 dez. 1873c.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 7 dez. 1873a.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NO BRASIL [1832-1930]. **Casa de Oswaldo Cruz.** S. l.: Fiocruz, s. d.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2004.

FONSECA, Maria Rachel da. As “Conferências Populares da Glória”: a divulgação do saber científico. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-166, fev. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n3/a07v2n3.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 18 abr. 1874.

LAGO, Laurênio.; MATTOSO, Pedro José Xavier. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos: 1828-2001**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LEITÃO, Luís. Felipe Figueiredo. **Educação e progresso: o ensino sob o olhar conservador (1873-1890)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

MALET, Antoni. **Divulgación y popularización científica en el siglo XVIII: entre la apología cristiana y la propaganda ilustrada**. Quark, Barcelona, p. 13-23, 2002.

MELO, Thaís de. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na Educação: caminhos, cruzamentos e disputas (1900-1922). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.

NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. Brasília: Senado Federal, 1998.

NORMAN, Larry F. **The shock of the ancient: literature and history in early modern France**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 13 de abr. de 1875.

O VULGARIZADOR, Rio de Janeiro, n. 1, 1877.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

PATROCLO, Luciana Borges; LOPES, Ivone Goulart; CRAVO, Regina Lúcia Ferreira. Verdadeiras glórias nacionais: a memória acerca das primeiras gerações de professores do Colégio de Pedro II através das páginas da ‘Revista da Semana’. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 15, n. 3 (39), p. 173-200, 2015.

PINHEIRO, Luciana; BELO, Oliveira. **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) da FGV CPDOC**. s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BELO,%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

PORTO-ALEGRE, Achylles. **Homens Illustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

REVISTA da Semana, Rio de Janeiro, n. 56, 9 jun. 1901.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1894.

SÁ JÚNIOR, Luiz César. **A querela dos antigos e modernos**: um panorama historiográfico. *Antíteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 494-515, 2016.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.

SALGADO, Manoel. Prefácio: a biografia como escrita da história. *In*: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 19-26.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Os índios em Sergipe oitocentista**: catequese, civilização e alienação de terras. 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **Congregação da Escola Normal**: da legitimidade outorgada à legitimidade (re) conquistada (1880-1910). 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59-84, 1999.

SCOTT, Donald M. The popular lecture and the creation of a public in mid-nineteenth-century America. **The Journal of American History**, Bloomington, v. 66, n. 4, p. 791-809, 1980.

SILVA, Jaqueline Neves da. Na letra da lei: incêndios propositais, legislação e justiça criminal no Rio de Janeiro em finais do século XIX. **XXVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH/SNH: Natal, 2013.

SILVA, João Manuel Pereira da. **História da fundação do Império brasileiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Historia do Brazil de 1831 a 1840**: governos regencias durante a menoridade. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior Typographo-Editor, 1878.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Jerônimo Corte-Real**. Crônica portuguesa do século XVI. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840.

SILVA, João Manuel Pereira da. O aniversário de D. Miguel em 1828. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 18, 21 jan. 1839a. Folhetim, p. 2.

SILVA, João Manuel Pereira da. Religião, amor e pátria. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, n. 62, 15 mar. 1839b. Folhetim, p. 2.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1871.

SILVA, João Manuel Pereira. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: BL Garnier, 1870.

SILVA, João Manuel Pereira. **Plutarco brasileiro**. [S. l.]: E. e H. Laemmert, 1847. v. 1.

SILVA, José Maria Velho da. **Gabriella**: chronica dos tempos coloniaes. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1875.

SILVA, José Maria Velho da. **Homens e factos da historia patria estudos biograficos seguindo a ordem estabelecida no programma das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1895.

SILVA, José Maria Velho da. **Lições de rhetorica para uso da mocidade brasileira**. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1882.

SILVA, Pereira da Silva; J M Pereira da et al. **Parnaso brasileiro**: ou Seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira por J. M. P. da Silva. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1843.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A Biblioteca Pública da Bahia**: dois séculos de história. Salvador: Secretaria da Cultura, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, Diretoria de Bibliotecas Públicas, 2012.

TASINAFIO, Célio R. Introdução - Memórias do meu tempo: política como ciência experimental. In: SILVA, João Manuel Pereira da. **Memórias do meu tempo**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2003. p. 11-52.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo Carneiro. **O jogo das tradições**: a idéia de Brasil nas páginas da revista Nitheroy (1836). 2006. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. Contexto e conceitos: história da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. **Interciencia**, Caracas, v. 33, n. 5, p. 324-330, 2008.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Bruno Leal Pastor de Carvalho é doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-Graduação em História desta mesma instituição. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Pública da Universidade Estadual do Paraná. Tem desenvolvido pesquisas sobre História Pública, História Digital e Divulgação Científica. É fundador e editor do portal *Café História*, especializado na divulgação científica de História. Também desenvolve pesquisas sobre crimes nazistas e justiça no imediato pós-guerra. É organizador, ao lado de Ana Paula Tavares Teixeira, do livro *História Pública e Divulgação de História*, publicado em 2019 pela Editora Letra e Voz.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade de Brasília, Departamento de História, Asa Norte, Brasília, DF, 70910-900, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Ana Paula Tavares, que revisou as diversas versões deste texto. Agradeço também à Karoline Karula, pela interlocução sobre as Conferências Populares da Glória.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Matheus Henrique Faria Pereira – Editor Executivo

DIREITOS AUTORAIS

Bruno Leal Pastor de Carvalho.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 29 de outubro de 2020.

Alterado em: 8 de março de 2021.

Aprovado em: 10 de março de 2021.

História sob encomenda: comentários sobre a historiografia empresarial sob contrato no Brasil

History on demand: comments on contract business historiography under contract in Brazil

Ian Kisil Marino ^a

E-mail: iankmarino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6584-834X> 

^a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, SP, Brasil

RESUMO

No Brasil, a quantidade de publicações de livros que narram histórias de empresas e instituições privadas tem aumentado nas últimas duas décadas. Essas publicações ilustram parte de como o panorama profissional dos historiadores vem se configurando no país – ao lado da organização de arquivos e centros de memória de empresas, por exemplo. Como a história empresarial sob contrato ascendeu no Brasil? Quais os problemas teóricos envolvidos na sua popularização? Qual o teor das práticas e das narrativas incorporadas nessa literatura histórica feita sob encomenda? Procurando responder a essas questões, revisa-se a formação do campo da história empresarial no Brasil, caracterizando algumas obras publicadas mediante contrato com grandes empresas nacionais, propondo o uso da categoria “história sob encomenda” para melhor qualificar o gênero. Por fim, alinham-se percepções sobre o impacto do neoliberalismo na prática historiográfica contemporânea, como fenômeno de fundo que arremata a ocasião de ascensão com o teor discursivo do gênero no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

História empresarial; Usos da história; História pública.

ABSTRACT

In the last two decades, the number of books on the history of companies and private institutions has been increasing in Brazil. These publications help illustrate how the professional landscape of historians has been shaped in the country – alongside the organization of archives and memory centers of companies, for example. How has the business history under contract emerged in Brazil? What theoretical issues are involved in its popularization? What activities and narratives are incorporated in this historical literature on demand? In an attempt to answer these questions, this study reviews the development of business history in Brazil, discussing some published works contracted by big national companies. To best categorize such a genre, the term “history on demand” is suggested. Functioning as a background to the genre development in the national scenario, this study also investigates the impact of neoliberalism on the contemporary historiographic practice.

KEYWORDS

Business history; History uses; Public history.

Em matéria publicada em 2015, o jornal *O Estado de São Paulo* apontou que, dentre as “profissões do futuro”, se alocaria o chamado “historiador corporativo”. Seria uma profissão promissora já desde os anos 1990, organizando arquivos, elaborando exposições, codirigindo produções audiovisuais, contribuindo com o setor de marketing ou escrevendo livros. Para a maioria dos historiadores, no entanto, as funções dos “guardiões da memória das organizações” destoam do que os programas universitários de história usualmente oferecem. A história empresarial sob contrato é parte de um rol de atividades em ascensão que vêm empregando historiadores pelo país, ávidos por sustentarem-se em meio a um período de escassez de oportunidades, como notou Pedro Telles da Silveira (2020). No entanto, ainda não há um esforço consolidado de compreensão epistemológica desse campo no Brasil. Quais os motivos da ascensão desse campo? Qual o teor das matérias dele resultantes? Qual a influência, se há, sobre os estatutos disciplinares da historiografia acadêmica?

Este texto discute o estabelecimento da história empresarial sob contrato no Brasil, visando responder a essas questões. Trata-se de um tema parcamente explorado pela historiografia nacional, que requer esforço empírico e reflexões teóricas para que seja bem caracterizado e compreendido. O recorte limita-se às produções escritas, que compõem uma verdadeira historiografia empresarial – ficando a análise dos panoramas arquivístico, museológico e audiovisual para outro momento. Inicialmente, rastreiam-se os caminhos desse campo, destacando as diversas influências presentes na sua constituição e contrapondo as motivações de historiadores e empresas para a ascensão da história empresarial no Brasil. Em seguida, busca-se matizar a discussão com alguns projetos institucionais publicados no país, delineando parâmetros comparativos que possibilitem caracterizar essa literatura. Por fim, propõe-se uma hipótese de enquadramento do gênero na história da historiografia, sugerindo a categoria “história sob encomenda” como melhor forma de compreensão de suas particularidades – bem como destacando seus impactos para a atuação profissional do historiador.

A história empresarial e os historiadores

Mesmo que se possa dizer que a história empresarial “é quase tão antiga como as empresas”, ela emergiu institucionalmente em 1927, como uma cátedra da Harvard Business School, sob a liderança de Norman Gras (MENDES, 2010, p. 281-282). Interessados no papel das empresas no desenvolvimento e na superação de crises econômicas – temáticas em destaque no cenário da Grande Depressão e do New Deal –, economistas como Gras, Edwin Gay e Joseph Schumpeter lideraram as primeiras pesquisas acadêmicas sobre empresas, enquanto contribuía para a institucionalização

da nova área, por meio de publicações e da criação de periódicos especializados (GONÇALVES; SAES, 2017). Nas décadas de 1930 a 1950, a chamada *business history* cristalizou métodos e teorias particulares, distantes da historiografia dos Annales, por exemplo, que se construía na mesma época com cada vez mais influência na Europa.¹

Mesmo uma breve descrição da história empresarial deve destacar o impacto da obra de Alfred Chandler, que, nas décadas 1960 e 1970, buscou quebrar o paradigma institucional que privilegiava estudos de caso sob o viés do empreendedorismo schumpeteriano. Chandler propôs articular teoria econômica e macroeconomia com estrutura administrativa, a fim de determinar os procedimentos de gestão empresarial mais bem-sucedidos – criticando tanto o institucionalismo descontextualizado dos estudos de caso quanto às teorias macroeconômicas que ignoravam a agência das empresas (JONES, 2017). Como defendido em *The Visible Hand* (1999), a economia capitalista se desenvolveria pela ação empresarial historicamente localizada, e não por forças supostamente invisíveis do mercado. Essas ideias, altamente influentes, aprofundaram a particularidade da história empresarial, daí em diante marcadas por enfoques organizacionais (GONÇALVES; SAES, 2017).

A história empresarial ganhou força a partir da década de 1970. Por um lado, emergiram pesquisas acadêmicas sobre empresas em departamentos acadêmicos de história – não só nos Estados Unidos, mas na Europa e no Brasil. Por outro, cresceu o anseio de empresas pela organização de arquivos, pela pesquisa de seus passados e por centros de memórias, em interação com historiadores. O campo da história empresarial, conforme Larissa Santos (2014, p. 64), dividiu-se em dois caminhos: uma história *das* empresas, realizada por historiadores em ambiente acadêmico, e uma história *nas* empresas, realizada por historiadores ou não, sob contrato e dentro das organizações. Além dessas, a linhagem primária da *business history* seguiu uma trilha mais ou menos autônoma, ligada às escolas de negócios e administração, estabelecendo pouco contato com historiografias não econômicas.

Considerando-se o horizonte de influência internacional dos Annales, o estudo das empresas se enquadrou bem nos preceitos da nova história, em meio aos “novos problemas”, às “novas abordagens” e aos “novos objetos” indicados por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995, p. 12). No cenário de fragmentação descrito por François Dosse (2003, p. 248-249), em que “tudo se torna objeto de curiosidade para o historiador, que desloca seu olhar para as margens, para o avesso dos valores estabelecidos, para os loucos, para as feiticeiras, para os transgressores [...]”, a empresa é vista sob o ponto de vista cultural. Com isso, além de distanciar-se da economia, que marcou tanto a *business history* quanto a abordagem braudeliana, essa nova leitura empresarial

navegou nas mesmas águas que um dos maiores interesses das empresas pela história: a construção simbólica de identidades corporativas (TONINI; GAGETE, 2004).

Uma influência maior na promoção da história empresarial se deve à história pública, que, a partir dos Estados Unidos, popularizou-se internacionalmente da década de 1980 em diante. Sua impulsão, segundo Linda Shopes (2016), ocorreu pela crise nos empregos acadêmicos para historiadores na década de 1970, pelo anseio da legitimação de historiadores empregados fora das universidades e pelo desejo de se repensar as formas de interação entre a história e a sociedade, conferindo um sentido público ao trabalho do historiador. Nesse ínterim, passaram a ser valorizados objetos de estudo que propiciassem novas funções aos historiadores, para além da pesquisa e do ensino, como discute um volume do famoso periódico *The Public Historian* de 1981, por exemplo, inteiramente dedicado à história empresarial. No Brasil, dentre as oito aulas temáticas do inaugural Curso de Introdução à História Pública (2011), estava a história empresarial. Também, há um capítulo sobre o tema no estreante editorial *Introdução à história pública* (2011), reforçando que as empresas figuraram desde o princípio como um espaço privilegiado de reflexão da história pública, tanto no exterior quanto no Brasil.

A aproximação entre a historiografia acadêmica e a história empresarial não ocorreu sem tensões ou críticas. Retomando os primeiros projetos de historiadores a empresas, Mendes (2010, p. 283-284) destaca que seria comum ocorrer divergência de expectativas entre as partes, havendo duas concepções de história em conflito:

Por um lado, a história institucional, mais ou menos apologética, na qual se narram, quase em exclusivo, os momentos gloriosos da empresa e a ação dos seus empresários, dirigentes e quadros mais destacados. Por outro, a história feita por profissionais, inclusive acadêmicos, cujo objectivo primordial é não elogiar ou enaltecer mas sobretudo compreender e explicar o percurso da empresa e dos agentes e intervenientes no processo, tendo em consideração os êxitos e os fracassos, os momentos altos mas também as vicissitudes, a gestão eficiente e de sucesso, mas igualmente a que viria a manifestar-se desadequada; isto é, a vida da empresa.

A relação contratual alteraria também os fundamentos do trabalho do historiador. Financiada por uma empresa, passa-se a lidar com uma série de tópicos – local de trabalho, horas dedicadas, prazos de entrega – que diferem do cotidiano acadêmico.

Ademais, como o fim de uma pesquisa empírica é desconhecido *a priori*, corre-se o risco de frustrações com eventuais resultados ou, ainda, interferências da instituição contratante. Christian Castaneda (1999) traduz esse dilema, indagando sobre como deveria agir o historiador, por exemplo, ao descobrir casos de irregularidades jurídicas na trajetória da empresa e vê-la procurando minar a pesquisa ou impedir a sua divulgação – entendendo que, por financiar o projeto, ela possuiria esse direito.

O mesmo problema foi detectado por Verena Alberti (1996) e Marieta Ferreira (1998) nos anos 1990, quando a última identificava na história empresarial sob contrato uma “tendência da história oral no Brasil” (FERREIRA, 1998, p. 8). Com cautela, Alberti (1996, p. 4) sublinha que, no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc-FGV), decidiu-se “oferecer nossos serviços no mercado das memórias” para consolidar o orçamento da instituição. No entanto, aponta-se para os riscos de as empresas desejarem “contornar fatos constrangedores” (ALBERTI, 1996) e questiona-se: “qual é o compromisso do pesquisador de história oral? Atender ao cliente que pagou pelos serviços que contratou ou manter seus princípios éticos de trabalhar por uma maior democratização da sociedade?” (FERREIRA, 1998, p. 10).

Todavia, a leitura majoritária é de que as tensões não desqualificam a área, que seguiria importante na construção de uma história pública. A divergência de concepções deve ser encarada profissionalmente pelo historiador, ancorado em um contrato previamente firmado que garanta a realização íntegra de seu trabalho (MENDES, 2010). Além disso, o historiador deve respeitar a cultura interna da empresa contratante, buscando um profissionalismo ético (CASTANEDA, 1999). Com relação à história oral, é possível pensar em “saídas diferentes” ao dilema (FERREIRA, 1998, p. 10), dada a rica possibilidade de “tornar acessível aquilo que foi acumulado por instituições ou pessoas ao longo do tempo e que espelha suas atividades, seus interesses e sua relação com outras instituições e pessoas” (ALBERTI, 1996, p. 5) – ou seja, a criação de acervos orais de livre acesso. Indo além, José Carlos Meihy (2013, p. 39) argumentou que “as histórias de vida dos funcionários e demais participantes dos processos produtivos começa a brilhar como nova possibilidade de entendimento da vida social”.

Assim, são criticados aqueles que reprovam o teor supostamente enviesado que o financiamento privado inferiria: seria necessário suplantar essa percepção para que se operasse uma história empresarial de impacto significativo. Para que o diálogo entre essas duas áreas seja positivo, resumiu Richard Forman (1981, p. 51, tradução nossa), devem-se superar os obstáculos postos, que seriam frequentemente apenas opinativos e preconceituosos: “alguns historiadores acreditam que empresários são

corruptos, e isso negligenciaria a sua responsabilidade cívica. Similarmente, alguns homens de negócios guardam opiniões negativas de acadêmicos humanistas, inclusive de historiadores. Nos dois lados, as visões negativas são baseadas em estereótipos”.

A ênfase na utilidade da história às empresas e a crítica às ressalvas dessa comunhão amparam-se na intenção de legitimação da atuação profissional de historiadores fora de seus ambientes tradicionais – ensino e pesquisa. Nesse sentido, como sugeriu Olivier Dumoulin (2017, p. 88), alteram-se alguns estatutos epistemológicos e valores envolvidos na contemplação da história e do trabalho de historiador: “essa *public history* se inscreve na ação e não na observação, inscreve-se na encomenda explícita e participa da lógica do projeto ou da controvérsia social e não daquela da arte pela arte que prevalece na universidade”. Com isso, emerge no discurso de uma parcela da história pública um caráter de utilidade que se pretende como baliza central de uma ressignificação social da história para dentro e para fora: “para além dos museus, da preservação histórica e dos arquivos, é preciso explorar ainda mais. Em outras palavras, estender as funções do historiador equivale a estabelecer melhor de que maneira suas competências podem se inserir no processo de produção” (DUMOULIN, 2017, p. 99).

No entanto, mesmo aos maiores entusiastas da aproximação com as empresas, os pilares argumentativos recorrem a uma revisão da finalidade pública da própria história: o impacto social, a criação de acervos orais ou a simples recolocação profissional no mercado de trabalho. Isto é, os critérios da defesa da história empresarial partem do próprio meio historiográfico, sendo as empresas somente mais um agente de interlocução – ao lado de instituições públicas, consultorias jurídicas, meios de comunicação e da chamada história local, por exemplo. Portanto, quando são analisados os vetores de interesse das empresas pela história – o “outro lado”, sem o qual não se explica a ascensão da história empresarial – emergem tensões fundantes no princípio dessa relação, que merecem ser endereçadas.

As empresas e a história

O estudo “A memória empresarial nas organizações no Brasil” (NASSAR, 2006, p. 162-169) constatou que, em 2005, apenas 13,4% das grandes empresas no Brasil não mantinham nenhum tipo de programa de história empresarial, ao passo que 37% trabalhavam em ações eventuais e 49,6% cultivavam programas perenes e estruturados. Esses programas foram considerados como “muito importantes” ou “importantes” por 96,7% das empresas. Na maioria dos casos (60,6%), o resultado saiu na forma de livro, em projetos raramente conduzidos por historiadores no quadro de funcionários das

empresas (6,9% dos profissionais).² No caso de contratos com profissionais externos, no entanto, os historiadores aparecem em destaque, correspondendo a 32,4%. Os dados da segunda edição dessa pesquisa, em 2020, apontam para uma retração na frequência de programas estruturados (18%) e de ações eventuais (29%) – atribuída à falta de recursos financeiros decorrente de situações econômicas instáveis. Entretanto, todas as empresas consideram que “a história é útil para o planejamento da organização”, e a maioria (94%) discorda de que se trata de um “modismo que vai passar”. Em 2020, 71% das empresas já possuíam áreas formais estruturadas para o tema, ocupadas em maior parte (61%) por historiadores – inclusive nos postos de alto escalão (24%)³ (ABERJE, 2020, p. 7-30).⁴

Esses dados servem de diagnóstico para o caso brasileiro, que ganhou força no decorrer das décadas de 1990 e 2010. No entanto, é comum que se temporize o aumento do interesse empresarial pela história, a nível global, com um processo situado entre as décadas de 1970 a 1990. Esse período, marcado por uma onda de internacionalização e reaquecimento do mercado concorrencial – compondo o arranjo político-econômico do que se tem entendido como neoliberalismo – teria forçado as empresas a repensarem as suas estruturas, do sentido estratégico-administrativo ao comunicativo (CHAMAYOU, 2020). A história, assim, teria emergido como um instrumento valioso de duplo sentido: por um lado, ela seria aparelho de resgate da trajetória administrativa organizacional, útil nos processos de *crisis management* e concorrência. Por outro, ela seria ferramenta de cultivo de identidades, beneficiando a estabilidade interna e a publicidade: “é ela que constrói, a cada dia, a percepção que o consumidor e seus funcionários têm das marcas, dos produtos, dos serviços. O consumidor e o funcionário têm na cabeça uma imagem, que é histórica”, comenta Paulo Nassar (2004, p. 21).

Em um cenário de ampla concorrência e massificação dos meios de comunicação, as empresas estariam imersas em crises de identidade – tanto no plano interno quanto externo. Nesse ponto, elas “começam a servir da história para legitimar-se”, segundo Santos (2014, p. 68). Focada na produção de elementos úteis ao cotidiano organizacional, a história seria um instrumento de gestão: motor comunicativo e publicitário no presente e trampolim estratégico na construção de uma imagem que legitime o planejamento do futuro. Como defendeu a historiadora Karen Worcman (2004, p. 23),

A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.

Worcman fundou e hoje é diretora do Instituto Museu da Pessoa, organização patrimonial especializada em prestar serviços de história a empresas e organizações, desde os anos 1990. O aumento de demanda pelos “serviços em história” por parte das empresas, como chamou Rodrigo Turin (2018), somado ao maior interesse dos historiadores em se inserir no meio, acarretou a criação de diversas organizações especializadas em história empresarial. Juntas ao Museu da Pessoa, outras empresas, como a Memória & Identidade, a Grifo e a Tempo&Memória, além de diversos historiadores agindo por conta própria, vêm compondo o plural mercado da história empresarial no Brasil desde os anos 1980 (TONINI; GAGETE, 2004).

Do lado das empresas, elencaram-se ações coletivas que reforçam o maior interesse pela história. O caso da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), em atividade desde os anos 1960, é exemplar: no final da década de 1990, reestruturaram-se as suas linhas de ação, de modo a integrar e valorizar a temática da história nas práticas de comunicação empresarial. Com o arranjo dos Encontros Internacionais de Museus Empresariais a partir de 1999, a Aberje aproximou grandes empresas brasileiras de organizações especializadas em história empresarial, contando com a presença de historiadores renomados em seus eventos, como o expoente da história oral Paul Thompson, em 2000. Com a criação da categoria *Memória Empresarial* no prêmio anual da Associação, no mesmo ano, valorizaram-se os esforços de introdução da história na gestão empresarial, bem como as pesquisas de historiadores e organizações especialistas (NASSAR, 2004). Agindo como um *think tank* e liderando pesquisas como as citadas no início da seção, por fim, a Aberje vem contribuindo com a consolidação da presença da história no meio empresarial.

Uma história de empreendedores

A história empresarial vem sendo discutida por historiadores e empresas com algumas semelhanças, mas muitas divergências quanto às expectativas, finalidades e aos alicerces do campo. Essas diferenças se traduziram em inúmeras publicações, de cunho acadêmico ou não. Dada a ausência de estudos correlatos, este artigo não propõe uma análise exaustiva de toda essa literatura. Neste espaço, como forma de introdução aos objetos em questão, propõe-se descrever alguns projetos paradigmáticos da história empresarial sob contrato no Brasil, a fim de compor-se uma hipótese de enquadramento historiográfico a essas publicações.

Alexandrino Garcia: perfil de um pioneiro foi publicado em 2002 pelo Museu da Pessoa, a pedido do Grupo Algar, um conglomerado de empresas com raízes no agronegócio, mas atuante em esferas que vão da gestão empresarial ao entretenimento.

Seguindo parâmetros baseados na história oral, o projeto teve como fontes depoimentos de funcionários, familiares e conhecidos de Alexandrino Garcia, fundador da Algar. Desses critérios, produziu-se um livro que é uma organização cronológica de fragmentos de depoimentos, compondo um perfil de Garcia segundo as fontes.⁵

A narrativa exalta constantemente a figura de Garcia, utilizando-se de diferentes depoentes para tal. Desde a primeira página, que conta com depoimentos do irmão mais novo do fundador, traça-se o perfil de um jovem pobre, porém trabalhador, persistente e respeitoso, que iniciou a sua carreira de sucesso vindo de baixo. “Alexandrino estava começando a vida dele numa luta danada”, traz um depoimento (CERQUEIRA, 2002, p. 16); “à primeira vista, eu já vi nele uma pessoa diferente. Além disso, ele se entregava ao trabalho”, relata outro depoente (CERQUEIRA, 2002, p. 52); “eu gostava muito dele, toda vida gostei, não tenho nada a reclamar do Sr. Alexandrino”, diz um terceiro (CERQUEIRA, 2002, p. 58). Os títulos dos capítulos, que contam com “O estilo é o homem”, “O líder e a crise” e “Descanso de um guerreiro”, colaboram com a proposta de se narrar Alexandrino Garcia como uma figura grandiosa, digna de admiração e respeito.

“A história de Sebastião Camargo mostra-nos que vencer é possível, mesmo quando a vida nos coloca diante de situações adversas”, comenta a introdução de *Sebastião, empreendedor* (2009) sobre o fundador da Construtora Camargo Corrêa, para concluir que, “para isso, é preciso ter sonhos, coragem, ousadia, determinação, disciplina e muito trabalho. Não basta saber aproveitar as oportunidades que surgem – é preciso criá-las” (CERQUEIRA, 2009, p. 8). Nesse sentido, o texto do jornalista Luiz de Cerqueira descreve no decorrer do livro um pioneiro do sucesso empresarial, que lutou desde o princípio – “no início de sua vida, tudo parecia conspirar contra” – para alcançar o sucesso, tornando-se a imagem de “um verdadeiro empreendedor”.

Outra obra do Museu da Pessoa, sob o contrato do Grupo Votorantim – *Votorantim, 85 anos – uma história de vida e trabalho* –, segue um padrão semelhante. Mesmo tratando de José Ermínio de Moraes, que não era pobre e até estudou engenharia fora do país, conduz-se a mesma narrativa de esforço e conquista em meio à adversidade: “Cavalgando em lombo de cavalo e convivendo com o flagelo da lepra, que se disseminava no interior do Estado, mapeou detalhadamente as riquezas minerais da região e ali descobriu as potencialidades do subsolo brasileiro” (INSTITUTO MUSEU DA PESSOA, 2003, p. 22). Ainda, o livro confere ao biografado

⁵ Vale reforçar que a ausência de uma narrativa externa não descaracteriza o teor autoral do livro. A escolha dos entrevistados, a decupagem dos depoimentos e a nomeação de capítulos, por exemplo, são matérias de uma narrativa historiográfica (LOZANO, 2006).

um papel relevante na história nacional, cuidando do país para além de seus negócios: “Confiante nos resultados do trabalho e convicto de que este era o caminho que o Brasil precisava seguir, José Ermírio nunca mediu esforços para melhorar a eficiência de suas Empresas e de seus empregados” (INSTITUTO MUSEU DA PESSOA, 2003, p. 25). O zelo patriótico é marca presente em outras narrativas, como em *Educar para o futuro – Fundação Bradesco 50 anos 1956-2006*, contratado pela instituição filantrópica do Banco Bradesco. Tratando de Amador Aguiar, principal líder do Bradesco, a historiadora Cláudia Fonseca (2006, p. 24) se refere à criação da Fundação Bradesco constatando que “estava, assim, selada a promessa que Amador Aguiar fizera a si próprio, anos antes, quando pensara em cuidar, junto com a sua esposa, de crianças e comunidades pobres por todo o Brasil”.

As publicações do Museu da Pessoa, organização associada à Aberje e uma das preferidas das empresas para serviços de história, são excelentes materiais de análise para o diagnóstico da história empresarial sob contrato no Brasil. Com estrutura para gravação de entrevistas, transcrição e armazenamento de depoimentos e uma equipe especializada de editores e redatores, as empresas adquirem uma narrativa histórica segura, com o bônus da metodologia da história oral.⁶ A retórica progressista e democrática desse campo dilui em diversos depoimentos a narrativa querida pela empresa, produzindo-se um discurso de aparência isenta e baseado em fontes diversificadas (cf. THOMPSON, 2006). Como disse Antonio Carlos Saliba, presidente da Janssen-Cilag, explicando a opção pela história oral resultante no livro *Farma: uma constante construção* (1996): “A História de uma empresa pode ser registrada de várias formas. Nós escolhemos a mais difícil, mas certamente muito rica: a história a partir da narração das pessoas envolvidas em sua construção” (*apud* WORCMAN, 2004, p. 25). No entanto, retomando-se os procedimentos expressos pelo próprio museu, a narrativa desses livros é a das empresas contratantes e deve seguir seus interesses:

Para construir projetos que façam sentido nas instituições, comunidades ou grupos, é importante começar discutindo o âmbito, as intenções e o sentido do projeto com o grupo envolvido. Que história o grupo quer contar? O grupo ou a pessoa que produz a história é, em realidade, o “autor” que transforma “registros da memória” em narrativa (WORCMAN; PEREIRA, 2005, p. 205).

Com isso em vista, como interpretar a reincidência do personagem empresário-empreendedor nas obras desse meio? Segundo Michel de Certeau

⁶ Para um estudo de caso sobre a relação entre história oral e história empresarial – com ênfase no Museu da Pessoa –, ver MARINO, 2021.

(2000, p. 107), a narrativa histórica possui, de certo modo, um caráter pedagógico, vinculado ao seu sentido autolegitimador:

Pela sua narratividade, ela fornece à morte uma representação que, instalando, a falta na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia. Mas, por sua performatividade preenche a lacuna que ela representa, utiliza este lugar para impor um querer, um saber e uma lição ao destinatário.

A narrativa de líderes empresariais caminha nessa direção, já que as suas mortes consagraram trajetórias de vida entendidas como exemplares. A “lição ao destinatário” é o protocolo do empreendedorismo: o esforço, o mérito e o sucesso na vida privada. Assim, a história do passado das empresas possui a função didática de fornecer recursos para o sucesso de outras empresas, no presente e no futuro – ainda que em caráter mais genérico e atitudinal do que técnico e administrativo.

A compreensão da história como lição não é inédita. “Ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”, comenta Reinhart Koselleck (2006, p. 42), referindo-se à chamada *historia magistra vitae*. Com raízes na Antiguidade Clássica, a “história mestra da vida” cultivou um tipo de narrativa cuja percepção temporal observava a história como objeto de apreensão. O futuro representaria um espelho cujo horizonte de ações refletiria o passado, tornando-se, portanto, necessário o aprendizado. Como explica Arnaldo Momigliano (2004, p. 38), “a história relatada tem sempre que prover um exemplo, constituir uma lição, servir de referência para os desenvolvimentos futuros dos negócios humanos”.

Ora, a recorrente narrativa da trajetória vitoriosa dos empreendedores não possui esse sentido exemplar? Não se trata de uma reminiscência da “compreensão prévia das possibilidades humanas em um continuum histórico de validade geral”, como definiu Koselleck (2006, p. 43)? Márcio Polidoro, Diretor de Comunicação Empresarial da Construtora Norberto Odebrecht, fala de um “papel de educador” (2010, p. 332) requerido aos profissionais de comunicação da empresa – lembrando que os projetos históricos encontram-se frequentemente sob a tutela desse departamento. Não seria um acaso, portanto, a “perspectiva pedagógica” (POLIDORO, 2010, p. 325) de histórias como *Missão na selva: a aventura brasileira de Emil Odebrecht* (2003) e *Odebrecht 60 anos: uma história a serviço do futuro* (2004), bem como dos outros títulos previamente discutidos.

Segundo o escritor de histórias empresariais Jacques Marcovitch (2006, p. 288), era preciso apresentar “uma visão de futuro inspirada nos pioneiros do empreendedorismo” a fim de “animar o esforço daqueles que buscam mudanças estruturais e soluções para os problemas mais dramáticos e ainda persistentes”. A biografia dos empreendedores, assim, presta-se “ao discurso das virtudes”, servindo “de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras”, como comenta Dosse (2015, p. 123), ao que conclui: “o gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é a reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se”. Desse modo, é possível identificar traços de antigas tradições biográficas na configuração contemporânea da história empresarial sob contrato, como o panegírico. Embora ramificado pelo mundo de forma fluida e metamórfica, o gênero de raízes na Antiguidade Clássica se assenta no sentido pedagógico que o elogio do protagonista permite concretizar (GOULD, 2015). Assim, ecoam nas biografias contemporâneas de empreendedores traços de Plutarco, de modo que o sentido “biográfico-moralista” (ZIEGLER, 2009, p. 33) que na Antiguidade cuidava “da virtude e da educação do governante” (ZIEGLER, 2009, p. 41), hoje se direciona à formação de empresários de sucesso.

Essas aproximações, porém, devem ser feitas com cautela, seguindo a percepção de Sabina Loriga (2011, p. 18):

Atestada desde a Antiguidade, a biografia é, desde a origem, um gênero híbrido e compósito. Equilibrando-se sempre entre a verdade histórica e a verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo – quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo. É, portanto, difícil estabelecer regras gerais.

É inviável qualificar a narrativa dos empresários brasileiros do século XXI como puramente plutarquiana ou mestra da vida. No entanto, justamente pela metamórfica condição biográfica, deve-se notar que há reminiscências de tradições das escritas histórica e literária que se manifestam no tempo em diferentes modalidades narrativas.

A história empresarial sob contrato, recheando de louvores os empreendedores, não se apresenta como uma experiência historiográfica inédita, portanto.

Isso não significa uma imediata frustração ou inconsistência dos autores a cargo de tais obras. Parte da argumentação em defesa da história empresarial sob contrato deriva de um realinhamento de uma deontologia da história a caminho da utilidade:

Nesse subcontinente historiográfico se esboçaria a ideia de uma legitimidade que não estaria mais fundada em primeiro lugar na objetividade e no amor pela verdade. Em certo sentido, prescrever um remédio social com sucesso se tornaria mais pertinente do que descrever ou interpretar com exatidão (DUMOULIN, 2017, p. 115).

É esse o sentido assumido pelo Museu da Pessoa quando atesta o interesse dos contratantes como vetor principal de seus projetos empresariais, e não necessariamente parâmetros historiográficos disciplinados. As histórias empresariais sob contrato, assim, seriam parte de uma “historiografia orientada pelos negócios ou pelo mercado”, como qualificou Jurandir Malerba (2014, p. 32) ou se aproximariam da “historiografia comercial” indicada por Rodrigo Oliveira (2020, p. 65). No limite, é possível refletir sobre a hipótese de Dumoulin (2017, p. 99), já que se trata de um produto marcado por um teor pedagógico de olhos no futuro: “No fim das contas, depois do historiador que ressuscita, segundo Michelet, e do historiador coveiro, segundo Michel de Certeau, viria o tempo do historiador demiurgo que pela leitura do passado fabrica o futuro?”.

A empresa na história

Lacta 100 anos, muito prazer, publicado em 2012 pela editora Grifo, difere, em alguma medida, dos exemplos discutidos anteriormente. Ricardo Prado, autor do livro contratado pela Lacta, uma das principais fabricantes de chocolates do país, tece uma narrativa que não pretende, primordialmente, construir uma imagem dos fundadores como empreendedores pioneiros e admiráveis. Há interesse, por exemplo, em contextualizar a produção e os usos do chocolate e do cacau, desde a narrativa cronológica até os significados simbólicos do doce, em diferentes cenários.

A abordagem é menos personalista do que a dos exemplos anteriores – ainda que sejam destacados os protagonistas da construção institucional da empresa.

O livro conduz uma narrativa linear atenta aos principais marcos institucionais – lançamento de produtos, campanhas publicitárias e mudanças na direção –, sempre buscando descrever o cenário político, econômico e cultural. “O chocolate chegou ao Brasil por meio do café, ou melhor, da riqueza gerada por ele”, situa Prado (2012, p. 35) antes mesmo de mencionar a Lacta, para seguir: “como vimos no capítulo anterior, o chocolate, o chá e o café foram três bebidas exóticas que a partir do século 16 se

propagaram pelas mais importantes cidades europeias, dividindo paladares e opiniões”. Mais adiante, situando o cenário de fundação da Lacta, escreve-se:

São Paulo vivia um momento econômico de expansão, se beneficiando de uma alteração na distribuição dos impostos decorrentes da Constituição de 1891, que deu aos estados o direito de reter os impostos incidentes sobre as exportações, enquanto o governo federal usufruía dos impostos sobre as importações (PRADO, 2012, p. 56).

A preocupação em situar historicamente a trajetória empresarial também ocorre no livro de Regina Moreira, historiadora do Cpdoc-FGV, *CSN, um sonho feito de aço e ousadia*. Tratando da fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, a autora preza por uma narrativa atenta aos debates políticos do Estado e do nacional-desenvolvimentismo, na intenção de situar e compreender, por exemplo, a escolha pela siderurgia e seu caráter estatal. Moreira não idealiza Getúlio Vargas, reconhecendo o autoritarismo do Estado Novo e enfatizando a ingerência das Forças Armadas nos assuntos públicos. As relações exteriores e os dilemas da Segunda Guerra Mundial também são lembrados, de modo que o financiamento e a construção da CSN não são descritos em termos biográficos, mas compreendidos estruturalmente dentro de um cenário histórico mais amplo. Assim como a Lacta de Prado, a CSN de Moreira não está descolada do processo histórico por qualidades individuais ou empreendedoras supostamente propulsoras da ascensão da empresa.

Na verdade, mesmo as narrativas empresariais mais fortemente personalistas possuem esse traço contextualista, ainda que de forma mais amena. *Educar para o futuro*, por exemplo, realiza essa operação sempre que narra a inauguração de alguma escola da Fundação Bradesco: retoma-se brevemente a trajetória da cidade em questão, de modo a situar historicamente aquele evento particular. No início de cada capítulo, há sempre referências históricas do cenário nacional ou global, colorindo a experiência particular da Fundação. Com essas operações, busca-se sofisticar as narrativas empresariais, mostrando que elas respondem, interagem e influenciam um cenário histórico maior do que as suas experiências particulares encerram. O crescimento da instituição, assim, navega – mesmo que à frente – nas águas da história política, econômica e cultural do país e do mundo. O sucesso de vendas de chocolates da Lacta não é um objeto isolado, mas responde a um contexto, assim como a siderurgia ou as escolas do Bradesco, que também se explicam em suas devidas historicidades.

Assim, curiosamente, ao lado da manifestação de traços de antigas tradições da escrita da história, como o biografismo panegírico e a *historia magistra vitae*, cultiva-se a noção da história como um conceito imaginado moderno, em um emaranhado epistemológico repleto de tensões. Conforme Koselleck (2019, p. 119), o processo de firmamento conceitual da história, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, deu-se “na criação de um coletivo singular, que reúne a soma das histórias individuais em um conceito comum”. No movimento autorreflexivo da particularização da “história”, a diversidade de narrativas e de experiências históricas individuais se conformou em um só conceito, que daria um sentido universalizante (coletivo) às trajetórias individuais (singulares).

Nota-se que as narrativas empresariais procuram enquadrar as trajetórias institucionais singulares em um cenário coletivo – a história das cidades, da nação, da política, da economia, da cultura. Por um lado, esse movimento é uma indicação da permanência – ou, ao menos, da busca – de uma tradição epistemológica moderna que entende que “todas as Histórias individuais passaram, desde então, a se localizar numa relação complexa cujo efeito é peculiar e autônomo” (KOSELLECK, 2019, p. 127). Por outro, o esforço de concretizar essa operação é superficial, não indo além dos inícios de capítulos e da apresentação padronizada do “contexto histórico”, focado em grandes acontecimentos apresentados de forma laudatória.

Conforme se avança na leitura dos textos, a busca pela universalização do discurso parece mais protocolar do que francamente interessada na compreensão do lugar histórico das instituições contratantes. Assim, mais do que um compromisso conceitual, parece ser uma tentativa “oferecer ao público narrativas de orientação histórica”, como identificou Oliveira (2020, p. 66) acerca de histórias de sucesso comercial produzidas fora da academia. A contextualização das empresas, assim, compõe um “esforço de síntese” com o qual, segundo Oliveira (2020, p. 79), se “promete explicações totalizantes capazes de orientar homens e mulheres no tempo histórico”, projetando boa aceitação pelo público leitor.

O traço marcante de todas essas obras, no final das contas, é mais o elogio, mesmo que sutil, às empresas – como bem resumem os títulos dos trabalhos: o duplo sentido de “muito prazer” no livro de Prado enaltece os produtos da Lacta, enquanto adoça a experiência de leitura da história da empresa. “Um sonho feito de aço e ousadia” idealiza o processo de construção da CSN como a materialização de um sonho. A narrativa dos anos iniciais da Lacta, apesar do esboço de enquadramento coletivo singular, não resiste à qualificação de “uma fase heroica” (PRADO, 2012, p. 59). Embora o livro não se entregue ao elogio cego ao empresário, Assis Chateaubriand é qualificado

como “dinâmico”, “desbravador” e de “espírito inquieto” (PRADO, 2012, p. 62-64). A seção final do livro, “Chocolate: muito prazer”, abandona de vez a tendência histórica crítica e interpretativa, tornando-se praticamente uma peça de marketing, que exalta o “pioneirismo” e o “trabalho de sedução” do “centenário de invenções” da empresa (PRADO, 2012, p. 153).

O livro de Moreira é mais sutil em sua simpatia à empresa, ainda que ela ocorra por uma mudança na forma de uso da história oral. Sobre o processo de privatização da CSN, em 1993, o texto da autora se torna mais ausente, dando prevalência à participação dos depoimentos – notadamente mais descritivos do que interpretativos, em contraposição ao papel exercido pela narrativa no todo da obra. Com isso, a historiadora se retira de cena, tornando-se mais uma organizadora das suas fontes do que uma narradora em interlocução com elas. Não há nessas passagens o esforço crítico que houve, por exemplo, na descrição do cenário da fundação da empresa – quando a autora interveio nos depoimentos para situar o cenário da Era Vargas ou da Segunda Guerra Mundial. Como resultado, o livro ameniza a interpretação crítica em um momento peculiar da narrativa: justamente no da aquisição da CSN pelos atuais proprietários da empresa e efetivos financiadores do projeto (MOREIRA, 2000, p. 154-159).

A vinculação das trajetórias institucionais particulares ao cenário histórico mais amplo soma aos elementos de antigas tradições da escrita da história traços de fundamentos modernos da disciplina. A reincidência dessa combinação aparentemente contraditória, por conveniência ou pela busca de síntese de orientação histórica, permite levantar a hipótese de que essas narrativas espelham e esboçam determinadas “virtudes epistêmicas”, como discutido por João Ohara (2016) e Herman Paul (2012): embora parcialmente investida na ideia de incorporar na utilidade social seu valor legitimador, a história empresarial sob contrato não diverge completamente dos parâmetros epistemológicos da história disciplinada. A capacidade de temporalização das trajetórias empresariais particulares, tidas como elementos pulsantes de uma história maior do que elas, não seria um dos diferenciais de um projeto historiográfico para a empresa contratante? A empreitada de síntese, contextualização ou emulação da história como um coletivo singular configura, então, uma virtude disciplinar buscada constantemente pela história empresarial, mesmo que sem tanta profundidade.

História sob encomenda

Os exemplos citados, embora não encerrem a vasta literatura recente, ilustram os dilemas de uma cena editorial que pode ser apreendida como gênero historiográfico pelas operações recorrentes realizadas ao fundo. Se não abertamente elogiosas, as

narrativas desse estrato parecem ser, ao menos, simpáticas aos seus respectivos financiadores. Ainda que haja variações nos métodos e abordagens entre as obras, o esforço para a realização dessas operações soa estrategicamente retórico se comparado ao comprometimento com os intuitos discursivos queridos pelas respectivas instituições contratantes. Na história empresarial sob contrato, o que vale é a entrega do produto, o cumprimento da expectativa do cliente. Por conta disso, propõe-se que o uso da categoria “história sob encomenda” é mais preciso do que a aparente neutralidade da designação “sob contrato”, na medida em que tendem a prevalecer tópicos narrativos coincidentes com os anseios dos clientes dos projetos.

A história sob encomenda produz-se predominantemente fora da academia, o que acarreta problematizar os parâmetros epistemológicos que a inspiram e compõem. Compreender o teor historiográfico dessas narrativas envolve discutir qual o lugar do historiador e da academia enquanto moduladores de conhecimento histórico disciplinado no cenário em questão. Como constatou Valdeci Araujo (2017, p. 204), “desde o XIX, pelo menos, que a história disciplinar teve de disputar e conviver com inúmeras outras fontes de história”. À medida que ocorreu o processo de disciplinarização, a reivindicação de uma “história profissional” moderna debelou-se de princípios antigos. No entanto, como comenta Stefan Berger (2012), estabeleceu-se uma tensão em relação a narrativas que provinham de lugares diferentes do meio disciplinado, que seguiam outros parâmetros, visavam a outro público, mas se mantinham fixadas ao nome “história”. A persistência das muitas modalidades da chamada “história popular” frustrou historiadores profissionais desde o princípio, sendo comum a acusação de amadorismo aos autores desse meio, qualificados como rasos, imprecisos, metodologicamente inconsistentes e até imorais. Houve continuidade de traços norteadores da *historia magistra vitae*, por exemplo, no meio da história popular, em geral produzida e lida fora da academia, assim como de muitas outras práticas que se encaminharam ao ostracismo no meio historiográfico disciplinado. Nesse sentido, o biografismo pedagógico do empreendedor, típico da história empresarial no Brasil do século XXI, se enquadra em um problema historiográfico mais amplo e antigo.

Tem sido cada vez mais comum que historiadores brasileiros expressem incômodo com a forma como o cenário contemporâneo apresenta tensões e entraves à profissão e ao lugar da história na sociedade. Fernando Nicolazzi (2018, p. 21) chamou a atenção para uma “crise política e cultural contemporânea”; Telles da Silveira (2020) atentou para os problemas do “historiador com CNPJ”, aludindo tanto à crise empregatícia no ensino e na pesquisa quanto à incompatibilidade da estrutura curricular dos cursos de história com as demandas atuais; Rodrigo Turin (2018, p. 187) comentou que “considera-se hoje como algo concreto um possível ‘fim da história’, não no sentido que

Ihe deu Fukuyama, no início dos anos 1990, mas antes no sentido disciplinar e, com isso, também, um conseqüente “fim dos historiadores”; Marcelo Téó (2018) nomeou de “desequilíbrio de histórias” o cenário crítico em que a historiografia disciplinar se encontra, clamando por novos esforços para a construção de uma história pública.

Esses são apenas alguns exemplos que, recentemente, expressaram interpretações e propostas de atuação que, embora particulares, dialogam entre si. Em certo sentido, o diagnóstico da história sob encomenda concatena com o panorama descrito por esses autores. Ao observar não somente as operações de fundo e o resultado das narrativas históricas empresariais, mas o profissional que trabalha sob contrato, percebem-se sinais de uma realidade de pesquisa muito diferente daquela em que se configuram, usualmente, os preceitos do fazer historiográfico acadêmico.

É possível dizer que há um fio condutor que perpassa os elementos constitutivos do cenário da história sob encomenda e ajuda a entendê-la em perspectiva com o cenário de incertezas detectado por esses autores. O chamado neoliberalismo, com todas as suas facetas, está emaranhado com a crise de empregos acadêmicos (SHUMWAY, 2017), que, a partir dos anos 1970, compôs um dos principais impulsos à história pública – utilizando as empresas como objetos de estudo. Se as empresas se viram compelidas a reinventarem as suas fórmulas gerenciais por ocasião do incremento concorrencial e da reconfiguração das relações trabalhistas, isso foi por conta tanto das medidas macroeconômicas quanto da ascensão da “governamentalidade” neoliberal, identificada inicialmente por Michel Foucault (2008). Do mesmo fenômeno é que se criaram as condições para a consolidação de narrativas historiográficas paralelas às acadêmicas, feitas sob encomenda por organizações ou historiadores especializados, criando um verdadeiro campo de atuação profissional.

De início, a própria defesa da história empresarial, por autores identificados com a história pública, já enuncia traços da “racionalidade neoliberal” – entendida nos termos de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) –, a começar pelo léxico que compõe seus argumentos. Richard Forman (1981) enalteceu como as habilidades dos historiadores poderiam ser úteis às empresas, além de ressaltar a importância da autocritica para serem mais bem aceitos nesse mercado; Terence O’Donnell (1982, p. 66, tradução nossa) defendeu o esforço na promoção e na venda da história às empresas – “a história é útil e deve ser vendida”. Argumentos como esses possuem preocupação legítima de propor novas formas de inserção profissional e de significado social para a atuação dos historiadores. No entanto, o sintagma desse campo argumentativo emana termos até então estranhos à pesquisa histórica, tradicionalmente mais familiares aos ambientes do mercado e das empresas. É a história que deve ser útil e vendida;

a história “observada como um produto, resultado do processo de produção” (SANTOS, 2014, p. 65); os procedimentos “centrados no empregador ou no cliente” (SHOPES, 2016, p. 75); o historiador “no papel de produtor” e o público no “papel de consumidor” (FRISCH, 2016, p. 59).

O mercado editorial da história empresarial não é a única frente de atuação que historiadores têm ocupado fora da universidade. Para além de diversas formas de se fazer, ler, assistir e ouvir histórias em veículos de comunicação, museus e múltiplas mídias digitais, há um mercado, de consultorias a palestras, que se abriu a historiadores no setor privado. Estendendo o olhar para esses postos, Téo (2018, p. 377) defendeu que os currículos de história incorporassem “princípios de marketing, gestão, técnicas de design, noções aprofundadas de mídias sociais, tendências em tecnologia e, sobretudo, metodologias de resolução de problemas complexos”, assim “integrando o mercado de conteúdo de forma ativa”. A esse mercado, “os ‘fornecedores espertos’ perceberam a insatisfação geral com os estudos monográficos e aproveitaram a oportunidade para produzir um tipo de conhecimento que atendessem às demandas do grande público”, conforme Oliveira (2020, p. 76). Entretanto, já se argumentou que, frequentemente, emergiu daí uma “história ordinária”, segundo Sônia Meneses (2019, p. 68), ou até “uma história muito ruim”, como qualificou Malerba (2014, p. 32) em diálogo com Roy Rosenzweig. Como concluiu Nicolazzi (2018, p. 31) acerca da atuação de historiadores frente a audiências contratantes, “o historiador público, enquanto conselheiro (disciplinar ou motivacional), está não apenas oferecendo sábios conselhos, mas também entregando um produto (seja ele remunerado ou não)”. Nesse sentido, pode ser valioso refletir sobre a severa conclusão de Dumoulin (2017, p. 88), de que “toda uma seção da *public history* é na verdade uma *private history* a serviço de instituições públicas ou de empresas privadas que trabalham com objetivos particulares sem relação com as metas da objetividade desinteressada”.

A manifestação de vocábulos do mercado na retórica argumentativa de historiadores não desqualifica e nem desonra de imediato critérios disciplinares previamente estabelecidos. Entretanto, a persistência desses termos enuncia a presença do capital privado na escrita da história em uma dimensão inédita, e isso gera ao menos dois desdobramentos. Em primeiro lugar, perde espaço a dimensão crítica, teórica e metodológica, que costuma ter um lugar importante na historiografia acadêmica – já que a expectativa de entrega de um produto histórico que agrada às expectativas do cliente-financiador cerceia a relativa independência da pesquisa acadêmica.⁷ Assim, em

⁷ Ainda que não se deva idealizar a produção acadêmica como isenta de pressões ou expectativas. A oposição binária entre academia e não academia é problemática, como constatou Araujo (2017), pois reforça o isolamento dos historiadores e pouco contribui com o aprimoramento da sua atuação na sociedade.

segundo lugar, a empiria da crítica documental, que sustenta a prática historiográfica e define uma deontologia do campo, sujeita-se a certos limites, impostos por um enredo predefinido pelas diretrizes constitutivas do gênero.

Atentando às empresas, por outro lado, é possível compreender que os elementos desse enredo compõem uma história alinhada às suas expectativas. Os perfis biográficos elogiosos aos empresários contracenam com os parâmetros liberais que antecedem e possibilitam a aproximação entre historiadores e empresários. O “projeto de ser humano” empreendedor, conforme argumentou Eric Godelier (2007, p. 8), tem um efeito interno na empresa, na medida em que enseja aos demais funcionários uma inspiração e respeito pelos seus superiores, mas também fora dela, emoldurando os feitos heroicos daqueles que venceram na vida pela perseverança e pelo mérito individual. Estabelece-se a poderosa retórica pedagógica do mito do *self-made man*, identificada por James Catano (1990, p. 424), pois se consagram na narrativa elementos constitutivos de um tipo ideal – “a mais alta forma do desenvolvimento individual”. No final das contas, o resultado interessa à empresa em diversos níveis: “na política, o mito serve para enunciar os ideais de progresso democrático e individualidade, enquanto no nível econômico, ele ajuda a mascarar a incômoda presença do poder corporativo” (CATANO, 1990, p. 421, tradução nossa).

Em outras palavras, o paradigma magisterial da história sob encomenda alimenta o discurso capitalista em um viés de autolegitimação de duplo efeito: por um lado, legitima-se enquanto narrativa, como qualquer discurso historiográfico que engendra contornos de verossimilhança em seu roteiro – em particular nas modalidades de história popular, como discutiu Jerome de Groot (2012); por outro, legitima o lugar social da organização contratante, ou seja, o capitalismo. Na história sob encomenda, forma e conteúdo harmonizam entre si, combinando múltiplas vozes e tradições historiográficas em um sentido coincidente de efeito político.

Outros fatores ajudam a entender a dificuldade – e até a inviabilidade – de uma história sob encomenda de teor crítico. A começar pelo ímpeto da pesquisa, é difícil imaginar um caso em que uma empresa busque financiar uma obra que projete criticá-la e que potencialmente mine seu potencial lucrativo. Ademais, trabalhando sob contrato, lida-se com uma rotina de expectativa de resultados em que é comum o temor pela interferência ou até pela suspensão do projeto, acarretando impulsos recriminatórios que nem sempre vêm diretamente da empresa. Antevendo-se a possíveis conflitos, é frequente que o historiador – empresário de si, nos termos de Foucault – opere uma espécie de autocensura, temeroso da perda de seu financiamento, como lembrou Hubert Bonin (1987). Segundo Nicolazzi (2018, p. 31), observa-se “o profissionalismo de um

ator social que deve se fazer cada vez mais flexível num mercado de trabalho que é, em sua dinâmica própria, um espaço de competição e de concorrência onde (supostamente) apenas os mais aptos têm condições (ou méritos) de ser bem-sucedidos". Aprofundando esse sentido, Telles da Silveira (2020) chamou a atenção para os traços psicológicos de ansiedade ou depressão que os profissionais neoliberais podem desenvolver.

Não obstante, entender o historiador como um sujeito neoliberal não pode decorrer na culpabilização simplista de que ele estaria cultivando ostensivamente princípios liberais, como um agente ativo da propagação capitalista. A situação é mais complexa e envolve compreender que a configuração neoliberal manifesta uma dialética entre a ação e a reação, de modo que, mais precisamente, a história e os historiadores enquadram-se em um processo de "dupla pressão", como resumiu Turin (2018, p. 188):

Seja de fora, movida pelas novas políticas de gerenciamento público e suas linguagens, como "excelência", "produtividade", "impacto"; seja de dentro, a partir de um trabalho de reorganização de seus objetos e de fronteiras disciplinares, avançando novas linguagens teóricas de legitimação e também, novas finalidades e habilidades em sua formação.

Por esses motivos, é notável que mesmo as obras mais interessadas em não reproduzir narrativas abertamente elogiosas, trabalhando sob modernos preceitos teóricos e metodológicos – o coletivo singular e a história oral, por exemplo –, recaiam em produtos utilitários à organização contratante. Se há nuances que dão certa margem para diferentes modalidades narrativas – a escrita laudatória rasa não é regra geral –, a história sob encomenda limita esses recursos a fronteiras bem definidas. Assim, com o já mencionado intuito de rearticulação da cadeia de valores da história no sentido da utilidade, pretendido por alguns historiadores empresariais, a história almejada pelas empresas tende a se impor sobre quaisquer interesses dos autores – historiadores ou não – que se desviem dos desejos dos financiadores.

Por fim, é proveitoso retomar, como reflexão conclusiva, o questionamento de Paul (2011), que tratou o fazer historiográfico como uma "performance": determinados parâmetros procedimentais de uma obra de valor se configurariam como virtudes que modulariam o quadro normativo do trabalho do historiador. Ora, se a perspectiva de enquadramento profissional contemporânea é escassa e o mercado de histórias empresariais já delineia figurações operacionais de preferência, com quanta independência e autonomia o historiador ingressante nesse meio poderia transitar pela hierarquia de virtudes e normas procedimentais inquiridas por esse gênero? A história sob encomenda já não possui uma performance ideal mais ou menos bem delineada?

Considerações finais

A ascensão da história empresarial ocorreu em meio ao interesse de historiadores e empresas em explorar com maior afinco as possibilidades do campo. De um lado, historiadores almejavam uma história em que a empresa seria um novo objeto de estudo, atrativo por diversas possibilidades: o acesso, a crítica e a publicização de fontes de arquivos privados, a construção de uma história pública socialmente significativa e de acervos orais de livre acesso, e a possibilidade de colocação empregatícia em cenários de escassez – mesmo que isso significasse realinhar alguns fundamentos da área a um sentido mais utilitário. Do outro, as empresas esperavam uma história conveniente, que complementasse os seus esforços produtivos sob a ótica de um “novo gerencialismo estratégico” (CHAMAYOU, 2020), principalmente na construção de narrativas históricas que cultivassem uma imagem positiva, para fins de estabilidade interna e comercial.

Buscando desvendar a trajetória e os frutos decorrentes desse processo, propuseram-se questões que figuram como uma hipótese historiográfica. Dada a ausência de estudos de profundidade e envergadura sobre o tema no Brasil, é precipitado pautar essas impressões como regras gerais. Entretanto, com base na breve análise dos casos apresentados, há condições para que se avalie que, na história sob encomenda, há importantes indícios e problemas. Construindo-se sob um emaranhado de muitas vozes historiográficas, narrativas encomendadas por empresas vêm consolidando um gênero específico no país, no qual o interesse capitalista das empresas se vê bem contemplado. Assim, é possível discutir o lugar do historiador no cenário contemporâneo: imersos no jogo de concorrência e individualismo neoliberal, anseios importantes como os da história pública se veem diante de consideráveis desafios e percalços. À medida que o mercado editorial empresarial consolida parâmetros teóricos e abordagens narrativas específicas, precarizam-se os meios de realização de narrativas críticas e inovadoras nesses espaços. Trata-se de apenas algumas questões problemáticas que uma breve observação do cenário da história sob encomenda no Brasil permite identificar. Com efeito, ainda há mais a ser explorado.

REFERÊNCIAS

ABERJE. **A História e Memória Empresarial nas Organizações no Brasil**. São Paulo: Aberje, 2020

- ALBERTI, Verena. **Vender história?** A posição do CPDOC no mercado das memórias. Cpdoc-FGV, 1996. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/870.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.
- ALMEIDA, Juniele; ROVAI, Marta (org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ARAUJO, Valdei. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; OLIVEIRA, Rodrigo (org.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 191-216.
- BERGER, Stefan. Professional and popular historians: 1800 – 1900 – 2000. In: KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (org.). **Popular History Now and Then: International perspectives**. Bielefeld: Transcript, 2012. p. 13-30.
- BONIN, Hubert. L'historien mercenaire. "Business history" et déontologie. Vingtième Siècle: Revue d'histoire, Paris, n. 13, p. 115-118, 1987.
- CASTANEDA, Christian. Writing Contract Business History. **The Public Historian**, Santa Barbara, v. 21, n. 1, p. 11-29, Winter, 1999.
- CASTRO, Moacir Werneck de. **Missão na selva: a aventura brasileira de Emil Odebrecht**. Rio de Janeiro: Versal, 2003.
- CATANO, James. The Rhetoric of Masculinity: Origins, Institutions, and the Myth of the Self-Made Man. **College English**, Atlanta, v. 52, n. 4, p. 421-436, 1990.
- CERQUEIRA, Luiz Egypto de (ed.). **Alexandrino Garcia: perfil de um pioneiro**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.
- CERQUEIRA, Luiz Egypto de. **Sebastião, empreendedor**. São Paulo: Instituto Museu da Pessoa. Net, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu, 2020.
- CHANDLER, Alfred. **The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003.

- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2015.
- DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 19-31, 1998.
- FONSECA, Cláudia. **Educar para o futuro**: Fundação Bradesco 50 anos – 1956-2006. São Paulo: Museu da Pessoa, 2006.
- FORMAN, Richard. History inside Business. **The Public Historian**, Santa Barbara, v. 3, n. 3, p. 40-61, Summer, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70.
- GODELIER, Eric. 'Do You Have a Garage?' Discussion of Some Myths about Entrepreneurship. **Business and Economic History Online**. The Business History Conference, 2007.
- GONÇALVES, Caroline; SAES, Alexandre M. Surgimento e desenvolvimento da Business History: da História de Empresas à História de Negócios. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, XII, 2017, Niterói. **Anais[...]**. Niterói: ABPHE, 2017.
- GOULD, Rebecca. The Much-Maligned Panegyric: Toward a Political Poetics of Premodern Literary Form. **Comparative Literature Studies**, University Park, v. 52, n. 2, p. 254-288, 2015.
- GROOT, Jerome de. Afterword: Past, Present, Future. *In*: KORTE, Barbara; PALETSCHEK, Sylvia (org.). **Popular History Now and Then**. International perspectives. Bielefeld: Transcript, 2012. p. 281-196.
- INSTITUTO MUSEU DA PESSOA. **Votorantim 85 anos**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2003.
- JONES, Geoffrey. Debating methodology in business history. **The Business History Review**, Cambridge, v. 91, p. 443-455, Fall, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Apresentação. *In:* LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 11-16.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x:** da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOZANO, Jorge Eduardo A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 15-26.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia:** International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>. Acesso em: 21 out. 2021.

MARCOVITCH, Jacques. **Pioneiros e Empreendedores:** a saga do desenvolvimento no Brasil. V. 1. São Paulo: Edusp; Saraiva. 2006.

MARINO, Ian Kisil. História oral e empresas: reflexões a partir do Museu da Pessoa. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 255-272, 2021.

MEIHY, José Carlos. Memória? Isto é outra história. *In:* MARCHIORI, Marlene (org.). **História e memória.** Rio de Janeiro: Senac, 2013. p. 31-42.

MENDES, José Amado. História Empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. *In:* RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). **Outros Combates pela História.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2010. p. 279-296.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **História Hoje**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: EDUSC, 2004.

MOREIRA, Regina Luz. **CSN:** um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

NASSAR, Paulo. Relações Públicas e história empresarial no Brasil. **Organicom**, São Paulo, a. 3, n. 5, p. 154-177, 2006.

NASSAR, Paulo. Sem memória, o futuro fica suspenso no ar. *In*: NASSAR, Paulo. **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações.** São Paulo: Aberje, 2004. p. 15-22.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, 2018.

O'DONNELL, Terence. Pitfalls along the Path of Public History. **The Public Historian**, Santa Barbara, v. 4, n. 1, p. 65-72, Winter, 1982.

ODEBRECHT INFORMA. **Odebrecht 60 anos: uma história a serviço do futuro.** São Paulo: Odebrecht, 2004.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Virtudes epistêmicas na prática do historiador: o caso da sensibilidade histórica na historiografia brasileira (1980-1990). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 170-183, 2016. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1107>. Acesso em: 21 /out. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo P. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Transversos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 64-85, 2020.

PAUL, Herman. Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues. **History and Theory**, Middletown, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2011.

PAUL, Herman. Weak Historicism: On Hierarchies of Intellectual Virtues and Goods. **Journal of the Philosophy of History**, Baltimore, v. 6, n. 3, p. 369-388, 2012.

POLIDORO, Márcio. Odebrecht – A comunicação como processo e a construção de culturas. *In*: MARCHIORI, Marlene (org.). **Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas.** São Caetano do Sul: Difusão, 2010. p. 325-334.

PRADO, Ricardo. **Lacta 100 anos, muito prazer.** São Paulo: Grifo, 2012.

SANTOS, Larissa Conceição dos. História e legitimação organizacional: reflexões acerca das narrativas histórico-organizacionais. **Organicom**, São Paulo, a. 11, n. 20, p. 61-72, 2014.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 71-84.

SHUMWAY, David. The University, Neoliberalism, and the Humanities: A History. **Humanities**, Basel, v. 6, n. 4 (83), p. 1-10, 2017.

SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, 2020.

TÉO, Marcelo Robson. Desequilíbrio de histórias parte I: um problema do campo das humanidades (?). **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 358-380, 2018.

THE PUBLIC HISTORIAN, v. 3, n. 3, **Business and History**, Santa Barbara, Summer, 1981.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. *In*: WORCMAN, Karen; PEREIRA, José Vasquez (coord.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa, 2006. p. 17-43.

TONINI, Beth; GAGETE, Élida. "Memória Empresarial: uma análise da sua evolução" *In*: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004. p. 113-126.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 187-205, 2018.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. *In*: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-32.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, José Vasquez (coord.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa, 2005.

ZANDONADI, Viviane. Profissões do Futuro: historiadores corporativos. **O Estado de São Paulo**. 22 jul. 2015.

ZIEGLER, Vanessa. **Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano: uma análise da biografia de Alexandre**. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Ian Kisil Marino é graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com enfoque nas áreas de Teoria da História, Metodologia da História e História da Historiografia a partir do estudo de narrativas históricas empresariais sob encomenda. Doutorando em História pela Unicamp, com enfoque nas áreas de Teoria da História, Metodologia da História e Humanidades Digitais com o estudo de arquivos digitais a partir de iniciativas de memória e arquivos da pandemia da Covid-19. Atua profissionalmente como professor de História no Ensino Básico.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, SP, CEP 13083-896, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador de mestrado, Thiago Lima Nicodemo, e aos membros das bancas de qualificação e defesa: Josianne Cerasoli, Pedro Telles da Silveira e Vivian Fonseca.

CONTEXTO DE PESQUISA

O artigo deriva da dissertação "História sob encomenda: o Instituto Museu da Pessoa sob um olhar historiográfico", orientada Thiago Lima Nicodemo, na Universidade Estadual de Campinas, no Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2021. Disponível em: <http://>

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Matheus Henrique Faria Pereira – Editor Executivo

DIREITOS AUTORAIS

Ian Kisil Marino.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 11 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 25 de maio de 2021.

Uma “imagem repensada interminavelmente”: notas em torno de imagens apesar de tudo, de Georges Didi-Huberman

An “interminably rethought image”: notes on images in spite of all, by Georges Didi-Huberman

Oswaldo Fontes Filho ^a

E-mail: osvaldo.fontes@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-2358-3902> 

^a Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História da Arte, Guarulhos, SP, Brasil

RESUMO

Este artigo tece alguns comentários em torno do modo como o historiador e filósofo Georges Didi-Huberman analisa, em seu livro *Imagens apesar de tudo*, a crítica visual das imagens da história. Assumida pelo autor como “o olho da história”, a imagem possui uma tenaz vocação para tornar visível. Contudo, admite o autor, há documentos visuais da história que só podem ser restituídos de modo lacunar. Este estudo objetiva mostrar alguns argumentos pelos quais Didi-Huberman preconiza para o historiador uma política da imaginação, sucedâneo metodológico a toda investida na legibilidade plena e absoluta de uma “imagem autêntica do passado”. Ao fazê-lo, entendemos observar algumas facetas (filosófico-antropológicas) de uma proposta de resgate historiográfico junto às intermitências e opacidades de um olhar implicado pela imagem entendida como uma interminável “necessidade lacunar”.

PALAVRAS-CHAVE

Imagem; Imaginação; História.

ABSTRACT

This article discusses the means through which the historian and philosopher Georges Didi-Huberman analyses the visual criticism of the images of history in his book *Images in spite of all*. Considered by the author as “the eye of history,” image has a tenacious vocation to render visible historical opacities; however, some visual documents in history are only partially recoverable. This study presents some arguments found in Didi-Huberman that a politics of imagination to the historian, functioning as a methodological substitute for any investment in the full and absolute legibility of an “authentic image of the past.” By doing that, it seeks to observe some philosophical-anthropological facets of a historiographic proposal for approaching the intermittencies and opacities of a perspective that assumes image as an interminable “lacunar necessity.”

KEYWORDS

Image; Imagination; History.

“O saber não é feito para compreender, ele é feito para dividir”
(FOUCAULT, 1971, p. 160).

“Aparição angustiante de uma imagem que resume o que podemos chamar a revelação do real no que ele tem de menos penetrável, do real sem nenhuma mediação possível, do real último, do objeto essencial que já não é um objeto, mas esse qualquer coisa diante do qual todas as palavras param e todas as categorias falham, o objeto da angústia por excelência” (LACAN, 1994, p. 196).

“[...] fazer a história sair dela mesma e deixar nossas imaginações tirarem disso algumas consequências perturbadoras” (DIDI-HUBERMAN, 2018a, p. 64).

Introdução: um pensamento por tensões

Para aqueles que acompanham a vistosa produção historiográfica de Georges Didi-Huberman talvez não escape a impressão de que nele nunca se imprime um sentido categorial, de que em seu pensamento, de algum modo, se reserva uma constelação de possibilidades ou de tensões – para usar da terminologia benjaminiana, uma de suas matrizes intelectuais. De fato, se está diante de uma autoria na qual singularidades concretas – por vezes restos de imagens, “corpus erráticos de imagens apesar de tudo”, como no livro que aqui nos interessa – constituem elementos cruciais de uma exploração, de um “construir com quase nada”, nos moldes do Walter Benjamin de “Experiência e pobreza”, exploração a um tempo histórico-filosófica e literária, posto que Didi-Huberman sempre se autorizou a forma ensaística e suas construções por justaposição e transição não dedutiva nem indutiva.

De imediato, a respeito de *Imagens apesar de tudo*, pode-se afirmar ser mais um exercício de Didi-Huberman na desafiadora vivência de uma “delgada passagem”, como ele mesmo diz em outro momento, entre a “*paciência do conceito* necessária a qualquer pensamento que tente evitar a facilidade, a virtuosidade, e a *impaciência do gesto* necessária a qualquer escrita que tente evitar o fechamento, o sistema” (DIDI-HUBERMAN, 2018a, p. 33).

Embora já se pudesse avançar considerações sobre um trabalho que se quer “nos traveses” (ou seja, que se bifurca da via direta de modo a deslocar o olhar consensual),

por entre "tensões entre narração e documentação", que lhe inspira Carlo Ginzburg (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 148), talvez seja caso de partir de algum resguardo indagativo. Que interesse haveria em um livro que parece tão distante de nossas inquietações quanto às imagens, e quanto ao atual sufocamento do mundo pela "mercadoria imaginária", como admite o próprio Didi-Huberman (2020, p. 103)? Que importaria toda a iconoclastia em torno do Holocausto e sua "negatividade sublime e absoluta" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 79)? Como aprofundar as assertivas do tipo a Shoah "investiu de uma ponta à outra, o nosso mundo imaginário e simbólico, os nossos sonhos e as nossas angústias, o nosso inconsciente em geral" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 95)? Enfim, o que importaria enredar-se em um "longuíssimo debate, filosófico e antropológico, acerca dos poderes da imagem" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 116) quando vivemos a urgência de repensarmos em nossas historiografias representatividades/diversidades, assim como a concepção eurocêntrica de nossas narrativas e de nosso imaginário? Afinal, como lembrado recentemente, as pesquisas historiográficas brasileiras sobre imagens tendem a evitar "discussões teóricas hipertróficas", a fim de focar "nas orientações possíveis de trabalho com história das imagens; [...] os estudos de cultura visual brasileiros não parecem interessados na discussão filosófica das imagens em si mesmas" (DAS CHAGAS FERNANDES, 2019, p. 32 e 36), ainda que pareça inevitável, no quadro atual das políticas de produção do conhecimento, questionar a Teoria da História, como ela é praticada no Brasil, a partir do lugar epistêmico do qual ela fala (PEREIRA, 2018).

Seja como for e a despeito das ressalvas que se possa aventar, reforçemos nossas indagações com a impressão de que, em sua natureza agonística – *Imagens apesar de tudo* inscreve-se na polêmica em torno das imagens da Shoah e da estética do inimaginável –, este é um texto não isento de algum ranço sofístico, em razão de suas circularidades e ritornelos argumentativos. Não parece, pois, despropositado assumir, ainda que à guisa de hipótese de trabalho, tratar-se de uma hermenêutica (imersa numa querela) que, como toda hermenêutica, faz círculos (ou cálculos) com seus objetos, para repetir uma célebre crítica feita há anos a Didi-Huberman (MICHAUD, 1997, p. 186).

Contudo, talvez se possa ser mais indulgente com o texto de Didi-Huberman se o considerarmos a partir de sua crítica à ideia de "totalidade" e do modo como ali se articula um "apesar de tudo", uma "objeção ao tudo, como um conjunto de argumentos e de fatos apresentados apesar do *tudo* que é o inimaginável erigido em dogma" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 95).

Afinal, ao “inimaginável” e ao “irrepresentável”, ali evocados como motores de uma “maquinaria de desimaginação” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 34), não responde uma “negação da negação”, mas o apelo à faculdade política do imaginar (FELDMAN, 2016, p. 139).

As imagens como o olho da história

Imagens são centrais nessa hermenêutica por sua “astúcia” contra a “razão na história”, por seu “poder epidérmico” de se reproduzir, de se ampliar, de surgir onde o pensamento parece impossível (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 40-41 e 52). Como se sabe, Didi-Huberman assume as imagens como o *olho da história*, por sua “tenaz vocação para tornar visível” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 63). Imagens são lugares em que produzir uma *política da imaginação*, são fatores epistemo-críticos que permitem ver em ação na história o trabalho de uma escansão, de uma pulsação da “aparição”, da “deformação” e da “dissolução”. Essa é a razão de as imagens serem tratadas em *Imagens apesar de tudo* como “acontecimentos visuais”, gestualidades do olhar, com seu “peso não documental” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 60-61). Quanto ao olhar, parece incontornável assumi-lo, ele é apresentado como paixão escópica – numa análise que supõe pôr em jogo “uma certa relação – lacunar, ‘em fragmentos’, tão preciosa quanto frágil, tão evidente quanto difícil de analisar – da imagem à verdade” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 109).

Será caso, mais adiante, de acentuar esse gesto do “pôr em jogo”. Por ora, permita-se apontar para um “olho como que desesperado pelo olhar”, e para imagens que “nos suplicam um olhar” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 110). Ao fazê-lo, possivelmente Didi-Huberman já se coloque na chave lacaniana de uma postergação, de um “protelar” do gesto escópico (de onde sai, aliás, toda sua filosofia da visualidade). O olhar que se posterga aponta para uma dialética entre aquilo que, num dado processo, põe em jogo a obtenção do resultado e aquilo que põe em obra sua própria suspensão, seu desejo, no próprio processo (DIDI-HUBERMAN, 2018a, p. 47). Razão porque cumpriria desde já apontar para um particular regime da verdade histórica: nenhuma imagem saberia dizer peremptoriamente o real de um evento passado, a menos que se recaia num historicismo positivista; e nenhuma verdade se pronunciaria senão como “buraco”/fissura do qual ela é arrancada. Razão porque Didi-Huberman reconhece a “natureza essencialmente lacunar das imagens; e o real como resquício, parcialidade” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 90). Porque não é *toda* a imagem que se sustenta de uma decisão de reunião em torno de uma falha da

nomeação – não se pode nomear o horror nu, ainda que ele tenha a evidência da nudez. A imagem é, ao mesmo tempo, necessária como documento doravante incontornável – desde o instante em que aparece, em sua furtividade mesma, como acontecimento visual afeito às turvações (2020, p. 61) –, e ausente, visto que ela transborda o texto que a documenta, força-o a faltar para com ela e, então, a multiplicar suas tentativas de nomeá-la.

O que talvez explique o motivo de o livro ser um tanto fastidioso em seus ritornelos argumentativos é que o autor escreve o que lhe escapa, o que o incita a renovar o questionamento. *Imagens apesar de tudo* parece ser um desses textos que se põem a renovar a questão sobre o que procura. Um texto fundamentado na inquietação entre o inesgotável disparatado das aparições e o insondável das sobrevivências (com o conseqüente desastre da memória), mesmo porque é preciso a suficiência da ingenuidade para acreditar que uma leitura se faz por puro deleite intelectual. O olho inspeciona, explora, prospecta, no rastro do quê? Seria ingênuo, ainda, responder que ele o faz a fim de varrer exaustivamente o objeto pelo olhar. Ora, há no olhar a um só tempo uma segurança de plenitude e um tormento de incompletude: não se sabe, afinal, de que é feito o tecido do ver. Há algo na substância do visto que transborda a estrutura óptica, algo para mais ou para menos, que incita ainda a ver – algo cuja questão obstinada mostra suficientemente que ela escapa ao ver. Como se lê em *Atlas ou o gaio saber inquieto*, a propósito da fotografia, e sob os auspícios de Moholy-Nagy, Benjamin, Warburg, tributários da nova "ciência do olho" de fins do século XIX e começo do século XX e contribuintes de uma *Kulturwissenschaft* (ciência da cultura): "Nada numa fotografia nos é 'dado' de uma vez por todas (o que, contudo, não a deslegitima). O que uma imagem fotográfica nos 'dá', ela toma e nos subtrai em outro lugar, ainda que seja de seu fora de campo" (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 218).

A imagem na época da imaginação dilacerada

Afinal, o que se mostra, o que se dá a ver num documento histórico imaginal? Algo que pertence ao olho ainda, mas do qual ele não é mais o agente, pois que ele mesmo – visível – é tomado em seu campo. Pode-se assumir: esse algo que constitui com o olho a matéria do visível é o olhar. Portanto, é inevitável apontar para o reviramento proposto por Lacan: o que procuro ver verdadeiramente (para além de todo apodítico) é o que me olha (exceção dilacerante de toda imagem exorbitante). Donde a estrutura inquieta que Didi-Huberman assume para o olhar, afeita à incompletude de toda visão. Por isso, o essencial de seu livro talvez esteja na possibilidade de aproximar essa inquietação da condição dilacerada do espectador contemporâneo. Lê-se, justamente ao

final do livro (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 258), granítico, quase como uma justificativa do que precedeu: “Vivemos a imagem na época da imaginação dilacerada”, o que permite apontar para a fecundidade de uma “consciência da perversão”. Não havendo uma essencialidade estável dos tempos, o espírito moderno na sua relação com a história mostra-se deserdado de sólida herança. O livro termina, assim, tributário, talvez mais das sobreposições de imagens e da combinação de fragmentos de diferentes origens do que dos encadeamentos regulados de imagens documentais. Portanto, no contrapé da estabilidade das relações, por acúmulo das conveniências, surge uma declaração de fé em uma consciência dilacerada, na iniciativa de certa narrativa desordenada (ao menos não transitiva), no conceito como capacidade de reunir “pensamentos que estão muito distantes uns dos outros para a consciência honesta” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 258).

Talvez se esteja autorizado a ver aqui, subentendido, o motivo do *Übersicht*, o “olhar envolvente” das diferenças e estranhezas, que Didi-Huberman em outros momentos (por exemplo, em *Atlas ou o gaio saber inquieto*) toma da psicomacia warburguiana. Esta entende a memória como um “imenso campo de conflitos onde se sucedem ambivalências, crises, latências psíquicas e explosões sintomais, silêncios do corpo e eloquências gestuais, imagens de sonho e passagens ao ato políticas” (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 299). Razão porque Didi-Huberman retém, ainda, na fenomenologia caleidoscópica de *Mnemosyne*, como esse ver de modo envolvente contribui para que certas coisas ou relações “saltem aos olhos”, o que significa também “não ver, omitir algo que no *aperçu*, *salta* ou nos escapa nas profundezas do não-sabido [...], foge enquanto novo mistério, nova questão a enfrentar, novo problema a ser construído” (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 282-283).

O documento visual em torno do qual se desenvolve *Imagens apesar de tudo* é de uma fecundidade heurística justamente por não ser capaz de demonstrar uma indicialidade inequívoca. Quatro fragmentos fotográficos extraídos clandestinamente de Auschwitz-Birkenau por membros do *Sonderkommando* em agosto de 1944 apresentam-se a um tempo fulgurantes e lacunares. Didi-Huberman fala dessas imagens como de imagens-ruínas, fragmentos a serem arrancados a dispositivos de ocultação e a argumentos de denegação.

Recuperados, pois, num campo expandido das visualidades, de modo a fazer valer saliências antropológicas e manifestações do *páthos*, as quatro fotografias (“quatro rolos de película arrancados do inferno”), em torno das quais gira a massa argumentativa de *Imagens apesar de tudo*, podem imigrar a (ou ser envolvidas em) outros domínios que não o “espaço comum dos encontros” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 75), contribuindo para uma necessária dramatização do saber e a certa tomada de posição na questão

da memória, em seu teor traumático, sintomal e irremissível (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 243). Nesse sentido, nossas iniciais ressalvas a *Imagens apesar de tudo talvez* comecem a arrefecer.

O surgimento da imagem terrífica

Assuma-se, agora, que o que mais interpela no livro seja o trabalho do que o historiador-filósofo chama de *imagem-dilaceramento* (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 117). Ao focalizá-la, é intento observar a "plasticidade dialética" de uma imagem que "produz seu efeito com a sua negação". Nesse sentido, o que chama a atenção é a centralidade (se diria psíquica) assumida pela imagem terrífica, um surgimento que se produz "quando todas as palavras param e todas as categorias falham" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 119). Não há como se furtar, aqui, ao sentimento de um paradoxo: um vasto texto, algo circular, encarrega-se de analisar a "fecundidade metodológica" para a historiografia de uma imagem que trabalha com sua negação, uma imagem que, afinal, sufoca a palavra, condena-a a se manter insuficiente.

Se é o "grande quadro sem falha" que se acha "irrevogavelmente arruinado pelo disparate do devir", na expressão que Didi-Huberman utiliza em *Atlas ou o gaio saber inquieto* para explicar a gênese de um campo epistemológico fragmentado para o historiador, então não seria sem interesse, não seria "disparatado", por assim dizer, nos reportarmos – como o fez há alguns anos Didi-Huberman (2015) em uma conferência no Collège de France –, a Roland Barthes, quando este se ocupa da questão das imagens, mais precisamente das imagens da emoção, assim como, naturalmente, das emoções experimentadas junto às imagens. Na oportunidade, Didi-Huberman chamava a atenção para uma página de abertura de *Roland Barthes por Roland Barthes*, um texto que funciona como um negativo fotográfico do curso normal da narrativa que se seguirá.

Eis aqui para começar algumas imagens: elas são a cota de prazer que o autor oferece a si mesmo, ao terminar seu livro. Esse prazer é de fascinação [...]. Só retive as imagens que me sideram, sem que eu saiba por quê (essa ignorância é própria da fascinação, e o que direi de cada imagem será sempre imaginário). [...] Quando a meditação (a sideração) constitui a imagem como ser destacado, quando ela a transforma em objeto de um gozo imediato, não tem mais nada a ver com a reflexão, por sonhadora que fosse, de uma identidade; ela se atormenta e se encanta com uma visão que não é de modo algum morfológica (eu nunca me pareço comigo),

mas antes orgânica [...] Eis-me então em estado de inquietante familiaridade: vejo a fissura do sujeito (exatamente aquilo de que ele não pode dizer nada) (BARTHES, 2003, p. 13).

A imagem faz parte da confissão mesmo do Eu (trata-se, em Barthes, de uma escrita autobiográfica). Assim, não importa ali criticar as imagens, mas reportá-las a si, como Didi-Huberman diz dever se passar com as fotos de Auschwitz: “somos constrangidos à imagem” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 71). Cumpre se engajar na fascinação e no imaginário, portanto se engajar na ignorância que supõe a fascinação, a sideração das imagens. Ora, esse engajamento imaginário mostra-se, antes de tudo, inquietude (veraz leitmotiv da fenomenologia didi-hubermaniana). Inquietante familiaridade da imagem, com a aposta de escrever o que se vê naquilo que não se pode dizer. “Vejo a fissura do sujeito (exatamente aquilo de que ele não pode dizer nada)” (BARTHES, 2003, p. 13).

Essa inquietação de base de todo engajamento imaginário, sobre fundo de exploração de si, deixa-se ilustrar perfeitamente em *Imagens apesar de tudo* na evocação lacaniana do “surgimento da imagem terrífica”: revelação “desse qualquer coisa de inominável”; a “aparição angustiante de uma imagem que resume o que podemos chamar a revelação do real” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 118-119). “A própria imagem da deslocação, do dilaceramento essencial do sujeito” nos modos do que Georges Bataille chama a verdade como um “violento desmentido” do dogma central, a semelhança humana. Os quatro fotogramas traficados para fora de Auschwitz-Birkenau durante o Holocausto são, pois, para além de seu inegável sentido documental, “uma vertigem, um drama da imagem humana” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 65).

Nesse sentido, interessaria, talvez, e ainda em favor da descontinuidade dessa que é uma dialética em repouso, um “conflito imobilizado” como o queria Warburg, seguir as indicações de um dilaceramento no seio mesmo da operação escópica junto à figura humana (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 117, nota 93). A começar do que já se mostrava em *A Pintura Encarnada*, um dos primeiros textos de Didi-Huberman. Narrativa de uma inquietude fatal do olhar (e da consciência dilacerada) junto ao inencontrável da carne, à desfiguração dos corpos. A história literária por trás é conhecida: os embates do pintor Freinhofer com a tela para ali reportar um corpo desejado, como escrito por Balzac em *A Obra-prima desconhecida*. A questão da presença e da representação da carne, em suma. Em *Imagens apesar de tudo*, a obsessão é uma questão de grãos, de vê-los como interessantes, passíveis de serem dispostos sobre a mesa de trabalho especulativa e sobre a mesa de montagem imaginativa (2020, p. 171). Com a certeza sub-reptícia: o gesto não anima seu objeto, não o revela senão “ao apresentá-lo velado,

obscurecido, enterrado, emurado". Não o anima senão ao deitá-lo num leito de cores "fatalmente informes, ao mergulhá-lo num caos" (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 136). Violência disjuntiva, talvez. Engodo do aspecto, da figura, certamente. Em Balzac, Didi-Huberman entendeu perfeitamente, tratava-se da procura pela caotização do aspecto, pela figura como estase. Onde sempre se via, em antigas seguranças, a apoteose da figuração, a carnação, vê-se, por fim, no conto balzaquiano, o inencontrável, um jogo de aparências sem objeto, uma evanescência, um jogo do quase nada e do nada, uma pura eventualidade do aparecer (*epiphasis*) e do desaparecer (*aphanisis*). Enfim, labilidade infernal, ruína do aspecto (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 138).

O que nos mostra então esse "conto filosófico" de Balzac interpretado por Didi-Huberman? A necessidade de que toda figura se assuma não como uma pontualidade transparente, mas como trama palimpséstica, como uma sobrecarga ou pletora textual na qual todo fetiche, toda figura hipostasiada, acabe por se afundar, submergir e desaparecer. Ocorre que, como evidência última, no ponto culminante de uma fulgurância visual, quando o sentido é de todo modo velado, a imaginação trabalha suas intensidades. "Duplo regime de qualquer imagem", sustenta Didi-Huberman: visível e visual, forma e informe, semelhança e dissemelhança, antropomorfismo e abstração (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 54 e 117).

É possível, ainda, e em via inversa, imaginar um trabalho, não menos intensivo, de insistência rumo ao nada: para produzir a partir de Catherine, a personagem de Balzac, o todo. É possível reduzir pouco a pouco o corpo ao puro fulgor de seu encanto, isto é, à pura evanescência de um fragmento aspectual, o pé, ou seja, quase nada. "Corpo reduzido a seu encanto, encanto reduzido a seu fetiche, fetiche reduzido a existir apenas na mais extrema precariedade do fulgor, uma passagem, uma evanescência" (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 139). Por fim, o horror sagrado de uma presença cuja simplicidade é aquela da ausência, dirá Bataille de outro corpo (da *Olímpia de Manet*). Caráter devastador, enfim, de todo apagamento, que Didi-Huberman se encarrega de comentar em sua sintomatologia, sem com isso ceder à tirania do fetiche. O fragmento advindo do documento visual histórico não é necessariamente um fetiche do todo. Ele seria, antes, uma aposta, aquela de fornecer sua fecundidade historiográfica sem soçobrar na natureza antitética da fascinação, mas na consciência de que se trata da relação imaginária em seu limite; a "protensão extrema de um sujeito, de um desejo, em seu olhar" (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 141). Portanto, e uma vez mais, temos um dilaceramento, uma oscilação entre fetiche e fato, entre a consolação e o inconsolável, entre o que vela e o que dilacera ou então, e com maior consequência para o historiador dos documentos visuais, entre "o que retém a imagem na sua regra consensual (onde ninguém vê verdadeiramente) e o que exorbita a imagem para a sua exceção

dilacerante (onde cada um, de repente, se sente olhado)” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 118 e 120).

Imagens apesar de tudo expressaria, então, faça-se aqui a hipótese, um desafio fenomenológico para uma efetiva implicação no tempo histórico, um desafio de descrição dessa inquietude do *entre* e o desafio de que essa descrição assuma valor de conhecimento, apesar de tudo. Admirável desafio que não teme entrar pela porta da “estranha familiaridade” (como se viu ocorrer em Barthes), da estranheza da imagem, de toda imagem onde se encerram o indizível e o inominável, apesar de tudo, apesar do inimaginável como dogma (no caso de Auschwitz).

A imagem como sintoma histórico e o texto que a diz

Por força mesmo desse desafio, é de se perguntar se *Imagens apesar de tudo* não seria um *livro-gesto*. O gesto, aprendemos com Agamben, é algo que está para além da alternativa entre o fazer e o agir, entre um meio em vista de um fim e um fim sem meios. O gesto seria da ordem de um “terceiro gênero da ação”, seria um “movimento que tem em si mesmo o seu fim”. Assim, no gesto e pelo gesto não se produz nem se age, nele não se desvela uma relação entre fins e meios, mas se assume e se suporta o caráter medial de toda linguagem; nele e por ele é mostrado um meio. “O gesto é a exibição de uma medialidade, o tornar visível um meio como tal” (AGAMBEN, 2008, p. 13). O gesto é, ao mesmo tempo, potência e ato. Ou melhor, o gesto seria como um ato que realiza a potência, não a esgotando, mas de alguma forma mantendo essa potência em suspenso. Nesse sentido, *Imagens apesar de tudo* seria um livro-gesto a se perguntar: como manter em suspenso a potência de uma imagem? Como exibi-la em sua própria medialidade, no seu próprio ser meio, para usar os termos de Agamben.

Também importa compreender que o gesto em chave agambeniana aponta ainda para o ato de se pôr em jogo, tanto do autor quanto do leitor, junto a um ilegível, junto ao lugar aberto do inexpresso. Lê-se, pois, em “O autor como gesto” (da coletânea *Profanações*):

O autor não é mais que a testemunha, o fiador da própria falta na obra em que foi jogado; e o leitor não pode deixar de soletrar o testemunho, não pode, por sua vez, deixar de transformar-se em fiador do próprio inexausto ato de jogar de não ser suficiente [...] Autor e leitor estão em relação com a obra sob a condição de continuarem inexpressos. No entanto, o texto não tem outra luz a não ser aquela – opaca – que irradia do testemunho dessa ausência (AGAMBEN, 2007, p. 63).

Em outras palavras, estamos aqui diante do gesto de *se pôr em jogo sem reservas na linguagem* (ou na imagem), e do conseqüente gesto de exibir a própria irreducibilidade a ela (linguagem ou imagem). Por fim, ainda na chave do gesto agambeniano, diga-se que a questão em *Imagens apesar de tudo* seria da ordem de um mutismo, do mostrar-se aquilo que não pode ser dito, da palavra que se ruma para superar uma falha de memória ou uma impossibilidade de fala; e, assim fazendo, exibir "a própria linguagem, o próprio ser-na-linguagem como uma gigantesca falha de memória, como um incurável defeito de palavra" (AGAMBEN, 2008, p. 14).

Compreende-se, então, como a figura do sem-reserva em *Imagens apesar de tudo* pode ser reconhecida no gesto de tomar uma imagem como "um caso extremo, uma perturbadora singularidade; um *sintoma histórico* capaz de perturbar e, portanto, de reconfigurar" a relação do historiador com seus objetos (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 87). A imagem de horror é, pois, tomada como uma "exceção teórica" capaz de modificar a opinião preexistente sobre o "inimaginável" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 92). Ela produz, ainda, o efeito de reabertura de uma questão, "nova questão não resolvida", que "revela tudo o que está em jogo, no nível teórico, numa *imagem repensada interminavelmente*" (2020, p. 94). A imagem é gesto, uma vez que o gesto é como o que põe em jogo sua própria insuficiência (e, portanto, sua inevitável repetição).

Importaria lembrar que Didi-Huberman inaugura sua série *O olho da história* por um "gesto nada simples", aquele de tomar posição; gesto de "implicar-se", de aceitar entrar, de afrontar, de ir ao coração dos tempos depositados em nossos documentos. Gesto decisivo, incisivo, perigoso, ajuíza Didi-Huberman (2017, p. 15, 16). Essa é a razão de Georges Bataille ser convocado como uma caução para um desejado "batimento dialético que agita em conjunto o véu e o seu dilaceramento" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 118). Nesse sentido, ele se mostra agente de um gesto de afronta "ao uso leniente das imagens familiares". Gesto arriscado, pois, de se implicar, de aceitar entrar na patética que então se instaura: o desconsolo, a suplicação, a violência essencial que uma imagem pode originar (2020, p. 118). Entende-se o paradigma batailliano. Bataille é aquele que se diz colérico diante de "furtivas concessões", e que não vê como interlocutores senão "homens [...] decompostos, tornados amorfos, expulsos com violência para fora de toda forma", os únicos, segundo ele, capazes de partilhar de um (então) urgente espírito político de defecção (BATAILLE, 1970a, p. 54-55). A atitude entendia ser a um tempo "intransigente" e "indefensável", aquela de incriminação das formas usuais. Uma posição que se apoiava na evidência de que os tempos eram de uso leniente de formas inofensivas, tempos de emasculação das representações do homem, de parvoíces e delírios surreais, momento em que imperavam condenáveis transposições simbólicas. Sua convicção: suplantar os interditos, "escândalo do espírito", estaria ao

alcance apenas de uma selvageria da forma, capaz de dilapidar os sentidos conformados, constrictos a suas idealidades. Razão, por fim, para o aceno a uma possibilidade de “manipular e de transformar os tristes fetiches destinados ainda a nos comover”.

Em 1995, no seminário de Didi-Huberman na École des Hautes Études, era convocada a figura desse Bataille que se insurgia contra os jogos de transposições modernos que invariavelmente recuam diante dos “horrores múltiplos que compõem o quadro da existência”. Mesmo porque Bataille encerrava a aventura da revista *Documents* (1929-1930) incriminando o “espírito moderno”, incapaz de trabalhar com a imagem do “homem inteiramente sufocado de horror” (BATAILLE, 1970b, p. 274). Eis, pois, porque Bataille surge numa querela entre intelectuais em torno da herança patética de um martírio da raça, da carne. Ele irrompe num embate onde é caso para Didi-Huberman de se defender da acusação de “fetichização religiosa da imagem”, justamente quando o objetivo é, na narrativa do horror histórico, pôr em causa o “inimaginável estético” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 80).

Repensar as imagens documentais do horror, repor em pauta o inimaginável como experiência, tarefa de Didi-Huberman, talvez não possa mesmo prescindir da figura batailliana que se posta diante do sacrifício da figura humana como se confrontado com um desmentido da imagem humana. Ao fazê-lo, ele evidencia a necessidade de superar esse “elemento pesado, fastidioso” que é o humano em suas conveniências (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 48), e de corroborar “a necessidade perturbadora de um gesto de empatia” com o estremecimento mesmo da imagem e da semelhança (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 72). É conhecida a posição de Bataille diante da imagem do supliciado chinês, executado por retalhamento e desmembramento. Cena deplorável, ocorrida em Pequim em 1906 e retida em quatro fotografias, imagens obsedantes para Bataille ao longo de sua vida. Novamente, quatro clichês fotográficos para fazer perceber, com a plena força de um violento desmentido, algumas das difíceis verdades sobre atração e repulsão experimentadas à vista da morte violenta. Nas páginas de Bataille, onde intervém a menção à figura do supliciado, há sempre uma questão ligada ao que ele chama de *experiência interior*, aquela de uma perda de si, assim como de sua consequência maior, a “deriva de tudo ao nada”, do ser ao não ser. Assim, lê-se em *Le Coupable*:

Sou assombrado pela imagem do carrasco chinês de minha fotografia, trabalhando no corte da perna da vítima na altura do joelho: a vítima ligada ao poste, os olhos convulsionados, a cabeça para trás, o esgar dos lábios que deixa ver os dentes. A lâmina entrada na carne do joelho: quem suportará que um horror tão grande expresse fielmente 'o que ele é', sua natureza posta a nu? (BATAILLE, 1973, p. 275-276).

De modo semelhante, Bataille confia em *L'expérience intérieure*:

[...] não podemos conceber a extrema falência de outro modo que não na paixão. É unicamente a esse preço, parece-me, que chego ao extremo do possível [...] O jovem e sedutor chinês [...], entregue ao trabalho do carrasco, eu o amava com um amor em que o instinto sádico não tomava parte; ele comunicava-me sua dor, ou melhor, o excesso da sua dor, e era o que justamente eu buscava, não para disso gozar, mas para arruinar em mim aquilo que se opõe à ruína (BATAILLE, 1986, p. 140).

O apelo pático da imagem abre a esfera em que se encerrava (se limitava) uma particularidade pessoal; "abre-a violentamente, lacera-a", assume Bataille. Didi-Huberman tem, pois, motivo para sustentar que se está aqui numa relação ferida com o mundo visível:

[...] essa visão permanece concretamente para Bataille, o lugar onde o visível é *atingido*, em todos os sentidos que essa palavra pode tomar. Num golpe como esse, o olho mesmo se sacrificará de algum modo à visão do sacrifício. E se é um grito de medo que vê ["quando digo que vejo, é um grito de medo que vê"; BATAILLE, 1970, p. 296], é preciso imaginar nesse grito a abertura extrema: ele abre, ele fende o rosto mesmo daquele que vê (DIDI-HUBERMAN, 2007, p. 333).

Em seu derradeiro livro, Bataille assumiu o "valor infinito de reviramento" dessas imagens cortantes de um antropomorfismo que se quer dilacerado por uma consciência culpada. Modo de perturbar pela condução da semelhança (humana, entenda-se) a paragens inquietantes (para dizer o mínimo) de um drama da forma. Quanto ao olhar, trata-se de cortar no visível e, em seguida, fazer vir a si no indistinto do dentro e do diante esse mesmo corte. Olhar seria, então, a um só tempo cortar, ser culpado e ser cortado. Extrema e paradigmática dialética entre o carrasco e a vítima.

Conclusão: uma brecha na história

Reportemo-nos agora, uma vez mais, à página de *Imagens apesar de tudo*, na qual surge a imagem terrífica, em face da qual “as teses se encontram literalmente desconcertadas”. Impõe-se, aqui, passar por mais um lugar batailliano. A verdade sempre foi entendida por Bataille como um “violento desmentido” a ser extraído de alguma condição nauseabunda: verdade extorquida, embaraçosa, vergonhosa, mesmo porque toda verdade guarda um pouco das impurezas de onde surge. É, pois, com “prazer cínico” que Bataille considera “palavras que arrastam qualquer coisa nossa até a lata de lixo” (BATAILLE, 1970c, p. 236), um modo de se contrapor à submissão habitual dos caracteres e dos costumes, às circulações acomodadas dos sentidos e sentimentos estabelecidos. Talvez haja algo disso em *Imagens apesar de tudo*, na consideração das quatro fotografias de Auschwitz-Birkenau como *imagens-dilaceramento*, veículos do inconsolável por deixarem ver o “horror nu” sem a consolação do inimaginável (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 120). Por serem turbulências na “superfície de desconhecimento” das imagens (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 123), por constituírem um “momento crítico”, perigoso, onde o *todo* se põe em jogo (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 131), elas se confrontam com a lata de lixo da história e suas impurezas narrativas, seus restos visuais (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 151).

No fim das contas, tratar-se-ia de pôr em jogo nas imagens as indeterminações e as sobredeterminações do mundo histórico como um “flagelo do imaginar”, uma “proliferação das figuras” (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 179); modo de alertar para o que se pode montar/amontoar a partir de resquícios, lacunas (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 236); modo de apontar para o esvaziamento, a implosão do familiar, para a “construção de estranhezas” (2020, p. 250). Se vivemos a imagem na época da imaginação dilacerada, como sustenta Didi-Huberman, talvez nossa inicial indisposição com seu livro possa, enfim, se exorcizar, por assim dizer, à luz da acepção de imagem que ali impera: instância de certa perversão, ela movimenta a faculdade de desordenar, de “pôr as coisas de pernas para o ar”, de reunir pensamentos muito distantes uns dos outros (2020, p. 258). A imaginação, por várias vezes Didi-Huberman repetiu, é aceitação do múltiplo, não a serviço do esquema em uma fórmula de subsunção, não com o fito do esgotamento, mas da recondução constante do múltiplo. Há nisso um desafio de peso para o historiador, o de se guiar por “princípios moventes e provisórios” (DIDI-HUBERMAN, 2018b, p. 21), contra as hipóstases ou o fetiche de um sentido-todo.

O fato de Didi-Huberman ser tratado por seus pares, nos corredores da Hautes Études, como “o artista” – algo de que ele já se lamentou formalmente – permite estimar o quanto o conceito de *imaginação* ainda é confundido com aquele de *fantasia*,

apesar das injunções de Benjamin, e o quanto ainda resta de caminho para sua legitimação como operador epistemológico de uma *política da imaginação* pela qual perverter as palavras de ordem de uma doutrina historicista. E se arriscarmos cotejar *Imagens apesar de tudo* e outros textos menos implicados pela polêmica, veremos que mesmo as quatro imagens em questão, quatro documentos, quatro fiapos de imaginação, são passíveis de se inscreverem em registro ampliado – para além da mera opção entre *simulacro e documento* (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 55) –, no registro de uma "negatividade sem tréguas" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 48), capaz de arrastar as formas num jogo de dissolução, de desmontagem, de dilaceração. O que se apregoa assim é um olhar cortante, uma consciência culpada, com a conseqüente cabeça cortada do historiador, para falar indiretamente, pelos traveses bataillianos. O que se apregoa é uma "brecha na história concebida" para libertar um "efeito de real"; enfim, uma "compreensão histórica profunda do próprio 'grão' ou do 'fraseado' do acontecimento" (DIDI-HUBERMAN, 2020, p. 144-145), para falar diretamente pela fenomenologia didi-hubermaniana. Fenomenologia, aliás, que se enxerga, em toda falsa modéstia, como um "artesanato do impossível que é arrancar qualquer aparição do esquecimento", sem para tanto pôr de lado a tremura (as nuances) das coisas (DIDI-HUBERMAN, 2018a, p. 31).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 4, p. 9-14, jan. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/731>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. In: AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55-64.
- BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes**. Tradução de Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BATAILLE, Georges. Le Coupable. In: BATAILLE, Georges. **Oeuvres Complètes**. Paris: Gallimard Paris: 1973. v. 5, p. 235-392.
- BATAILLE, Georges. **L'expérience intérieure**. Paris: Éditions Gallimard, 1986.
- BATAILLE, Georges. La valeur d'usage de D.A.F. de Sade. In: BATAILLE, Georges. **Oeuvres Complètes**. Paris: Gallimard, 1970a. v. 2, p. 54-69.

BATAILLE, Georges. L'esprit moderne et le jeu de transpositions. *In*: BATAILLE, Georges. **Oeuvres Complètes**. Paris: Gallimard, 1970b. v. 1, p. 271-274.

BATAILLE, Georges. Esthète. *In*: BATAILLE, Georges. **Oeuvres complètes**. Paris: Gallimard, 1970c. v. 1, p. 236.

DAS CHAGAS FERNANDES, Francisco. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/ iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 27, p. 1-51, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v27/1982-0267-anaismp-27-e08.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens-ocasiões**. Tradução de Guilherme Ivo. São Paulo: Fotô Editorial, 2018a.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou o gaio saber inquieto**. Tradução de Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018b.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A Pintura encarnada**: seguida de A Obra-Prima Desconhecida de Honoré de Balzac. Tradução de Oswaldo Fontes Filho e Leila de Aguiar Costa. São Paulo: Editora Escuta e Editora FapUnifesp, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição**. Col. O olho da história I. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **L' image ouverte: motifs de l' incarnation dans les arts visuels**. Paris: Gallimard, 2007. Disponível em: <https://www.findpdf.me/?p=L%27image+ouverte++Motifs+de+l%27incarnation+dans+les+arts+visuels&ln=fr>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. La question de l'indialectique. Avec Roland Barthes. **Palestra no Collège de France**, 13 novembro 2015. Disponível em <https://www.college-de-france.fr/site/antoine-compagnon/symposium-2015-11-13-10h00.htm>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FELDMAN, Ilana. Imagens apesar de tudo: problemas e polêmicas em torno da representação, de "Shoah" a "O filho de Saul". **ARS**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 135-153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2016.124999>. Acesso em: 5 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, la généalogie, l'histoire**. Dits et écrits: 1954-1988, II. Paris: P.U.F., 1971. p. 145-172.

LACAN, Jacques. **Le Séminaire: II**. Paris: Seuil, 1994.

MICHAUD, Yves. Une herméneutique de l'absence: Didi-Huberman. *In*: MICHAUD, Yves. **La crise de l'art contemporain**. Paris: PUF, 1997. p.179-186.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr./jun. 2018.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Oswaldo Fontes Filho é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista, desenvolveu pesquisas nas áreas de Ciências da Linguagem e Filosofia da Arte na Université François Rabelais de Tours/França, bem como no Centre d' Histoire et Théorie de l' Art da École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Docente no Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, e em seu Programa de Pós-Graduação. Como pesquisador, ocupa-se de questões teórico-metodológicas colocadas à História da Arte por alguns pensadores contemporâneos da imagem tributárias, direta ou indiretamente, da Filosofia e do pensamento estético. É tradutor de Georges Didi-Huberman no Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Estrada do Caminho Velho, 333, Jardim Nova Cidade, Guarulhos, SP, CEP 07252-312, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Matheus Henrique Faria Pereira – Editor Executivo

DIREITOS AUTORAIS

Oswaldo Fontes Filho.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 17 de fevereiro de 2021.

Alterado em: 20 de maio de 2021.

Aprovado em: 20 de maio de 2021.

Entre la trascendencia y la inmanencia: análisis de la influencia de Giambattista Vico en la obra de Eric Voegelin

Between Transcendence and Immanence: an analysis of the influence of Giambattista Vico on the work of Eric Voegelin

Sebastián Guerra ^a

E-mail: saguerra@uandes.cl

<https://orcid.org/0000-0001-6394-5878> 

^a Universidad de los Andes, Santiago, Chile

RESUMEN

En este artículo se analiza la influencia que tuvo la obra de Giambattista Vico, particularmente su principio *verum ipsum factum*, sobre la visión de la historia desarrollada por Eric Voegelin, y el influjo de la visión sobre los mitos del napolitano en las nociones de "conciencia", "experiencia noética" e "historiogénesis" desarrolladas por el filósofo alemán. El objetivo es observar la influencia explícita e implícita que tuvo Vico en aspectos de la filosofía de la historia desarrollada por Voegelin. Gracias al análisis conceptual, se pudo detectar una influencia directa de la gnoseología viquiana, fundada en el principio *verum ipsum factum*, así como de la valoración del mito que hizo Vico en la teoría del conocimiento y la consiguiente teoría de la historia desarrolladas por Voegelin.

PALABRAS CLAVES

Giambattista Vico; Conocimiento histórico; Mito.

ABSTRACT

This article analyses the influence of the work of Giambattista Vico on the view of history of Eric Voegelin, particularly the principle *verum ipsum factum* and the Neapolitan's myths regarding the notions of "consciousness," "noetic experience," and "historiogenesis" developed by the German philosopher. With that, it aims to verify Vico's explicit and implicit influence on the philosophical and historical aspects developed by Voegelin. The conceptual analysis indicates a direct influence of the Viquian gnoseology under the principle *verum ipsum factum*, as well as a valuation of Vico's myth in the theory of knowledge and Voegelin's theory of history.

KEYWORDS

Giambattista Vico; Historical Knowledge; Myth.

“Los dioses que se iban sucediendo se iban apoderando verdaderamente de la conciencia. La mitología, como historia de los dioses, sólo podía producirse en la vida misma, tenía que ser una vivencia y una experiencia.” (SCHELLING, 1998, p. 18)

Existe consenso dentro de la literatura viquiana en cuanto a considerar las interpretaciones de Ernst Cassirer, Benedetto Croce e Isaiah Berlin sobre la obra de Giambattista Vico (1688-1744) como las fundamentales. En el caso de Cassirer, por la importancia que le atribuyó al lenguaje y al pensamiento mitológico (CASSIRER, 1998); en lo que se refiere a Croce, por su visión crítica historicista sobre el carácter inmanente de la Providencia divina (CROCE, 1997); y, finalmente, en cuanto a Berlin, por haber señalado el claro antecedente que representaría la obra de Vico para el surgimiento del Romanticismo (BERLIN, 2013).

A partir de lo anterior, en el presente artículo se busca analizar la interpretación que hizo el politólogo y filósofo de la historia alemán Eric Voegelin (1901-1985) sobre la obra de Vico, además de comprender mejor a Voegelin a la luz del trasfondo viquiano. Con relación a lo singular de la lectura voegeliana, (i) se observará un explícito y amplio conocimiento de la obra de Vico, expuesto principalmente en *History of Political Ideas* (1975) (VOEGELIN, 1998). A partir de ello, (ii) se analizará la influencia del principio viquiano *verum ipsum factum* (que, como se verá más adelante, apunta a comprender la capacidad humana de conocer aquello que es hecho por el hombre) en el desarrollo de la noción de “historiogénesis” y en lo que respecta a los roles en la historia de la “conciencia”, “participación” y “experiencias” humanas propuestas por el filósofo alemán. Finalmente, relacionado con dichas influencias, (iii) se examinará cómo el análisis que hace Vico del rol de los mitos para la comprensión de la historia también encuentra eco en la teoría de la historia de Voegelin.

Con respecto a la literatura que ha abordado el problema, son escasos los estudios en torno a la relación entre la obra de Vico y la de Voegelin centrándose en dos aspectos: la importancia de la retórica para el análisis del devenir histórico y, en gran medida consecuencia de la misma retórica, la crítica hacia la ciencia imperante en la época. Ahora bien, existen particularidades en dichos estudios: el hecho de que Voegelin considere a Vico antes que todo como un filósofo de la política y solo después un filósofo de la historia (CAPORALI, 2020); la importancia de la teoría de la retórica para comprender la relación entre ambos autores, concentrándose en las fundaciones históricas a partir del lenguaje simbólico (BALLACCI, 2008); el desarrollo de una filosofía de la historia en Voegelin, sobre todo bajo el primado de la importancia de la

participación del hombre en la historia y la consiguiente tensión de la existencia que se generaría por el hecho de tratarse de un actor que debe jugar una parte en el drama del ser histórico sin saber realmente de qué se trata dicho devenir (Cfr. Voegelin, E. en CAMPBELL, 1984, p. 228).

Además de dichos tópicos, se presentan estudios comparativos sobre diferentes aspectos que podrían poner de manifiesto una relación entre la obra de Vico y la de Voegelin. Harald Bergbauer realiza un análisis comparativo sobre la filosofía de la historia, el papel del mito, la metodología, la crítica a la ciencia imperante, la antropología y la evolución de la historia en ambos autores. Ciertamente, las comparaciones más provocadoras, y que encuentran eco en este escrito, son las planteadas en torno al rol del mito y la visión de la historia. Ahora bien, Bergbauer considera a Vico como un autor que se encuentra "situado históricamente entre el fin de la Edad Media y el comienzo de la modernidad" (Cfr. BERGBAUER, 2019, p. 117-139). Cabe la pregunta de qué considera el autor por Edad Media y cuáles serían los límites que fija para ese periodo, siendo Vico un autor de pleno siglo XVIII. Por otro lado, en su artículo, Pablo Badillo realiza una presentación de diferentes contraposiciones que se observan en la obra de Vico y de Voegelin, como la de las ciencias naturales ante la ciencia nueva, la de la sustancia contra el cogito cartesiano, la del rol de la Providencia contra la teoría del contrato y la que se establece entre la idea de progreso (*hybris*) y la visión de decadencia. Sin embargo, el mismo autor declara que su análisis busca dar un panorama superficial de las relaciones que pueden existir entre postulados de Vico y la obra de Voegelin. De hecho, indica que el autor alemán no declaró manifiestamente la presencia de Vico en su obra (BADILLO, 1997). Y, en efecto, en dichos estudios se omite el marco conceptual de las formulaciones hechas por Voegelin para observar la crítica científica, situación que busca remediar la presente investigación, pues considero que, en gran medida, allí radica la influencia de Vico sobre el filósofo alemán, además del origen de la particular lectura que realiza este sobre la obra del napolitano.

En cuanto a la metodología aplicada en este estudio, he analizado ocho fuentes primarias, cuatro de cada autor: de Voegelin, *Nueva Ciencia de la Política* (1952) (VOEGELIN, 2006),¹ *Anamnesis* (1966) (VOEGELIN, 1978a), *History of Political Ideas y Order and History* (1956-1987) (VOEGELIN, 1956);² de Vico, *Ciencia Nueva* (VICO, 2012),³ en las versiones de 1725 y de 1744, *Sabiduría primitiva*

¹ Como excepción al criterio adoptado para la consulta y análisis del resto de las obras de Voegelin utilizadas, en este trabajo se optó por trabajar con la versión en castellano de la *Nueva Ciencia de la Política*, de allí que aparezca el título en ese idioma y no en el inglés original.

² La mayoría de las referencias utilizadas sobre *Order and History* han sido extraídas del "Dictionary of Voegelin terminology", de la Universidad de Gent. Vs. Link estable: <http://www.evs.ugent.be/node/391>.

³ Se ha utilizado la versión italiana. Sin embargo, en el texto se ha citado en castellano: en el caso de la *Ciencia Nueva* de 1725 se ha seguido la edición del FCE (VICO, 2006b), mientras que para la versión de 1744 se ha optado por Tecnos (VICO, 2006a).

de los italianos (1710) (VICO, 1939) y *Sobre los estudios de nuestro tiempo* (1708) (VICO, 1998).

Además de recurrirse al análisis de la teoría viquiana para comprender mejor los planteamientos del alemán, con la intención de notar la influencia de Vico en Voegelin, para el presente artículo se propone una división en tres partes. Primero, se analizarán las nociones de “conciencia”, “conocimiento noético” y “simbolización” que desarrolló Voegelin. Luego, se estudiará el principio *verum ipsum factum* de Vico, junto a la visión del autor sobre los mitos. Finalmente, se observará la interpretación de Vico que realizó Voegelin, particularmente bajo el prisma de la incidencia de la mitología en el devenir histórico y su teoría de la historia.

Algunos términos voegelianos: conciencia, conocimiento noético, símbolos

Para iluminar una mejor comprensión del posterior análisis, considero necesario aclarar algunas nociones que utilizó Voegelin para el desarrollo de su teoría, particularmente en torno a lo que entendió por “conciencia”, “conocimiento noético” de la realidad y “simbolización”, considerando que hay relaciones fundamentales entre estos conceptos.⁴

En primer lugar, la “conciencia” sería un proceso en el ser que puede ser simbolizado y diferenciado, pero no conceptualizado en su totalidad en categorías y sistemas racionales. Así se puede inferir desde “The Consciousness of the Ground” (1966), cuando Voegelin señala la conciencia natural de ignorancia que tendría el hombre y su consiguiente afán de conocimiento (VOEGELIN, 1978e, p. 148). Es por esto que Morrissey sostiene que Voegelin posee un carácter empirista en el original sentido griego de la expresión: la directa experiencia que conforma su acto de percepción integrando distintos símbolos, imágenes o analogías en la búsqueda de la verdad (Cfr. MORRISSEY, 1994, 247-48). Así, en *Anamnesis*, Voegelin plantea que: “la experiencia de la conciencia es la experiencia de un proceso, el único proceso que conocemos ‘desde dentro’” (VOEGELIN, 1978e, p. 149).⁵ Es fundamental comprender esta característica de la experiencia de la conciencia: ocurre dentro del hombre, un sujeto histórico, y, por ende, en su particular contexto. Voegelin es muy claro al señalar que el desarrollo de la conciencia humana siempre debe ser visto como un evento dentro de un contexto histórico en el más amplio sentido. Para Voegelin, la

⁴ El análisis conceptual del mito en Voegelin se podrá observar en el tercer apartado, cuando se realice la comparación con los postulados viquianos.

⁵ Con excepción de *Nueva Ciencia de la Política*, todas las citas textuales de las obras de Voegelin fueron traducidas por mí.

“conciencia” es una realidad que posibilita la experiencia de la participación humana en la génesis de la propia historia.

En segundo lugar, derivadas de la idea de “conciencia” y en íntima relación con ella, las nociones de “experiencia noética” y de “conocimiento noético” se nos presentan como elementos fundamentales para el cuestionamiento de la realidad. Voegelin señala que el carácter esencial del terreno histórico es revelado desde el pasado pre-noético por la luminosidad que brinda la experiencia noética (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 155). Entonces, ante la ignorancia que tiene el hombre respecto a la realidad, particularmente ante el mundo natural, aparece un proceso cognitivo del hombre, motivado por la conciencia, que moviliza el afán de profundizar su conocimiento ante el estímulo de la realidad. De allí que el hombre produzca movimientos en torno a ello, lo pre-noético, que serán profundizados por la experiencia y el conocimiento de carácter noético. Allí radicaría el germen de la filosofía en la medida en que “a través de la filosofía uno reconoce su posición en las tensiones entre tiempo y eternidad” (VOEGELIN, 1978b, p. 132), es decir, el desarrollo del ser en el tiempo. De acuerdo con la visión de la historia que tenía Voegelin, el afán de conocimiento humano ante la realidad desconocida se levanta cuando la conciencia busca hacer explícita su participación en dicha realidad (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 148).

Así, al observar la relación entre la conciencia y las manifestaciones noéticas del hombre, Voegelin sostiene que la realidad de la conciencia no es inconsciente, sino que, por medio de expresiones simbólicas en varios grados de iluminación, se relaciona con la realidad, ya sea con su propia realidad de participación o con los polos de participación (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 166). La conciencia es siempre conciencia de algo, compenetrándose el elemento divino en la mente humana por medio de la participación. Ahora bien, la intencionalidad de la conciencia puede generar imágenes de la realidad que pueden ser ciertas o no, pues la conciencia tiene una dimensión de libertad en el diseño de imágenes de la realidad; esto se transforma en un problema por la diversidad de fenómenos que puede originar: desde una creación mitológica o artística hasta especulaciones gnósticas, ideologías, etc. (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 166). De allí que el hombre pueda entrar libremente en la búsqueda de la interpretación de la realidad de una manera lograda o no. Por supuesto, de acuerdo con Voegelin, lo ideal es que el hombre se inserte en la comprensión de la realidad permitiéndose distinguir entre la veracidad o la falsedad de la representación de la realidad:

En la transición de la realidad a la teoría, los criterios utilizados en el proceso de esclarecimiento tienen que estar bien definidos, y debe corroborarse el valor cognitivo de los conceptos resultantes a través de su ubicación en contextos teóricos más amplios (VOEGELIN, 2006, p. 67).

Ahora bien, el cuestionamiento surgiría cuando no se puede expresar el conocimiento noético, derivándose al campo de lo pre-noético. Allí es cuando aparecen los símbolos.

En lo que se refiere a los símbolos y la simbolización en Voegelin, Keulman es enfático al observar que la razón de ser de los símbolos descansa en el impulso humano a expresar aquello que es inherentemente inexpresable (KEULMAN, 1990, p. 78). Al respecto, Voegelin declara que “los símbolos con los que una sociedad interpreta el significado de su existencia tienen una pretensión de verdad” (VOEGELIN, 2006, p. 70). Por ende, cada símbolo expresaría una experiencia que podría transformarse en una posición para ir en busca de la verdad (VOEGELIN, 1978c, p. 179). Además de las implicancias que tienen los símbolos para el conocimiento, desde la perspectiva voegelianiana, también se pueden concebir como elementos que unifican el terreno humano con el divino, tal como ocurre con la conciencia, repercutiendo en el orden social de las sociedades. Entonces, respecto a lo primero, el símbolo no sería un signo convencional humano para expresar una realidad externa a él ni tampoco un cierto tipo de construcción teológica, una palabra de Dios convenientemente transmitida por Él a alguien que pudiera entenderle, sino que sería un encuentro divino-humano en el que participarían la realidad humana y la divina (Cfr. VOEGELIN, 1989). Por otro lado, cada sociedad estaría constituida por una comprensión del orden basada en sí misma, es decir, cada sociedad en la historia produciría símbolos que expresan una experiencia de orden (VOEGELIN, 1978d, p. 144). Así, la filosofía y los mitos podrían ser considerados como formas simbólicas de la existencia humana que buscan expresar algún conocimiento de la realidad, de la verdad, por medio de las experiencias vividas.

Estos elementos conceptuales voegelianos, así como el análisis en torno a la historia y los mitos que se realizará en este artículo, permitirán comprender la relación que existe entre postulados importantes desarrollados por Vico y aspectos de la obra de Voegelin, a saber: la noción de mito y el principio *verum ipsum factum* viquianos y la visión de los mitos y la “historiogénesis” desarrollados por el filósofo alemán.

Vico: el principio *verum ipsum factum* y los mitos El hacedor y la ciencia histórica

Vico escribió, en 1710, *De antiquissima Italorum sapientia* — en adelante, *De Antiquissima* —, obra en la que expuso la base de una teoría del conocimiento. Ciertamente subordinada por los lectores de Vico a la obra magna *Principios de una Ciencia Nueva en torno a la naturaleza común de las naciones* — en adelante *Ciencia Nueva* —, el *De Antiquissima* es el trabajo viquiano donde se desarrollan importantes conceptos teóricos para una comprensión del mundo histórico centrada en la unión de la filosofía, la teología y la filología a partir del principio *verum ipsum factum*. De hecho, Croce señala esta etapa de la formulación del conocimiento viquiano como la primera fase de la teoría del conocimiento de Vico (CROCE, 1997). “En latín los términos *verum* y *factum* ‘lo verdadero’ y ‘lo hecho’ se toman el uno por el otro o, como dicen los escolásticos, se convierten [...]” (VICO, 1939, p. 27).

Fue así que Vico sentó las bases de su teoría del conocimiento: lo verdadero y el hecho mismo serán lo que determine el conocimiento; se convierten, actúan recíprocamente en una relación en la cual ambos significan lo mismo para el ser humano.

[...] podemos presumir que los sabios de la Italia antigua admitían la siguiente doctrina sobre lo verdadero: lo verdadero es lo hecho mismo y por consiguiente en Dios está la primera verdad porque Dios es el primer hacedor; verdad infinita, porque es el hacedor de todo; absoluta, porque representa los elementos exteriores e interiores de las cosas, pues las contiene (VICO, 1939, p. 28).

Al respecto, Croce señala que este fue el principio universal de la teoría del conocimiento de Vico: la verdad será idéntica a lo creado (CROCE, 1913, p. 5). Adhiriéndose a esta postura, R.G. Collingwood llama la atención hacia la necesidad que existía en Vico de elaborar un principio que permitiese al hombre distinguir lo que puede conocerse de aquello que no puede conocerse, es decir, “una doctrina de los necesarios límites del conocer humano.” (COLLINGWOOD, 2004, p. 70). En cuanto a este aspecto, es oportuno recordar lo señalado por Campbell en torno a las visiones de la historia que compartirían Vico y Voegelin.

Con relación a la importante presencia del mundo metafísico representado por Dios, Vico señala la incapacidad que posee el ser humano para comprender la totalidad de la realidad. Sienta las bases de una teoría teológica en la cual, por un lado, Dios es

símbolo de la verdad suprema y, por otra parte, el ser humano es representante de la impotencia de su comprensión:

[...] Dios reúne todos los elementos de las cosas, internos y externos, porque los contiene y ordena, mientras la mente humana, como es limitada y exterior a todas las demás cosas que no están en ella, puede aproximar los puntos extremos pero no reunirlos todos; así, puede pensar en las cosas pero no entenderlas; por eso es partícipe, no dueña de razón (VICO, 1939, p. 29).

Vico considera que el hombre es un animal racional, pero observa que la relación con la realidad se da solo a partir de la *participación* en ella y, en consecuencia, el hombre no lograría nunca conocer la totalidad del mundo. Este pensamiento de Vico suscitó críticas sobre todo desde el cartesianismo, que denunciaba su carácter antimoderno. Ahora bien, en gran medida, dicha apreciación era un ataque al autor napolitano, visto que, con el desarrollo del *verum ipsum factum*, buscaba enfrentarse a las ciencias imperantes de su época, al fenomenalismo y al carácter matematizante de las ciencias. En *Del método de estudio de nuestro tiempo*, Vico desarrolla sus principales apreciaciones al respecto (Vs. VICO, 1998, p. 403-436). Y en *De Antiquissima plantea* ideas contrarias a las propuestas cartesianas, al afirmar, por ejemplo: "La verdad es que si uno introduce el método geométrico en la vida práctica *no hace otra cosa que empeñarse en ser loco razonablemente.*" (VICO, 1939, p. 90).⁶ Tal como lo han observado los estudiosos de la relación entre Vico y Voegelin, uno de los principales motivos de la obra viquiana es la crítica a la ciencia imperante y, si se quiere, a la ciencia moderna.

Vico señala que "[...] estando sólo en Dios lo absolutamente verdadero, debemos declarar totalmente verdadero lo que Dios nos revela, y no debemos averiguar qué género de verdad sea, puesto que no podemos comprenderla" (VICO, 1939, p. 30-31). Así, el conocimiento humano no puede hacer más que discernir las relaciones formales de la experiencia, esta es la suposición de Vico y lo que demuestra con la elaboración de su conocimiento. Al respecto, es pertinente el razonamiento de Cassirer sobre el pensamiento mitológico, que entiende como:

un proceso teogónico: un proceso en el cual Dios mismo deviene, en el cual se va creando progresivamente a sí mismo como el verdadero Dios. Cada etapa de esta creación, hasta donde se le pueda concebir como punto necesario de transición, tiene su propia significación, pero apenas en el

⁶ La cursiva es mía para la cita de Terencio hecha por Vico.

todo, en la continuidad ininterrumpida del movimiento en la conciencia (CASSIRER, 1998, p. 19).

Por ende, al hombre solo ha de restarle la capacidad de conocer lo que él mismo ha hecho en virtud de su propia incapacidad de conocerlo todo. En ello radica el *verum ipsum factum*. Ahora bien,

[...] cuando el hombre en sus intentos de investigar la naturaleza advirtió, al fin, que de ninguna manera podía asirla, por no tener dentro de sí los elementos de que se componen las cosas, y que esto sucede por la limitación de su mente [...] sacó provecho de tal imperfección de su inteligencia y, mediante la llamada abstracción, se representó dos cosas: el punto que se puede trazar y la unidad que se puede multiplicar. Pero las dos cosas son ficticias, pues el punto, si se traza, no es punto, y si multiplica la unidad ya no es más unidad (VICO, 1939, p. 32-33).

Se observa cómo el hombre no es capaz de conocer todo lo verdadero, el *verum*, pues “el criterio del conocimiento es el *verum ipsum factum*” (USCATESCU, 1956, p. 29). Sin embargo, gracias a la abstracción, podrá desarrollar la matemática y elaborar artificios mediante los cuales podrá tener una certeza de la realidad creada por Dios; o sea, no podrá tener un total conocimiento de lo verdadero, pero sí una certeza. Por ende, contra el racionalismo y el escepticismo, Vico construye una metafísica centrada en la idea de Dios, creador de toda la realidad, guiado por un sistema universal de formas esenciales, manifestación de la mente divina y determinante en el plano teleológico de la realidad de los hombres. Dios es visto, así, como causa eficiente y final del mundo.

El principio *verum ipsum factum* nos da a inferir, a partir de la incapacidad humana, cómo es por medio de la abstracción que el hombre desarrolla su conocimiento científico histórico. De esta forma, la imitación de la mente divina daría pie a la formulación propiamente humana, por medio de la cual los hombres serían capaces de hallar la certeza y la verdad en la historia. Declara Vico en la *Ciencia Nueva* de 1725 que “[...] el mundo de las naciones gentiles ha sido ciertamente hecho por los hombres [...]” (VICO, 2006b, p. 57). Entonces,

[...] como la ciencia humana ha nacido de un defecto de nuestra mente — a saber su extraordinaria limitación por la cual está fuera de todas las cosas, no contiene las cosas que quiere conocer y, por no contenerlas, no

crea las verdades que estudia — las ciencias más exactas son las que borran su vicio de origen y por la creación llegan a asemejarse a la ciencia divina, pues en ellas lo verdadero y lo hecho se convierten (VICO, 1939, p. 34).

Nuevamente toma fuerza la norma para la validación de lo verdadero: haberlo hecho. En términos comparativos, así como existe el carácter secular-mecanicista en la obra de Thomas Hobbes, particularmente reflejado en la “Introducción” del *Leviatán*; así también se puede constatar el carácter hacedor del hombre viquiano, el *homo faber*, como un principio determinante sobre lo que puede conocerse verdaderamente de la realidad. Sin embargo, cuando Vico considera que “[...] es absolutamente cierto que la metafísica es la fuente de toda verdad, que de ella fluye a todas las demás ciencias” (VICO, 1939, p. 53), sin duda hay allí un distanciamiento del postulado viquiano con respecto a dicha lectura secular-mecanicista de la obra de Hobbes.⁷ Bastaría con recordar la portada de la *Ciencia Nueva* de 1744 de Vico para sostener la importancia que el autor le atribuye a Dios y a la metafísica para la iluminación del conocimiento humano (Vs. VICO, 2006a).⁸ De esa forma, se debe considerar que el conocimiento de la totalidad de la realidad es imposible para el hombre, pues él no es hacedor de todas las cosas, como sí lo es Dios; sin embargo, a partir de conjeturas, abstracciones y simbolismos, podríamos *aproximarnos* al conocimiento de la naturaleza o de todo lo que no es creado por el hombre.

Finalmente, si se considera que, para Vico, “saber es conocer el género o la forma de hacerse la cosa; tenemos conciencia de las cosas cuyo género o forma no podemos demostrar, así como en la vida práctica ponemos a la conciencia por testigo de las cosas de que no podemos dar señas ni razones” (VICO, 1939, p. 38), se puede afirmar que el autor distinguía entre el saber y la conciencia. El saber, en la medida en que se conoce cómo ha sido hecha una cosa, implicaría el conocimiento; mientras que la conciencia se expresaría como un grado de conocimiento menor, pues no sería *conocimiento verdadero*, sino la consideración de aproximarse a tal conocimiento.

A partir de lo anterior, será posible comprender la importancia de la conciencia para la participación humana en lo que desconoce, participación posible a partir de simbolizaciones de la realidad. De allí que el mito asuma un rol preponderante en la teoría de la historia viquiana, así como en la voegeliana.

⁷ Respecto a la interpretación secular-mecanicista de la obra de Hobbes, revisar la obra de Amos Funkenstein (Vs. FUNKENSTEIN, 1986).

⁸ Dios iluminando la metafísica con el conocimiento y esta reflectando a los hombres, particularmente a Homero. El mismo Vico explica esta situación al inicio de la *Ciencia Nueva* de 1744.

El mito en Vico

Para Cassirer, es clara la importancia del mito como problema filosófico, pues, si la filosofía busca

un sistema comprensivo del espíritu, la reflexión tiene que retrotraerse necesariamente hasta el mito. Desde este punto de vista, Giambattista Vico, fundador de una nueva filosofía del lenguaje, también viene a ser el fundador de una filosofía de la mitología fundamentalmente nueva. Para él la genuina y verdadera unidad del espíritu está representada por la tríada del lenguaje, el arte y el mito (CASSIRER, 1998, p.16).

Ciertamente esta valoración otorga una oportunidad para analizar en qué medida el filósofo napolitano estudió el mito.

Mythos se define como narración verdadera, mas quedó con significado de fábula, en concepto de todos, hasta ahora, narración falsa; *Etymos* se define por habla verdadera, y vulgarmente significa origen, o sea historia de la voz [...] las fábulas y las hablas verdaderas significan una cosa misma, y que fueron vocabulario de las primeras naciones (VICO, 2006b, p. 179).

Ernesto Grassi observa la importancia que tuvo la teoría poética de Vico para estudiar el origen de la sociedad si se tiene en cuenta que los primeros pueblos tenían un cuestionamiento vital y urgente sobre el sinsentido y la naturaleza misteriosa del cosmos, sobre todo cuando la razón no estaba del todo sistematizada (Cfr. BALLACCI, 2007, p. 17). De acuerdo con lo planteado por Vico, lo fundamental es la comprensión del mito como una "narración verdadera", particularmente asociada a la presencia de los primeros hombres, los pertenecientes a la edad heroica y a los albores de la edad humana, pues ellos, en función del limitado vocabulario que poseían, hablaban con símbolos poéticos, lo que, ciertamente, contribuyó a que, con el devenir de la historia humana, se fuera tergiversando dicho relato mítico. De hecho, Vico observa cómo se presentó la oscuridad de los primeros relatos, motivada por

la mudanza de costumbres que naturalmente van de mal en peor y hacia su corrupción, unida a la ignorancia de los sentidos de las fábulas, que eran historias de las religiones griegas, y de virtudes y hazañas heroicas de los fundadores de cada nación, las hizo desviar a significaciones

degeneradísimas, y enteramente contrarias a las buenas leyes y buenas costumbres primeras (VICO, 2006b, p. 199).

Debido a esto, Vico considera la necesidad de establecer correctas interpretaciones del relato mítico que siempre contemplaran cuánto de verdad hay en el mito, generándose el problema sobre si lo mitológico fuera un campo de estudio que corresponde a la verdad y en cuanto a la falsedad de los personajes y acontecimientos. Al respecto, Vico considera que:

[...] no puede haber ideas falsas, porque lo falso consiste en la desordenada combinación de las ideas, tampoco podrá darse tradición alguna, por fabulosa que sea, que no haya tenido en sus comienzos algún motivo verdadero; y habiéndose demostrado anteriormente que las fábulas deben de haber sido exclusivamente historias de los antiquísimos menesteres humanos de Grecia, la parte más difícil de este trabajo nuestro ha sido, pues, meditar en los motivos de verdad que dieron origen a esas fábulas, los cuales serán a la vez los verdaderos principios de la mitología y los principios de las historias de los tiempos bárbaros (VICO, 2006b, p. 186).

De esta forma, podría comprenderse que el relato mítico que presenta Vico tendría un asidero de verdad en la medida en que fue hecho por los hombres con la finalidad de significar y comprender su realidad. Al analizar el mito en Vico, Croce considera que este “[...] es intrínsecamente una verdad histórica, en la forma que la verdad histórica está sobre la mente de los primeros hombres” (CROCE, 1997, p. 68). Tal como se observó, el hombre no puede conocer la totalidad del mundo, particularmente el natural o divino, pero, gracias a conjeturas, abstracciones o el uso de la fantasía, nos podemos aproximar a lo que sería verdadero. En este sentido, Vico ve en la sabiduría poética expresada en los mitos la fundación del mundo humano (VICO, 2006a, p. 38-39). Para Croce, la consideración que hace Vico de los mitos en gran medida estuvo fundamentada en su apreciación de filósofos y mitólogos como poetas que imaginaron tantas cosas extrañas sobre las fábulas que dieron lugar a una visión de las cosas verdaderas de su tiempo (Cfr. CROCE, 1997, p. 67). De hecho, Croce expone que la teoría del mito en Vico se manifiesta como una “alegoría de verdad filosófica (moral, política), bajo la consideración de que el mito es una historia de personajes que efectivamente existieron y de acontecimientos que sucedieron, adornados, ciertamente, por la imaginación divina de los héroes” (CROCE, 1997, p. 65).

Al respecto, se sigue la lectura croceana que indica a “los poetas (en el sentido viquiano de la expresión, es decir, creadores de mitos) como el sentido (vale decir, como una filosofía rudimental e imperfecta) y a los filósofos como el intelecto de la humanidad (es decir, la filosofía más compuesta, que nace de la precedente)” (CROCE, 1997, p. 71). A partir de esto, se puede observar una directa relación con ideas desarrolladas por Voegelin: por un lado, las experiencias pre-noéticas y los simbolismos voegelianos encuentran fundamento en los creadores de mitos de Vico y, posteriormente, el conocimiento noético desarrollado por el alemán, en la visión que tiene Vico de los filósofos. El mito precede a la ciencia y a la filosofía. “De acuerdo con el hábito humano, los hombres ignorantes de las causas, a cada cosa extraordinaria en la naturaleza que reclame su asombro, por su natural curiosidad naturalmente son incitados al deseo de saber qué irá a significar tal cosa” (VICO, 2006a, p. 104).

De esta forma, la teoría viquiana del mito concilia la filosofía y la historia. Para Vico, así como ocurre con el mito, en el fondo, la filosofía y la historia son una sola cosa e indivisible (Cfr. CROCE, 1997, p. 70). Tal como se analizará a continuación, esta visión de Vico que observó Croce fue un elemento fundamental y de una influencia relevante para la interpretación que hizo Voegelin sobre la obra del napolitano.

Voegelin: la influencia de lectura viquiana de los mitos para la génesis de la historia

El Vico de Voegelin

El conocimiento sobre Vico que tiene Voegelin se expresa de distintas formas, a saber: las referencias explícitas a la obra del napolitano y las influencias implícitas que tienen algunos postulados viquianos sobre la obra de Voegelin. Se puede declarar que las primeras referencias se encuentran en la década de 1940, en *Anamnesis* y en algunas cartas; luego, en la *Nueva Ciencia de la Política* (desde el título de la obra se puede detectar una influencia); y, finalmente, en el capítulo dedicado a Vico en *History of Political Ideas*. En 1943, Voegelin señala respecto a Vico que:

Es mérito de Giambattista Vico haber visto por primera vez la contese eroiche, las luchas heroicas de los patricios y plebeyos romanos, como luchas por el mito. Las principales fases de este desarrollo fueron: (i) el monopolio de los dioses de los patricios, (ii) la creación de los dioses plebeyos, (iii) el reconocimiento de la igualdad de cultos y la racionalización de las relaciones sociales por medio de la ética. Creo que la tesis de Vico toca un problema fundamental de la estructura de la comunidad que todavía no se ha explorado lo suficiente (VOEGELIN, 1978e, p. 25).

En lectura similar a la desarrollada por Cassirer, Voegelin posiciona a Vico como un referente fundamental para el análisis de la realidad política, entendida esta como realidad generada por la conciencia de individuos específicos cuyas experiencias y expresiones simbólicas, como el mito, producen un campo social que altera el terreno histórico (Cfr. KEULMAN, 1990, p. XV). Es notable la interpretación política que da Voegelin a los mitos en la obra de Vico, pues considera que el conflicto político encuentra sus raíces en la confrontación por los mitos desarrollados por miembros de una determinada sociedad.

Según Voegelin, Vico tiene una antropología filosófica que sostiene sus teorías políticas y de la historia en la búsqueda de una manera de potenciar el rol de la mente humana en la historia (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 87). De allí la importancia de desarrollar una ciencia del espíritu que fuera a lo esencial de lo humano para comprender, posteriormente, su realidad política.

Aquí yace el campo todavía abierto de la nueva ciencia política. Con el aumento del conocimiento en la historia empírica por un lado y la creciente penetración de los problemas teóricos de la historia intelectual, evocadora y pragmática por el otro, podemos esperar un desarrollo de la nueva ciencia que vaya mucho más allá del área que Vico tenía en mente, una expansión para la cual las investigaciones de Schelling y Bergson, de Spengler y Toynbee, son poco más que un comienzo (VOEGELIN, 2004, p. 262).

Para el filósofo alemán, ya en 1946, Vico representa “el intento consciente de restaurar una ciencia del espíritu contra las pretenciosas demandas de que los métodos de la ciencia de los fenómenos de la naturaleza sean el modelo de toda ciencia” (VOEGELIN, 2004, p. 261); un primer acto grandioso en el movimiento para restaurar una ciencia de lo esencial (Cfr. VOEGELIN, 2004, p. 261). En efecto, a partir de una ciencia del espíritu se podría comprender la realidad política, la historia política y, por ende, desarrollar una filosofía política correcta. Esto abriría paso a comprender el gran punto en común que han encontrado los estudiosos de la relación entre Vico y Voegelin: la crítica al cientificismo como vía para el entendimiento de la totalidad de la realidad. Esta es la situación que se expone de manera muy clara en la versión alemana de *The New Science of Politics* publicada en 1959:

Me decidí por el título *La nueva ciencia de la política* para aludir a la *Ciencia nueva* de Giambattista Vico. Así como Vico escribió su *Nueva ciencia de la política* y su *Ciencia* en oposición a la *Nuova Scienza* de Galileo Galilei,

estas conferencias son un intento de restaurar la ciencia política en el sentido clásico, en oposición a los métodos del positivismo que predominan ahora (VOEGELIN apud BERGBAUER, 2019, p. 260).

Ahora bien, en *History of Political Ideas*, Voegelin estudia de manera más explícita y completa el pensamiento viquiano buscando saber qué lugar ocupa Vico en la historia de las ideas. Si bien Voegelin considera que Vico desarrolló ideas importantes en torno a mitos, estética y lenguaje, lo estudia primordialmente para ver qué lugar ocupa en la Historia de las Ideas Políticas. “La *Scienza Nuova* es una verdadera ciencia de la sustancia en oposición a una ciencia de los fenómenos físicos, mientras que, al mismo tiempo, es una ciencia de la política en emulación de la imponente nueva ciencia de la naturaleza” (VOEGELIN, 1998, p. 93).

Vico se enfrenta a Descartes, a la propuesta política de los protestantes y a situaciones que ocurrieron después de su tiempo (como el obscurantismo espiritual de Voltaire) (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 95). Para Voegelin, la obra de Vico habría sido un precedente en la observación de “decadencia” de la civilización occidental, ante la cual habría buscado reinsertar el espíritu en la historia (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 95).

Al respecto, cuando Voegelin analiza el proceso meditativo que realizó Vico para la conformación de su ciencia nueva, menciona tres etapas de dicho proceso: el origen filológico de la ciencia, la simbolización del lenguaje y la capacidad de utilizar la filosofía clásica en complemento con una metafísica cristiana (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 97-103). Particularmente, con relación a la etapa filológica de la ciencia viquiana, aparece el primer principio de la especulación de Vico que observa Voegelin: “El hombre no es un individuo aislado que pueda alcanzar la verdad mediante el análisis de su mente a la manera de la meditación cartesiana (como Vico la entendió). El hombre existe en la historia [...]” (VOEGELIN, 1998, p. 97-98).

Por ello, el hombre puede comprender la historia en la medida que “El lenguaje del mito, o poesía, y de las instituciones civiles, tal como lo lanza el hombre en la creación irreflexiva en el curso de la existencia histórica en comunidad, es la fuente autorizada para la comprensión de la mente del hombre y su lugar en el cosmos” (VOEGELIN, 1998, p. 98).

Para Voegelin cobra relevancia el elemento *intellegere* como acción de comprender la realidad. El autor alemán observó que la “verdadera comprensión solo es posible si el conocedor del objeto es idéntico a su creador” (VOEGELIN, 1998, p. 98). Como se ha señalado, esto solo es posible para Dios; sin embargo, al hombre queda la capacidad de conocer la realidad a partir de *cogitationes* que le permiten aproximarse a un aspecto

de esta. De hecho, el hombre puede desarrollar un conocimiento fundamental de las ciencias humanas, particularmente de las que él ha creado, como las matemáticas.

Dicha apreciación es similar a la presentada por Vico en *De Antiquissima*, obra en la que, al desarrollar la *Scienza Nuova*, el autor presenta matices al observar que el poder de la mente en la historia convierte el campo de la verdadera certeza en ciencia porque, en la historia, el hombre es el hacedor, así como el científico. Finalmente, volviendo a Voegelin, él sostiene que el “pensador cristiano tiene que restringir la identificación de *factum verum al verum creatum*; el *verum increatum* no es un *factum* en absoluto, es *genitum*” (VOEGELIN, 1998, p. 99), esto es, Dios como creador del mundo, desde su Sabiduría, revelándose por medio del Logos, guiándolo por medio de la Gracia y la Providencia. “Dios no se absorbe en el mundo como un todo ni menos en alguna parte del mismo, sobre todo no en la historia” (VOEGELIN, 1998, p. 100). Para Voegelin es imposible una filosofía de la historia gnóstica en dicho sentido, pues captar el significado de la historia, penetrado completamente por la mente humana, en una comprensión entre la mente humana y el Logos, no es factible.

Por otro lado, en la crítica que desarrolla a las premisas cartesianas, el Vico de Voegelin considera la búsqueda de la ciencia del espíritu como una contraposición del mundo creativo poético del mito al del fenomenalismo superficial, antecedente del análisis que hizo posteriormente Schelling, observando la importancia de “semillas verdaderas eternas” que operan en la realidad (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 107), el llamado conato viquiano. La historia no debe ser entendida como autosuficiente, como portadora de un significado inmanente: el *corso* de los pueblos tiene lugar en un mundo creado y esos *corsi* son finitos, así que están todos relacionados con el *factum* de la creación. “El hombre es creado en la historia y él es creado a imagen de Dios” (VOEGELIN, 1998, p. 109). Por ende, el desarrollo de la mente humana en la historia sería parte de un proceso de divina creación. Así como en la “Introducción” del *Leviatán* de Hobbes (Cfr. HOBBS, 1998, p. 3) y en la lectura que hace Funkenstein de ese texto, la operación de la mente humana en la historia puede ser entendida como una analogía con la operación de Dios en la Creación. Voegelin observa correctamente el principio gnoseológico de Vico en torno al *verum ipsum factum*: el hombre puede conocer el mundo civil, el de las naciones, pero no con total cabalidad el resto de la realidad, pues no es su autor.

Finalmente, respecto a la visión de la historia, Voegelin es cautivado por la noción de futuro abierto que identifica en la filosofía de la historia de Vico. Además, considera fundamental la noción espiral del tiempo para la comprensión del auge y caída de civilizaciones, noción que se desprende del estudio de los fenómenos históricos de

distinta índole que abarca desde lo simbólico hasta lo político. Al respecto, Voegelin observa como el curso viquiano se ve alterado cuando el perfecto estado de un pueblo concuerda con el servicio de las artes y las ciencias a la religión y a la ley, elementos fundantes de ese mismo pueblo. Precisamente cuando el *akme* de ese perfecto equilibrio entre mito y razón ha pasado, se inicia la reflexión y el cuestionamiento de los orígenes. Como resultado, se inicia la decadencia, pues dicho pueblo pierde su religión y sus leyes, pierde su identidad civilizacional y se vuelve incapaz de gobernarse a sí mismo. Ahora bien, por eterna ley de la Providencia, se retornaría a una edad heroica, pues no habría una razonable igualdad entre el débil y el fuerte (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 118).

Voegelin cuestiona el estudio de la historia ideal eterna de Vico a partir del análisis del curso de la civilización romana o, al menos, lo considera un aspecto negativo, pues, según él, no es fácil obtener un patrón de comportamiento científico, como aspiraba el napolitano, de acuerdo con la muestra dada por dicha civilización. Si bien cada civilización tiene sus mitos — y Voegelin reconoce la grandeza de Vico al identificar dicha premisa — y se puede considerar un inicio de decadencia una vez que se ha producido el *akme* en una determinada civilización, es difícil comprender de manera absoluta que

un mito, y por medio de él una comunidad civilizacional, es evocado en absoluto, pues tiene un contenido espiritual específico y que, a través de simultáneos y sucesivos auges y decadencias de civilizaciones, la humanidad tiene una historia espiritual, todos estos problemas que trascienden las regularidades inmanentes de un curso civilizacional. De hecho, estos problemas pertenecen a una filosofía del proceso teogónico (VOEGELIN, 1998, p. 123).

En efecto, en la búsqueda de regularidades históricas es metodológicamente inadmisibles incluir la estructura mítica de una determinada civilización en la construcción de un típico *corso* civilizacional. Según Voegelin (1998, p. 123), “Vico cometió este pecado metodológico [...]”. Quizás por ello el autor alemán se inclina a considerar que Vico tiene mayor simpatía por la historia profana que por la historia sacra. Como he señalado, en el cuestionamiento sobre la historia ideal eterna, el filósofo experimenta ser hacedor y conocedor al mismo tiempo, situación que es negada en la historia sacra.

En suma, Voegelin buscó destacar la obra de Vico como una filosofía de la historia que, comparativamente, se encuentra por sobre las distintas visiones dadas por el gnosticismo, por la lectura spengleriana y por las visiones progresistas seculares,

principalmente por la consideración de Vico de “recordar fuertemente al lector que la mente humana no es una mónada cerrada, sino un campo de operaciones abierto a las fuerzas divinas” (VOEGELIN, 1998, p. 129). Ante dicha apertura de la mente humana identificada por Voegelin cobra relevancia su consideración sobre los mitos como expresión de la conciencia y experiencia ante la realidad.

Qué es el mito para Voegelin

En el momento de analizar la obra de Platón, particularmente el *Timeo*, Voegelin considera que el mito marcaría un auge espiritual de la conciencia hacia nuevos niveles de análisis, observando que “el mito es un ineluctable instrumento para la comunicación de experiencias del alma” (VOEGELIN, 1956, III, p. 170). De esta forma, los símbolos de los mitos que expresan dichas experiencias pueden ser definidos como la refracción del inconsciente en medio de una conciencia que busca presentar un objeto (VOEGELIN, 1956, III, p. 192). De esa forma, y como lo observa Eugene Webb, el mito no sería necesariamente un relato ficticio (Cfr. WEBB, 1981, p. 284) en la medida en que el significado que da al objeto es inteligible (VOEGELIN, 1956, III, p. 192). Aquí puede observarse, al igual que en Vico, la idea de que el conocimiento limitado es la esencia de nuestro ser: los hombres simbolizamos la realidad que tenemos frente a nosotros debido al entendimiento restringido que de ella tenemos.

Es por esto que Voegelin considera que el mito tendría algo de verdad en su relato, constituyéndose en un adecuado instrumento de expresión en el proceso comprensivo de la realidad. Ciertamente, el mito no reivindica ser un relato definitivo sobre la realidad, sino ser la expresión de nuestra comprensión limitada de esa realidad, transformándose en un relato que narra una historia que da sentido a nuestras experiencias. Dicha premisa conlleva al principio voegelianiano de que el mito nunca puede ser reemplazado por el conocimiento definitivo, pues el relato mítico, como “experiencia pre-noética”, expresa una apariencia de verdad que promueve el razonamiento de ese conocimiento a partir de las “experiencias noéticas” y la unidad entre la vida del hombre y el terreno trascendental divino.

Entonces, el mito no puede ser nunca no-verdad porque no existiría a menos que tenga su base experiencial en los movimientos del alma que ha simbolizado el hombre (Cfr. VOEGELIN, 1956, p. 184). Ahora bien, con el desarrollo científico que se da en la evolución de la historia, particularmente con el avance de las ciencias exactas, sobre todo con lo desarrollado por el positivismo en el siglo XIX, se cuestiona el lenguaje simbólico del mito que trata de arrebatar la unidad de la conciencia humana inmanente

con la trascendentalidad divina. Por ende, la articulación de significado de la conciencia demanda el uso de símbolos míticos, entendidos como símbolos que comunican la participación de la conciencia humana en una realidad que trasciende la comprensión del hombre. He allí un aspecto fundamental de la teoría de la historia de Vico que observó Voegelin, pues, a semejanza de lo que se ve en la imagen que ilustra la portada de la *Ciencia Nueva* de 1744, es la Providencia la que ilumina la mente del hombre para que este trate de comprender la realidad, no quedándose en la mera inmanencia.

El mito como origen del conocimiento

Voegelin considera fundamental la experiencia filosófica como un evento óntico, siempre que sea entendida como la ocasión del ser en el campo de las tensiones históricas (Cfr. VOEGELIN, 1978b, p. 124). Se debe recordar que toda experiencia de la conciencia se circunscribe a un contexto histórico determinado, sea de carácter pre-noético (mitos y símbolos) o noético. De esta forma, la experiencia filosófica es la constante tensión entre lo temporal y lo trascendental, además de entre lo desconocido y lo conocido. Esto, para Voegelin, explicaría la “necesidad de un mediador que reporte e interprete a los dioses sobre lo que pasa con los hombres y a los hombres, lo que ocurre con los dioses” (VOEGELIN, 1978b, p. 128). La inmanencia del mundo de las cosas y el tiempo del mundo inmanente no son primeramente experimentados; más bien, son indicios para una compleja realidad que se vuelve visible en su propia estructura cuando, por medio de la filosofía, uno reconoce su posición en las tensiones entre tiempo y eternidad (Cfr. VOEGELIN, 1978b, p. 132).

El lenguaje cognitivo de las experiencias de Voegelin queda reflejado en observar la realización del logos, una vez que se haya hecho visible, la que proporcionaría, junto con la comprensión noética de sí mismo, el criterio para juzgar distintos tipos de órdenes (Cfr. VOEGELIN, 1978b, p. 130). Como se observó, uno de los elementos por los cuales Voegelin valoriza en gran medida la obra viquiana está en la observación de cómo los mitos desencadenan el conflicto político. Esto es fundamental para la Historia de las Ideas Políticas que elaboró Voegelin, pero también para posicionar a Vico dentro de ella.

Para el autor alemán, todos los hombres son igualmente excitados por el cuestionamiento, pudiendo expresarlo por medio del mito o de la filosofía (Cfr. VOEGELIN, 1978d, p. 157). De hecho, el *philomythos* debería existir junto al *philosophos* para comprender los mitos como acto de cuestionamiento.

La ciencia comienza por la existencia precientífica del hombre, por su participación en el mundo con su cuerpo, alma, intelecto y espíritu, por la comprensión que tiene en todas las regiones de la existencia y que está asegurada debido a que su propia naturaleza es epítome. De esa participación cognitiva primaria, inflamada de pasión, surge la ardua vía, el *methodos*, hacia la consideración desapasionada del orden de la existencia en la actitud teórica (VOEGELIN, 2006, p. 18).

Al respecto, es necesario recordar la premisa voegeliana que indica que el mito permite el surgimiento de la filosofía o de la ciencia. Aun así, mito o filosofía, como expresiones simbólicas de la experiencia de cuestionamiento y participación, equivalentes entre sí, ninguno logrará el total conocimiento de la verdad (Cfr. VOEGELIN, 1978d, p. 157-58). De la misma forma, enfatizo que Vico observó el carácter limitado del conocimiento humano respecto de la totalidad de la realidad, así como resalto el hecho de que consideró la formación de los mitos como antecedente de la ciencia. Voegelin señala que “no ganamos nada con pretender que el símbolo mítico representa un objeto de conocimiento. Más bien, deberíamos preguntarnos sobre la experiencia que ha suscitado el símbolo mítico, a la luz de la cual ese símbolo parece significativo” (VOEGELIN, 1978b, p. 131). En consecuencia, se debe examinar el proceso humano por el cual se ha simbolizado de manera significativa un determinado hecho.

De acuerdo con Voegelin, la historia está constituida por conciencias, por lo cual el logos de la conciencia decide qué es y qué no es históricamente relevante. Sin embargo, mantiene la premisa de dar importancia a los símbolos de los mitos, pues, para él, serían expresión de la misma conciencia, por la cual el mismo que piensa se encuentra a sí mismo (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 159). Esta premisa es fundamental para Voegelin, pues habría obligado a los filósofos a desarrollar símbolos específicos para referirse a la realidad. De esa forma, la presencia del mito en la filosofía no habría sido un descarrilamiento metodológico, sino el trasfondo y fundamento de la misma filosofía (Cfr. BALLACCI, 2007, p. 20).

Mito y orden social: historiogénesis

Para Voegelin, cada sociedad está constituida por una comprensión del orden basada en sí misma. Cada sociedad en la historia produce símbolos que expresan una experiencia de orden. Voegelin llamó esos actos de propia interpretación, que se hallan en la realidad política, “interpretaciones no noéticas” (Cfr. VOEGELIN, 1978d, p. 146). Los mitos, como expresiones no noéticas de la realidad, precederían históricamente

a las “interpretaciones noéticas”. Éstas, con el paso del devenir histórico buscarían reformar a aquellas, pero no podrían reemplazarlas. De hecho, no habría interpretación noética que emerja independientemente de la consideración de orden de una sociedad determinada. Por ende, la noesis que explicita Voegelin surge en una relación de tensión de la misma conciencia que cada sociedad tiene de sí misma, teniendo como consecuencia la tensión histórica entre filosofía y mito, entre filosofía y teología y entre filosofía e ideología (Cfr. VOEGELIN, 1978d, p. 144-145).

Al respecto, es pertinente agregar a este análisis la idea de “historiogénesis” que tuvo Voegelin. Esta se puede comprender como una construcción lineal de la historia en la cual los eventos ocurrirían en un determinado lugar sobre una línea irreversible del tiempo centrada en el presente del autor que interpreta la realidad. Sería algo parecido a una forma de especulación sobre el mito en lugar de lo “histórico”. Como si lo mitológico quedara fuera de la historia. Sin embargo, puede ser considerada como una serie de conciencias históricas que se diferenciarían en cada uno de los contextos (Cfr. THOMPSON-UBERUAGA, 2018). Lo lineal sería más bien una forma de historiogénesis: el origen de la historia y su devenir estarían en la conciencia humana. En este punto, identificamos una similitud con el *verum ipsum factum* viquiano, pues la conciencia del hombre permitiría la expresión humana, sea mítica o noética.

El origen de la historia está en la conciencia humana, que traslada una fase del terreno de su búsqueda de la verdad a la distancia del pasado. La búsqueda, sin embargo, ocurre en una sociedad y el punto de partida siempre puede ser solo un conocimiento tradicional que se experimenta como insatisfactorio (VOEGELIN, 1978e, p. 153).

En la misma línea de la comprensión del *verum ipsum factum*, Voegelin nos señala que el área de la realidad en la cual se produce la participación humana para producir cambios es la historia, área en la cual los cambios se dan por el acaecer de la “experiencia noética”. Esta situación conllevaría un entendimiento de la historia como un campo de una estructura racional capaz de ser estudiada (Cfr. VOEGELIN, 1978c, p. 178).

La historia se convierte en un campo de realidad estructuralmente inteligible en virtud de la presencia del único terreno en el que participan todos los hombres, sin importar cuán diferentes sean sus experiencias de participación (VOEGELIN, 1978c, p. 178-179).

Tal como Voegelin observó, algunos hombres, por naturaleza noble definida, son capaces de comprender la realidad y simbolizar o conceptualizar de manera correcta dicha realidad (Cfr. VOEGELIN, 1998, p. 138). Con relación a ello, es fundamental la consideración del *homo faber* que nos ha presentado Vico, no solo desde el punto de vista material, sino también respecto a la comprensión simbólica o real que dicho hombre hace. Además, es notable la mención a la naturaleza noble capaz de realizar un análisis más apropiado de la composición cósmica de la realidad, los creadores de mitos que observaba el filósofo alemán en la obra viquiana, pues, ciertamente, el napolitano considera este punto fundamental para el establecimiento del orden político histórico y su consiguiente conflicto social. Tal como Voegelin lo ha notado en la *Nueva Ciencia de la Política*, “Cuando una minoría creativa, en palabras de Toynbee, se convierte en minoría dominante, corre peligro de que la reemplace una nueva minoría creativa” (VOEGELIN, 2006, p. 67). De esta forma, es necesario buscar una reactivación en el estudio del lenguaje, la segunda etapa meditativa de Vico que Voegelin observó, pues se debe reactivar la búsqueda de los orígenes de los pueblos junto con las interpretaciones que han tenido a lo largo de su historia. En torno a ello, Voegelin observa que:

el orden de la sociedad no existe de manera automática, sino que debe fundarse, preservarse y defenderse, [entonces] aquellos que están del lado del orden representan la verdad, mientras que sus enemigos representan el desorden y la falsedad (VOEGELIN, 2006, p. 72).

Por supuesto que al momento de analizar qué es verdadero o falso, las representaciones pueden producir una serie de malentendidos para comprender la realidad. Este desafío lo tuvieron Vico y Voegelin, de allí la búsqueda de una cierta estructura para el análisis del lenguaje con relación a la verdad. Con respecto a nuestra imagen de la realidad dada por los mitos o la filosofía, “[...] uno hace la metáfora de una ‘imagen’ demasiado literal, olvidando que las ‘imágenes’ son los símbolos que ayudan a los hombres a expresar sus respectivas experiencias de participación” (VOEGELIN, 1978e, p. 165). Esto puede acarrear la pretensión filosófica de manipular los símbolos pre-noéticos como si fueran proposiciones o verdades eternas encontradas por la filosofía. Por otro lado, la realidad está en constante relación con las verdades diferenciadas de la conciencia. Esta es realidad de participación humana y esa realidad es caracterizada por una presencia de una experiencia que coloca fases de grados inferiores de verdad tras de sí, como el pasado (Cfr. VOEGELIN, 1978e, p. 165). Este es el problema que observamos, por ejemplo, en el akme que analiza el mismo Voegelin en la propuesta de Vico.

En la medida en que esa inmanentización avanzó de manera experiencial, la actividad civilizacional se convirtió en una tarea mística de autosalvación. La fuerza espiritual del alma que en el cristianismo se dedicaba a la santificación de la vida ahora podía volcarse a la creación más atractiva, tangible, y, ante todo, mucho más fácil, del Paraíso terrenal (VOEGELIN, 2006, p. 158).

El anterior diagnóstico histórico de Voegelin es muy similar al movimiento de maduración civilizacional que se observa en la idea espiral de la historia desarrollada por Vico, aquella idea sobre el cuestionamiento de los orígenes que hace insostenible la decadencia de un pueblo, pero que, gracias a elementos providenciales, permite el devenir histórico. Entonces, tal como lo desarrolló el filósofo napolitano, Voegelin diagnosticó la necesidad de reestudiar la historia bajo la perspectiva del lenguaje mítico, “o poesía, y de las instituciones civiles, tal como lo expresó el hombre en su creación irreflexiva en el curso de su existencia histórica en comunidad, [como] la fuente fidedigna para comprender el espíritu humano y su lugar en el cosmos” (Cfr. BERGBAUER, 2019, p. 128).

Consideraciones finales

A partir de lo expuesto, lo primero a destacar es que, tanto en Vico como en Voegelin, existe una crítica al cientificismo imperante, al cartesianismo y al positivismo, respectivamente, basada en la revalorización de las ciencias del espíritu. De esa forma, al tratar de comprender la antropología viquiana, Voegelin coincide con el napolitano al observar el carácter limitado que tendría el hombre para comprender la totalidad de la realidad. Esta concepción determina que la historia no sea entendida como un curso autosuficiente con un significado inmanente, sobre todo a partir del desarrollo de una filosofía de la historia que toma como base la participación humana en el campo experiencial por medio de la conciencia en torno a lo pre-noético y lo noético.

En ese sentido, las “experiencias pre-noéticas” y los simbolismos voegelianos son similares a los creadores de mitos de Vico, considerándose a éstos como los poetas en el contexto de los primeros hombres que simbolizaron las primeras experiencias. Esto es fundamental para la recepción del postulado viquiano *verum ipsum factum* en la “participación” voegeliana que da pie al devenir histórico, primero, en torno a la “experiencia pre-noética” y, posteriormente, respecto al “conocimiento noético”. En consecuencia, los mitos sentarían las bases para el posterior desarrollo noético de los filósofos. Esta influencia de Vico ayudaría a comprender la teoría de la historia de Voegelin.

Finalmente, Voegelin reconoció el aporte de Vico a la Historia de las Ideas Políticas basándose en la consideración que el napolitano hace de los mitos como generadores del conflicto político de las sociedades. Dicha apreciación explícita de Voegelin se vio plasmada en el desarrollo de la "historiogénesis", fundada en la interpretación que hace cada sociedad respecto al pasado, tal como Vico lo observó tomando el caso de la historia romana. Al respecto, si bien Voegelin cuestiona el método utilizado por Vico en la valoración del mito, no critica la esencia de lo que considera como mito, la vera narratio, sino su observación universal. Ahora bien, esto no quita valor a la interpretación positiva que hizo Voegelin de la obra de Vico, pues, en el contexto de la revalorización de las ciencias del espíritu, para el filósofo alemán, la obra del napolitano presentó la oportunidad de analizar, más allá de la inmanencia empírica, lo trascendente.

REFERENCIAS

BADILLO, Pablo. 1997. Scienza Nuova y The New Science of Politics. Proyección del pensamiento viquiano en la obra de Eric Voegelin. **Cuadernos sobre Vico**, Sevilla, v. 7, n. 8, p. 49-58. 1997.

BALLACCI, Giuseppe. **Eric Voegelin and Giambattista Vico: A Rethorical Reading**. Academia.edu, 30 ago., 2007. Disponible en: https://www.academia.edu/23048932/Eric_Voegelin_and_Giambattista_Vico_A_Rhetorical_Reading. Acceso en: 15 nov. 2020. Conferencia presentada en Annual Meeting of Political Association, Eric Voegelin Society, Louisiana. Citada con autorización del autor.

BALLACCI, Giambattista. Vico y Eric Voegelin: Fundamentos y lenguaje simbólico. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 13, n. 43, p. 119-134. 2008.

BERGBAUER, Harald. Voegelin, lector de Vico. *In*: MONSERRAT, Josep; TORRES, Bernat (ed.). **Eric Voegelin: el arte de leer**. Barcelona: Katz, 2019. p. 117-140.

BERLIN, Isaiah. **Three Critics of the Enlightenment: Vico, Hamann, Herder**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

CAMPBELL, John. A Rethorical Interpretation of History. **Rethorica: A Journal of the History of Rethoric**, Oakland, v. 2, n. 3, p. 227-266, 1984.

CAPORALI, Riccardo. Lingua e politica in Vico. **Modernos & Contemporâneos**. Campinas, v. 3, n. 6, p. 289-304, 2020.

CASSIRER, Ernst. **Filosofía de las formas simbólicas: II.** El pensamiento mítico. Traducción de Armando Morones. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

COLLINGWOOD, R.G. **Idea de la Historia.** Traducción de Edmundo O'Gorman y Jorge Hernández Campos. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

CROCE, Benedetto. **The Philosophy of Giambattista Vico.** Traducción de R.G. Collingwood. Londres: Howard Latimer Limited, 1913.

CROCE, Benedetto. **La filosofía di Giambattista Vico.** Milán: Bibliopolis, 1997.

FUNKENSTEIN, Amos. **Theology and the Scientific Imagination from the Middle Ages to the Seventeenth Century.** Princeton: Princeton University Press, 1986.

HOBBS, Thomas. **Leviatán, o materia, forma y poder de una república eclesiástica y civil.** Traducción de Manuel Sánchez Sarto. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

KEULMAN, Kenneth. **The Balance of Consciousness: Eric Voegelin's Political Theory.** Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1990. Disponible en: <http://www.evs.ugent.be/node/391>. Acceso en: 1 nov. 2021.

MORRISSEY, Michael. **Consciousness and Transcendence: The Theology of Eric Voegelin.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1994.

SHELLING, Friedrich. Philosophie der Mythologie. In: CASSIRER, Ernst. **Filosofía de las formas simbólicas: II.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 18.

THOMPSON-UBERUAGA, William. History and Place, Historiogenesis and Geogenesis. **VoegelinView**, 18, Oct. 2018. Disponible en: <https://voegelinview.com/history-and-place-historiogenesis-and-geogenesis/>. Acceso en: 15 nov. 2020.

USCATESCU, George. J. B. **Vico y el mundo histórico.** Madrid: Publicaciones del Instituto Luis Vives de Filosofía, 1956.

VICO, Giambattista. **Sabiduría primitiva de los italianos.** Traducción de Jacinto Cúccaro. Buenos Aires: Ediciones del Instituto de Filosofía de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires, 1939.

VICO, Giambattista. Del método de estudios de nuestro tiempo. **Cuadernos sobre Vico**, Sevilla, v. 9, n. 10, p. 401-436, 1998.

VICO, Giambattista. **Ciencia Nueva.** Traducción de Rocío de la Villa. Madrid: Tecnos, 2006a.

VICO, Giambattista. **Principios de una Ciencia Nueva en torno a la naturaleza común de las naciones.** Traducción de José Carner. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006b.

VICO, Giambattista. **La scienza nuova.** Le tre edizioni del 1725, 1730 e 1744. Traducción de Vincenzo Vitelli. Florencia: Bompiani, 2012.

VOEGELIN, Eric. **Order and History.** Baton Rouge: LSU Press, 1956.

VOEGELIN, Eric. **Anamnesis.** Londres: University of Notre Dame Press, 1978a.

VOEGELIN, Eric. Eternal Being in Time. *In:* VOEGELIN, Eric. **Anamnesis.** Londres: University of Notre Dame Press, 1978b. p. 116-140.

VOEGELIN, Eric. Linguistic Indices and Type-Concepts. *In:* VOEGELIN, Eric. **Anamnesis.** Londres: University of Notre Dame Press, 1978c. p. 175-183.

VOEGELIN, Eric. Science and Reality. *In:* VOEGELIN, Eric. **Anamnesis.** Londres: University of Notre Dame Press, 1978d. p. 143-146.

VOEGELIN, Eric. The Consciousness of the Ground. *In:* VOEGELIN, Eric. **Anamnesis.** Londres: University of Notre Dame Press, 1978e. p. 147-174.

VOEGELIN, Eric. **Autobiographical Reflections.** Baton Rouge: LSU Press, 1989. Disponible en: <http://www.evs.ugent.be/node/391>. Acceso en: 1 nov. 2021.

VOEGELIN, Eric. Giambattista Vico. La Scienza Nuova. *In:* VOEGELIN, Eric. **The Collected Works of Eric Voegelin.** Columbia: University of Missouri Press, 1998. p. 82-148.

VOEGELIN, Eric. **Die neue Wissenschaft der Politik: eine Einführung.** Munich: Wilhelm Fink Verlag, 2004.

VOEGELIN, Eric. **Nueva ciencia de la política.** Traducción de Joaquín Ibarburu. Buenos Aires: Katz editores, 2006.

WEBB, Eugene. **Eric Voegelin: Philosopher of History.** Washington: University of Washington Press, 1981. Disponible en: <http://www.evs.ugent.be/node/391>. Acceso en: 1 nov. 2021.

INFORMACIONES ADICIONALES

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Académico del Centro de Estudios Generales de la Universidad de los Andes, Chile. Licenciado en Historia y Magister en Historia (PUCV). Magister en Filosofía y doctorando en Filosofía (Universidad de los Andes). Me intereso en la Filosofía de la Historia, la Historia Política y la Filosofía Política desarrollada en la Edad Moderna. He hecho diferentes conferencias sobre la obra de Maquiavelo, Spinoza, Hobbes y Vico. Entre otros, he publicado el capítulo de libro "La finalidad de la comedia en Maquiavelo: el ejemplo útil de la representación" (2013) y el artículo "Contracorriente: Maquiavelo y la Filosofía de la Historia" (2015).

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Monseñor Álvaro del Portillo 12.455, Tercer piso del Edificio de Biblioteca, Las Condes, Santiago, Chile.

FINANCIACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella - Editor jefe

María Inés Mudrovcic - Editor ejecutivo

DERECHOS DE AUTOR

Sebastián Guerra.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en acceso abierto bajo los términos de la [Licencia Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

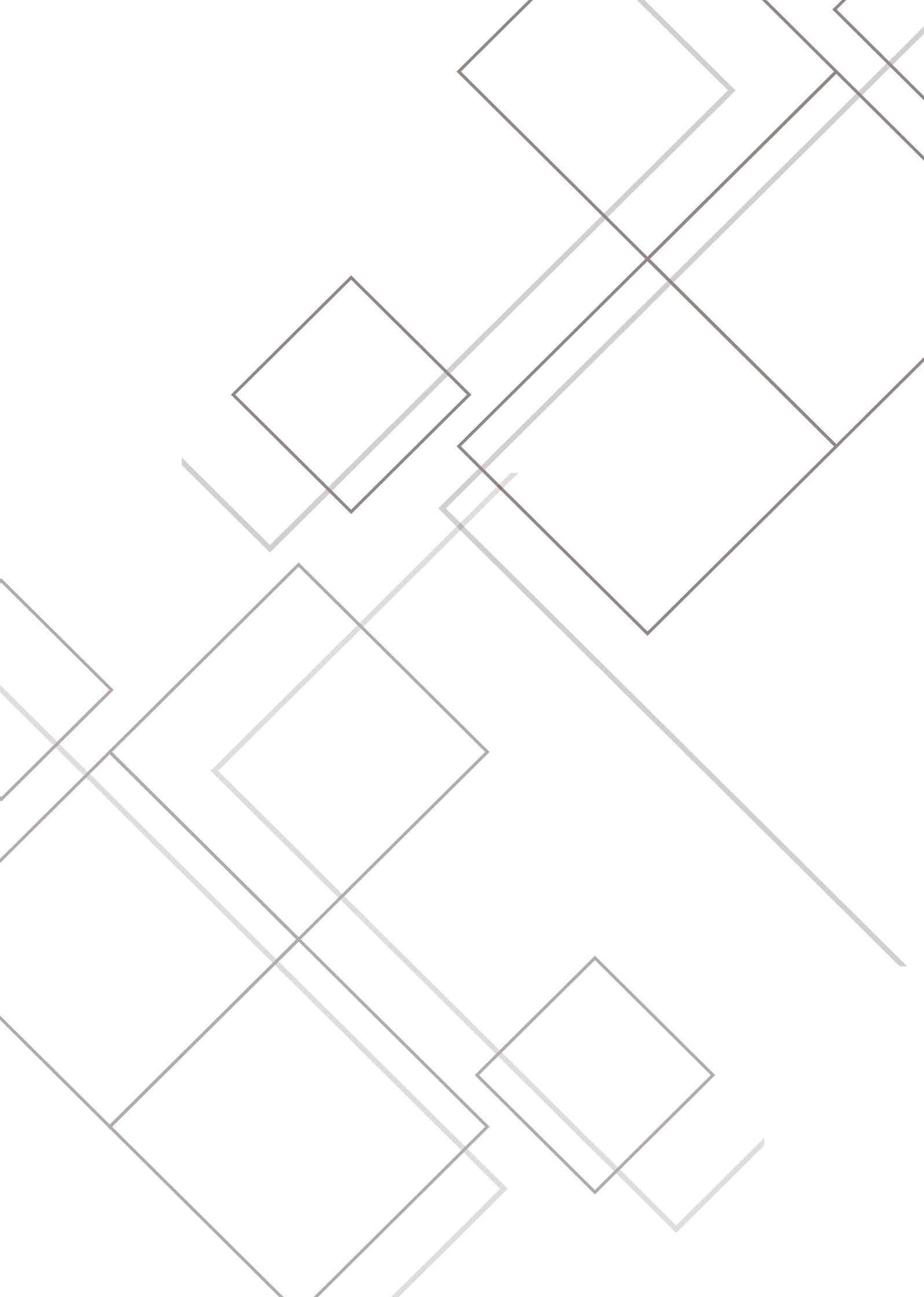
Recibido: 18 de marzo de 2021.

Aprobado: 22 de julio de 2021.



■ ARTIGO DE
REVISÃO

■ REVIEW ARTICLE



Clio no espelho: um estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil

Clio in the mirror: state-of-the-art of the History of Undergraduate History Courses in Brazil

Aryana Lima Costa ^a

E-mail: aryanacosta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0208-778X> 

^a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Mossoró, RN, Brasil.

RESUMO

Este artigo propõe analisar o estado da arte sobre a história dos cursos superiores de História no Brasil. Listo trabalhos entre os anos 1999 e 2021 e os analiso em termos de: estrutura da narrativa; problemática selecionada; fontes; e referências teórico-metodológicas. Concluo com a importância desses tipos de trabalhos para a memória profissional da área e para a história da historiografia brasileira; e por outro lado, com os desafios dos trabalhos que são: aprofundar o uso e a interrogação sobre fontes pertencentes ao âmbito da sala de aula universitária, além da necessidade de problematizar a narrativa evolucionista originada pela opção que a explicação linear da origem dos cursos ocasiona.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia; Ensino superior; Cursos de História.

ABSTRACT

This article aims to analyze the state-of-the-art of the history of the undergraduate History courses in Brazil. To this end, productions from 1999 until 2021 were listed and analyzed in terms of narrative structure, problematic, evidence, and theoretical and methodological references. The findings indicate the importance of these works to the field memory and to the history of Brazilian historiography, besides addressing the challenges faced by these productions in questioning and using evidence related to the university classroom. It also poses the need to question the potential evolutionist narrative emerging from a linear explanation based on these courses' origins.

KEYWORDS

Historiography; Higher education; Undergraduate History courses.

Introdução

A identificação do historiador como aquele que teve uma formação universitária específica para esse fim é bastante recente no Brasil. Os cursos superiores de História surgiram com o próprio estabelecimento de universidades brasileiras, a partir das décadas de 1920 e 1930 do século XX. Foi no Instituto Superior Sedes Sapientiae, em 1933, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935, onde foram fundados os primeiros cursos de História em nível superior (em 1939, a UDF foi transferida para a recém-fundada Universidade do Brasil, onde se criou também uma FFCL). O objetivo principal dessas instituições era formar professores para o que seriam hoje os níveis de ensino fundamental e médio.

Os estudos sobre a trajetória desses cursos universitários de História no Brasil, como uma área de pesquisa, com reflexão própria sobre fontes, abordagens metodológicas, problemáticas específicas, têm se consolidado nos últimos trinta anos. Até então, grosso modo, as informações a que recorriamos para compreender a experiência de formação de historiadores em universidades, numa perspectiva temporalmente afastada do presente, constituíam-se principalmente de depoimentos de ex-alunos e professores. Esses depoimentos se constituíam no formato de entrevistas, palestras, resumos publicados ou outras variações¹ e forneciam diversas chaves explicativas para a história da historiografia no país. Todavia, alinhar uma narrativa sobre uma experiência coletiva a partir da soma de casos particulares não parece constituir exatamente uma área de pesquisa. O uso de testemunhos como fontes históricas exige uma metodologia e questionamentos próprios, o confronto com outros tipos de fontes, levando a possíveis novas periodizações e problematizações sobre tal ou qual objeto.

Neste texto, pretendo trazer um apanhado de trabalhos sobre os cursos superiores de História no país, que os transformaram em problema de pesquisa, distinguindo-se, assim, dos variados registros que possuímos sobre a história desses cursos nas formas que mencionei logo acima (entrevistas, memoriais etc.). São capítulos em livros, artigos, dissertações e teses que pretenderam investigar a experiência de um curso superior de História, entendido como um conjunto de saberes ensináveis de História, organizados no tempo (um saber que avança ao longo de uma determinada quantidade de anos). Esses saberes obedecem a uma determinada lógica institucional/administrativa (uma universidade, faculdade ou escola de nível superior, com regras para matrículas, aprovação, reprovação, dentre outras) e são constituídos

¹ Ver, dentre outros, Falcon (1996, 1998), Fenelon (1982), Iglesias (1971), Moraes e Rego (2002), Paula (2009), Reis (1953), Viana (1953), Westphalen (1972).

por profissionais da educação e discentes de nível superior por meio de práticas pedagógicas elaboradas com materiais didáticos, que contribuem para a mobilização dos saberes históricos. Ao final desse ciclo, a pessoa em formação receberá um diploma certificando sua profissão.

Como campo de pesquisa, situo no final da década de 1990 um ponto de partida: um capítulo sobre a experiência específica dos cursos de História, com problemática própria e cotejamento de fontes de naturezas diferentes, escrito por Marieta de Moraes Ferreira, que seria publicado na coletânea organizada por Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Bôas, intitulada *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. O capítulo se chama *Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30* e sua intenção, à época, seria a de

examinar missões universitárias francesas que participaram da fundação dos cursos de História no Rio nos anos 30, acompanhando as trajetórias profissionais dos professores franceses, a maneira como seus ensinamentos foram aqui recebidos e o impacto que provocaram na constituição desse novo campo universitário no país (FERREIRA, 1999, p. 278).

A partir de então, identifico também como um dos primeiros trabalhos a tese de Helenice Ciampi (2000) sobre o curso de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mara Rodrigues (2002) defendeu sua dissertação sobre a constituição do curso de História da antiga Universidade de Porto Alegre (UPA) e atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a composição social de seu corpo docente. Itamar Freitas (2006b, 2010) teceu algumas considerações para a pesquisa sobre o ensino superior de História e uma cronologia para as primeiras cadeiras isoladas de ensino superior de História no Brasil.

Há trabalhos sobre a institucionalização do ensino superior de História em Ponta Grossa (SILVA, 2002); sobre o curso da USP (ROIZ, 2012; COSTA, 2018); Minas Gerais (RASSI, 2006; RICCI, 2003); Ceará (SILVA, 2004); Goiás (BORGES, 2006); Paraíba (BEZERRA, 2007). Há estudos que abordam a formação de professores na década de 1970 em Londrina (ANDRADE, 2008); Sérgio Nascimento (2008) discorre sobre o Projeto Pedagógico do curso de História da Universidade Federal do Pará (UFPA) nos anos 2000; Ana Luíza Porto (2009) argumenta sobre o curso na Universidade Federal de Alagoas (Ufal); a continuidade dos trabalhos de Marieta aborda os cursos de História na UDF, Universidade do Brasil e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2008a, 2008b, 2012, 2013a, 2013b).

Foram realizados estudos sobre o ensino de Delgado de Carvalho (GALENO, 2009); na Universidade de Ponta Grossa (CARVALHO, 2010); sobre os embates políticos no curso de História da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) (PEREIRA, 2010); no Tocantins (SILVA, 2011), na região Norte do estado, no curso fundado pela Facila que virou Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e veio a ser a atual Universidade Federal do Tocantins (UFT). Roniglese Tito (2011) também pesquisou sobre um curso de História no Tocantins, mas em Porto Nacional, que veio a ser igualmente incorporado pela Unitins; no Sergipe, onde João Paulo Oliveira (2011) trabalhou especialmente com memórias docentes para acompanhar o curso de História da Faculdade Católica de Filosofia do Sergipe; sobre a licenciatura curta em Ciências Sociais na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (NASCIMENTO, 2012); os marcos legislativos que regularam a formação de professores de História (NASCIMENTO, 2014); sobre o curso de História no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul (BENFICA, 2016); na Bahia (SILVA, 2018), o perfil do professor de História a partir dos cursos do Rio de Janeiro (SILVA, 2019); em Fagundes (2019) sobre a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ainda em Costa e Bezerra (2021) sobre as estruturas curriculares do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).²

É possível ainda listar um outro conjunto de trabalhos, que apesar de não ter como problemática principal um curso superior de História, também contribui para o campo. São pesquisas sobre trajetórias profissionais de historiadores e historiadoras individuais ou em coletivo, atuando em nível universitário e que atravessam, portanto, os cursos superiores de História. Dentre esses trabalhos (além de partes dos estudos já mencionados de Marieta Ferreira, Diogo Roiz e Nayara Galeno, por exemplo), cito: Lidiane Rodrigues, que analisou a formação do grupo d'O Capital na USP (2012); Alessandra Santos com a disciplinarização da História a partir da trajetória de Francisco Iglésias (2013); Daiane Machado, cuja tese focou a trajetória de Cecília Westphalen (2016); Carmem Liblik que se debruçou sobre trajetórias de historiadoras mulheres (2017); Otávio Erbereli Júnior que acompanhou a trajetória intelectual de Alice Canabrava (2019).

Esses estudos têm procurado levar em consideração as trajetórias profissionais e de vida na composição das comunidades de historiadores, dialogando com a sociologia do conhecimento e com o campo das disciplinas escolares, num esforço que tem sido necessariamente interdisciplinar. É sobre esse conjunto de trabalhos que me deterei

² Nem todos os trabalhos listados nesses dois parágrafos serão escrutinados ao longo do texto. Optei por elencá-los aqui para registrar o volume da produção na área, mas por motivos de espaço, apenas alguns serão utilizados com mais demora para fins de demonstração dos argumentos. Esta lista tampouco se pretende completa e a ausência de algum trabalho deve ser atribuída às limitações desta autora.

neste artigo, com o propósito de fazer um balanço dos desafios que os autores têm encontrado na realização de suas pesquisas e oferecer aos leitores uma espécie de estado da arte sobre o tema.³ Essa seleção foi realizada a partir da minha própria experiência de estudo, pela pesquisa em bancos de teses e dissertações e por trocas e conversas com outros colegas da área. Esta não é uma seleção completa, todavia, dado o volume de iniciativas aqui identificadas, acredito que essa amostragem analisada já dê condições para as considerações tecidas. Aglutino as reflexões em torno dos seguintes eixos: estrutura de narrativa; problemática; fontes e referências teórico-metodológicas. Por fim, teço conclusões indicando possíveis caminhos a seguir.⁴

Sobre o nascimento dos cursos de História no Brasil

Tomando como base o objeto de pesquisa – os cursos de graduação em História ou a formação de profissionais de História na universidade – o que se percebe é que os trabalhos da área versam sobre experiências que remontam a uma continuidade na existência desses cursos na atualidade, isto é, tratam de iniciativas que existem até o momento, mesmo que passando por mudanças dentro das instituições (de uma universidade estadual ou privada que virou federal, por exemplo). Isso gera, grosso modo, um primeiro marco temporal que baliza esses trabalhos: o da criação do curso de Geografia e História da USP, em 1934. Esse foi o primeiro curso de formação de profissionais de História dentro de uma universidade (ou faculdade, o que significa uma estrutura identificável ainda nos tempos atuais) nos moldes que conhecemos hoje no país (um conjunto de cadeiras, cursos e disciplinas, a depender do recorte temporal, a serem concluídas ao longo de um determinado período).

O estabelecimento de uma narrativa sobre a existência dos cursos de História gera, portanto, a busca por uma continuidade no tempo entre aqueles que existem atualmente e o que teria sido sua origem. A presença de seções que tratam das origens da universidade no Brasil ou dos cursos de graduação em História é frequente nesses trabalhos. Tratarei sobre isso mais adiante.

No momento, trago alguns elementos que essa necessidade de uma narrativa das origens gera para a área.

³ A autoria gostaria de agradecer aos grupos de pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Coleção Brasileira: escritos e leituras da Nação (1931 a 1941), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com quem dialogou sobre este artigo e que lhe renderam frutíferas problematizações.

⁴ Agradeço à Margarida Oliveira e ao Wendell Souza pela leitura de seu artigo (ainda no prelo) “O Curso de História da UFRN (1956-2016): alguns vestígios de memórias e pautas para escrita de histórias”, onde é feito um levantamento das obras sobre a história do ensino superior de História no país, o qual aproveitei largamente na presente publicação. A ausência de trabalhos é de minha inteira responsabilidade.

a) Pré-história do ensino superior de História

Acerca dessa busca por um momento de origem dos nossos cursos, um marco zero para a graduação em História no Brasil, um trabalho de diagnóstico realizado a respeito do assunto é o de Itamar Freitas (2006b), *Itinerários do Ensino Superior de História no Brasil (primeiras leituras)*. Tomando como ponto de partida “a experiência desse saber em seu status de ensino superior no Brasil” (FREITAS, 2006b, p. 13, grifo do autor), o autor faz um compilado do que se diz sobre o ensino superior no Brasil e quais as correlações que historiadores fizeram entre o ensino superior e a produção historiográfica. Freitas reconhece que no exercício de busca pelas origens, segue-se um padrão “evolucionista da experiência historiográfica”, que, em linha reta, parte das origens dos cursos desaguando numa produção derivada de determinados modelos franceses e/ou ingleses (FREITAS, 2006b, p. 23). Fugir dessa pretensão, recomenda, seria também reconhecer as particularidades da experiência universitária brasileira, que é distinta das europeias e que, portanto, não precisa seguir a mesma lógica causal, evolutiva (FREITAS, 2006b, p. 23-24).

Adotando, na maioria das vezes, a origem dos cursos como justificativa para um recorte temporal, os trabalhos da área utilizam também a data de 1934 como padrão. A experiência do ensino de História em nível superior é entendida, portanto, a partir da constituição dos cursos de graduação. Talvez isso explique o pouco investimento em experiências semelhantes a esse tipo no período pré-1934, pois o que encontro, até o momento, é somente a iniciativa de Itamar Freitas.

Sendo o ano de 1934 o marco zero dos recortes temporais na historiografia da área, para abordar os trabalhos que tratam do ensino superior em História antes disso não encontro expressão mais conveniente que a contraditória, mas monumentalizada “pré-História”, que indica algo que não seria História, pois lhe é anterior, mas que ao mesmo tempo também é enquadrada dentro do campo. Parto do mesmo pressuposto: o de que 1934 é uma convenção que se adota nos trabalhos da área, pois seguindo a lógica de investigar as origens, os autores procuram as experiências primeiras e que reverberam até o presente.

Antes de 1933/1934 não houve um curso de graduação em História, mas iniciativas de cadeiras isoladas de História em cursos que tinham outra habilitação. Itamar Freitas (2010, p. 200-201) informa sobre a existência de cadeiras isoladas dentro de estabelecimentos de ensino superior em São Paulo, fora do eixo “Direito-Medicina-Engenharia”, como a de História do Brasil na Faculdade Eclesiástica de São Paulo (que funcionou de 1908 a 1914); História do Brasil e História

Universal no Mackenzie College; e na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, que era mantida pelos monges beneditinos desde 1908. Diferentemente do que caracteriza os trabalhos com recortes pós-1934, que já se configuram na maior parte das vezes em trabalhos mais extensos, como teses e dissertações, contabilizo dois artigos a respeito do tema disciplinas de História pré-1934, de autoria de Itamar Freitas (2006a, 2010): 'A "Velha" História Francesa no Ensino Superior: o exemplo de Afonso de Escagnolle Taunay na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo'; e 'Contribuições para o estabelecimento de alguns marcos institucionais sobre o ensino superior de História no Brasil: uma crônica das origens (1908/1946)'; uma menção no trabalho de Lucia Paschoal Guimarães (2007) sobre a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de um curso superior de História; além de breves considerações na minha tese (2018) sobre a experiência da Faculdade Paulista de Filosofia e Letras (1931-1932).

No primeiro artigo citado de Itamar Freitas, ele utiliza uma publicação de Afonso Taunay (originalmente uma conferência que ministrou na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo de 1911, portanto, pré-1934) para delinear o conhecimento histórico transformado em "saber escolar", a fim de compreender o que havia de "superior" nos cursos superiores. Preocupa-se em ler a partir de uma conferência (já que publicada) quais referenciais foram mobilizados para constituir um saber histórico escolarizável para o nível superior. Trata-se, portanto, de uma preocupação com o ensino de História no nível superior, o que suscita algumas considerações diante do conjunto de trabalhos restante, pois vários deles abordarão também a perspectiva do "ensino". No segundo artigo mencionado, o autor estabelece marcos cronológicos das cadeiras isoladas de História nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. São duas abordagens diferentes: na última, sintetiza itinerários dessas cadeiras, listando datas, instituições e sujeitos, numa proposta que serve como fonte de informação para outros pesquisadores, extrapolando o "mito das origens".

Lucia Paschoal Guimarães (2007), por sua vez, trabalha com a promoção pelo IHGB de uma série de cursos para o nível superior no Rio de Janeiro: a Academia de Altos Estudos, que oferecia cursos e seminários destinados à formação de quadros para postos burocráticos, transformou-se na Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1919, e encerrou suas atividades em 1921. Entre as habilitações ofertadas por esse Curso Normal Superior, havia a de Ciências Históricas e Geográficas, dividida em três anos, com disciplinas no campo da História, Geografia, Etnografia, Línguas, Literatura e Pedagogia (GUIMARÃES, 2007, p. 105-114). Em minha tese (COSTA, 2018), comento brevemente a iniciativa da Faculdade Paulista de Filosofia e Letras, identificando em seus quadros e

na sua configuração um esboço daquilo que viria a ser o grupo que constituiu o curso de Geografia e História da USP em 1934.

O olhar retrospectivo do presente para o passado certamente influi na predominância de trabalhos acerca das experiências que persistiram até a atualidade – isto é, após 1934. Buscamos a continuidade ou, como diz Itamar, uma linha evolutiva. Não obstante, isso evidencia a necessidade de reflexões sobre aqueles cursos que “fracassaram” e/ou sobre experiências outras que não a busca por um reflexo no espelho do tempo do tipo de curso de graduação com o qual nos identificamos, porque vemos nele traços daquilo que somos hoje. Apesar das suas inegáveis contribuições, a ênfase na continuidade (e o juízo negativo do passado tradicional dos cursos que isso acarreta, dada a perspectiva evolucionista que ela gera) pouco contribui para problematizar uma narrativa sobre a área, que, por apostar na continuidade, por vezes pode resvalar na intencionalidade, voluntarismo, linearidade e causalidade.

b) Contextualizar

Como dito logo acima, os trabalhos da área delimitam como marco inicial dos cursos de graduação no Brasil o ano de 1934, por causa da dita primeira experiência de São Paulo. Ocorre, como resultante disso, que também as experiências particulares (de faculdades em cidades diferentes), repetidamente, têm a fundação dos seus cursos como marco para o início de seus recortes temporais. Sobre os recortes finais, porém, as escolhas são mais variadas. Elas elegem como marcos: mudanças curriculares (separação entre as áreas de Geografia e História, entre habilitações – licenciatura e bacharelado, por exemplo); federalizações, estadualizações ou o próprio tempo presente da pessoa que está pesquisando.

Em uma boa quantidade de trabalhos, o estabelecimento da fundação como início do recorte temporal significa uma contextualização, o que ocorre geralmente: a) retrazendo o percurso dos cursos de graduação em História no Brasil ou até mesmo das universidades, mesmo se tratando de um trabalho sobre um estado fora do eixo Rio-São Paulo; b) reconstituindo o cenário político e econômico da respectiva região.

A dissertação de Francisco Bezerra (2007) sobre o Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974) é um exemplo desse tipo de contextualização. Dos três capítulos, dois são dedicados a delimitar o contexto da criação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Faculdade de Filosofia, onde primeiro foi abrigado o curso de Geografia e História. O autor entra na estrutura do curso de História e analisa seus currículos no último capítulo, onde remete finalmente ao “Ensino Superior de História” presente no seu título. Bezerra escolheu antes discutir as reformas universitárias no período João

Goulart e ditadura militar; o contexto político da Paraíba à época e as articulações de suas personalidades e grupos para a criação das instituições locais de ensino superior; o movimento estudantil; as reformas institucionais da própria universidade. Quantitativamente, pois, o curso de História entra aí somente ao final. O trabalho trata mais da estrutura administrativa da universidade, sendo, efetivamente, um grande trabalho sobre a institucionalização do ensino superior na Paraíba. Em vez de uma crítica ao trabalho, o que gostaria de apontar é o que pode ser sinal ainda de um vazio na área sobre a correlação entre os cursos e o avanço das universidades, levando os autores e autoras à necessidade de se debruçarem sobre um cenário mais amplo, para então poder se aprofundar nos cursos de História.

Bezerra não é o único a recorrer a uma narrativa estendida sobre a origem dos cursos. Escrevendo em sua dissertação a respeito da formação de professores na Universidade Federal de Alagoas (1952-1979), Ana Luiza Porto (2009) menciona no primeiro capítulo do seu trabalho o espelhamento da experiência brasileira com a formação dos professores de História ainda na França, a partir da constituição do campo da História enquanto disciplina escolar e dos cursos superiores voltados especificamente para a formação de profissionais da área.

Simone Borges (2006) também é um exemplo de como é visível a necessidade de retorno às origens nas pesquisas. Essa autora traz, no primeiro capítulo de sua dissertação a respeito da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás, uma retrospectiva que pretende abarcar a história na sociedade ocidental. Falando sobre um período bastante afastado de seu recorte temporal, a autora nos apresenta um resumo das concepções de história que existiram ao longo do tempo, chegando, assim, a regressar à Antiguidade Clássica, apresentando-nos a história na Grécia e em Roma; passa também pelas Idades Média, Moderna e Contemporânea, até chegar ao Brasil, onde continua traçando seu panorama ao longo do tempo e dos períodos históricos. A partir do período colonial, a pesquisadora percorre a produção de história no país, passando também pela época do Império até chegar ao ensino de História na época republicana, onde destaca o surgimento das primeiras universidades, os primeiros cursos de História (USP e UDF), para então chegar ao seu recorte espacial, isto é, Goiás. Todo esse apanhado está presente no primeiro capítulo da pesquisa de Borges. Uma vez que faz uma contextualização tão remota, é um exemplo claro da definitiva preocupação com o contexto que aparece nos trabalhos.

Na listagem que selecionei para este texto, é possível citar o trabalho de Ludmila Pereira da Silva (2010) como um exemplo de pesquisa que apresenta um recorte que não se justifica pelo início do curso, pois escolhe estudar um período de efervescência política no interior do corpo docente de História da FNF (1959-1969). Todavia, faz ainda

um retorno às origens da própria faculdade para que se possa entender um período que traz consigo desdobramentos dos primórdios da instituição. Em seu capítulo inicial, a autora retroage aos anos de fundação da faculdade com a justificativa de que, dessa forma, poderia explicar melhor as disputas que ali estavam acontecendo, uma vez que a maneira como ocorreu a contratação dos professores, por exemplo, ainda teria consequências constatáveis no objeto da sua pesquisa.

Entendo essas escolhas como a necessidade de situar quem lê diante de um objeto que está sendo explicado a partir das suas “origens”. Ora, se antes era “o nada”, de fato parece ser preciso entender as condições que possibilitaram o surgimento de um curso. Os trabalhos seguem caminhos diferentes para isso: Bezerra discute estrutura administrativa; Mara Rodrigues investe mais na organização política dos grupos que ocupavam postos de comando no Rio Grande do Sul e produziam História; Célia Silva e Tiago Benfica preferem focar nos aspectos econômicos que caracterizaram o desenvolvimento no interior do Paraná e do Mato Grosso, respectivamente, e que entendem terem concorrido para a demanda de instituições de ensino superior na área.

A utilização da premissa de Certeau sobre o lugar social na operação historiográfica é recorrente nos trabalhos. Optando por esse tipo de abordagem⁵, a balança nas pesquisas pesa mais para as ingerências desses contextos na delimitação dos cursos, havendo menos espaço para a determinação dos outros dois fatores da produção historiográfica sobre as suas configurações: afinal, que demandas da própria prática e da escrita pressionam, condicionam ou delimitam os cursos de graduação em História? A relação explicativa arrisca ser de cima para baixo (legislação, grupos políticos, currículo x formação, área de referência), havendo pouca tensão entre o que seria demanda do próprio campo do saber histórico diante das “sobredeterminações contextuais”. Esse tipo de abordagem privilegiaria uma espécie de história social dos historiadores, arriscando se transformar em uma história evolutiva das ideias.

Cai-se aqui no mesmo dilema que levantei no tópico anterior: o de uma “razão da história que reside nas formas do seu devir” (GRIBAUDI, 1998, p. 123), isto é, uma história cuja forma é explicada pela sua evolução. Como contra-argumento a essa inquietação, pode-se contestar: ora, se se trata da história dos cursos de História, há como isso não se dar pela explicação de seus inícios?

A intenção é que, ao identificar esse padrão, possamos nos apropriar dele e avançar à medida que os trabalhos se acumulem. Suspeito que isso possa ser feito a partir de

⁵ Acho mais cauteloso usar o termo “optar” por um determinado tipo de abordagem, já que nos casos de pesquisas sobre um recorte, de fato há que se estabelecer um percurso que inevitavelmente finda por excluir uma preocupação ou outra.

maior ênfase na etapa de sala de aula do ensino superior e na exploração de novas fontes (ou novos questionamentos às fontes tradicionais), levando assim a problemáticas que extrapolem a preocupação inicial (como surgiram?) para outras, como: práticas de ensino; produção, circulação e uso de materiais didáticos, convivência entre regimes diferentes de produção historiográfica; relações sociais dentro da universidade; formas de avaliação; construção de redes de sociabilidade acadêmicas. Seria injusto dizer que as pesquisas aqui analisadas não passam por essas questões, mas um desafio que lanço para o campo é que elas sejam norteadoras da problemática, e não encaixadas dentro de uma linha evolutiva já predefinida.

Institucionalização, ensino ou formação?

Sendo comum o uso da expressão “ensino superior de História” nos trabalhos levantados, seja como palavra-chave, como definição do recorte ou nos títulos, há que se notar uma diversidade no que esse “ensino” significa nessas pesquisas. Verifica-se que ele assume o significado de processo ensino-aprendizagem (muito menos de aprendizagem do que de ensino), de conhecimento escolarizado, das condições de trabalho de professores ou ainda da organização administrativa das universidades. Não há um uso consensual no emprego dessa categoria e não parece haver uma preocupação em explicitar o que significa o uso do termo “ensino” nos trabalhos, embora as autorias não deixem de justificar as escolhas por uma ou mais das opções acima listadas.

Um exemplo que foge ao uso do termo “ensino superior” é o trabalho de Mara Rodrigues (2002), que trata da institucionalização do curso de História da Universidade de Porto Alegre (UPA), atual UFRGS, na década de 1940. Nesse caso, o uso do termo “institucionalização” em seu título de fato parece mais acurado, uma vez que a estrutura do trabalho não chega ao nível da sala de aula. Trabalhar sobre o processo de institucionalização do curso significou para a autora um esforço para caracterizar: a década de 1930 e 1940 na esfera federal, por meio dos embates por políticas públicas educacionais entre católicos e escolanovistas na estrutura administrativa do governo Vargas; os grupos católicos e positivistas envolvidos na fundação das Faculdades de Filosofia e a UPA no Rio Grande do Sul; delimitar o campo de produção em História no estado no período e delinear o que a produção historiográfica local diz sobre a historiografia gaúcha. Esse último ponto não funciona como um elemento de explicação sobre o processo de institucionalização e com o tópico anterior (ambos constituintes do primeiro capítulo da dissertação) refletem uma iniciativa da autora em articular as referências teóricas e a discussão bibliográfica com o recorte local de uma maneira um pouco mais orgânica. Os capítulos seguintes seguem com a estrutura

administrativa e instalações físicas da Faculdade de Filosofia da UPA (por comparação com a legislação federal e acompanhando a complexificação de sua burocracia), ainda concentrando-se numa cronologia das instâncias superiores, na definição do currículo e seleção dos docentes e, por fim, tratando dos perfis profissionais dos primeiros professores universitários de História no RS.⁶

A tese de Roniglese Tito (2011) sobre a institucionalização do ensino superior de História em Porto Nacional/TO é um exemplo de múltiplos sentidos atribuídos à palavra ensino. No primeiro capítulo da tese, intitulado “Ensino de História na Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (1963-1990)”, o autor foca no processo de fundação da Faculdade de Filosofia, discorrendo a respeito das intenções que levaram à sua idealização, do episódio do impedimento, quando a instituição, antes mesmo de ter começado a funcionar, foi embargada por motivos políticos e, finalmente, acerca de sua consumação, momento em que a faculdade sai do papel. Tito, portanto, explora mais a esfera política do ensino do que o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. O autor, assim, trata do ensino na forma como ele é pensado no âmbito político e legal, pela qual ele é idealizado, nos processos e disputas que levam à sua efetivação.

João Paulo Oliveira (2011), em dissertação sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, traz uma perspectiva de pesquisa que leva em consideração os conteúdos efetivamente ensinados nas salas de aula da faculdade que constitui seu recorte espacial. Estudando sobre disciplinas e docentes, Oliveira, com auxílio determinante das entrevistas que realizou, chega ao nível da sala de aula universitária para investigar o momento em que se dava a formação de professores na Faculdade de Sergipe.

Marcos Caixeta Rassi (2006), que aborda a fundação e os primeiros trinta anos do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas (FAFIPA), discorre sobre a História ensinada, o ensino de História e as memórias docentes. O autor optou por não subdividir seus capítulos, possibilitando que essas dimensões sejam abordadas livremente, havendo pouca distinção entre um foco e outro. Desse modo, num mesmo capítulo é possível encontrar um debate sobre os conteúdos ensinados, as práticas de sala de aula e reflexões sobre identidade profissional. Nesse caso, embora refira-se a reformas curriculares, estruturas organizacionais e institucionalização, trata-se predominantemente de um trabalho sobre os sujeitos do curso (professores e ex-alunos) e as elaborações que tecem sobre suas memórias.

⁶ Esse também é o caso da tese de Tiago Benfica (2016) sobre o curso da UEMS (1968-1990), que trata especialmente das condições de surgimento, instalação e profissionalização do campo universitário para profissionais de História no MT/MS.

Norma Lúcia da Silva (2011), que tomou como objeto de sua tese a institucionalização do ensino superior de História no interior do Tocantins, diferencia-se do conjunto de trabalhos ao procurar desvendar o impacto de tal institucionalização nas salas de aula das escolas de educação básica do município de Araguaína. O trabalho demonstra uma inquietação em relação às mudanças que o ensino de História, a nível escolar, pode ter experimentado conforme os docentes, que anteriormente não possuíam formação superior ou eram graduados em outras áreas, começavam a ter uma formação específica em História. Para que pudesse alcançar os resultados que pretendia, isto é, identificar as mudanças que a formação em nível superior dos docentes possa ter ocasionado no âmbito do ensino escolar, a autora utiliza entrevistas concedidas por sujeitos, além de documentação advinda das próprias escolas, como projetos político-pedagógicos e dossiês funcionais.

Assim, o trabalho de Silva é caracterizado por ser uma pesquisa voltada para o ensino de História, especialmente enquanto um instrumento de formação de professores da rede básica de ensino. Dessa maneira, chegou a reunir fontes que permitiram uma análise acerca da influência da instituição superior em questão nos níveis básicos da educação do município, concluindo que, no recorte do seu estudo, o curso de História, pelas condições precárias nas quais foi concebido e administrado por muito tempo, servia mais como um meio de se conseguir um diploma do que um instrumento que efetivamente atuasse de maneira positiva no ensino de História em Araguaína. A autora, com sua pesquisa, explora uma perspectiva ainda pouco comum, mas muito interessante, ao investigar a efetividade do curso especificamente no campo para o qual ele foi idealizado, isto é, no ensino básico.

Vê-se que o termo ensino foi utilizado para explorar elementos como institucionalização, curricularização e formação de professores. Ao que parece, ele tem sido mobilizado como uma expressão guarda-chuva, que abriga esses diferentes sub-recortes dentro de si. Minha proposição não é delimitar o que deva ser considerado “ensino” nesses trabalhos: aposto nos caminhos plurais que meus colegas fizeram do termo. A proposição que faço é sobre a importância de os autores atentarem para as consequências e os limites que o termo “ensino” implica e delimitarem, dentro do que se entende por ensino, efetivamente, do que se trata o recorte do trabalho. Vejamos um caso em que essa especificidade é levada em consideração na sua organização: a tese de Helenice Ciampi (2000). Intitulado *A História Pensada e Ensinada*, o trabalho, assim como o seu título, de fato está dividido em duas partes: uma delas é a história da construção do currículo do curso de História da PUC/SP. A segunda parte, que carrega o termo ensino, se preocupa com a organização do conteúdo em um currículo, ou seja: precisamente a História Ensinada. Veja-se que tampouco é “ensino de História”

– o uso do termo História Ensinada respeita a delimitação do trabalho, ou seja, os conteúdos histórico-acadêmicos. É a etapa do ensino que também norteia as escolhas da autora: quais ementas de quais disciplinas eleger como fontes, visto que uma disciplina do início de um curso tem demandas diferentes daquelas do final desse mesmo curso, por exemplo (CIAMPI, 2000, p. 15-37).

Fontes

Outra constatação que se pode fazer a respeito da opção por esse tipo de abordagem, além das restrições de tempo, é a questão das fontes. Com produções que abarcam um período que parte do início do curso de História na Universidade do Distrito Federal em 1935 até o início da ditadura militar no Brasil, Marieta de Moraes Ferreira trata especialmente da experiência do curso de História na UDF, depois FNFi e finalmente UFRJ. A princípio, a autora produziu trabalhos acompanhando as trajetórias de professores no início do curso de História na universidade (FERREIRA, 2008a, 2008b), relacionando sua formação escolar com a atuação profissional na academia.

O curso universitário de História também é abordado pela autora focando a perspectiva do ensino em 'O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil' (FERREIRA, 2012), onde empreende um exercício de relacionar as práticas de ensino na universidade e o que chama de redes de relações entre os sujeitos que analisa com o contexto político e ideológico entre 1955 e 1965, destacando os debates referentes à educação e ao projeto de universidade no Brasil, e como isso se refletia em programas de disciplinas e nas produções de professores. Mais recentemente, já em 2013, outro artigo de sua autoria caminha no recorte temporal rumo ao fim da década de 1950 e início de 1960 até a instituição da ditadura militar no Brasil, enfocando as disputas políticas e historiográficas entre os professores e alunos do curso de História na FNFi. Em 'A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar' (FERREIRA, 2013a), a autora reúne seus trabalhos acrescentando-lhes algumas ponderações acerca da história do curso de História no Rio de Janeiro, reafirmando o trabalho com perfis e trajetórias de indivíduos e disponibilizando as entrevistas com as quais trabalhou.

Os Caminhos (da Escrita) da História e os Descaminhos de seu Ensino, de Diogo Roiz (2012), é dividido em duas partes. Na primeira, o autor enfoca as mudanças na estrutura curricular do curso de História da USP, de 1934 a 1956, situando-as em meio às disputas políticas e de perspectiva teórica, sendo interessante também destacar a sua preocupação com as relações de gênero no ambiente acadêmico. A segunda parte de seu trabalho pretende acompanhar as trajetórias profissionais de três professores

do curso de História da USP, das cadeiras de História da Civilização Brasileira e História da Civilização Moderna e Contemporânea.

O que esses dois trabalhos exemplificam é a necessidade de se lidar com fontes das mais variadas naturezas – escritas e orais, relativas às instituições universitárias (documentação departamental, legislação e regimentos internos, estruturas curriculares), políticas (Assembleia Legislativa, Departamento de Ordem Política e Social) e periódicos –, tendo em vista a pouca possibilidade de trabalho com uma documentação que possa ser seriada. A estratégia encontrada pelos autores tem sido acompanhar as carreiras acadêmicas de professores, como Henri Hauser, Delgado de Carvalho e Luiz Camillo (FERREIRA, 2013a), assim como Alfredo Ellis Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Eduardo d’Oliveira França (ROIZ, 2012) – ainda que Roiz foque principalmente a produção historiográfica desses autores e não tanto suas carreiras acadêmicas –, sem, entretanto, esquecer a necessidade de situar essas instituições e esses sujeitos em um quadro mais amplo referente à estrutura educacional e contexto político-econômico.

O uso de estruturas curriculares com as entrevistas de professores e ex-alunos forma a maior parte desse volume extenso de fontes e compõe os trabalhos de Roiz, Ciampi, Bezerra, Célia Silva, Marieta Ferreira, Aryana Costa, por exemplo. Em geral, as autorias partem das estruturas curriculares para indicar a seriação e divisão dos conteúdos e a distribuição de professores por disciplinas. Para complementar, outras pesquisas conseguem tecer considerações sobre as referências bibliográficas dos programas das disciplinas, como Rassi, o que, no entanto, nem sempre é possível, dada a escassez desse tipo de fonte, especialmente nas temporalidades mais recuadas. Outro tipo de uso é o recurso às entrevistas para vislumbrar as práticas (especialmente) de professores.

Em recortes muito afastados, como o caso da USP, nem sempre é possível contar com as entrevistas dos seus primeiros professores. Diogo Roiz (2012), no primeiro trabalho sistematizado sobre o curso de História e Geografia dessa universidade, dedica-se em um capítulo inteiro a escrutinar os currículos publicados nos anuários da FFCL. O autor compara o crescimento das áreas, suas subdivisões, a adaptação à legislação. Minha tese (COSTA, 2018), que continua a pesquisa sobre a experiência paulista, parte dessa organização, preocupando-se dessa vez em identificar as especificidades de um currículo de ensino superior de História.

Nesse caso, atentei para o encadeamento dos semestres, para a comparação de programas com seus relatórios, tomando o currículo do ponto de vista do percurso que

os alunos faziam. Isso revelou que boa parte do que se disse que foi ministrado nos anuários, ao final das contas, não foi.⁷

Há cursos mais recentes, cujos primeiros professores e ex-alunos ainda se encontravam vivos à época da realização da respectiva pesquisa. Nesses casos, os autores e autoras realizaram entrevistas com esses sujeitos e essas fontes ganharam dois tratamentos: aquele em que servem para oferecer e/ou complementar dados que a documentação escrita sozinha não pôde fornecer; ou aquele em que o objeto de discussão são as próprias memórias docentes, engendrando discussões sobre trajetória, saberes docentes e/ou profissionalização. Um tratamento não exclui o outro. A dissertação de Rassi (2006), por exemplo, mistura os dois usos, utilizando as memórias dos primeiros professores para preencher lacunas da documentação institucional e para recriar o ambiente em que esses sujeitos se relacionaram, mobilizando a categoria de experiência de E. P. Thompson. Isso possibilita que o autor avance mais no campo da constituição dos saberes docentes do que necessariamente sobre uma história “clássica” do curso.

Rassi é também um dos poucos autores que utilizam cadernos de alunos como fontes. Discutindo as matrizes historiográficas do curso, o autor reproduz um esquema anotado por um dos participantes como meio de comprovar a constatação de que a orientação da formação dos alunos era marxista. Todavia, apesar de o sujeito de quem reproduziu o trecho possuir guardados todos os seus cadernos de formação, seu uso como fonte somente aparece em um momento da pesquisa.

A dissertação de João Paulo Oliveira (2011), em seu esforço para investigar disciplinas e docentes do curso de História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, é um outro exemplo da utilização de um caderno de um(a) ex-discente como fonte para pesquisa. Tal material contém anotações das disciplinas que foram utilizadas para a construção da dissertação e, à medida que trata a respeito delas, o autor recorre ao caderno para ponderações. Oliveira considera esse documento histórico como um instrumento para enriquecer o seu trabalho, visto que é a partir dele que surge a possibilidade de acessar um registro escrito que não seja produzido pela própria instituição, isto é, pareceres e prescrições oficiais, por exemplo. Contudo, ainda que o caderno, nesse sentido, possa ser uma fonte privilegiada, existe o cuidado de perceber que tal material não abarca todo o conteúdo e nem todo o processo de ensino e aprendizagem, sendo resultado de seleções feitas por um discente.

Aqui, o caderno e as entrevistas ajudam o autor a enveredar, ainda que brevemente, pelo tema da aprendizagem:

⁷ Conferir Costa (2018, cap. 3 e 4). Também utilizei correspondências pessoais trocadas entre professores e assistentes para chegar às suas conclusões.

Indubitavelmente, as aulas na década de 50 do século XX deixaram marcas naquela aluna [a dona do caderno], pois as mulheres citadas, em meados de 1950, pelo professor Gonçalo Rollemberg Leite, possivelmente serviram de estímulo para as pesquisas da historiadora, professora de vários colégios aracajuanos e membro da Academia Sergipana de Letras, com uma vida dedicada ao estudo da história das mulheres (OLIVEIRA, 2011, p. 92).

Oliveira, nesse ponto, expõe a quem o lê o processo de amadurecimento de uma discente a partir do impacto que tiveram determinadas aulas do curso em questão. Essas aulas, segundo o autor, influenciaram toda a posterior vida profissional da aluna. Assim, o pesquisador pôde, por meio do conjunto de fontes ao qual teve acesso, evidenciar tanto o processo de ensino quanto o de aprendizagem na Faculdade de Sergipe.

Um dos desafios em trabalhar com esse tipo de material começa por se discutir os limites de seu tratamento como fonte, ao mesmo tempo em que abre caminhos para o debate sobre aprendizagem (por oposição ao caminho mais trilhado que é o do ensino). No caso de Rassi, por exemplo, ele foi usado para ilustrar/confirmar uma argumentação (a do conservadorismo de uma determinada disciplina), me levando a refletir sobre como um uso mais ostensivo desse tipo de material poderia produzir saberes concernentes ao processo de apropriação e ressignificação de conhecimentos históricos por parte de alunos adultos.

Diálogo com referências teórico-metodológicas e bibliográficas

Considerando que todas as produções aqui discutidas são trabalhos provenientes de profissionais formados em predominantemente duas áreas (História e Educação), observa-se alguma diversidade no que diz respeito à utilização de referências teórico-metodológicas por parte dos autores e autoras, seja mobilizando conceitos ou justificando a utilização de determinada metodologia de pesquisa.

De modo geral, as referências empregadas são advindas de três áreas do conhecimento: História, Sociologia e Educação. No campo da História, um autor frequentemente encontrado é Michel de Certeau. Seu capítulo "A Operação Historiográfica", publicado em "A Escrita da História", tem servido de embasamento teórico para os pesquisadores. A decomposição da produção na área em uma operação constituída de outras etapas para além da escrita e, especialmente, o conceito de lugar social são utilizados para justificar a necessidade de se situar os grupos envolvidos

numa determinada institucionalização ou seleção de conteúdos, desaguando numa espécie de história social dos historiadores ou do conhecimento.

Outro conjunto de referências vem da história oral. Raras são as pesquisas que tomam como recorte um período anterior ao do curso da USP (1934), e na listagem que aqui utilizo, a maior parte dos trabalhos tratam de temporalidades posteriores à década de 1950. Assim, há frequentemente a possibilidade da realização de entrevistas. Deparamo-nos então, novamente, com um tipo de registro muito comum nos trabalhos, fonte que, por sua vez, demanda cuidados metodológicos específicos. Assim, os autores passam a incorporar referências teóricas do campo da história oral, o que também serve como aporte metodológico para a realização, na prática, das entrevistas, já que elas, muitas vezes, não existem antes da pesquisa e, portanto, precisam ser elaboradas pela própria pessoa pesquisadora. Entre as referências, destacam-se autores como Michael Pollak⁸ e Michael Frisch. Trabalhos como os de Roberto Andrade (2008), cujas principais fontes para a pesquisa são entrevistas, sustentam-se teoricamente por autores como esses, que apontam, além das virtudes, os cuidados que precisam ser tomados quando se trabalha com história oral, como as eventuais omissões e os esquecimentos.

Na área da educação, as referências costumam se concentrar, sobretudo, nas discussões sobre currículo. As estruturas curriculares são tomadas como fontes históricas, servindo para diferentes fins: seja historicizando reformulações curriculares, seja investigando a seleção e organização de saberes considerados legítimos para a formação dos graduandos de História. Dessa forma, autores da área, como Viñao Frago e Ivor Goodson,⁹ são utilizados para problematizar os currículos e as disciplinas desses cursos, entendendo-os como um campo de disputas acadêmicas e, ainda mais, o currículo como um instrumento mutável, cujos elementos são resultados de uma seleção que serve para legitimação de um saber, como acontece no caso de Norma Silva (2011) e João Paulo Oliveira (2011).

Com relação às referências vindas do campo da Sociologia, pode-se destacar autores como Pierre Bourdieu e Max Weber. O primeiro autor, com conceitos como os de campo e capital simbólico – presentes no trabalho de João Paulo Oliveira (2011), por exemplo – é utilizado para compreender as dinâmicas e disputas compreendidas no recorte das pesquisas. Weber aparece no trabalho de Mara Rodrigues, que o utiliza para identificar a necessidade de uma universidade no Rio Grande do Sul, uma sociedade em processo de burocratização.

⁸ Cujas formação é na sociologia, mas é mobilizado nesses trabalhos a partir de sua contribuição para o campo da história oral e memória.

⁹ Igualmente: possuem respectivamente formação em História e Direito. Assim os organizo no texto, pois as autorias os mobilizam majoritariamente a partir da Educação.

Um elemento positivo a destacar é que, conforme as pesquisas avançam e cada vez mais estudos são produzidos e publicados sobre o tema, percebe-se que esses trabalhos mobilizam as referências historiográficas mais antigas, como os textos de Helenice Ciampi, Mara Rodrigues, Marieta Ferreira e Diogo Roiz (2012). Isso significa a consolidação de um aporte bibliográfico que já está se transformando em referência e tradição, indicando o amadurecimento do campo, pois ele já “consome” trabalhos da própria área.

Um próximo passo possível a partir do volume de trabalhos já desenvolvidos é uma visão que concatene essas experiências particulares para lhes dar uma visão de conjunto. Um movimento nesse sentido já foi feito por Thiago Nascimento em seu artigo de 2014 sobre o percurso histórico da formação de professores de História. O autor busca estabelecer uma periodização para essa formação, mobilizando legislação, currículos e eventos acadêmicos para estabelecer balizas temporais na formação de professores, mas é restringido, evidentemente, pelo espaço que um artigo lhe permite. Sendo assim, apesar de citar o trabalho de Bezerra que trata do curso de João Pessoa, Nascimento precisa fazer escolhas, permanecendo no eixo Rio-São Paulo e nas determinações federais. Podemos avançar ainda no sentido de identificar movimentos de expansão das trocas e redes acadêmicas, interiorização da profissionalização histórica no país, alcance das mudanças em estruturas curriculares e incorporação de referências bibliográficas, entre outros.

Conclusões

Uma constante que se percebe na maior parte dos trabalhos avaliados é a referência ao quanto o início dos cursos de graduação são tradicionais, o que pode parecer uma obviedade à primeira vista. Minha preocupação está nas implicações que isso gera para a história da historiografia e história das ideias.

Em primeiro lugar, essa polarização antigo e tradicional versus novo e moderno incorre em descon siderações acerca da especificidade dos cursos de graduação como objetos de pesquisa. É com muito custo que podemos criar uma imagem de coesão para um curso de graduação, já que ele é a confluência de vários professores, de diferentes filiações teórico-metodológicas, de várias disciplinas organizadas em semestres, ministradas para turmas diferentes. Rassi, por exemplo, qualifica o início do curso em

Patos de Minas como confuso, pois nas referências bibliográficas dos programas de disciplina havia

uma confusa mescla de autores marxistas com outros, marcadamente positivistas. No clássico *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado por Sérgio Buarque de Holanda, autores como Carlos Guilherme Mota, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, de filiação marxista, figuram ao lado de Hélio Vianna, um dos protagonistas da historiografia positivista no Brasil. Mais uma vez se confirma a interpretação da Professora Maria Celeste de que não havia discussões historiográficas no Curso (RASSI, 2006, p. 98).

Não seríamos criticados hoje se em nossos programas de disciplina constassem referências de somente uma corrente historiográfica? Numa multiplicidade de vozes, como exigir que elas todas soem em harmonia? No afã de criticar a heterogeneidade do curso, sobra até para a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* coordenada por Sérgio Buarque de Holanda.

A recepção de discussões historiográficas (majoritariamente estrangeiras, como a Escola dos Annales, a história social inglesa ou a micro-história italiana) por vezes é tratada como um marco, uma inflexão na trajetória dos cursos, tanto na perspectiva do pesquisador ou pesquisadora quanto nas falas das próprias pessoas entrevistadas, indicando aí uma amálgama entre a memória e as chaves explicativas incorporadas à historiografia. Dentre vários exemplos, as reflexões aparecem como nas conclusões de Célia Silva,

O contato dos docentes da UEPG com os Annales inaugurou na Instituição um novo momento para o ensino de História a partir da segunda metade dos anos 70. A predominância exercida pelos representantes do Instituto Histórico, Geográfico de São Paulo, durante as décadas de 50 e 60, passou a dividir espaços com as concepções oriundas da historiografia francesa que, até então, dedicava-se à história serial (2002, p. 59).

Essa consideração nos força a refletir se isso é de fato um dado objetivo e, em caso afirmativo, por que não desenvolvemos alguma corrente historiográfica brasileira, que não seja pautada primordialmente por sua afiliação teórica a alguma corrente estrangeira?

Em segundo lugar, a adoção de uma perspectiva evolucionista e linear para a história dos cursos de graduação, constatada por Itamar Freitas, além de necessariamente nos filiar a alguma outra linha preexistente, força a comparação no tempo, na diacronia, que se torna valorativa. Tradicionalmente, nesses casos, há um juízo negativo de valor, sendo a incorporação das discussões historiográficas mais recentes (e frequentemente

importadas) a medida tomada naturalmente como positiva ou inovadora na história dos cursos.

Novamente, podemos aproveitar um trecho de Célia Silva como exemplo de como essa ideia se apresenta nos trabalhos. Constata a autora:

Os cursos superiores criados no Brasil a partir da década de 30, voltados à formação de professores, estruturaram-se tendo como base a Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, tida como modelo pela Reforma Francisco Campos. Entretanto, convém ressaltar que a criação das Faculdades de Filosofia no País não significou a renovação imediata do ensino de História, pois os estudos iniciados na área precisaram contar com a colaboração de historiadores estrangeiros para romper com o auto-didatismo existente. Essa mescla de influências torna-se perceptível nos programas das disciplinas do ensino de História, da FAFI, na década de 50, na medida em que estes consubstanciam-se em obras de historiadores franceses, norte-americanos e do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, integrando, ainda, a partir dos anos 60, os referenciais bibliográficos, obras de brazilianistas, que se destacaram pelos conhecimentos relativos ao Brasil (SILVA, 2002, p. 58).

O fato de se voltarem para a formação de professores não implica, para a autora, a renovação da prática de historiar, como se formar professores de História em um curso de graduação já não pudesse ser por si só uma prática também renovadora. A universidade e um curso de História (com ênfase no curso, no decorrer) dão início à configuração dessa nova lógica, desse novo “protocolo” de atuação profissional. Os historiadores se encontravam, nesse momento, em uma missão coletiva, pois além do seu próprio, outros indivíduos também estavam ministrando cursos ao mesmo tempo, no mesmo espaço e com os mesmos propósitos que o seu: formar um profissional. Havia então o caso de decidir o que era área de um e de outro, o que devia vir antes ou depois, ou o que era relevante ou não para os fins estabelecidos. Resumidamente, era preciso decidir como organizar a área de referência em um curso, em algo a ser ensinado no decorrer de um tempo, por um grupo de pessoas. Em teoria, não se trabalhava mais autonomamente. O desempenho de um (ou uma) docente estaria, a partir de então, amarrado ao desempenho dos demais docentes, que estavam ocupando o seu mesmo espaço.

Não é o caso de repensarmos essa projeção de expectativas que fazemos sobre o passado, querendo que ele tenha as mesmas qualidades que consideramos necessárias no nosso presente? Quais alternativas metodológicas nos permitiriam sair desse

nó epistemológico? É possível evitar a atitude um tanto quanto anacrônica de uma superação historiográfica que se dá sempre pela contraposição negativa?

É preciso, ainda, fazer um breve comentário acerca de um conjunto de trabalhos que mereciam um exame mais exaustivo, mas que por questões de espaço precisarão ser tratados com a diligência necessária em um outro momento. Refiro-me às contribuições oriundas de trabalhos que tratam de trajetórias intelectuais e profissionais, como os de Erbereli Júnior, Carmem Liblik, Daiane Machado, Lidiane Rodrigues e Alessandra Santos (e, em parte, de Diogo Roiz, Marieta Ferreira e Nayara Galeno). Ainda que os cursos superiores de História não sejam seu recorte principal, a formação dos e das intelectuais com que trabalham foram em cursos de História. Esses trabalhos têm trazido contribuições em dois sentidos: a partir das informações que levantam sobre os cursos por tabela, a partir das biografias e trajetórias de seus sujeitos; e por aportarem contribuições teórico-metodológicas sobre como constituímos a experiência em nível superior de História como objeto de pesquisa. Eles atravessam a experiência dos cursos superiores e nos auxiliam a compreender dinâmicas de poder (como as de gênero, sexualidade, classe e raça, esta última, por sinal, ainda pouco explorada na constituição dos cursos de História), ampliam as possibilidades de tratamento de fontes e de delimitação de recortes para além dos estabelecidos pela letra fria da legislação. A tese de Liblik, por exemplo, aponta, a partir das dinâmicas das relações pessoais e profissionais em departamentos universitários de História, como mulheres se constituíram professoras e pesquisadoras inseridas na comunidade historiadora brasileira.

Encerro o texto com a consciência de que esse esforço de análise é incompleto. É necessário levar em consideração que o resultado de uma pesquisa é fruto de escolhas tomadas durante uma trajetória que não é fácil. Nesse sentido, gostaria de como nota final evidenciar que os trabalhos aqui analisados certamente têm potencial para gerar múltiplas discussões. Com esse mapeamento, quis a) por meio da publicação, fazer uma espécie de catálogo e deixar registrada a importância de cada um desses primeiros trabalhos, que vêm abrindo caminhos para o surgimento dos próximos e que trarão outros problemas teórico-metodológicos, pois é assim que o conhecimento científico funciona, b) motivar pesquisadores e pesquisadoras a encontrar soluções para os limites aqui levantados (o que inclui a discordância deles!) e c) ajudar esses futuros

trabalhos a ter uma visão de conjunto de uma área instigante em vários sentidos: para a historiografia, para a memória acadêmica e profissional, para o ensino e para a atuação pública da categoria de historiadores e historiadoras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberto. **Construindo Discursos e Compartilhando Memórias: a década de 70 e a formação de professores de História na Universidade Estadual de Londrina.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UEL, Londrina, 2008.

BENFICA, Tiago. **História e Universidade: a institucionalização do campo histórico na Universidade Estadual de Mato Grosso/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1968-1990).** 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, FCH/UFGD, Grande Dourados, 2016.

BEZERRA, Francisco. **O Ensino Superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais.** 2007. Dissertação (Mestrado em História). PPGHIS/UFPB, João Pessoa 2007.

BORGES, Simone. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFG, Goiânia, 2006.

CARVALHO, Silvana. **A Formação do Professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 A 1970: propostas curriculares e memórias docentes.** 2010. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPA, Belém, 2010.

CIAMPI, Helenice. **A História Pensada e Ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas.** São Paulo: Educ, 2000.

COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP.** 2018. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Aryana; EZERRA, Alana. O Curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN): institucionalização e primeiras estruturas curriculares (1967-1978). **Revista de História da UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2021.

ERBERELI JUNIOR, Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)**. 2019. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FALCON, Francisco. A Identidade do Historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996.

FALCON, Francisco. A Cadeira de História Moderna e Contemporânea e o ensino e a pesquisa históricas na FNF-UB. *In*: MATTOS, Ilmar (org.). **História do Ensino da História no Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 111-134.

FAGUNDES, Bruno. **O Auge da História: história do curso de História da Universidade Federal do Paraná**. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2019.

FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 2, p.7-19, 1982.

FERREIRA, Marieta. M. **A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: FGV, 2013a.

FERREIRA, Marieta. Os professores franceses e o ensino da História no Rio de Janeiro nos anos 30. *In*: MAIO, Marcos Chor; BÔAS, Gláucia Villas (org.). **Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: Ensaio sobre Luiz de Aguir Costa Pinto**. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRS, 1999. v. 1, p. 277-300.

FERREIRA, Marieta. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 611-636, abr./jun. 2012.

FERREIRA, Marieta. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB) 45-64. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 45-64, abr. 2013b. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/572>. Acesso em: 22 out. 2021.

FERREIRA, Marieta. Os desafios da profissionalização do ensino de História: duas trajetórias de professores universitários. *In*: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema (org.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera, 2008a. p. 175-189.

FERREIRA, Marieta. Perfis e trajetórias dos professores universitários do curso de História no Rio de Janeiro. *In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de (org.). Universidade e Lugares de Memória. 1 ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008b. v. 1, p. 235-268.*

FREITAS, Itamar. A “Velha” História Francesa no Ensino Superior: o exemplo de Afonso de Escragnoille Taunay na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo. *In: FREITAS, Itamar. Histórias do ensino de história no Brasil. São Cristóvão: Editora da UFS, 2006a. v. 1, p. 29-50.*

FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil.** São Cristóvão: Editora da UFS, 2006b. v. 1.

FREITAS, Itamar. **Histórias do Ensino de História no Brasil.** São Cristóvão: Editora da UFS, 2010. v. 2.

GALENO, Nayara. **Delgado de Carvalho e o Ensino da História:** livros didáticos em tempos de reformas educacionais (1931-1946). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, Pertinência, Configuração. *In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 121-150.*

GUIMARÃES, Lúcia P. **Da Escola Palatina ao Silogeu:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 373-415, 1971.

LIBLIK, Carmem. **Uma História Toda Sua:** trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). 2017. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História/UFPR, Paraná, 2017.

MACHADO, Daiane. **Por uma “Ciência Histórica”:** o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/UNESP, Assis, 2016.

MORAES, José Geraldo Vinci de; EGO, José Márcio. **Conversas com Historiadores Brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

NASCIMENTO, Thiago. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 265-304, 2014.

NASCIMENTO, Thiago. **Licenciatura curta em Estudos Sociais no Brasil: sua trajetória na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo/RJ (1973-1987)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP-UERJ. São Gonçalo/RJ, 2012.

NASCIMENTO, Sérgio. **A Formação de Professores no Curso de História da Universidade Federal do Pará: uma análise do projeto político-pedagógico**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programação de Pós-Graduação em Educação/UFGA, Belém, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo. **Disciplinas, docentes e conteúdos: itinerários da história na Faculdade Católica de filosofia de Sergipe (1951-1962)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS, Aracaju, 2011.

PAULA, Eurípedes. A História e o seu Ensino na Faculdade. **Revista de História**, São Paulo, n. 160, p. 75-84, 2009 [1949].

PEREIRA, Ludmila. **O Historiador e o Agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Niterói, 2010.

PORTO, Ana. **O Curso de História na Universidade Federal de Alagoas: dos primórdios à sua consolidação (1952-1979)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFAL, Maceió, 2009.

RASSI, Marcos. **Uma Canção Inacabada: formação de professores de História: a experiência da FEPAM (1970-2001)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UFU, Uberlândia, 2006.

REIS, Artur César Ferreira et al. **O Ensino da História no Brasil**. [S. l.]: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.

RICCI, Cláudia. **A Formação do Professor e o Ensino de História:** espaços e dimensões de práticas educativas (Belo Horizonte, 1980/2003). 2003. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/USP, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Lidiane. **A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo:** Mestres, Discípulos e um Seminário. (1958-1978). 2012. Tese (Doutorado em História Social). PPGHIS/USP, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história:** o curso de geografia e história da UPA/UFRGS, 1943 a 1950. 2002. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

ROIZ, Diogo. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino.** Curitiba/PR: Appris, 2012.

SANTOS, Alessandra. **A Universidade, a História e o Historiador:** o itinerário intelectual de Francisco Iglésias. 2013. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/UFGM, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Célia. **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/ Universidade Estadual de Ponta Grossa:** 50 Anos do Curso de História. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação/UEPG, Ponta Grossa, 2002.

SILVA, Célia Santana. **Memórias em Disputa:** o processo de interiorização dos cursos de licenciatura em História na Bahia (1980-2002). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/UDESC, Florianópolis, 2018.

SILVA, Isaide Bandeira da. **Um fazer diferente gera o que pensar:** a prática de ensino em História. 2004. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFC, Fortaleza, 2004.

SILVA, Norma. **Institucionalização do Ensino Superior de História e Profissionalização Docente no Interior do Brasil:** Araguaína, TO (1985-2002). 2011. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Renata Augusta. **A Quem Cabe Formar o Professor de História?** Os caminhos e debates em torno da construção de um ethos de formação. 2019. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História/UNIRIO, Rio de Janeiro, 2019.

TITO, Roniglese. **A Institucionalização do Ensino Superior de História em Porto Nacional, Tocantins (1963–2002)**. 2011. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

VIANA, Eremildo. O Ensino de História Geral no Curso Superior. *In: REIS, Artur César Ferreira. O ensino da História no Brasil*. [S. l.] Instituto Panamericano de Geografia e História/Comissão de História, 1953. p. 69-76.

WESTPHALEN, Cecília. Comentários. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, I, 1972, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972. v. 2, p. 36-43.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Aryana Lima Costa possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007), mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Atua principalmente nos seguintes temas: ensino de história, formação de professores, currículo, história do ensino de História e estágio supervisionado. É professora no ProfHistória/UERN e coordenadora de área do PIBID/História na UERN. Ganhou o prêmio Manoel Luiz Salgado Guimarães do PPGHIS/UFRJ e menção honrosa no Prêmio Capes pela tese “De um curso d’água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP”, defendida em 2018.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de História/FAFIC/UERN, Av. Prof. Antônio Campos, Pres. Costa e Silva, Mossoró, CEP 59610-210, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

A autora gostaria de agradecer aos grupos de pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e Coleção Brasileira: escritos e leituras da Nação (1931 a 1941), da Universidade Federal de Minas Gerais, com quem dialogou sobre este artigo e que lhe renderam frutíferas problematizações. Agradece à Margarida Oliveira e ao Wendell Souza pela leitura de seu artigo "O Curso de História da UFRN (1956-2016): alguns vestígios de memórias e pautas para escrita de histórias", onde é feito um levantamento das obras sobre a história do ensino superior de História no país, o qual aproveita largamente na presente publicação. E ao Dário Alessandro Souza Filho, pela interlocução durante os trabalhos do PIBIC.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Luisa Rauter Pereira – Editora Executiva

DIREITOS AUTORAIS

Aryana Lima Costa.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 14 de setembro de 2020.

Alterado em: 5 de março de 2021.

Aprovado em: 21 de maio de 2021

Continuidade e descontinuidade em História da Ciência: reflexões sobre a dimensão histórica do debate

Continuity and discontinuity in the History of Science: reflections on
the historical dimension of the debate

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva ^a

E-mail: luiz.cambraia.silva@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-8697-2799> 

^a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de História, Assis,
SP, Brasil.

RESUMO

A controvérsia teórica que opõe continuístas a descontinuístas ocupa um lugar privilegiado dentro dos debates relacionados à História da Historiografia da Ciência. Mais do que uma polêmica contemporânea, essa disputa tem idade considerável; diferentes pensadores em distintas épocas dedicaram reflexões ao assunto, mobilizando categorias analíticas, tais como “ciência moderna”, a partir de seus respectivos contextos. Este artigo tem por objetivo analisar a historicidade dessa contenda, examinando a dimensão histórica de alguns dos elementos argumentativos que compõem ambas as tradições. Para tanto, selecionamos alguns pensadores que se debruçam sobre o tema e alinhamos nossa análise à abordagem histórico-conceitual. Concluímos que, embora os contornos dessa problemática teórica tenham se tornado mais visíveis no século XX, a tensão continuidade/descontinuidade pode ser vista como um desdobramento de concepções históricas muito mais antigas.

PALAVRAS-CHAVE

Descontinuidade; Teoria e História da Historiografia; História da Ciência.

ABSTRACT

The theoretical controversy opposing the continuist to the discontinuist perspective occupies a privileged place in debates related to the History of the Historiography of Science. Although considered a contemporary controversy, this is a long-standing dispute. Across history, different thinkers reflected on this subject, mobilizing analytical categories proper to their respective contexts, such as “modern science”. This article aims to analyze the historicity of this dispute, seeking to measure the historical dimension of some argumentative elements that integrate both traditions. To this end, the text dwells on the historical-conceptual approach, addressing some thinkers involved in the debate. The analysis shows that, despite having become more evident in the 20th century, such a dispute between the continuist and discontinuist traditions may be understood as an unfolding of a much older historical debate.

KEYWORDS

Discontinuity; Theory and History of Historiography; History of Science.

Introdução

A ciência moderna foi inventada entre 1572, quando Tycho Brahe viu uma nova, ou nova estrela, e 1704, quando Newton publicou sua Óptica (WOOTTON, 2015, p. 1, tradução nossa).

[...] a Idade Média lançou as bases para a maior conquista da civilização ocidental: a ciência moderna. É simplesmente falso dizer que não havia ciência antes do 'Renascimento' (HANNAM, 2011, p. xviii, tradução nossa).

As reflexões que nos servem de epígrafe não poderiam ser mais contraditórias. A primeira é inequívoca: mais do que data de nascimento, a ciência¹ moderna tem "inventores" claros e conhecidos. Por outro lado, a segunda, tão assertiva quanto, diz exatamente o contrário: negar a ciência em períodos anteriores ao Renascimento seria um equívoco. Vale dizer que ambos os posicionamentos pertencem a historiadores da ciência contemporâneos, David Wootton e James Hannam, que, inclusive, estão ligados à mesma matriz acadêmica; ambos percorreram um caminho historiográfico associado ao cenário inglês, particularmente à formação que receberam na Universidade de Cambridge.

Como historiadores com trajetórias semelhantes, que atuam em um universo acadêmico tão próximo, poderiam apresentar posicionamentos tão díspares? Isso ocorre porque tanto Wootton quanto Hannam estão inseridos em um debate muito mais amplo e antigo, relacionado à História da Historiografia da Ciência: a controvérsia sobre o nascimento da ciência moderna e a Revolução Científica. Esse é um debate que opõe continuístas a descontinuístas. O primeiro grupo, *grosso modo*, sustenta que a ciência moderna deve ser vista como um desdobramento do pensamento científico desenvolvido no período medieval. Seriam "[...] os estudiosos que negam a existência do fenômeno revolucionário único na história do pensamento científico [ou que minimizam as rupturas advindas da Revolução Científica], postulando em seu lugar uma evolução [...] na qual o conhecimento está gradualmente sendo incorporado" (PÉREZ TAMAYO, 2012, p. 36, tradução nossa).

¹ Nunca é demais ressaltar que a palavra "ciência", ou "ciências", tem implicações semânticas distintas das que podem ser observadas em outros períodos da história. Seus diversos usos contemporâneos estão, em grande medida, associados à concepção de "cientista", praticante profissional da ciência, cunhada por William Whewell na década de 1830 (KRAGH, 2001; CLARK, 2016). Por não se tratar do escopo deste artigo, preferimos utilizar sua definição menos rigorosa, no singular, como a prática humana que se propõe a investigar, de forma racional, os diversos fenômenos presentes no "mundo natural" e "humano".

Já os descontinuístas² defendem que a emergência do pensamento científico moderno significou uma ruptura em relação ao legado escolástico, e identificam a Revolução Científica como um marcador temporal dessa transformação. Esses pensadores “[...] compartilham a visão de um processo evolutivo interrompido a partir de uma profunda mudança nas disciplinas científicas [a Revolução Científica], que as modificou de forma tão extensiva que muitos consideram o resultado como o início da ciência moderna” (PÉREZ TAMAYO, 2012, p. 36, tradução nossa).

Ainda que a controvérsia historiográfica³ ora em evidência esteja entre os principais debates contemporâneos da área (MAGALHÃES, 2015), essa discussão apresenta uma idade bastante considerável.⁴ Mesmo que, formalmente, o debate entre continuístas e descontinuístas tenha se institucionalizado no século XX – quando estudiosos descontinuístas, tais como Alexandre Koyré (1986), Thomas Kuhn (2017), Rupert Hall (1954) e outros, opuseram-se às diretrizes continuístas que caracterizaram o debate na primeira metade do século XX, tais como as apresentadas por Pierre Duhem (1913), George Sarton (1988), Marshall Clagett (1959) etc. –, alguns dos elementos argumentativos que compõem ambos os posicionamentos remontam a épocas bastante longínquas.

Buscaremos, neste artigo, refletir sobre a historicidade dessa controvérsia, lançando luz sobre a influência que determinados processos históricos tiveram na formação das duas correntes. Tendo em vista que já existem, na academia nacional, excelentes trabalhos que abordam, mesmo que indiretamente, esse debate em meados do século XX (OLIVEIRA, 2012; ALFONSO-GOLDFARB; BELTRAN, 2004; MAIA, 2013; MARICONDA, 1992; CONDÉ, 2017; MAGALHÃES, 2015), elegemos o período entre o Renascimento Italiano e o início do século XX como recorte de nossa digressão. Assim, diante de um escopo temporal amplo, privilegiaremos uma análise histórico-conceitual – a exemplo de Debus (2004), Beltrán (1995), Grant (2004), Kragh (2001),

² Descontinuidade, neste artigo, é utilizada na forma como encontramos nos debates relacionados à História da Ciência – entendimento observado nos analistas da área, tais como Grant (2004); Cohen (2002); Kragh (2001); Beltrán (1995); Lindberg (1990; 2002); Pérez Tamayo (2012); Magalhães (2015); Oliveira (2012); Príncipe (2011); entre outros. Vale ressaltar que é um uso distinto do observado na Teoria e Filosofia da História e nos debates pós-foucaultianos relacionados à “arqueologia” e a “irrupção do novo”.

³ Para desenvolver a análise, operamos com categorias analíticas históricas típico-ideais (PAUL, 2015), isto é, entendemos que continuísmo e descontinuísmo compõem uma díade desenvolvida com uma finalidade heurística bastante clara: investigar a forma com a qual historiadores da ciência e outros pensadores caracterizam a emergência do pensamento científico moderno.

⁴ Como veremos, é possível identificar elementos que compõem a argumentação descontinuísta desde, pelo menos, o humanismo italiano. Já o posicionamento continuísta iria se formar mais tarde, no final do XIX e início do XX, como uma derivação de estudos medievalistas. Vale ressaltar que, antes da institucionalização do debate no campo das discussões historiográficas, elementos dessa controvérsia já poderiam ser vistos a partir de outras disputas teóricas, tais como escolásticos *versus* modernos, ou Idade das Luzes *versus* Idade das Trevas.

Lindberg (1990), Cohen (1994), Condé (2017), Mariconda (1992), Oliveira (2012), Shapin (1996), entre outros historiadores –, buscando identificar elementos que compõem as duas abordagens a partir da eleição de alguns pensadores da época,⁵ alinhando, assim, nossas diretrizes teóricas aos horizontes investigativos da História da Historiografia da Ciência.

Descontinuidade, Revolução Científica e Renascimento

O debate relacionado à controvérsia continuidade *versus* descontinuidade em História da Ciência está diretamente ligado às reflexões acerca do surgimento da ciência moderna. Então, antes de prosseguirmos, precisamos elucidar um primeiro questionamento: se é um debate essencialmente relacionado à temporalidade, qual seria o período em questão?

Segundo Beltrán (1995), esse é um assunto ligado ao que hoje concebemos por Revolução Científica. Essa periodização histórica desempenha um papel essencial nesse debate, já que materializa os anseios dos estudiosos preocupados em sinalizar a ruptura:

[A expressão Revolução Científica] não expressa [o] sentido de continuidade e permanência; em vez disso, refere-se a uma quebra de continuidade, o estabelecimento de uma nova ordem que rompe seus vínculos com o passado, um claro divisor de águas entre o antigo e conhecido e o novo e diferente (COHEN, 2002, p. 23, tradução nossa).

A gênese da querela entre continuístas e descontinuístas está diretamente associada aos debates relacionados a essa Revolução. Segundo Lindberg, o conceito “Revolução Científica”, em seu sentido mais puro – ou seja, de que “os séculos XVI e XVII viram uma transformação radical das ideias científicas, tão decisiva e influente que constituiu um ponto de virada na história da civilização” (1990, p. 1, tradução nossa) –, deve ser visto como o desdobramento de reflexões muito antigas, vindas do humanismo italiano dos séculos XV e XVI, e está ligado à autopercepção dos europeus em relação

⁵ Diante de uma miríade de possibilidades, elegemos autores específicos para conduzir a nossa análise histórico-conceitual, tais como Voltaire – para exemplificar o antimodernismo iluminista –, Francis Bacon e Galileu – para ilustrar os filósofos naturais modernos –, entre outros. Além de estar baseada em um debate historiográfico mais amplo (COHEN, 1994; LINDBERG, 1990), tal seleção tem um fim claro: analisar a presença de elementos discursivos que podem ser associados ao debate continuísmo versus descontinuísmo em História da Ciência.

ao seu próprio passado.⁶ A ideia de Revolução Científica carregaria, assim, elementos que remontariam às formas de os humanistas conceberem sua própria história.

Os pensadores do Renascimento Italiano buscavam uma *renovatio artium et litterarum*, uma renovação nas artes e letras, que teria como principal alicerce a recuperação da fortuna legada pelas tradições clássicas grega e romana. Como forma de estabelecer uma identidade própria, passaram a atacar o cenário intelectual na forma como se encontrava na época. Isso fica evidente em Francesco Petrarca (1304-1374):

Associo avidamente os nossos ancestrais da única maneira que posso, e esqueço de bom grado aqueles entre os quais uma estrela do mal decreta que devo viver. E eu mobilizo todos os poderes da minha mente para fugir dos modernos e buscar os antigos, porque a visão de meus contemporâneos me ofende profundamente, enquanto a lembrança das ações nobres e nomes gloriosos do passado me enche de [...] incrível deleite (PETRARCA *apud* LINDBERG, 1990, p. 2, tradução nossa).

É nesse contexto que historiadores humanistas, tais como o florentino Leonardo Bruni (1369-1444) e Flavio Biondo (1392-1463), idealizam a divisão da História em três grandes eras. Tal periodização concebe dois momentos isolados de opulência intelectual: o primeiro, formado pela Antiguidade Clássica grega e romana, e o segundo, protagonizado pelos próprios humanistas. “Entre os dois pontos altos, segundo os humanistas, está um período ‘mediano’ de sombra e estagnação, que é assim chamado de ‘Idade Média’” (PRINCIPE, 2011, p. 9, tradução nossa).

Surgia, portanto, o mito da “Idade das Trevas”, pelo qual o período depois da queda do Império Romano – a conquista da Gália por Clóvis – é sucedido por um milênio de estagnação cultural.⁷ “Admirador dos clássicos, o italiano Francesco Petrarca (1304-1374) já se referira ao período anterior como de *tenebrae*: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas” (FRANCO JR., 2006, p. 11). Segundo Principe (2011), a Idade Média seria a “maior invenção do Renascimento”, tendo em vista que, até hoje, utilizamos uma nomenclatura pejorativa criada no humanismo

⁶ Beltrán possui uma opinião parecida: *Como es sabido, el Renacimiento se bautizó a sí mismo para destacar la discontinuidad, su ruptura con la Edad Media* (1995, p. 28).

⁷ “Dos meados do século XIV em diante [...] um crescente número de acadêmicos, escritores e artistas, em Itália e noutros lugares começou a usar a imagética da renovação para assinalar uma nova era, uma era de regeneração, restauração, reabilitação, rememoração, renascimento, ou ressurgimento, em direção à luz, após aquilo a que foram eles os primeiros a chamar a ‘Idade das Trevas’” (BURKE, 2014, p. 9).

italiano do século XV para nos referir ao período compreendido entre os anos 500 e 1300 d. C.

É interessante notar que a terminologia inventada por Petrarca e outros humanistas italianos no século XIV – *medium tempus ou media tempora* – surtiria efeito na forma como os eruditos alemães e franceses do século XVII conceberam a marcação temporal da civilização ocidental (AMALVI, 2017). Christoph Cellarius (1638-1707) – nome latinizado de Christoph Keller –, professor na Universidade de Halle, publicaria, no último quarto do século XVII, três manuais escolares para cada um dos tempos históricos idealizados séculos antes pelos humanistas: um referente aos tempos “antigos”, outro aos “modernos” e, entre eles, o dedicado à História Medieval, intitulado *Historia Medii Aevi a temporibus Constantini Magni ad Constantinopolim a Turcis captam deducta*.⁸ As publicações de Cellarius não apenas consolidariam a ideia de que o período medieval foi marcado pela esterilidade intelectual como também ampliariam a disseminação do conceito (NASCIMENTO, 2004).⁹

Mas em que essa representação da Idade das Trevas influenciaria no debate sobre continuidade e ruptura? No final do século XV, o processo de retorno às fontes antigas possibilitou o acesso dos eruditos às tradições filosóficas ligadas ao platonismo. A redescoberta do legado platônico acabou por influenciar boa parte dos pensadores dos séculos XV e XVI, que passaram a criticar o aristotelismo medieval. Os humanistas renascentistas começam, então, a afirmar o neoplatonismo por meio de ataques à Lógica e à Teologia Escolásticas – entre eles, Paracelso (1493-1541), com sua “nova” medicina; Francesco Patrizi (1529-1597), que fez apologia à filosofia platônica em *A Nova Filosofia do Universo* (1591); e Peter Ramus (1515-1572), severo crítico da lógica aristotélica (LINDBERG, 1990). Um exemplo dessa hostilidade dos humanistas em relação aos herdeiros da Escolástica pode ser visto em Lorenzo Valla (1407-1457):

É embaraçoso relatar os ritos de iniciação de seus discípulos. Eles juram nunca contradizer Aristóteles – um grupo supersticioso e tolo, que faz um desserviço a si próprio. Eles se privam de uma oportunidade de investigar a verdade. [...] Esses peripatéticos modernos são intoleráveis. Eles negam

⁸ Ainda que o termo “Idade Média” só tenha efetivamente se espalhado a partir do século XVII, é importante notar que sua primeira utilização é do século XV: “Na obra do bibliotecário pontifical Giovanni Andrea (1417 – 1475), considerado como um humanista de qualidade, encontramos, em 1469, a primeira utilização do termo ‘Idade Média’ com um valor de periodização cronológica: ele distingue ‘os antigos da Idade Média (*media tempestas*) dos modernos de nosso tempo” (LE GOFF, 2015).

⁹ Segundo Bloch (2001), a nomenclatura “Idade Média” teria entrado definitivamente na historiografia na época de Guizot e Michelet.

a uma pessoa que não adere a nenhuma escola o direito de discordar de Aristóteles (VALLA apud RUMMEL, 1998, p. 160, tradução nossa).

Assim, há, nesse início do humanismo italiano, os primeiros sinais do nascimento de uma tradição antimedievalista que será retomada por parte dos descontinuístas nos séculos seguintes, principalmente por meio de ataques ao pensamento peripatético. O pensamento lógico aristotélico, base da Filosofia Natural medieval, torna-se um dos principais alvos de críticas. No curso do século XVI, muitos eruditos passaram a criticar a dimensão excessivamente analítica que a lógica silogística assumiu nos debates teológicos. Erasmo de Roterdã (1466-1536), em seu *Elogio da Loucura* (1511), critica a forma como os teólogos gastavam demasiado tempo em questões puramente lógicas e deixavam a própria exegese bíblica em segundo plano. Juan Luis Vives (1493-1540), constatando a falta de inteligibilidade da lógica praticada pelos teólogos, acusou seus contemporâneos de “pseudodialéticos”. Até mesmo Martinho Lutero, em parte de suas 97 teses que compõem o *Debate sobre a Teologia Escolástica* (1517), deixa clara sua oposição aos modelos lógicos então vigentes e seu sentimento antiescolástico. Isso pode ser visto nas teses 47 – “Nenhuma forma silogística subsiste em questões divinas” – e 50 – “Em suma, todo o Aristóteles está para a teologia como as trevas estão para a luz. Contra os escolásticos” (LUTERO, 2004, p. 18).

Mas a divisão da História Ocidental em formato tripartite desenvolvida pelos humanistas teria alguma influência no debate continuísmo *versus* descontinuísmo? No curso do século XVII, o desenvolvimento do pensamento científico começa a ser avaliado a partir das três divisões históricas idealizadas pelos humanistas. Os novos filósofos naturais passam a considerar as conquistas científicas como um desdobramento do Renascimento ocidental, menosprezando tanto a contribuição do período medieval europeu quanto o florescimento científico de outras civilizações. Isso pode ser observado em Francis Bacon (1561-1626), que seria considerado, séculos depois, como um dos protagonistas da Revolução Científica: “Quase todas as ciências que temos vieram dos gregos. Adições de escritores romanos, árabes ou outros mais recentes são poucas e sem grande significância” (BACON, 2000, p. 58, tradução nossa).

Assim, o mito relacionado à “Idade das Trevas” acaba por influenciar a própria forma de se conceber o desenvolvimento científico. De acordo com Grant (2004), Galileu Galilei (1564-1642) teria sido um dos principais responsáveis por moldar a forma de julgamento crítico ao pensamento escolástico pelos séculos que se seguiram. O principal descontentamento de Galileu se refere ao fato de os aristotélicos de seu tempo não aceitarem como evidências científicas válidas as observações do seu recém-descoberto telescópio. Em seu *Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e*

copernicano, lançado em 1632, Galileu, assumindo a forma do personagem escolástico Simplício, demonstra a suposta incredulidade dos peripatéticos em relação às novas formas científicas:

Para dizer a verdade, não tive a curiosidade de ler esses livros, nem prestei até aqui muita fé aos óculos recentemente introduzidos [dispositivos ópticos, tais como o telescópio], mas antes, seguindo as pegadas dos outros filósofos peripatéticos, meus companheiros, acreditei serem falácias e enganos dos cristais [desses dispositivos] aquilo que outros admiraram como criações estupendas (GALILEI, 2004, p. 421).

Supostamente presos à ortodoxia da cosmologia aristotélica, os peripatéticos contemporâneos a Galileu teriam se mostrado céticos em relação aos novos métodos científicos. Entretanto, as críticas de Galileu que se referiam aos escolásticos de seu tempo foram estendidas por pensadores posteriores a toda tradição da Escolástica, inclusive à da Baixa Idade Média, o que contribuiu significativamente para o mito de esterilidade científico-intelectual do Medievo (GRANT, 2004). Mais do que herdeiros dos conhecimentos científicos clássicos, parte dos filósofos naturais do século XVII acreditava que estavam criando formas inéditas de investigação da natureza. Segundo Cohen (2002), muitos desses cientistas – tais como Gilbert, Kepler, Galileu, Descartes, Harvey e Newton – expressavam o sentimento de novidade no título de suas obras. Temos, por exemplo, o uso da palavra “novo” em *Nova Astronomia* (1609), de Johannes Kepler (1571-1630), em *Novum Organum* (1620), de Bacon, e no *Duas Novas Ciências* (1638), de Galileu.

Entre as muitas críticas que Bacon direcionou ao suposto estado desolador da ciência entre a queda de Roma e o Renascimento – a dedicação dos eruditos à Teologia, a perda do contato entre as ciências específicas e suas raízes teóricas, a superstição, o excesso de zelo religioso, vaidade, arrogância etc. –, uma se destacava: a falta de um método científico investigativo. Pela sugestão de seu método experimental, Bacon defende que a sociedade ocidental estaria entrando em uma nova fase de fertilidade intelectual. Tanto o método quanto o otimismo baconiano teriam exercido grande influência na Royal Society of London (LINDBERG, 1990).

Assim, muitos pensadores do século XVII mostraram-se predispostos a sinalizar uma separação entre o mundo medieval e esse novo mundo “moderno”. É interessante observar, neste momento, que os elementos que compõem a argumentação descontínuista não apenas possuem raízes bastante antigas como também se fizeram hegemônicos desde então: “As teses rupturistas, obviamente com certas diferenças,

têm sido dominantes desde o século XVII, pelo menos. Como se sabe, o Renascimento batizou-se para destacar a descontinuidade, sua ruptura com a Idade Média” (BELTRÁN, 1995, p. 28, tradução nossa).

A descontinuidade e o Iluminismo

Durante o século XVIII, os modelos teológicos de explicação de mundo, associados a antigas tradições intelectuais medievais, perderem cada vez mais espaço entre os eruditos. Em contrapartida, a ascensão dos ideais iluministas acompanhou o surgimento e a expansão da ideia de progresso da humanidade. É nesse cenário que pensadores da magnitude de François Voltaire (1694-1778) realizam reflexões acerca do desenvolvimento do espírito humano e de como o Iluminismo estava possibilitando uma compreensão do mundo nunca antes vista. Na construção narrativa da autodeclarada “Idade das Luzes”, a Idade Média foi, novamente, representada de maneira pejorativa. Há um esforço entre os iluministas em manter a divisão tripartite da História, garantindo, inclusive, a perpetuação do desprezo pelo período medieval:

O século XVIII assume e aperfeiçoa – com as principais línguas europeias substituindo o latim – essa divisão ternária da história (Antiguidade, Idade Média, tempos modernos) para melhor celebrar, como faz Voltaire nos *Ensaíos sobre os costumes* (1756), a vitória das Luzes sobre o obscurantismo clerical e o triunfo de uma civilização refinada sobre a grosseria e a barbárie desses longínquos séculos de ferro (AMALVI, 2017, p. 600).

Dentro da narrativa de progresso infinito de Voltaire, as invasões bárbaras teriam sido responsáveis pela degeneração do espírito humano. A destruição causada pela queda de Roma teria dado início a um período de obscurantismo: “Naquela época, a mente humana era possuída por uma mistura caprichosa de astúcia e simplicidade, brutalidade e artifício, que era uma forte característica da deterioração e degeneração generalizadas” (VOLTAIRE, 1778, p. 82, tradução nossa). A mudança viria apenas na Itália do começo do século XIV e na ruptura com o escolasticismo – este, segundo o iluminista francês, tão prejudicial quanto os bárbaros. Voltaire sustenta que, com os desdobramentos advindos do Renascimento, mentes científicas brilhantes, tais como as de Copérnico e Galileu, puderam desabrochar, reinventando os “sistemas do universo” até então vigentes e inaugurando um novo estado da Filosofia a partir do século XVI e XVII, argumento bastante similar ao que descontinuístas do século XX – como Alexandre Koyré e Thomas Kuhn – utilizariam para desenvolver a narrativa da Revolução Científica.

A ideia de progressão do espírito humano também contagia a produção do Marquês de Condorcet (1743-1794). Este sustentava que o avanço do espírito humano estava na passagem do barbarismo e superstição para o estado da razão e do Iluminismo. Condorcet admirava os atomistas e pitagóricos, mas acreditava que Aristóteles teria desfigurado a Física com os seus princípios hipotéticos. Além disso, em sua postura notoriamente anticlerical, chegou a defender que o triunfo da Cristandade marcou a decadência da Filosofia e da Ciência. Segundo sua perspectiva, o crescimento do poder sacerdotal deu início a muitos absurdos:

[...] monges ora inventando antigos milagres, ora fabricando novos, e alimentando com fábulas e prodígios a ignorante estupidez do povo, que eles enganavam para despojá-lo; doutores empregando a sutileza de sua imaginação para enriquecer a crença do povo com algum absurdo novo, e superar, de alguma maneira, aqueles que lhes tinham sido transmitidos (CONDORCET, 1993, p. 95).

A própria Escolástica é vista, por Condorcet, como um empecilho para o desenvolvimento científico: “Esse mesmo método [escolástico] só podia retardar, nas escolas, o progresso das ciências naturais” (CONDORCET, 1993, p. 106). É nesse contexto que o filósofo francês destaca uma mudança de postura intelectual a partir da atuação de três cientistas: Francis Bacon, com o desenvolvimento do método científico e pela influência que exerceu na sociedade científica inglesa; Galileu, que mostrou como a natureza pode ser explorada sem a influência de superstições; e Descartes, que desenvolveu formas “efetivas” de se reconhecer a “verdade”.¹⁰

Na narrativa de Condorcet, o progresso científico teria um papel central na evolução do espírito humano. Segundo Lindberg:

[Condorcet] estava certo de que o progresso científico alcançado até agora era uma posse permanente da raça humana, devido ao estabelecimento de um método científico adequado, à aplicação bem-sucedida de teorias científicas a necessidades práticas, ao crescimento de uma comunidade científica, o desenvolvimento de conexões

¹⁰ Vale notar que a desvalorização da Idade Média durante o Iluminismo acontecia em todos os sentidos, e não apenas no que se refere à dimensão científica. Segundo Franco Jr., “O século XVIII, antiaristocrático e anticlerical, acentuou o menosprezo à Idade Média, vista como momento áureo da nobreza e do clero. A filosofia da época, chamada de iluminista por se guiar pela luz da Razão, censurava sobretudo a forte religiosidade medieval, o pouco apego da Idade Média a um estrito racionalismo e o peso político de que a Igreja então desfrutara” (2006, p. 12).

adequadas entre as ciências e, sobretudo, à existência de livros impressos (LINDBERG, 1990, p. 8, tradução nossa).

Podemos observar, até aqui, similaridades entre a forma com a qual os humanistas do Renascimento italiano do século XV e iluministas do século XVIII analisaram o curso do desenvolvimento científico-intelectual do Ocidente. Entre essas semelhanças, temos: a divisão tripartite da História pelos períodos antigo, medieval e moderno; a ideia de que o período medieval obscureceu as conquistas da Antiguidade; a concepção de que o Renascimento italiano rompeu com o obscurantismo medieval; e a defesa de que filósofos naturais dos séculos XVI e XVII, tais como Copérnico, Bacon, Galileu e Descartes, reavivaram o pensamento científico ocidental. Em praticamente quatro séculos esse pensamento renascentista prosperou de maneira hegemônica.

É importante ressaltar que, durante o século XVIII, o sentimento anticlerical foi crescendo entre os intelectuais. Como a imagem da Idade Média estava firmemente associada à Escolástica e à Teologia, os filósofos naturais medievais permaneceram desempenhando um papel secundário nos debates filosóficos da época. Essa construção simbólica, que enfatiza os cientistas modernos do século XVI e XVII, constituiria, séculos mais tarde, parte dos argumentos descontinuístas que dão sustentação à Revolução Científica. Mas como essas representações se desdobrariam no século XIX?

Século XIX, positivismo e antimedievalismo

O início do século XIX foi marcado pela manutenção de duas ideias dos séculos anteriores: a divisão tripartite da História e a concepção de que o século XVII testemunhou uma mudança permanente por meio dos novos métodos científicos desenvolvidos por Bacon e Galileu. No desenrolar do século XIX, a produção intelectual procurou legitimar a ciência como um instrumento social e intelectual na busca pelo permanente progresso. Isso pode ser verificado em autores da época, tais como John Herschel (1792-1871), David Brewster (1781-1868), Richard Jones (1790-1855) e William Whewell (1794-1866), que produziram trabalhos voltados ao enaltecimento dos cientistas dos séculos XVI e XVII, evidenciando uma notória inclinação para a história triunfalista.

Podemos verificar esse tipo de representação observando, por exemplo, a forma apologética com a qual o físico David Brewster produziu as biografias de Tycho Brahe, Kepler, Galileu e Isaac Newton, heróis que teriam tirado o “véu da natureza” (CLARK, 2016).

Auguste Comte, maior expoente do entusiasmo positivista do século XIX em relação ao método científico, foi fundamental para a disciplina História da Ciência.¹¹ Por meio do Cours de philosophie (1830 a 1842), Comte defendeu que o conhecimento da evolução das ciências seria fundamental para se entender o desenvolvimento da humanidade (CLARK, 2016). Com sua Filosofia etapista e teleológica, Comte sustentava que o desenvolvimento e aperfeiçoamento do método científico conduziria a civilização a um grau cada vez mais elevado. Defendia que a evolução da ciência seria decisiva na redução do sofrimento humano. Para o francês, a ciência passaria por três estágios: o teológico, ou “fictício”, no qual a ação divina e os seres sobrenaturais responderiam aos anseios humanos na busca das essências e das causas últimas; o estágio metafísico, em que “os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas” (COMTE, 1978, p. 4); e, por último, o estágio da ciência positiva, no qual o espírito humano,

[...] reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude (COMTE, 1978, p. 4).

Dentro dessa projeção etapista, Comte defendia que as ciências se desenvolviam em ritmos distintos: a Astronomia, essencialmente geométrica, teria atingido o estágio positivo já na Antiguidade; por outro lado, a Física, envolvida com fenômenos mais complexos, só atingiria essa fase no século XVII, já que, segundo o filósofo, a disciplina estaria demasiadamente “contaminada” pela metafísica. Assim, as mudanças trazidas por Bacon, Galileu, Descartes e os demais teriam um papel essencial na fundamentação teleológica da Filosofia comtiana, que dava bastante projeção para a historicidade da ciência: “Estamos por certo convencidos de que o conhecimento da história das ciências é da mais alta importância. Penso, ainda, que não conhecemos completamente uma ciência se não conhecemos sua história” (COMTE, 1978, p. 29).

Diferentemente de Comte, William Whewell, seu contemporâneo, tinha outra visão filosófica: acreditava que a metafísica cumpria um papel fundamental na

¹¹ As ambições de Comte em relação à institucionalização da História da Ciência são notáveis. Ainda que a primeira cadeira acadêmica dessa disciplina só tenha sido criada no *Collège de France* em 1892 – e o primeiro titular, Pierre Laffitte, só a tenha ocupado em 1903 –, em 1832 o filósofo francês já havia solicitado ao então ministro da Educação, François Guizot, a criação de uma cátedra voltada à ‘*histoire générale des sciences*’ (CLARK, 2016; BELTRÁN, 1995).

produção e legitimação do conhecimento científico. Professor de ciência moderna em Cambridge, Trinity College, “Whewell apresentou uma concepção da ciência [...] segundo a qual as ideias fornecidas pela mente interagem com dados factuais fornecidos pelos sentidos em um processo dialético que leva ao conhecimento científico” (LINDBERG, 1990, p. 11, tradução nossa). Assim, diferentemente de Comte, Whewell acreditava que algumas explicações científicas seriam mais aceitas que outras, não pela ausência da metafísica, mas por terem uma justificação filosófica mais sólida: “Para Whewell, a história está subordinada à Filosofia, ou, dito de outro modo, o objetivo do historiador seria elucidar o método científico” (DEBUS, 2004, p. 24).

Em seus diversos estudos sobre as ciências indutivas,¹² Whewell desenvolveu uma perspectiva de desenvolvimento científico que negava a mudança brusca:

Os princípios que constituíram o triunfo dos estágios anteriores da ciência parecem ter sido subvertidos e ejetados pelas descobertas [científicas] mais recentes, mas na verdade são [...] incorporados e incluídos nas doutrinas subsequentes. Eles continuam sendo uma parte essencial da ciência. As verdades anteriores não são expulsas, mas absorvidas, não contraditas, mas ampliadas; e a história de cada ciência, que pode, assim, parecer uma sucessão de revoluções, é, na realidade, uma série de desenvolvimentos (WHEWELL, 1967, p. 8, tradução nossa).

Poderíamos, então, entender Whewell como o primeiro historiador da ciência continuísta? Ainda que o autor, em suas investigações sobre a evolução das diversas disciplinas científicas, tenha reconhecido certa continuidade histórica – evidenciando, inclusive, alguma predileção por uma concepção de história de natureza cumulativa –, manteve os alicerces da divisão tripartite e projetou-a para a História da Ciência (LINDBERG, 1990). Nesse sentido, Whewell incorporou a visão de desenvolvimento científico gestada no século XVIII, “[...] é fácil reconhecer sua dependência do ponto de vista iluminista” (DEBUS, 2004, p. 24-25). Para Whewell, uma época de avanço por meio do método indutivo¹³ é precedida por outra, na qual as ideias científicas adquirem progressivamente mais inteligibilidade e conexão. Essas épocas são intercaladas por períodos de “estagnação”, nos quais o progresso científico é interrompido por “períodos

¹² Tais como *History of Inductive Sciences*, de 1837, e *The Philosophy of the Inductive Sciences*, de 1840.

¹³ Debus destaca a notória influência da ciência indutiva de Bacon em Whewell: “[Whewell cultivava enorme] crença no ideal da ciência baconiana, uma ciência primordialmente mais indutiva do que dedutiva. Como Bacon, Whewell procurou evitar uma ciência que fosse baseada muito densamente na matemática. Também como Bacon, ele sentia que o principal objetivo da história da ciência era fornecer o tema de estudo para a filosofia da ciência” (2004, p. 24).

estacionários”. Assim, em sua análise do desenvolvimento científico do Ocidente, a opulência dos gregos e romanos clássicos foi intercalada pelo longo estágio estacionário da Idade Média.

Em seguida, a clareza de ideias provenientes da retomada dos clássicos gregos pelos renascentistas ofereceu subsídios para um novo florescimento do método indutivo, o que se desdobraria nos avanços proporcionados pela astronomia matemática de Copérnico. Para Whewell, a Idade Média seria marcada pela estagnação: “Os dois grandes períodos da Filosofia Acadêmica [anteriores ao período moderno] [...] foram dos gregos e da Idade Média; o período do primeiro despertar da ciência e o de seu cochilo do meio do dia [respectivamente]” (WHEWELL, 1967, p. 14, tradução nossa). “Mesmo os melhores intelectos” medievais, argumenta Whewell, estariam à espera de “ajustes” para que o Ocidente pudesse desfrutar do progresso científico, já que, durante o período medieval, a “ciência ficou por muito tempo absolutamente estacionária” (WHEWELL, 1967, p. 200, tradução nossa). Vale destacar que as metáforas de “cochilo” medieval e de “despertar” da ciência na modernidade, desenvolvidas por Whewell, serão retomadas posteriormente por muitos outros descontinuístas.¹⁴

Além disso, o século XIX também testemunhou um aumento do interesse dos eruditos em relação ao período do Renascimento. Walter Pater (1839-1894), Robert Browning (1812-1889), John Addington Symonds (1840-1893) e Jules Michelet (1798-1874) seriam alguns dos nomes dessa nova onda de intelectuais que se voltaram aos estudos renascentistas. A já bem conhecida contribuição de Jacob Burckhardt, principalmente por meio do livro *A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio* (1860), foi fundamental para construir, com ainda mais solidez, a noção de Renascimento da Antiguidade Clássica e de rompimento intelectual abrupto em relação à Escolástica. “O grande mérito de Burckhardt consiste em criar o Renascimento como um período histórico” (BELTRÁN, 1995, p. 31, tradução nossa). Segundo Florenzano:

Com suas respectivas obras-primas *A Cultura do Renascimento na Itália* e *O Antigo Regime e a Revolução*, publicadas quase ao mesmo tempo (a primeira em 1860 e a segunda em 1856), Burckhardt e Tocqueville [respectivamente], deram aos termos ‘Renascimento’ e ‘Antigo Regime’ a condição e a altura de conceitos, de categorias históricas, possuidoras a um só tempo de unidade e abrangência, de conteúdo e forma, de espaço e tempo (FLORENZANO, 1996, p. 19-20).

¹⁴ Como a ideia de “longo sono místico”, de Carl Sagan (2017, p. 246-247), de “sonambulismo”, de Koestler (1989), entre outros.

Assim, o Renascimento passa a ser entendido pelos pensadores do século XIX como uma efetiva “ruptura com a Idade Média” (FLORENZANO, 1996, p. 22). Para Burckhardt, os medievais teriam negligenciado importantes dimensões do pensamento, como a indução e a livre investigação, mas os renascentistas, a partir do retorno à Antiguidade, efetuariam um “novo e grande corte, marcando para cada ciência o início da era moderna” (BURCKHARDT, 2009, p. 235). Assim, os estudiosos do século XIX que se dedicaram ao período do Renascimento contribuíram, ainda que indiretamente, com a ideia de que o período medieval teria sido marcado pela “irracionalidade”. Isso pode ser observado em John Symonds:

A essência do humanismo consistia em uma percepção nova e vital da dignidade do homem como um ser racional à parte das determinações teológicas, e na percepção adicional de que somente a literatura clássica mostrava a natureza humana na plenitude da liberdade intelectual e moral (SYMONDS, 1900, p. 52, tradução nossa).

Assim, a partir da intensa valorização das produções artísticas e literárias renascentistas promovida pelos eruditos do século XIX, o Renascimento consolidou-se como uma categoria espaço-temporal caracterizada pelo retorno do pensamento racional e pela recuperação do prestígio dos pensadores clássicos.

É interessante notar que, nas décadas finais desse século, essa vertente de pensamento se aproximou de outra, de natureza anticatólica, e acabou formando um grupo de escritores que sustentavam a perspectiva descontinuista a partir de uma argumentação notoriamente anticlerical. O fato de a Revolução Científica ter supostamente acontecido concomitantemente à Reforma contribuiu para que muitos pensadores avaliassem o papel do Cristianismo, ou da Igreja, na formação da suposta “esterilidade intelectual” do Medieval. A oposição entre ciência e religião seria um desdobramento da progressiva institucionalização da ciência no século XIX.

De acordo com Numbers (2009), dois autores se destacam na promoção da ideia de que o Cristianismo medieval se manteve em oposição ao pensamento científico: John William Draper (1811-1882) e Andrew Dickson White (1832-1918). Ambos teriam desenvolvido estudos que endossam o mito relacionado a uma Igreja Católica opositora da ciência, atualizado as versões descontinuistas e exercido grande influência entre os eruditos da segunda metade do século XIX e do XX. Esses dois pensadores teriam impulsionado uma série de mitos relacionados ao período medieval, tais como a ideia

de que cristãos medievais eram adeptos do modelo da Terra plana, que Galileu foi preso e torturado por advogar a teoria de Copérnico, entre outros (NUMBERS, 2012).

Entretanto, as décadas finais do século XIX testemunharam o surgimento de estudos relacionados à valorização da ciência médica na Idade Média, principalmente a partir de perspectivas que visavam reavaliar o papel desempenhado pela Igreja no que se refere aos investimentos em ensino e desenvolvimento do conhecimento. Médicos e historiadores da Medicina – tais como Max Neuberger (1868-1955), Julius Pagel (1851-1912), Karl Sudhoff (1853-1938) etc. – voltaram suas atenções às contribuições do Medievo para as áreas de saúde (DEBUS, 2004). Um exemplo pode ser visto em James Joseph Walsh (1865-1942) que buscou contra-argumentar a ideia de esterilidade intelectual medieval:

[...] a maioria das pessoas ainda não estará aberta à convicção de que o interesse pela natureza era bastante animado na Idade Média, como em qualquer período subsequente, até o nosso. [...] Esses pensamentos fazem parte dessa infeliz tradição educacional que carimba a Idade Média como negligente no estudo da natureza, como o chamaríamos agora, e como desinteressada em fenômenos naturais. Nada poderia ser menos verdadeiro [...] [e] absurdo [nessa] crença popular [...] infundada (WALSH, 1908, p. 340, tradução nossa).

Indo de encontro às alegações de Draper e White, Walsh sustentou que o papado teria sido fundamental na manutenção da ciência e da educação formal durante o Medievo. Sua defesa da importância da Igreja Católica fez, inclusive, com que Walsh analisasse o papel desempenhado pela Reforma Protestante com certo desdém. Segundo seu pensamento, a Reforma teria impulsionado o Ocidente a um processo de declínio científico:

[...] a chamada Reforma havia chegado e levou consigo quase todas as coisas preciosas que os homens haviam ganho nos quatro séculos imediatamente anteriores. Arte, educação, ciência, liberdade, democracia – tudo de valoroso foi ferido; a maioria deles ficaria arruinada até o [presente] momento. Mesmo o século XIX não conseguiu nos levar de volta ao nível dos séculos anteriores em todas as realizações intelectuais e estéticas (WALSH, 1908, p. 29, tradução nossa).

Mas os argumentos de Walsh estavam ligados ao debate sobre a “guerra entre ciência e religião” e tinham por objetivo contra-argumentar o anticatolicismo de Draper e White. O grande impulso para a construção das teses continuístas viria, efetivamente, nos primeiros anos do século XX, com as publicações do físico, historiador e filósofo da ciência Pierre Duhem.

O surgimento da visão continuísta e a historiografia da ciência no início do século XX

Pierre Duhem, como veremos, desempenha um papel fundamental na revalorização da ciência medieval por meio de seus estudos históricos sobre a teoria do movimento, desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX. Seria, inclusive, o responsável pelo “primeiro questionamento geral da concepção da Revolução Científica do século XVII” (MARICONDA, 1992, p. 123). Antes de nos debruçarmos sobre as ideias desse autor, uma pergunta pode surgir: como Duhem encontrou espaço para desenvolver sua perspectiva continuísta se, como vimos, o século XIX foi caracterizado por uma produção acadêmica notoriamente antimedieval?

Nesse sentido, Duhem deve ser entendido em um contexto historiográfico mais amplo. Segundo Beltrán (1995), o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX testemunharam uma revalorização do período medieval pelo que ficou conhecido como a “Revolta dos Medievalistas”. Esse movimento deve ser entendido como uma reação quanto à imagem do Renascimento construída por Burckhardt e outros estudiosos de meados do século XIX. A forma como esse pensador idealizou o período renascentista acabou por reforçar uma visão pejorativa sobre o Medievo. A “Revolta dos Medievalistas”, então, seria o nome dado ao movimento feito por estudiosos da Idade Média que contestaram essa representação.

Esse movimento – composto por uma série de pensadores, como Ch. H. Haskins (1870-1937), Friedrich von Bezold (1848-1928), Fedor Schneider (1879-1932), Etienne Gilson (1883-1978), entre outros – apresentava pelo menos três grandes premissas: que as principais características que Burckhardt apontou como originárias do Renascimento já se faziam presentes na Idade Média; que a cultura medieval teria preservado a tradição clássica; e que a cosmovisão moderna (*weltanschauung*), caracterizada como uma suposta inovação trazida pelo Renascimento, teria como bases fundamentais diretrizes teóricas predominantemente medievais (BELTRÁN, 1995).

Alguns desses pensadores associaram, inclusive, o Renascimento à derrocada das conquistas obtidas no Medievo, como o famoso “Outono” da Idade Média reconhecido por Johan Huizinga (1872-1945). Para E. Gilson, por exemplo, o Renascimento não

apenas não teria criado nada de novo, como também é visto como um período de decadência:

A diferença entre o Renascimento e a Idade Média não é uma diferença por soma, mas por subtração. O Renascimento, como nos é descrito, não era a Idade Média mais o homem, mas a Idade Média menos Deus: e a tragédia é que, perdendo Deus, o Renascimento também perdeu o homem (GILSON *apud* BELTRÁN 1995, p. 31, tradução nossa).

É nesse contexto que se insere Pierre-Maurice-Marie Duhem (1861-1916), que, segundo Mariconda, “foi responsável por uma verdadeira revolução historiográfica na história da ciência” (1992, p. 123) ao desenvolver sua tese continuísta.¹⁵ Físico de formação, Duhem se consolidou como polímata ao publicar em várias áreas distintas, que abrangem tanto as ciências exatas – Termodinâmica, Eletromagnetismo, Hidrodinâmica – quanto as Humanas – Filosofia e História da Ciência. Uma de suas maiores realizações, que marcou profundamente o debate sobre a Revolução Científica, foi o desenvolvimento da visão continuísta. Em seu *Les Origines de la statique*, publicado entre 1903 e 1904, Duhem praticamente inaugura o campo de estudos sobre ciência medieval. Nessa obra, o autor busca analisar a historicidade da Estática – ramo da Física que estuda o equilíbrio entre as forças e sistemas – e, para tanto, focou seus esforços, inicialmente, em desenvolver uma ponte entre Arquimedes e Leonardo da Vinci. Nada de novo, Duhem, fruto de seu tempo, partilhava do sentimento de seus contemporâneos e acreditava que não conseguiria qualquer referência significativa sobre a Estática durante todo o período medieval. Entretanto, o autor altera totalmente sua percepção quando, em abril de 1904, descobre estudos de Jordanus de Nemore, desenvolvidos no século XIII, que versavam sobre a Estática – ou melhor, sobre o que contemporaneamente entendemos como Estática. É interessante notar que a descoberta dos textos levou Duhem a inverter totalmente sua abordagem, como observa Mariconda:

¹⁵ Há, entre os analistas, certo consenso em relação ao ineditismo da contribuição de Duhem. Isso pode ser visto, por exemplo, em MILLER (2007), “as descobertas de Duhem revolucionaram o estudo da física medieval, se é que não o criaram de todo” (p. 657); em BELTRÁN (1995), *Puede afirmarse que las tesis denominadas 'continuistas' nacen, en el terreno de la historiografía de la ciencia, con Pierre Duhem* (p. 29); em LINDBERG (1990), *Duhem's assertion of continuity between medieval and early modern science was a revolutionary event in the historiography of science* (p. 14-15); e em Pérez Tamayo (2012), *Duhem parece haber sido el primero de los historiadores de la ciencia que señalo la existencia de 'precursores' de LRC [La Revolución Científica]* (p. 55).

[...] com a descoberta do texto de Jordanus Nemorarius, essa posição [inicial] é radicalmente modificada [...] A partir da descoberta dos *Elementa Jordani de Ponderibus*, Duhem direcionou sua investigação histórica no sentido de uma reconstrução sistemática da mecânica medieval (MARICONDA, 1992, p. 125).

Vale destacar que, antes de Duhem, outros pesquisadores já haviam se debruçado sobre os estudos de história da Mecânica, caso de Charles Thurot (1823-1882) e Giovanni Vailati (1863-1909). Porém, esses trabalhos, realizados ainda no século XIX, compactuavam com os estigmas da época e caracterizavam a Idade Média como um período em que não houve nenhum avanço em relação às ciências mecânicas gregas.

A partir da descoberta da obra de Jordanus de Nemore, Duhem passou a oferecer um contraponto aos modelos historiográficos que até então reproduziam o mito da esterilidade intelectual medieval: “As ideias apresentadas no *Elementa Jordani de Ponderibus* provocaram um intenso movimento intelectual na Idade Média; filósofos, geômetras e mecânicos disputavam entre si para discutir, comentar e desenvolver essas ideias” (DUHEM, 1991, p. 92, tradução nossa).

Essa pesquisa teria levado o autor a publicar o *Études sur Léonard de Vinci*, entre 1906 e 1913. É nessa obra que Duhem chama a atenção para os avanços que os medievais realizaram em relação à física aristotélica. As Escolas de Oxford (Merton College) e Paris teriam, no século XIV, desenvolvido importantes estudos sobre o assunto. Pela primeira vez, filósofos naturais medievais, tais como Jean Buridan e Nicole Oresme, receberiam algum reconhecimento (MARICONDA, 1992). Duhem, entusiasmado, vai além: mais do que mostrar que a Baixa Idade Média testemunhou um aumento da atividade científica, afirmou que boa parte dos estudos do movimento realizados por Leonardo da Vinci e Galileu teriam como base fundamental obras produzidas na Idade Média. Isso fica evidente em trecho de seu *Études sur Léonard de Vinci*, quando reflete sobre as influências que Galileu recebeu dos estudos de Dinâmica desenvolvidos pelos mestres parisienses:

É dessa tradição parisiense que Galileu e seus seguidores eram herdeiros. Quando vemos a ciência de um triunfo de Galileu sobre o teimoso peripatetismo de Cremonini, acreditamos, mal informados da história do pensamento humano, que estamos testemunhando a vitória da jovem ciência moderna sobre a filosofia medieval, teimosa em seu psitacismo; Na verdade, contemplamos o triunfo, há muito preparado, da ciência que nasceu em Paris no século XIV, sobre as doutrinas de Aristóteles e Averróis,

reabilitadas em honra pelo Renascimento italiano (DUHEM, 1913, p. VI, tradução nossa).

A partir da publicação dos 10 volumes da monumental obra *Le Système du Monde* (1913-1959), as novas diretrizes continuístas de Duhem consolidaram sua influência na historiografia da ciência: “pela primeira vez, a história da ciência era dotada de um genuíno sentido de continuidade” (GRANT, 2002, p. VI). O autor muda completamente a forma como se reconhecia o nascimento da ciência moderna e coloca em xeque grande parte das certezas que até então eram tidas como inquestionáveis – um exemplo é que Duhem inicia “um [longo] debate sobre a originalidade de Galileu” que, segundo Debus (2004, p. 30), ainda não foi resolvido. Mais do que descobrir fontes científicas medievais inéditas, mais do que reavaliar a importância fundamental dos estudos desenvolvidos na Baixa Idade Média para o avanço da ciência ocidental e muito além de romper com a “concepção estabelecida até o século XIX, segundo a qual a Idade Média era um período dominado pelo preconceito e pela Ignorância” (MARICONDA, 1992, p. 159), Duhem inaugura uma nova forma de escrutinar o avanço científico a partir da continuidade:

Assim, o estudo das origens da estática nos levou a uma conclusão que se tornou cada vez mais evidente a partir dos caminhos que se abriram quando olhamos para o passado. Por isso, somente agora ousamos formular essa conclusão em sua plena generalidade: a mecânica e a ciência física de que os dias de hoje são tão orgulhosos chegam até nós através de uma sequência ininterrupta de refinamentos quase imperceptíveis das doutrinas professadas nas Escolas da Idade Média. As chamadas revoluções intelectuais consistiram, na maioria dos casos, de nada além de uma evolução que se desenvolveu por longos períodos de tempo. Os chamados Renascimentos não eram, frequentemente, nada além de uma reação injusta e estéril. Afinal, o respeito à tradição é uma condição essencial para todo progresso científico (DUHEM, 1991, p. 9, tradução nossa).

Os trabalhos de Duhem,¹⁶ e a requalificação da Idade Média como um período importante dentro do desenvolvimento científico ocidental, influenciaram o surgimento de uma nova geração de historiadores da ciência continuístas que minimizam

¹⁶ Duhem foi algumas vezes criticado por, supostamente, contaminar suas análises com características apologéticas à religião católica. Entretanto, como nos revela Lindberg (1990), as teses da subordinação de Duhem a um ímpeto católico foram refutadas.

as transformações advindas da Revolução Científica.¹⁷ Charles Homer Haskins¹⁸ (1870-1937), Lynn Thorndike¹⁹ (1882-1965) e George Sarton (1884-1956) são exemplos de pesquisadores que atuaram na primeira metade do século XX e foram influenciados diretamente pelas diretrizes continuístas de Duhem.²⁰

Se constituirá um movimento historiográfico chamado 'continuísta' que não apenas reivindica o valor das contribuições científicas da Idade Média e reconsidera a questão das origens da ciência moderna, mas, ao fazê-lo, dilui [o sentido da] Revolução Científica como tal (BELTRÁN, 1995, p. 23, tradução nossa).

George Sarton, doutor em Matemática e historiador da ciência belga, é um exemplo dessa nova geração continuísta. Considerado uma das figuras mais importantes para a consolidação do campo de estudos da História da Ciência²¹, Sarton, que possuía uma orientação notoriamente positivista²², defendeu um modelo de progresso em que os avanços científicos aconteciam de maneira contínua:

Nossa primeira impressão do progresso científico é como a de escadas gigantescas, cada passo enorme representando uma daquelas descobertas essenciais que elevaram a humanidade quase subitamente a um nível mais alto, mas essa impressão é imperceptivelmente obliterada à medida que prosseguimos nossa análise. Os grandes degraus são divididos em pequenos, e estes em outros ainda menores, até que finalmente os

¹⁷ Ainda que parte da literatura sinalize que Duhem adiantou a Revolução Científica para o século XIII – “as condenações de 1277 marcaram a origem da ciência moderna” (DUHEM *apud* MARICONDA 1992, p. 126) –, os trabalhos de Ariew e Barker (1992) e Oliveira (2012) nos revelam que o assunto possui maior complexidade. A construção narrativa de Duhem, ainda que efetivamente dê margem para esse tipo de interpretação, também compreende a importância dos avanços científicos dos séculos XVI e XVII.

¹⁸ Haskins publicou, em 1927, *The Renaissance of the Twelfth Century*.

¹⁹ Um exemplo das primeiras obras continuístas de Thorndike é *History of medieval Europe*, de 1917.

²⁰ Embora historiadores da ciência medieval contemporâneos – tais como James Hannam, Edward Grant, David Lindberg, Lawrence Principe e outros – apresentem características próprias, é inegável a fundamental influência de Duhem em suas pesquisas.

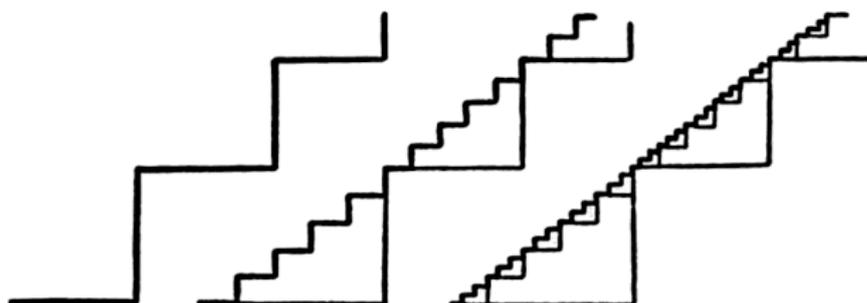
²¹ George Sarton foi uma das figuras mais importantes da historiografia da ciência (OLIVEIRA, 2016). Muito além de fundar a *Isis* em 1912 – primeiro periódico internacional sobre História da Ciência – e a *Osiris* em 1936 – periódicos que ainda se mantêm entre os mais importantes da área –, Sarton, em 1924, inaugurou a History of Science Society em Boston. Além disso, foi bem-sucedido em estabelecer, no ano de 1947, um programa de História da Ciência em Harvard que, inclusive, teve Bernard Cohen como o seu primeiro PhD.

²² Sarton nunca escondeu sua vinculação à tradição comtiana. Isso pode ser observado em trecho de seu *Introduction to the History of Science*, quando definiu a ciência como “conhecimento positivo sistematizado”: “The purpose of this work is to explain briefly, yet as completely as possible, the development of one essential phase of human civilization which has not yet received sufficient attention – the development of science, that is of systematized positive knowledge” (1962, p. 3).

degraus parecem desaparecer por completo - mas nunca desaparecem (SARTON, 1988, p. 21-22, tradução nossa).

Na perspectiva de Sarton, um “salto” científico só faria sentido se o estudioso observasse o processo de evolução do conhecimento a partir de um certo distanciamento. Quanto mais esse estudioso analisasse os pormenores dessas mudanças, mais se daria conta de que esse “salto”, ou “degrau”, é formado por outros degraus menores, que representam avanços científicos proporcionados por outros cientistas. Assim, uma “Revolução Científica” só faria sentido para Sarton se o processo de transformação fosse analisado de maneira bastante sintética. Uma inspeção mais pormenorizada revelaria que essa mudança científica seria composta por uma série de outras contribuições que possuem diferentes historicidades. “Em poucas palavras, os degraus maiores eram geralmente sintéticos, os menores, analíticos” (SARTON, 1988, p. 23, tradução nossa). Isso pode ser ilustrado pelo esquema (Imagem 1):

Imagem 1: O avanço científico para Sarton



Fonte: SARTON, 1988, p. 22.

Nesse sentido, Sarton acompanhou Duhem na ideia de que a ciência moderna teria surgido na Baixa Idade Média. Vale pontuar que a História da Ciência ocuparia um espaço fundamental na concepção comtiana de desenvolvimento de Sarton. Como o autor buscava conciliar o progresso científico com o humano, sustentava que a ciência seria o caminho que conduziria a humanidade à estabilidade e à paz, produzindo o que chamou de “novo humanismo”. Essa diretriz teria contribuído para que esse pensador desenvolvesse uma perspectiva cumulativa do progresso científico: “De fato, a atividade científica é a única que é óbvia e sem dúvida cumulativa e progressiva” (SARTON, 1988, p. 10, tradução nossa).

O fato é que, após algumas décadas de intensa produção continuísta na área da História da Ciência – tais como as de Duhem, Sarton, Paul Tannery, Charles Homer

Haskins (1870-1973), Lynn Thorndike (1882-1965), Anneliese Maier (1905-1971), Marshall Clagett (1916-2005) etc. –, ficou praticamente impossível “negar as grandes contribuições medievais para o desenvolvimento da ciência” (LINDBERG, 1990, p. 15, tradução nossa) e a corrente historiográfica continuísta se tornou uma das principais referências da área.

Considerações finais

Mesmo que apresente uma miríade de vertentes, é possível reconhecer na tese descontinuísta alguns elementos argumentativos comuns, tais como a ideia de ruptura intelectual com a Idade Média; a percepção de que o aristotelismo escolástico promoveu a estagnação dos estudos da natureza; a ideia de uma ciência moderna surgindo a partir do protagonismo de alguns filósofos naturais, como Bacon e Galileu; e a divisão tripartite da História. Em contraposição a essa concepção rupturista, a tese continuísta sugere exatamente o contrário: a ciência também pode ser entendida a partir das permanências; os filósofos naturais modernos utilizaram-se largamente de estudos medievais para desenvolver suas teorias; outras culturas, como a árabe, também devem ser incorporadas na longa narrativa da História da Ciência.

Ainda que a perspectiva continuísta tenha se consolidado como uma das correntes mais influentes nos debates em História da Ciência da primeira metade do século XX, epistemólogos – a exemplo de Gaston Bachelard (1884-1962), Edwin A. Burt (1892-1989) e Georges Canguilhem (1904-1995) – passaram a contestá-la em sua característica cumulativa e a reavaliar os limites epistêmicos do positivismo (BELTRÁN, 1995). Surge, então, um novo afluxo de historiadores da ciência descontinuístas – Boris Hessen (1893-1936), Edgar Zilsel (1891-1944) e Robert K. Merton (1910-2003) – que passam a afirmar a ruptura a partir de diferentes prismas (análises tanto externalistas quanto internalistas). Esse processo irá culminar nos trabalhos de Alexandre Koyré, *Do mundo fechado ao Universo Infinito* (1986), e de Thomas Kuhn, *A Revolução Copernicana: a astronomia planetária no desenvolvimento do pensamento ocidental* (2017), ambos publicados originalmente em 1957.

A erudição e a capilaridade dos trabalhos de Koyré e o prestígio epistêmico de Kuhn tornaram a perspectiva descontinuísta hegemônica em meados do século XX. Falar sobre a Revolução Científica e exaltar seus personagens tornou-se uma condição sine qua non para os historiadores da época (CLARK, 2016). Entretanto, o continuísmo seguiu inspirando importantes historiadores, a exemplo de Alistair Crombie, Marshall Clagett, Edward Grant, David Lindberg e outros.

Com a ascensão do Programa Forte em Sociologia do Conhecimento a partir das décadas de 1980 e 1990, as versões mais herméticas de descontinuísmo passam a ser vistas com suspeição,²³ dando espaço a uma nova ascensão de trabalhos de natureza continuísta. Nos dias de hoje, a controvérsia permanece em aberto, semeando a História da Historiografia da Ciência com alento. E tanto descontinuístas – como Mauro Condé, Jean-Louis Fischer, David Wootton e Floris Cohen – quanto continuísta – tais como Lawrence Principe, Ronald L. Numbers, James Hannam e Michael H. Shank – reconhecem os limites e alcances de ambas as tradições e parecem caminhar para uma tentativa de consenso; um descontinuísmo que reconhece a força das permanências e um continuísmo que não minimiza a virtude das mudanças.

REFERÊNCIAS

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (org.). **Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas**. São Paulo: EDUC/Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004.

AMALVI, Christian. Idade Média. *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **Dicionário analítico do Ocidente medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017. v. 1, p. 599-616.

ARIEW, Roger; BARKER, Peter. Duhem and continuity in the history of Science. **Revue Internationale de Philosophie**, Paris, v. 46, n. 182, p. 323-343, 1992.

BACON, Francis. **The new organon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BELTRÁN, Antonio Mari. **Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia**. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURCKHARDT, Johann Karl. **A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **O Renascimento**. Edições Texto & Grafia, Lda. 2014.

CLAGETT, Marshall. **The Science of Mechanics in the Middle Ages**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1959.

CLARK, John F. M. Intellectual History and the History of Science. *In*: WHATMORE,

²³ Vale destacar a frase de abertura do livro *The scientific revolution* de Steven Shapin: “Nunca existiu uma Revolução Científica” (1996, p. 1, tradução nossa).

Richard; YOUNG, Brian (ed.) **A Companion to Intellectual History**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd, 2016. p. 155–169.

COHEN, Ierome Bernard. **Revolución en la ciencia**: De la naturaleza de las revoluciones científicas, de sus etapas y desarrollo temporal, de los factores creativos que generan las ideas revolucionarias y de los criterios específicos que permiten determinarlas. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A., 2002.

COHEN, Hendrik Floris. **The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1994.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Um papel para a história**: o problema da historicidade da ciência. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

DEBUS, Allen George. **Ciência e história**: o nascimento de uma nova área. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (org.). *Escrevendo a História da Ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004. p. 49-74.

DUHEM, Pierre. **Études sur Léonard de Vinci**. Paris: Hermann, 1913. v. 3.

DUHEM, Pierre. **The Origins of Statics: The sources of Physical Theory**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991.

FLORENZANO, Modesto. Notas sobre tradição e ruptura no Renascimento e na Primeira Modernidade. **Revista de História**, São Paulo, v. 135, p. 19-29, 1996.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média**: Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GALILEI, Galileu. **Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano**. São Paulo: Discurso Editorial/ Imprensa oficial, 2004.

GRANT, Edward. **Os fundamentos da ciência moderna na Idade Média**. Porto: Porto Ed., 2002.

GRANT, Edward. **Science and Religion, 400 B.C. to A.D. 1550**: From Aristotle to Copernicus. Westport: Greenwood Press, 2004.

HALL, Alfred Rupert. **The Scientific Revolution, 1500 – 1800**: The Formation of the Modern Scientific Attitude. London: Green and Co., 1954.

HANNAM, James. **The Genesis of Science: How the Christian Middle Ages Launched the Scientific Revolution.** Washington: Regnery Publishing, Inc., 2011.

KOESTLER, Arthur. **O Homem e o Universo: Como a Concepção de Universo se Modificou, Através dos Tempos.** São Paulo: IBRASA Instituição Brasileira de Difusão Cultural Ltda, 1989.

KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária Ltda., 1986.

KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência.** Porto: Porto Editora, 2001.

KUHN, Thomas Samuel. **A Revolução Copernicana: a astronomia planetária no desenvolvimento do pensamento ocidental.** Lisboa: Edições 70, 2017.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LINDBERG, David C. Conceptions of the Scientific Revolution from Bacon to Butterfield: A preliminary sketch. *In: LINDBERG, David C.; WESTMAN, Robert S. (ed.). Reappraisals of the scientific Revolution.* Cambridge: Cambridge University Press: 1990. p. 1-26.

LINDBERG, David C. **Los inicios de la ciencia occidental: La tradición científica europea em el contexto filosófico, religioso e institucional (desde el 600 a. C hasta 1450).** Traducción de Antonio Beltrán. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S. A., 2002.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas: Os Primórdios Escritos de 1517 a 1519.** Canoas: Editora da Ulbra, 2004. v. 1.

MAGALHÃES, Gildo. **Ciência e Conflito: Ensaios sobre História e Epistemologia de Ciências e Técnicas.** São Paulo: Book Express Editora, 2015.

MAIA, Carlos Alvarez. **História das Ciências, uma história de historiadores ausentes: precondições para o aparecimento dos sciences studies.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

MARICONDA, Pablo Rubén. Duhem e Galileu: Uma Reavaliação da Leitura Duhemiana de Galileu *In: ÉVORA, F. R. R. Século XIX: o nascimento da ciência contemporânea.* Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – UNICAMP, 1992. p. 123–160.

MILLER, Donald. G. Duhem, Pierre. *In: GILLISPIE, Charles Coulston. Dicionário de biografias científicas.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. p. 653-662.

NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. **O que é filosofia medieval.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

NUMBERS, Ronald Leslie. Mitos e verdades em ciência e religião: uma perspectiva histórica. **Revista de Psiquiatria Clínica,** São Paulo, v. 36, n. 6, p. 250-255, 2009.

NUMBERS, Ronald Leslie (org.). **Galileu na Prisão: e outros mitos sobre ciência e religião.** Lisboa: Gradiva, 2012.

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. **Duhem e Kuhn: continuísmo e descontinuísmo na história da ciência.** 2012. Tese de Doutorado em Filosofia – Universidade Estadual de Campinas – IFCH-Campinas: 2012.

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. História e filosofia da ciência na obra de George Sarton. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan./jun. 2016.

PAUL, H. **Key issues in Historical Theory.** Nova Iorque: Routledge, 2015.

PÉREZ TAMAYO, Ruy. **La Revolución Científica.** México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

PRINCIPE, Lawrence M. **The Scientific Revolution: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

RUMMEL, Erika. **The humanist-scholastic debate in the Renaissance & Reformation.** Harvard: Harvard University Press, 1998.

SAGAN, Carl. **Cosmos.** São Paulo: Companhia das letras, 2017

SARTON, George. **Introduction to the History of Science.** Baltimore: The Williams & Wilkins Company, 1962.

SARTON, George. **The history of Science and the new humanism.** New Brunswick: Transaction Books, 1988.

SHAPIN, Steven. **The scientific revolution.** Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

VOLTAIRE, François. **The Works of M. de Voltaire.** Tradução de T. Smollett et al. Londres: [s. n.], 1778. v. 1 Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=J6AOHvwva9UC&pg=GBS.PA1>. Acesso em: 13 nov. 2020.

WALSH, James Joseph. **The popes and science: the history of the papal, relations to science during the middle ages and down to our own time.** Nova Iorque: Fordham University Press, 1908.

WHEWELL, William. **History of the inductive sciences.** Londres: Frank Cass & Co. LTD., 1967.

WOOTTON, David. **The Invention of Science: A New History of the Scientific Revolution.** Nova Iorque: Harper Collins Publisher, 2015.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva é bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo, iniciou o mestrado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sendo indicado diretamente para o doutoramento, tendo defendido a tese ‘Sobre o nascimento da Ciência Moderna: A perspectiva continuísta de Edward Grant’ em 2020. Atualmente atua em pesquisa e ensino universitário na área de História, com ênfase em História da Ciência, História da Historiografia da Ciência, Teoria da História, Estudos sobre a Revolução Científica e História da Ciência Medieval. É servidor da USP desde 2011.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco G, Sala 29, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-030, Brasil.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONTEXTO DE PESQUISA

O artigo deriva da tese “Sobre o nascimento da Ciência Moderna: A perspectiva continuísta de Edward Grant”, orientada por Ricardo Gião Bortolotti, na ‘Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”’, no Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193423>.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

Breno Mendes – Editor Executivo

DIREITOS AUTORAIS

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Licença Creative Commons Atribuição Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

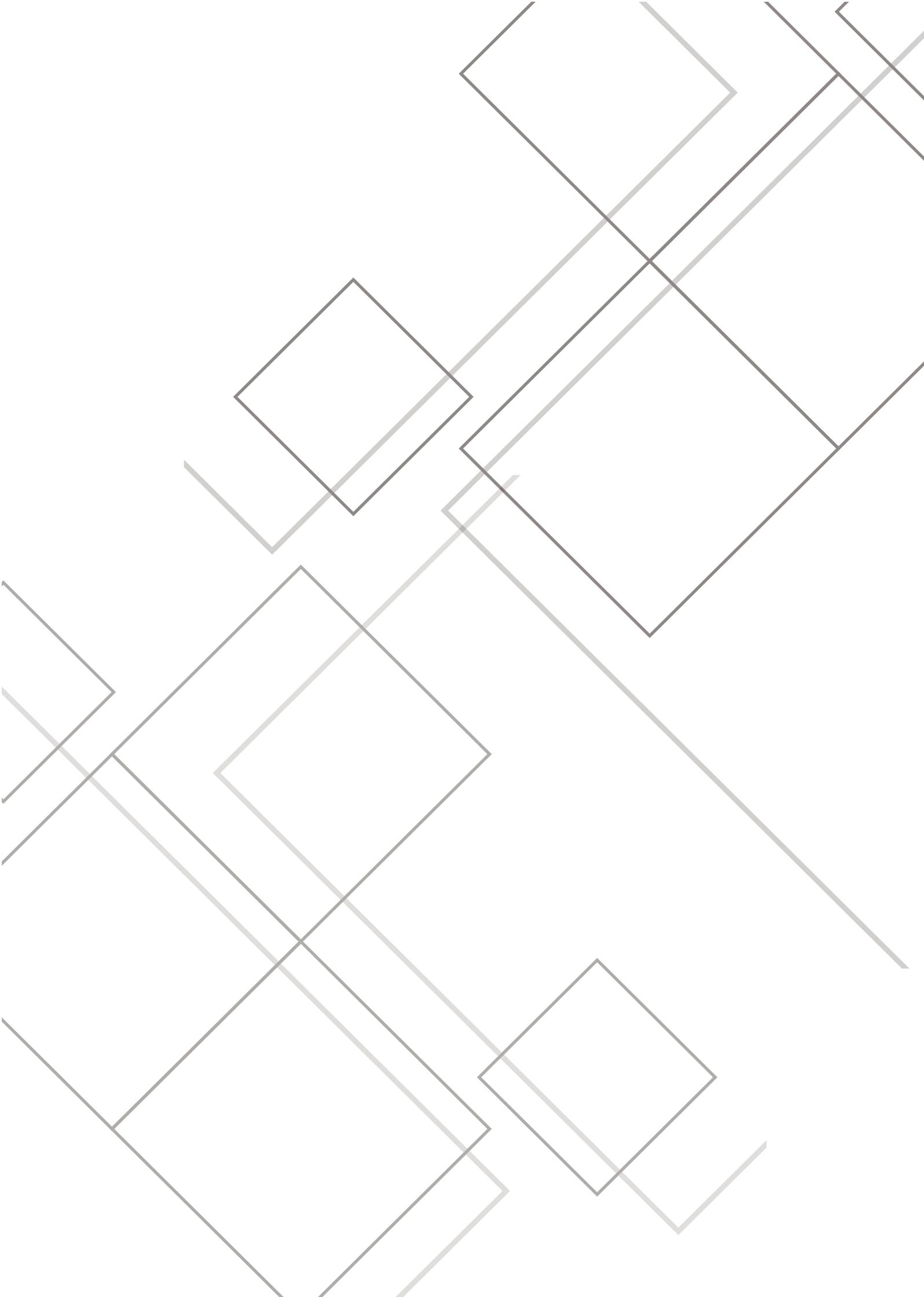


HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 23 de novembro de 2020.

Alterado em: 10 de junho de 2021.

Aprovado em: 30 de junho de 2021.

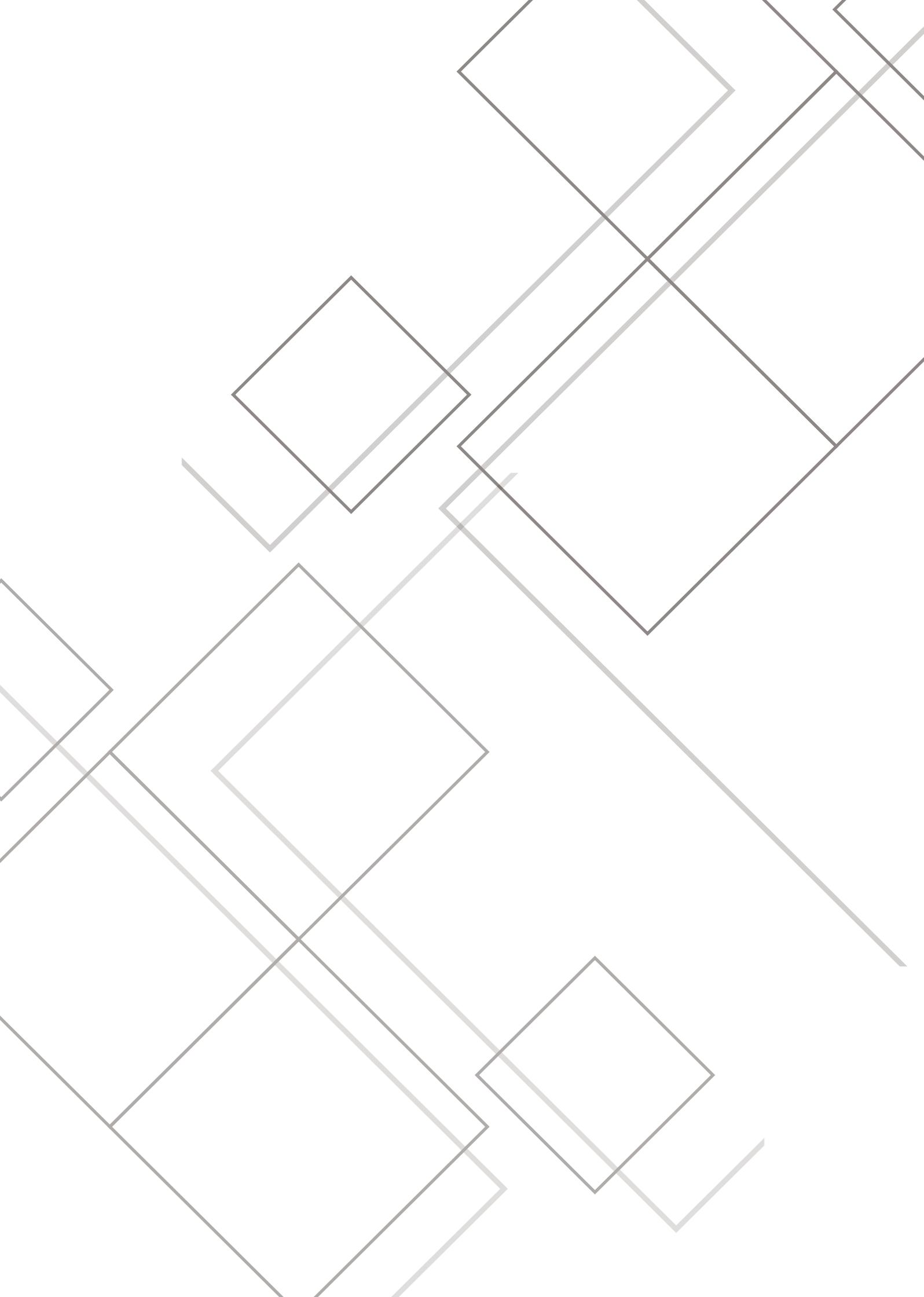




DIRETRIZES

PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS



1) Submissões

1.1. O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. Acesso em uma conta existente ou Registrar uma nova conta.

1.2. Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Declaro que o artigo submetido é de minha autoria;
- Atesto que o artigo submetido é original e não está sendo avaliado por outra revista. Caso o artigo seja derivado de material contido em tese ou dissertação, confirmo que ele apresenta avanço substancial, principalmente na seção conclusão;
- Confirmo que o texto enviado está em formato .doc ou .docx, compatível com Word, e que estou seguindo todas as orientações presentes nas Diretrizes para autores;
- Confirmo que tenho número ORCID;
- Estou ciente que as palavras-chave devem ser retiradas da lista de palavras-chave da revista.

2) Diretrizes

2.1. Para submeter um artigo à História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography é necessário ter um registro na página da revista e fazer o login no sistema. Sugerimos que resenhas, entrevistas e documentos comentados sejam enviados para a HH Magazine, nossa plataforma de história pública.

2.2. Informações sobre a submissão

- Os arquivos enviados deverão utilizar o template padrão da revista.
- Os autores deverão enviar a declaração de Conformidade com a Ciência Aberta.
- Por favor, verifique se seu trabalho enquadra-se na Política de publicação prévia.
- Todos os artigos submetidos à revista são analisados por software de similaridade. Saiba mais em Política anti-plágio.
- Declaração de preocupação e investimento na correção das assimetrias entre Norte e Sul Global
- A revista História da Historiografia encoraja seus autores a desenvolverem diálogos plurais, recorrendo a referências especializadas tanto do Norte quanto do Sul Global, promovendo a horizontalização do debate acadêmico e o enriquecimento das reflexões epistemológicas, teóricas e historiográficas.

2.3. Normas de apresentação dos manuscritos

- Os artigos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem também apresentar um resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.
- Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

- A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.
- O financiamento da pesquisa deve ser indicado de forma detalhada no campo informações sobre o artigo presente no template padrão da revista.
- Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.
- Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações.
- Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Executivo fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista.
- As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.
- Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.

- As notas de rodapé devem ser de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço cada uma e restritas ao máximo de 12 notas por artigo. Caso um número maior de notas seja essencial para a compreensão do argumento do artigo, o autor deve entrar em contato com a secretaria que avaliará o pedido. Quando for realizada a tradução de uma citação, o texto original não deve ser inserido como nota.
- As referências devem vir em corpo de texto no seguinte formato: (ABREU, 2005, p. 36). Em caso de dúvidas, favor consultar a ABNT NBR 10520 (2002).
- A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, nas Referências.
- Somente deve ser listado nas Referências material citado no texto. Os autores não devem utilizar siglas para identificar obras, pois este procedimento compromete o processo automatizado de identificação das referências. Todas as submissões realizadas deverão utilizar as normas da ABNT NBR 6023: 2018. Disponibilizamos exemplos dos principais tipos de documentos, a eles devem ser acrescentados os dados de consulta em caso de publicação eletrônica.

4) Informações sobre a submissão

4.1. Livro autoral

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito:** subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade:

Editora, Ano.

Exemplo: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

4.2. E-book

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. E-book. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011. Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

4.3. Capítulo de livro

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. p. pp-pp.

Exemplo: RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

4.4. Coletânea

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.).

Representações: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

4.5. Artigo de periódico

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico:** subtítulo sem negrito, Cidade, v. X, n. Y, p. pp-pp, meses abreviados (se houver) Ano.

Exemplo: RIGOLOTT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

4.6. Texto disponível na internet

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do texto. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

4.7. Texto completo publicado em anais de evento

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais [...]**. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

Exemplo: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

4.8. Dissertação ou tese

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito:**

subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

Exemplo: RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009..

4.9. Matéria de jornal

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, Cidade, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

Exemplo: GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

4.10. Documento depositado em arquivo

Exemplo com autoria: ARANHA, Luís de Freitas Vale. Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c 1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

Exemplo sem autoria: TERMO de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha. Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

- Sempre que possível, forneça todos os dados para a localização do documento no arquivo, tais como título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoa física, registra-se: Acervo pessoal de.

4.11. Observações sobre a apresentação das referências

- O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;
- Sempre que utilizar uma referência consultada on-line, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;
- URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;
- A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "_____" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.
- Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.
- Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista historiadahistoriografia@hotmail.com.

4.12. Modalidade de artigo

- Artigo original: um artigo original é o relatório de um estudo escrito pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Nele são descritos, por exemplo, os métodos adotados, os resultados encontrados, as hipóteses que guiaram o estudo, entre outras informações. Recebemos artigos originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção

livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo-se as notas e as referências bibliográficas.

- Artigo de revisão: o artigo de revisão fornece uma síntese abrangente do estado da arte sobre um determinado tema, identifica lacunas nas pesquisas atuais e sugere tendências. Recebemos artigos de revisão de literatura originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas.

4.12. Declaração de Direito Autoral

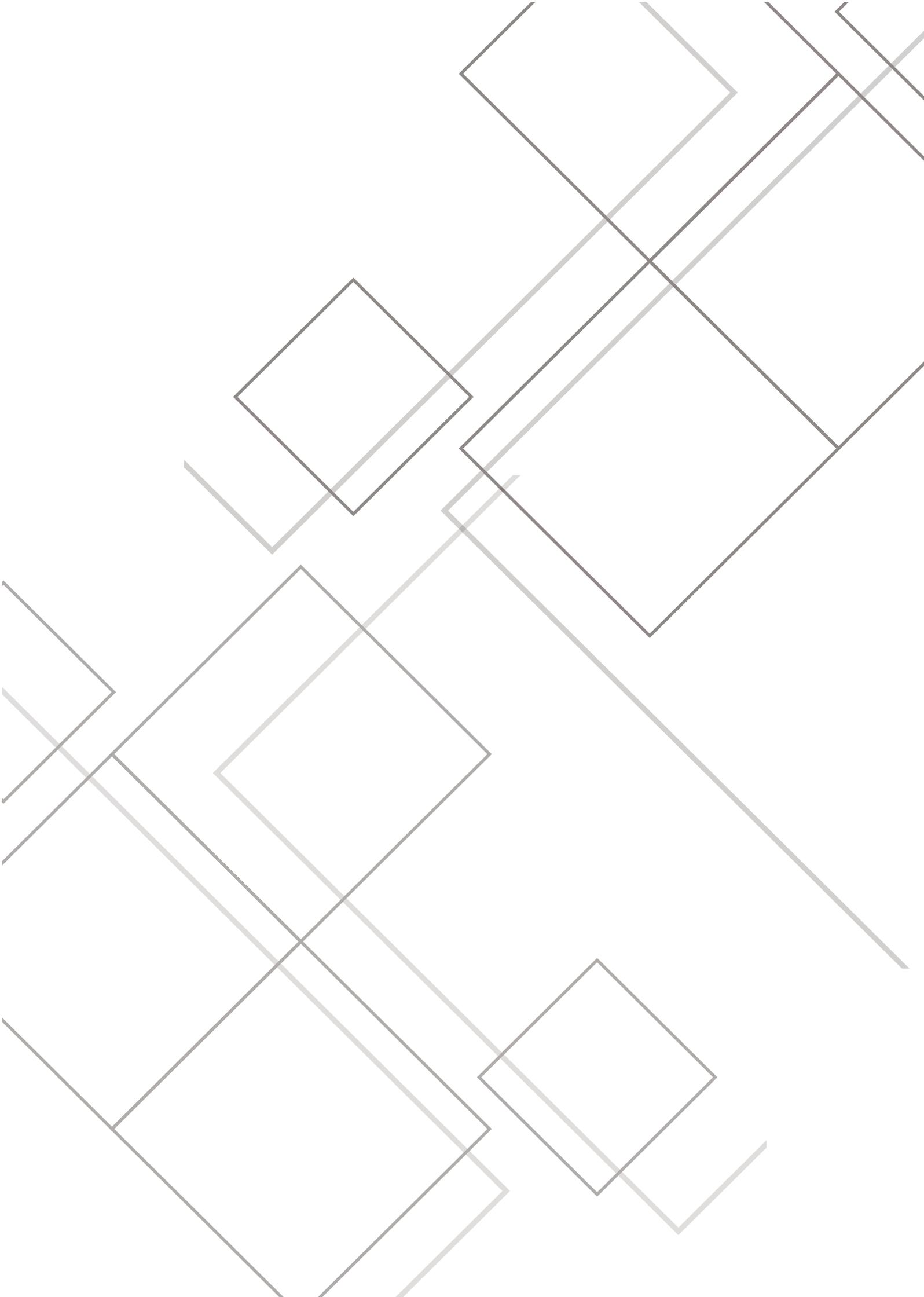
Os autores são os detentores dos direitos autorais dos manuscritos submetidos. É autorizado à *História da Historiografia: International Journal for Theory and History of Historiography* a realização da publicação do referido texto. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

4.13. Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.



PARECERISTAS DE 2021

REFEREES OF 2021

- Adriana Vidotte, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Adriana Barreto de Souza, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Alejandro de Oto, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina.
- Alessandra Soares Santos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Alex Martoni, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Alvaro Augusto de Borba Barreto, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- Ana Carolina Barbosa Pereira, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Ana Carolina Vimieiro Gomes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Ana Paula Sampaio Caldeira, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Ana Paula Palamartchuk, Universidade Federal do Alagoas, Maceió, AL, Brasil.
- Ana Paula Megiani, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- André Araújo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- André da Silva Ramos, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Andre de Lemos Freixo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- André Fabiano Voigt, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Andrea Casa Nova Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Arilson Silva de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, Brasil.
- Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Assis Daniel Gomes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Augusto Bruno de Carvaho Dias Leite, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Breno Ferraz Leal Ferreira, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Bruno Leal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Bruno Medeiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Camila de Gamboa Tapias, Universidad del Rosario, Argentina.
- Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Concepcion Fuentes Moreno, Universidade de Barcelona, Espanha.
- Dalton Sanches, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Daniel Woolf, Queen's University, Canadá.

Daniel Scheck, Universidad Nacional del Comahue, Argentina.

Danilo Araujo Marques, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

David Cardozo Santiago, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Diogo da Silva Roi, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, Brasil.

Dolores Vilavedra, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Douglas Attila Marcelino, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Edno José Almeida Filho, Colégio Olavo Bilac, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Edson Farias, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Edwar de Alencar Castelo Branco, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Eliana Dutra, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Elias Thomé Saliba, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Elizeu Santiago Tavares de Souza, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Eric Brasil, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE, Brasil.

Estevão Chaves de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Eva Mara Petitti, Universidad de Mar del Plata, Argentina.

Evandro Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Everton Carlos Crema, Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, PR, Brasil.

Fabio Wasserman, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Fábio Nogueira, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Felipe Charbe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Felipe Augusto Ribeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Fernando Wulff Alonso, Universidade de Málaga, Espanha.

Francine Iegelski, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Francisco Santiago Júnior, Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, RN, Brasil.

Francisco Gouvea de Sousa, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Gérson Wasen Fraga, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil.

Giselle Martins Venâncio, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Gizlene Neder, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Gloria Solé, Universidade do Minho, Portugal.
- Graciela Rubio, Universidad de Valparaíso, Chile.
- Guilherme Bianch, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.
- Guilherme Guimarães Leonel, Georgetown University, Estados Unidos da América.
- Gustavo de Souza Oliveira, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.
- Henrique Pinheiro Costa Gaio, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.
- Igor Salomão Teixeira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Iris Kantor, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Itzel Toledo García, Universidade de Essex, Reino Unido.
- Ivaldo Marciano França Lima, Universidade do Estado da Bahia, Cabula, BA, Brasil.
- Ivan Ducatti, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Javier Franzé, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.
- João Alberto Pinto, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- João Alfredo C. de Melo Júnior, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.
- João de Azevedo e Dias Duarte, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- João Rodolfo Munhoz Ohara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Jorge Luis da Cunha, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- Jorge Lúzio Matos Silva, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Rendenção, CE, Brasil.
- Jougi Yamashita, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Jouni-Matti Kuukkanen, University of Oulu, Finlândia.
- Juliana Torres Rodrigues Pereira, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Juniele Rabelo de Almeida, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Kalle Pihlainen, University of Turku, Finlândia.
- Karina Anhezini, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, Brasil.
- Karl Heinz Arenz, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Karulliny Silverol Siqueira Vianna, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Kelvin Falcão Klein, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Leandro Hecko, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.
- Leonardo Marques, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Letícia Borges Nedel, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Lia Laranjeiras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Rendenção, CE, Brasil.

Livia Vargas González, Universidad Central de Venezuela, Venezuela.

Liz Andrea Dalfré, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Luiz Costa Lima, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Luiz Carlos da Silva, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Luiz Alexandre Kosteczka, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Manuel Fontenla, Universidad Nacional de Catamarca, Argentina.

Marcelo Damiani

Marcelo de Mello Rangel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marcelo de Souza Magalhães, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

Marcia de Almeida Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marcus Vinícius de Moura Telles, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Maria da Conceição Silva, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

Maria Filomena Coelho, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Maria Letícia Corrêa, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Mariana Martins Villaça, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Marília Gago, Universidade do Minho, Portugal.

Mario Rufer, Universidad Autónoma Metropolitana de México, México.

Marlene Cainelli, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.

Mateus Henrique Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Mauro Franco Neto, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Mauro Lucio Condé, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Miguel Soares Palmeira, Faculdades de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Mônica Gomes da Silva, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, BA, Brasil.

Moreno Laborda Pacheco, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Natascha Stefania Carvalho de Ostos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Nelson Jair Cuchumbé Holguín, Universidad del Valle, Colômbia.

Nora Rabotnikof, Universidad Nacional Autónoma de México, México.

Oldimar Cardoso, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Olga Magalhães, Universidade de Évora, Portugal.
- Pablo Henrique Spíndola, Centro universitário Joaquim Nabuco, Recife, PE, Brasil.
- Paola Gamaglia, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
- Patrícia Vieira, Georgetown University, Estados Unidos da América.
- Paul A. Roth, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América.
- Paulo Pinheiro Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Pedro Meira Monteiro, Princeton University, Estados Unidos da América.
- Pedro Miralles, Universidade de Múrcia, Espanha.
- Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Philippe Oliveira de Almeida, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pierre Antoine Fabre, École des Hautes Études en Sciences Sociales, França.
- Rafael Saddi Teixeira, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Rafael Faraco Benthien, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Ramon Facal, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
- Raquel Campos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Renato Amado Peixoto, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Renato Paes Rodrigues, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.
- Ricardo Santhiago, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Ricardo Ibarlucía, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina.
- Ricardo Henrique Salles, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Roberto Fernández Castro, Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Rodrigo Bianchini Cracco, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Rodrigo Bragio Bonaldo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Rodrigo Perez Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Rodrigo Tavares Godoi, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.
- Ronaldo P. de Jesus, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
- Rosa E. Belvedresi, Universidad Nacional de La Plata, Argentina.
- Rosi Gevaerd, Faculdade São Braz, Campo Magro, PR, Brasil.
- Sabrina Costa Braga, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.

Sabrina Morán, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Sara Beatriz Guardia, Universidad de San Martín de Porres, Peru.

Stefan Tanaka, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América.

Stefano Acerbo, Universidad de Sevilla, Espanha.

Tayna Marino, Adam Mickiewicz University, Polónia.

Temístocles Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Theo Jung, Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, Alemanha.

Thiago Krauser, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tomasz Wiślicz, Polish Academy of Sciences in Warsaw, Polónia.

Ulisses do Valle, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

Victoria García, Universidad de Buenos, Argentina.

Wagner Geminiano dos Santos, Secretaria de Educação de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Walderez Ramalho, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil.

Walkiria Oliveira Silva, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Walter Francisco Figueiredo Lowande, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil.

Zoltan Boldizsar Simon, Universidade Bielefeld, Alemanha.